

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA DE SÃO PAULO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**

NATALIA NOSCHESI FINGERMAN

A COOPERAÇÃO TRILATERAL BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE

Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA

SÃO PAULO

2014

NATALIA NOSCHESE FINGERMANN

A COOPERAÇÃO TRILATERAL BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE

Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Transformações do Estado e Políticas Públicas

Orientador: Prof.Dr. Kurt Von Mettenheim

SÃO PAULO

2014

FINGERMANN, Natalia Noschese

A cooperação trilateral brasileira em Moçambique - Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA/ Natalia Noschese Fingermann - 2014.

274 f.

Orientador: Kurt Von Mettenheim

Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Relações econômicas internacionais - Brasil. 2. Relações econômicas internacionais - Moçambique. 3. Cooperação agrícola internacional - Estudo de casos. 4. ProALIMENTOS. 5. ProSAVANA. I. Mettenheim, Kurt von. II. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. A cooperação trilateral brasileira em Moçambique - Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA.

CDU 339.5

NATALIA NOSCHESE FINGERMANN

A COOPERAÇÃO TRILATERAL BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE

Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Transformações do Estado e Políticas Públicas

Data de aprovação: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof.Dr. Kurt Von Mettenheim (Orientador)

Prof.Dr. Fernando Luiz Abrucio
FGV-EAESP

Prof.Dr. Claudio Gonçalves Couto
FGV-EAESP

Prof.Dr. Claudio Oliveira Ribeiro
PUC-SP

Prof.Dra. Janina Onuki
USP

Uma homenagem à vida

A vida que vem

A vida que fica

À minha, à sua, à nossa,

A vida.

Agradecimentos

Foram tantas pessoas, em tão diferentes jornadas da minha vida, que contribuíram de alguma forma para esse trabalho que é sempre difícil nomear a todos neste restrito espaço. Aqueles que por acaso me olvidar a devida menção, tenho certeza que o farei pessoalmente logo que nossos caminhos se cruzarem.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador Kurt Von Mettenheim, pela firmeza e paciência para me orientar durante esse árduo percurso, além da confiança depositada no momento de mudança, em que o meu olhar se ateve para a África.

Agradeço também ao professor Fernando Luiz Abrucio, que sempre foi uma enorme fonte de inspiração e conhecimento durante toda a minha formação como aluna e docente.

Agradeço ao professor Claudio Oliveira Ribeiro, que guiou os meus primeiros passos no então desconhecido continente africano, com a indicação de inúmeras bibliografias e conversas apaixonantes.

Ademais, não posso deixar de mencionar os devidos agradecimentos à todos os demais professores da FGV-SP, que contribuíram enormemente para minha formação. Assim como o meu querido amigo e orientador de mestrado Andrés Mejía Acosta.

Agradeço ao professor Sergio Chichava, por me aceitar como sua co-orientanda no Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico- IESE, por me auxiliar com longas conversas via Skype e abrir as portas para uma série de oportunidades de pesquisa em conjunto. Além disso, agradeço a todos os pesquisadores do IESE pelo carinho durante a minha estadia em Moçambique, com especial atenção aos meus colegas de sala Lucio Posse e Epifânia Langa, que me proporcionaram agradáveis conversas sobre a situação política do país.

Ainda durante a minha estadia em Moçambique, não posso deixar de expressar o meu agradecimento a uma amiga de longa data, Shirley Eng, e a toda sua família, por me acolherem em meus finais de semana em Maputo, sempre com muita comida e alegria.

Assim como o meus agradecimentos à todos os 59 entrevistados, que dedicaram boa parte de seu tempo comigo, permitindo o desenvolvimento desta pesquisa e abrindo portas para acompanhar os seus trabalhos em campo.

Agradeço também aos meus amigos do Brasil, pela paciência em escutar as minhas “viagens” sobre o tal doutorado, em especial, à Anna, Debora, Maria Fernanda, Mariana, Marcele e Natalia, que me apoiaram durante os momentos difíceis com suas risadas nos mais variados botequins.

Agradeço enormemente à minha família, pelo seu apoio incondicional. Ao meu marido, Alexander Homenko, pelas longas conversas sobre o doutorado, o apoio dado para a minha viagem à Moçambique e o fiel companheirismo nesta longa jornada. Á minha mãe, Trofimená M.F. Noschese Fingemann, pelo suporte às minhas aventuras “malucas” e à dedicação na elaboração e revisão dessa extensa bibliografia. Ao meu pai, Luis Fingemann, pelo carinho, conhecimento e exemplo de vida. Á minha irmã, Felicia Fingemann Figliuolo, pela compreensão em perceber que mesmo longe estaria pertinho num momento tão difícil para nós. Ao nenê, que chega em breve para iluminar esse novo momento da nossa vida em família.

Por fim, devo registrar meus agradecimentos à revisora deste trabalho, Sanny Silva da Rosa; e à Capes e ao fundo GV-Pesquisa, que proporcionaram o financiamento necessário para a realização desta tese de doutorado.

RESUMO

A arquitetura do sistema de ajuda internacional passa por um processo de transformação, no qual as barreiras Norte e Sul tornam-se cada vez mais indefinidas, e a cooperação trilateral, que une as práticas opostas da cooperação Norte-Sul com a cooperação Sul-Sul, emerge como uma nova modalidade da cooperação técnica brasileira. Com o objetivo de compreender esse cenário, esta tese almeja identificar e contrastar as motivações e as práticas dos agentes da cooperação trilateral brasileira por meio de um estudo de caso comparado de dois projetos, desenvolvidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no setor agrícola em Moçambique: o ProALIMENTOS, parceria entre a *United States Agency for International Development* (USAID- -Brasil) e ABC, e o ProSAVANA, parceria entre *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e ABC. Para isso, a pesquisa parte dos pressupostos da *actor-oriented approach* para estabelecer uma análise multinível, que cria desta forma um elo entre o agente e a estrutura, a prática e a política, com um olhar sobre o contexto *macro, meso* e *micro*. A utilização da metodologia qualitativa aplicada a essa investigação combinou a técnica de participação observante com a técnica de análise documental, acrescentando à análise 59 entrevistas semiestruturadas, realizadas principalmente entre os meses de março e junho de 2013, em Moçambique. Os resultados da pesquisa indicam que, no caso do ProALIMENTOS, há ganhos em complementaridade e troca de conhecimento para as três contrapartes, porém há a sobreposição das práticas Norte-Sul de cooperação para o desenvolvimento internacional sobre as práticas da cooperação Sul-Sul. Enquanto que, no caso do ProSAVANA, não há qualquer ganho de complementariedade, uma vez que o Programa enfrenta desafios internos e externos. A falta de harmonização e coordenação técnica no âmbito interno intensificam o embate externo com os representantes da sociedade civil ao gerar constantes falhas de comunicação, o que coloca em xeque a própria continuidade do ProSAVANA. Por último, a pesquisa mostra que é necessário um maior comprometimento do governo brasileiro nos projetos de Cooperação Trilateral, uma vez que os resultados desses projetos podem impactar e afetar a credibilidade do Brasil como um novo prestador de ajuda internacional.

Palavras-chave: cooperação Sul-Sul; cooperação trilateral brasileira; ProALIMENTOS; ProSAVANA.

ABSTRACT

The architecture of foreign aid is undergoing a transformation process through which the North-South divide has become increasingly blurred and trilateral cooperation, which combines opposing North-South and South-South cooperation practices, has emerged as a new type of Brazilian technical cooperation. To better understand this scenario, this thesis aims to identify and compare the motivations and practices of Brazilian trilateral cooperation agents through a comparative case study of two ongoing trilateral projects developed by the Brazilian Cooperation Agency (ABC, in the Portuguese acronym) in the agriculture sector in Mozambique: ProALIMENTOS, a partnership between the United States Agency for International Development (USAID- -Brazil) and ABC, and ProSAVANA, a partnership between Japan International Cooperation Agency (JICA) and ABC. In this light, this research draws on an actor-oriented approach to carry out a multilevel analysis that creates a link between the agent and the structure, policies and practice, with a focus on the *macro*, *meso* and *micro* environments. The qualitative method applied in this paper combined the observant participant and document analysis techniques, in addition to 59 semi-structured interviews, most of which were conducted during a fieldwork in Mozambique from March to June 2013. The main findings indicate that the partnership in ProALIMENTOS has led to complementary gains and transfer of know-how among the three parties, though it has facilitated overlapping of South-South cooperation practices by North-South. While the case of ProSAVANA shows no complementary gain, once there are internal and external challenges involving the Program. The lack of internal coordination and harmonization reflects on the external conflict with civil society representatives due to the communication gap between the parties, which may challenge the continuity of ProSAVANA. Finally, this research shows that Brazilian government should pay more attention to these projects of Trilateral Cooperation, once its results might impact on the credibility of Brazilian technical cooperation as a new emerging donor.

Keywords: South-South Cooperation; Brazilian Trilateral Cooperation; ProALIMENTOS; ProSAVANA.

Lista de Abreviaturas, Acrônimos e Siglas

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- AFD - *Agence Française de Développement*
- AOD - Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
- AO - Ajuda Oficial
- ASBRAER - Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BRICs - Brasil, Rússia, Índia e China
- BRICS - África do Sul Brasil, Rússia, Índia e China
- CAD - Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
- CCP - Comitê de Coordenação do Projeto
- CDI - Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
- CGIAR - *Consultative Group on International Agricultural Research*
- CIAT - *International Center for Tropical Agriculture*
- CIFOR - *Center for International Forestry Research*
- CIAT - *International Center for Tropical Agriculture*
- CIMMYT - *International Maize and Wheat Improvement Center*
- CNE - Comissão Nacional de Eleições
- COBRADI - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
- CIP - *International Potato Center*
- CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
- DAG - *Development Assistance Group*
- DCT - Divisão de Cooperação Técnica
- DFID - *Department for International Development*
- DNEA - Direção Nacional de Extensão Agrária
- DUATs - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAO – *Food and Agriculture Organization*
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- FGV Projetos – Fundação Getúlio Vargas Projetos
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão

GAPI - Grupo de Análise de Políticas de Inovação

G-20 - Grupo dos Vinte

G-8 - Grupo dos Oito

GIZ - *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*

HLF4 - *High Level Forum on Aid Effectiveness*

IBSA - Índia-Brasil-África do Sul

ICARDA - *International Center for Agricultural Research in the Dry Areas*

ICRAF - *World Agroforestry Centre*

ICRISAT - *International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics*

IDA - *International Development Association*

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDS - *Institute of Development Studies*

IED - Investimento Externo Direto

IESE - Instituto Estudos Sociais e Econômicos

IFPRI - *International Food Policy Research Institute*

IIAM - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

IITA - *International Institute of Tropical Agriculture*

ILRI - *International Livestock Research Institute*

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRRI - *International Rice Research Institute*

IWMI - *International Water Management Institute*

JICA - *Japan International Cooperation Agency*

JICARS - *Japan International Research Center for Agricultural Sciences*

JCC - *Joint Coordinating Committee*

JCT- *Joint Technical Committee*

MANU - União Nacional Africana de Moçambique

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil

MDM - Movimento Democrático de Moçambique

MINAG - Ministério da Agricultura de Moçambique

MINED - Ministério da Educação de Moçambique

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MSU - Universidade Estadual de Michigan

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM - *Ministry of Overseas Development*

OEEC - Organization for European Economic Co-operation

OFO - Outros Fluxos Oficiais

ONU - Organização das Nações Unidas

ONGIs - Organizações Não Governamentais Internacionais

OPEC - *Organization of the Petroleum Exporting Countries*

OPSI - Observatório de Participação Social Internacional

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PARPA - Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta

PD - Projeto de Apoio ao Plano Diretor

PDIF – *ProSAVANA Development Initiative Fund*

PEDSA - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrícola

PEI - Política Externa Independente

PMA - Programa Mundial de Alimentação

PNISA - Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROAGRI - Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário

ProALIMENTOS - Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique

PRODECER - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique

PROSAVANA - Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana em Moçambique

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

SACU - União Aduaneira da África Austral

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUBIN - Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional

TCTP - *Third Country Training Programs*

UF – Universidade da Florida

UNAC - União Nacional de Camponeses de Moçambique

UNADEMO - União Nacional Democrática de Moçambique

UNAMI - União Nacional para Moçambique Independente

UNASUL – União de Nações Sul Americanas

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - *United States Agency for International Development*

WP-EFF - *Working Party on Aid Effectiveness*

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: As Modalidades de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional..... | 31 |
| Figura 2: Cooperação Trilateral Brasileira | 37 |
| Figura 3: Cooperação Técnica da EMBRAPA na África | 57 |
| Figura 4: Mapa de Moçambique | 85 |
| Figura 5: Rede das relações no Componente de Produção do ProALIMENTOS | 118 |
| Figura 6: Área de Plantio na Estação Agrária de Umbelúzi | 121 |
| Figura 7: Municípios do Corredor de Nacala Incluídos no ProSAVANA | 127 |
| Figura 8: Área de Plantio no Centro Zonal de Lichinga | 136 |
| Figura 9: Zoneamento do Corredor de Nacala | 142 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Cooperação Sul-Sul Brasileira por área, em 2010..... | 52 |
| Gráfico 2: Evolução no Volume de Recursos Destinados por região (US\$ milhões)..... | 53 |
| Gráfico 3: Número de projetos da Cooperação Técnica Brasileira na África | 55 |
| Gráfico 4: Distribuição da cooperação técnica brasileira prestada por área temática | 56 |
| Gráfico 5: Entrevistados por nível na pirâmide organizacional | 80 |
| Gráfico 6: Evolução do Crescimento do PIB (1986-2012) | 92 |
| Gráfico 7: Investimento Externo Direito, Acumulado 2004-2011 | 94 |
| Gráfico 8: Comparação das Estimativas da Pobreza em Moçambique | 95 |
| Gráfico 9: Evolução da ajuda internacional (1992-2011) | 96 |
| Gráfico 10: Principais doadores em Moçambique entre 2007-2011 (US\$ milhões) | 96 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Estimativa do fluxo de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional nos países dos BRICS (US\$ milhões) | 47 |
| Tabela 2: Quantidade de Respondentes por Entidade | 79 |
| Tabela 3: Projetos da ABC em Execução em Moçambique | 104 |
| Tabela 4: Projetos da ABC no Setor Agrícola em Execução | 106 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| Capítulo 1 - Cooperação para o Desenvolvimento Internacional | 26 |
| 1.1 Problematizando o conceito de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento | 27 |
| 1.1.1 Cooperação Norte-Sul | 32 |
| 1.1.2 Cooperação Sul-Sul | 33 |
| 1.1.3 Cooperação Trilateral | 35 |
| 1.2 Contextualização histórica da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional..... | 38 |
| 1.2.1 A Cooperação Sul-Sul no século XXI..... | 45 |
| Capítulo 2 - O Brasil na Cooperação Sul-Sul | 48 |
| 2.1 Os primeiros passos da cooperação Sul-Sul brasileira | 48 |
| 2.2 A Cooperação Sul-Sul a partir de 2003 | 51 |
| 2.3 A Cooperação Técnica Horizontal da ABC | 52 |
| Capítulo 3 - Balanço da Literatura relacionada a Políticas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional | 60 |
| 3.1 As Escolas de Relações Internacionais..... | 61 |
| 3.2 Para além do Estado | 65 |
| 3.3 Por outro olhar | 67 |
| Capítulo 4 – Metodologia | 72 |
| 4.1 Primeira Etapa: A Seleção dos Casos..... | 73 |
| 4.2 Segunda Etapa: O Campo em Moçambique..... | 75 |
| 4.2.1 Observação Participante | 76 |
| 4.2.2 Entrevistas semiestruturadas..... | 78 |
| 4.2.3 Análise Documental | 80 |
| 4.3 A Análise dos Dados | 81 |
| 4.4. Limitações da Pesquisa..... | 82 |
| Capítulo 5– Moçambique: Laboratório da Cooperação Técnica Brasileira | 83 |
| 5.1 República de Moçambique | 84 |
| 5.1.1 Um olhar ao passado de “ <i>Mossa Al Bique</i> ” | 84 |
| 5.1.2 O contexto político de Moçambique | 87 |
| 5.1.3 A economia moçambicana | 91 |
| 5.1.4 Os doadores em Moçambique | 95 |
| 5.1.5 O setor agrário e os doadores | 99 |
| 5.2 Mapeamento da Cooperação Brasileira em Moçambique | 103 |

| | |
|--|------------|
| 5.2.1 Panorama do Setor Agrícola..... | 106 |
| Capítulo 6 – Estudo de Caso: O Projeto ProALIMENTOS | 112 |
| 6.1 Visão Geral..... | 112 |
| 6.2. A formação da parceria..... | 114 |
| 6.3 A elaboração do ProALIMENTOS | 116 |
| 6.4 A Implementação..... | 117 |
| 6.4.1 O Componente de Socioeconomia | 119 |
| 6.4.2 O Componente de Produção | 120 |
| Capítulo 7 – Estudo de Caso do ProSAVANA..... | 126 |
| 7.1. Visão Geral..... | 126 |
| 7.2 A formação da parceria..... | 132 |
| 7.3 A Elaboração do Programa..... | 134 |
| 7.4 Implementação..... | 135 |
| 7.4.1 O Plano de Investigação | 135 |
| 7.4.2 O Plano Diretor..... | 140 |
| Capítulo 8 – Uma análise comparada | 148 |
| Considerações Finais | 152 |
| REFERÊNCIAS | 154 |
| ANEXO I – Acordos da ABC de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento Vigentes por Região e Ano..... | 174 |
| ANEXO II - Roteiro de Questões..... | 179 |
| ANEXO III – Lista de Entrevistados..... | 181 |
| ANEXO IV – Gráficos Complementares | 183 |
| ANEXO V - Detalhes sobre os Projetos da ABC em Moçambique em Execução | 185 |
| ANEXO VI - Fotos: Estação Agrária de Umbelúzi e do Centro Zonal/Lichinga e Nampula | 188 |
| ANEXO VII – Documentos - Relações Brasil /EUA na Cooperação Trilateral..... | 191 |
| ANEXO VIII – Documentos relacionados ao ProSAVANA | 192 |

INTRODUÇÃO

“It is undesirable to believe a proposition when there is no ground whatsoever for supposing it is true”

Bertrand Russell

A arquitetura do sistema de ajuda internacional, conhecida também como Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, passa por um processo de transformação no século XXI. Não somente pelo fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, representada pela participação ativa das novas economias emergentes como China, Brasil, Índia e África do Sul, mas também pela emergência de novos arranjos cooperativos Norte-Sul e Sul-Sul, como a Cooperação Trilateral, arranjos multilaterais *ad hoc* e plataformas do Sul nas tradicionais agências multilaterais (McEWAN; MADSWLEY, 2012; ABDENUR, 2013; AYLLÓN; 2013). Dentre esses arranjos, destaca-se principalmente a cooperação trilateral ao unir dois modelos opostos, como a cooperação Norte-Sul, ou tradicional, representada pelos membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e pelos organismos internacionais; e a cooperação Sul-Sul, ou emergente, representada principalmente pelos países árabes e o grupo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em terceiros países em desenvolvimento (ONU, 2012).

A cooperação técnica horizontal brasileira, nesse contexto, desperta curiosidade pela expansão de seu portfólio em projetos ligados a áreas de *expertise* nacional, como agricultura, saúde e desenvolvimento social, em países localizados na África Subsaariana, assim como pela ampliação de projetos de Cooperação Trilateral (ABDENUR, 2013; 2007; CHICHAVA et al., 2013; CABRAL; WEINSTOCK, 2010; AYLLÓN; 2013). Dentre esses projetos de CT, nos chamam especial atenção àqueles ligados à agricultura em Moçambique - o maior beneficiário da cooperação técnica do Brasil na África (ABC, 2011; ABC, 2013b) - pois, atualmente, a maioria dos projetos de cooperação técnica agrícola em Moçambique encaixa-se na modalidade trilateral por terem parceria com agências bilaterais de países desenvolvidos ou com agências multilaterais tradicionais. Essa característica marcante da cooperação brasileira, que indica que a dicotomia Norte-Sul e Sul-Sul não se apresenta mais como suficiente para entender a nova arquitetura da ajuda internacional, é, contudo, negligenciada pelos principais estudiosos da área das relações internacionais, com exceção de recentes artigos publicados por Abdenur (2007; 2013), McEwan e Mawdsley (2012) e Ayllón (2013). A maior parte dos

estudos realizados tem focado em compreender o *porquê* do protagonismo na Cooperação Sul-Sul (SOARES DE LIMA, 2005; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; SARAIVA, 2010; RIBEIRO, 2010; MENEZES; RIBEIRO, 2010) e quais são as diferenças entre a cooperação brasileira e os demais doadores emergentes frente aos doadores tradicionais (CHICHAVA et al., 2013; ROWLANDS, 2008; MANNING, 2006).

O debate em torno dos *porquês* da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional brasileira é importante para avançar na compreensão de caráter macroestrutural. No geral, essas pesquisas apresentam três perspectivas: parceiro do desenvolvimento (AMORIM, 2003; 2010; SARAIVA, 2010; 2012); colonialista ou sub-imperialista (NOGUEIRA; OLLINAHO, 2013; FERRANDO, 2013; CLEMENTS; FERNANDES, 2013; CURADO, 2010; VISENTI, 2010) e auto-interessado (CABRAL; SHANKLAND, 2013; SOARES DE LIMA, 2005; VIGEVANI e CEPALUNI, 2007; MENEZES; RIBEIRO, 2010). A perspectiva de parceiro do desenvolvimento, baseada no humanitarismo construtivista, alega que a aproximação com a África, por meio do crescimento de políticas de cooperação, relaciona-se com o reconhecimento da “dívida histórica” que o Brasil tem com os povos africanos (SARAIVA, 2012), que visa “[...] transformar os laços de amizade (...) em progresso econômico e social, em benefício mútuo” (AMORIM, 2003). Essa visão, por sua vez, está bem alinhada com o discurso oficial do governo brasileiro que entende a Cooperação Sul-Sul como “um compromisso permanente do Governo brasileiro: a política externa como vetor de solidariedade” (IPEA 2013, p.9). Além de estar vinculada a uma ideia de altruísmo moral, que não nega por princípio os interesses políticos e econômicos, porém aponta a superioridade da motivação humanitária na ajuda internacional provida pelo Sul (LUMSDAINE, 1993; MAWDSLEY, 2012)

A perspectiva colonialista, alicerçada principalmente na teoria da dependência, aponta que os projetos de cooperação para o desenvolvimento - em particular, os projetos de cooperação técnica em agricultura - são um mecanismo para o país promover políticas imperialistas de ocupação de territórios, de maneira a favorecer os interesses empresariais domésticos (FERRANDO, 2013; CLEMENTS; FERNANDES, 2013; CURADO, 2010; VISENTI, 2010). Clements e Fernandes (2013) afirmam que o Programa ProSAVANA¹, ao norte de Moçambique, é um exemplo dessa postura brasileira colonizadora ao buscar

¹ Programa ProSAVANA é um dos maiores projetos de cooperação trilateral brasileiro entre a *Japanese International Cooperation Agency* (JICA), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG) que busca alavancar o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala, ao norte de Moçambique.

favorecer a entrada do agronegócio nacional. Ferrando (2013) reforça esse ponto de vista ao colocar que o governo brasileiro, assim como outros países, tem como objetivo usurpar as terras das comunidades africanas devido à escassez de terra cultivável no mundo, enquanto Visentini (2010) aponta que ainda é muito cedo para determinar exatamente se a relação Brasil-África é baseada numa proposta de imperialismo ou, simplesmente, na busca por prestígio.

Por último, a perspectiva auto-interessada divide-se em duas correntes: uma delas, com viés realista, foca mais na manutenção do equilíbrio internacional, enquanto a outra, de cunho neoliberal-institucionalista, olha para os ganhos econômicos local e global. Vigevani e Cepaluni (2007), por exemplo, destacam que a cooperação para o desenvolvimento faz parte de uma estratégia de “autonomia pela diversificação”, da qual “a cooperação Sul-Sul [visa] buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283). Enquanto Soares de Lima (2005) e Cabral e Shankland (2013) ressaltam o papel instrumental da Cooperação Sul-Sul na manutenção do desenvolvimento socioeconômico do próprio Brasil, ao facilitar a participação de capital privado nacional na esfera mundial.

Essas mesmas perspectivas são reconhecidas em trabalhos relacionados ao protagonismo chinês na África, conforme indicado por Alden (2007)² em seu livro “*China in Africa*”, assim como são apresentadas para compreender a cooperação indiana e dos demais países não-membros do CAD (MODI, 2011). Portanto, embora possa haver distinções na forma de atuação desses países em terreno, a literatura atual tende a olhar para as motivações políticas desses Estados-nações em atuar via projetos de cooperação. Fato esse que se repete quando se analisa a restrita literatura sobre Cooperação Trilateral, uma vez que todos os autores buscam identificar as motivações do Estado-nação em realizar parceria com outro (FORDELONE, 2009; MADWSLEY, 2013; ABDENUR, 2013; AYLLÓN, 2013). As motivações identificadas na Cooperação Trilateral dividem-se em duas perspectivas: a

² É importante destacar que há uma sutil diferença na forma pela qual Alden (2007) entende as perspectivas estabelecidas em torno das ações dos chineses na África e aquela adotada nesse trabalho. Para Alden (2007), as três perspectivas são: parceiro ao desenvolvimento, colonizador e competidor econômico. Aqui, entende-se que, no caso da cooperação brasileira, podem ser encontradas as duas primeiras, porém percebe-se a necessidade de se substituir o termo “competidor econômico” para “auto-interessado”. Essa alteração ocorre pelo fato desse termo buscar não somente abranger a visão de que há uma motivação auto-interessada de cunho econômico, mas também a visão que entende que o maior benefício da Cooperação Sul-Sul brasileira é de cunho político, ao visar uma alteração no equilíbrio de poder internacional.

entusiasta e a cética. Para os entusiastas, a Cooperação Trilateral promove complementariedade; custo-benefício; e ampliação da troca de conhecimento (MADWSLEY, 2013; AYLLÓN, 2013; FORDELONE, 2009). Já para os céticos, essas iniciativas são estabelecidas para: aumentar a legitimidade dos países do Norte; sobrepôr seus interesses sobre o Sul; e expandir a sua área de poder e influência (ADBENUR, 2013).

O enfoque dado às motivações da Cooperação Sul-Sul brasileira e da Cooperação Trilateral ocorre por duas razões: primeiro, pela restrita quantidade de estudos empíricos devido à novidade do tema; segundo, pelo fato das poucas análises empíricas existentes procurarem enfatizar principalmente a falta de coerência entre os princípios da Cooperação Sul-Sul proclamados no discurso oficial e a sua prática. Esse distanciamento entre o discurso oficial e a prática, no caso da cooperação técnica brasileira, por exemplo, é normalmente apresentado como um indicador de mensuração de “sucesso”. Ou seja, a não adoção dos princípios da Cooperação Sul-Sul de forma fidedigna no terreno relaciona-se a um suposto nível de fracasso do projeto. Nogueira e Ollinaho (2013), por exemplo, argumentam que o ProSAVANA em Moçambique não é um programa bem sucedido por não seguir à risca três princípios da Cooperação Sul-Sul: o viés puramente solidário, a demanda do recipiendário e a relação de igualdade entre as partes. Assim, eles concluem: *“If Brazil were to stand by the principles it expresses in official discourse, inclusive development in ProSAVANA would not have to represent an utopia”* (NOGUEIRA; OLLINAHO, 2013, p. 15).

Essa preocupação em identificar as contradições entre a narrativa do discurso oficial e da prática é um esforço relevante e necessário, no entanto, ela deixa de analisar a complexidade multidimensional dos projetos de cooperação técnica, o que é de suma importância no contexto tripartite. Ao partirem do pressuposto de que há uma linearidade no processo de formulação, implementação e avaliação, esses estudos tendem a desqualificar os projetos que não são totalmente fiéis ao discurso dos formuladores. Entretanto, a execução da cooperação brasileira, assim como as demais, não se dá por aqueles que a formulam. O distanciamento entre o discurso e a prática não é um problema *per se*. Pois, conforme ressalta Mosse (1999; 2005), a cooperação para o desenvolvimento internacional, vista a partir da *actor-oriented approach*, é um processo social complexo, não linear, que se reinventa de acordo com os valores e interesses dos atores envolvidos no projeto. As relações que os atores locais, os executores e pesquisadores estabelecem em terreno partem do conluio de “campos de batalha do conhecimento”. Nesses “campos de batalha do conhecimento”, os diferentes atores envolvidos negociam a partir de seus próprios interesses e valores o andamento dos

projetos de cooperação, sem se conectarem necessariamente aos valores e interesses postos nos discursos oficiais dos chefes de Estados ou demais formuladores da política externa (LONG, 1999; 2002; MOSSE 1999; 2005; BUCKLEY 2011; 2013).

Dessa forma, verifica-se que é importante perguntar-se não somente o *porquê* da cooperação trilateral brasileira, mas também *como* ela acontece na prática. Ao se perguntar *como* a cooperação ocorre é necessário compreendê-la como um processo social, que vai além da imagem estereotipada de uma relação dicotômica que se dá entre invasores e invadidos ou entre “criminosos e vítimas” (MOSSE, 2005, p 6; GRILLO, 1997). O **objetivo geral** desse trabalho é, portanto, preencher essa lacuna na recente literatura ao buscar identificar como a prática de diferentes agentes se relaciona com as esferas de poder e conhecimento durante o processo de implementação, de maneira que se possa definir claramente o que representa a chamada Cooperação Trilateral dentro do atual sistema de ajuda internacional. Pois, percebe-se que é necessário adotar uma abordagem social que estabeleça uma conexão entre a agência e a estrutura, ou seja, que mostre como as relações de poder e conhecimento dos agentes na arena (LONG, 1999) interagem entre si *vis-à-vis* à estrutura. Entende-se que a análise macroestrutural, centrada no Estado, é importante, porém não suficiente para responder o que significa essa cooperação trilateral, e compreender se as hipóteses levantadas pela literatura, dividida entre os entusiastas e céticos, ocorrem em terreno. Portanto, faz-se necessário uma análise multinível, que inclua as perspectivas *macro*, *meso* e *micro*, considerando tanto a estrutura quanto o papel do agente.

Para tanto, este trabalho contempla dois estudos de casos, listados abaixo, de projetos de Cooperação Trilateral no setor agrícola em Moçambique, e baseia-se num quadro teórico multinível estabelecido com pressupostos da *actor-oriented*, que parte de uma concepção interacionista ou construtivista, a qual requer um método de pesquisa de campo, com uma abordagem etnográfica. Para isso, esta pesquisa constituiu-se por atividades de observação participante, realizadas entre os meses de março a julho de 2013, pela análise de documentos oficiais recebidos em campo e pela realização de 56 entrevistas individuais e 3 entrevistas em grupos, aplicadas com representantes de governo, técnicos executores, beneficiários e outras partes interessadas nos projetos, como acadêmicos, ONGs e demais organismos internacionais.

- (i) Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique, chamado de ProALIMENTOS, parceria entre *United States Agency for International Development* (USAID- Brasil), ABC e o MINAG;

- (ii) Programa ProSAVANA, parceria entre a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), ABC e MINAG;

Além dos esclarecimentos apresentados para a escolha desse tema, é importante destacar a estratégia utilizada para a seleção desses dois casos de cooperação trilateral do setor agrícola, que se baseou na triangulação de múltiplas fontes de evidências: levantamento bibliográfico prévio, a análise de documentos oficiais e a realização de entrevistas preliminares (YIN, 2010; GERRING, 2009). Em primeiro lugar, selecionou-se o país na região da África Subsaariana, pelo fato dessa região ser a mais favorecida em relação aos projetos de cooperação técnica horizontal, que inclui as ações de cooperação trilateral. No ano de 2010, por exemplo, a África recebeu aproximadamente US\$ 22 milhões em programas de cooperação técnica, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), enquanto que os recursos voltados para a América Latina ficaram em torno de US\$ 14,5 milhões (ABC, 2011). Do total de recursos destinados à África pela ABC, a análise documental e as entrevistas preliminares indicavam Moçambique como o país líder, representando 81 % do total, ou seja, US\$ 18 milhões. Além disso, estudiosos sobre o tema destacavam a relevância do País pelo número de projetos inovadores, sendo chamado de “laboratório”³ da cooperação brasileira ao alocar a maior quantidade de técnicos de forma permanente no país (ABC, 2011).

Em segundo lugar, foram analisados os projetos de Cooperação Trilateral da carteira da ABC em Moçambique. Constatou-se que, dos nove projetos de Cooperação Trilateral no país de cooperação técnica estruturante⁴ em execução, quatro eram no setor agrícola, que está na liderança, com 22% dos recursos totais alocados pela ABC (ABC, 2011). Desses quatro projetos no setor agrícola, foram selecionados dois e excluídos dois, o PLATAFORMA⁵, pelo fato de suas atividades já estarem em vias de finalização no período da pesquisa de campo deste trabalho, e o PRONAE devido ao fato de este projeto ser uma parceira com entidades multilaterais e ser implantado pelos próprios organismos multilaterais, sem uma participação consistente de uma entidade brasileira. Desse modo, os critérios de seleção desses dois projetos - o ProALIMENTOS e o ProSAVANA- foram : a) o tempo de implementação de

³ Esse termo “laboratório” da cooperação brasileira foi cunhado pelo Entrevistado 37, da Embaixada do Brasil em Moçambique.

⁴ Projetos de cooperação técnica estruturante são aqueles que visam fortalecer a capacidade institucional de entidades governamentais locais (ALMEIDA et.al, 2010)

⁵ O Projeto de Suporte Técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique, conhecido como PLATAFORMA, é uma parceria entre *United States Agency for International Development* (USAID) de Moçambique, a Agência de Cooperação Brasileira (ABC) e o Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG).

cada um deles, pois segundo documentos oficiais e entrevistas preliminares todos os projetos selecionados estariam a pleno vapor durante o primeiro semestre de 2013; b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ser a entidade executora e ter um escritório permanente no país; e, c) a existência de parceria com uma agência bilateral de um país desenvolvido.

Para realizar a tarefa proposta nesta tese, o trabalho está estruturado do seguinte modo. No Capítulo I, definem-se os principais conceitos utilizados, tais como Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, Cooperação Norte-Sul, Cooperação Sul-Sul e Cooperação Técnica Brasileira e Cooperação Trilateral. Em seguida, traça-se um panorama histórico da emergência das políticas de cooperação para o desenvolvimento internacional na esfera Norte-Sul e Sul-Sul. No Capítulo II, destaca-se quando a Cooperação Sul-Sul passa a fazer parte integrante da agenda de política externa do Brasil, ressaltando-se a importância dessa temática na agenda a partir de 2003, com uma análise sobre a evolução crescente dos recursos voltados a essa área até os anos de 2010, seguida de uma evolução decrescente a partir de então. No Capítulo III, apresenta-se o quadro teórico desta tese, que busca trazer o olhar do construtivismo social para se entender os processos de Cooperação Sul-Sul, e estabelece-se uma análise multinível, com base nos pressupostos da *actor-oriented approach* de Long (1999; 2002) e Mosse (2005). No Capítulo IV, discute-se a opção epistemológica interpretativista e o viés metodológico qualitativo adotado, assim como as limitações das técnicas de pesquisa utilizadas: observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. No Capítulo V, analisa-se o processo histórico de formação de Moçambique e a relação dos doadores tradicionais nesse contexto. Em seguida, expõe um panorama das atividades brasileiras de cooperação técnica no setor agrícola do país.

Nos capítulos subsequentes, VI e VII, discutem-se os resultados de cada um dos projetos de Cooperação Trilateral. O Capítulo VI apresenta os resultados do projeto ProALIMENTOS, destacando a importância de laços culturais e profissionais no momento da implementação, e mostra até que ponto as limitações institucionais da ABC leva a uma sobreposição das práticas Norte-Sul sobre as práticas Sul-Sul. O Capítulo VII discute o Programa PROSAVA e como as barreiras de integração entre as partes desconstrói a proposta de um projeto de Cooperação Trilateral. Sem uma relação de horizontalidade e reciprocidade, o ProSAVANA enfrenta desafios internos e externos, sendo o embate com a sociedade civil um ponto de atenção sobre a sua continuidade. Além disso, esse Capítulo identifica como a contraparte brasileira foi gravemente afetada pelos cortes orçamentários da ABC durante o

governo de Dilma Roussef, e de que maneira esse fato pode estremecer as relações do Brasil com Moçambique e Japão. Por último, no capítulo VIII, comparam-se as similaridades e diferenças entre os dois projetos, a partir de uma análise multinível, que indica que ainda não há um modelo único de Cooperação Trilateral e traz incertezas sobre a possibilidade desse modelo representar um novo paradigma na Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. Em relação ao Brasil, ressalta-se a necessidade de um fortalecimento institucional da ABC para participar desses acordos tripartites, uma vez que o não cumprimento do acordo impacta tanto nas relações Sul-Sul, como nas relações Norte-Sul.

Capítulo 1 - Cooperação para o Desenvolvimento Internacional

“To define a thing is to select from among the whole of its properties those which shall be understood to be designated and declared by its name; the properties must be very well known to us before we can be competent to determine which of them are fittest to be chosen for this purpose”

J.S. Mill (1843)

A Cooperação Trilateral (CT), principal objeto de estudo desse trabalho, constitui uma nova modalidade de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, que une desde sua concepção até a implementação e avaliação dois modelos antagônicos - a Cooperação Norte-Sul e a Cooperação Sul-Sul - num terceiro país em vias de desenvolvimento. Entender o que significa essa nova forma de atuação na arquitetura de ajuda internacional requer, antes de qualquer coisa, esclarecer a formação do conceito de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional - conhecido também como ajuda internacional, assistência internacional ou *foreign aid* (em inglês) - para então, delimitar a natureza do conceito de cooperação Norte-Sul (ou vertical), em contraposição ao conceito de cooperação Sul-Sul (ou horizontal), e estabelecer as especificidades da cooperação técnica brasileira e a sua compreensão da modalidade trilateral.

Este capítulo busca alcançar exatamente esse esclarecimento a partir de dois olhares. Primeiro, realiza-se uma discussão de como a literatura atual define cada um dos conceitos mais importantes para este trabalho, como Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, Cooperação Norte-Sul, Cooperação Sul-Sul e o seu mecanismo de Cooperação Técnica Horizontal entre Países em Desenvolvimento, e Cooperação Trilateral, em particular do Brasil. Segundo, traça-se um panorama do processo histórico que modificou de maneira substancial aquilo que entendemos por ajuda, cooperação e desenvolvimento no desenrolar do século XX e início do século XXI.

1.1 Problematizando o conceito de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Na literatura atual não há um consenso claro sobre o conceito de “ajuda internacional”, “assistência internacional”, ou “cooperação para o desenvolvimento internacional”. Há, ao contrário, certa confusão sobre a especificidade de seu significado. Esse fato emerge do uso recorrente de palavras distintas como sinônimos, ou da amplitude de significados dados a uma única palavra, o que provoca uma falta de clareza conceitual e, muitas vezes, o seu extensivo “alargamento conceitual”, e dificulta a análise empírica (BADIE et al., 2011; SARTORI, 1970; COLLIER; MAHON, 1993). O artigo de Ayllón (2006), citado por alguns autores da literatura (AFONSO; FERNANDES, 2005; PUENTE, 2010), é um exemplo de “alargamento conceitual”, pois o autor define Cooperação para o Desenvolvimento Internacional como “um conjunto de atuações de caráter internacional realizadas por atores públicos e privados (...) para promover o progresso econômico e social dos países em vias de desenvolvimento” (AYLLÓN, 2006, p.7). Nessa definição, considera “conjunto de atuações” desde as ações de investimento externo direto promovidas por empresas privadas até as ações de assistência humanitárias realizadas por Estados-nações, Organismos Internacionais e Organizações Não-governamentais Internacionais (ONGIs). O livro de Degnbol – Martinussen e Engberg – Pedersen (2003) caminha na mesma direção ao conceptualizar Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, sem especificar quais as ações ou os motivos, porém distingue-se ao excluir a transferência realizada por empresas privadas como parte ajuda internacional. Esses autores referem-se à ajuda internacional “*as a process with many actors, each with their own motives, interest, goals and strategies*” (DEGNBOL – MARTINUSSEN; ENBERG – PEDERSEN, 2003, p.1).

Embora haja conceptualizações abrangentes, o conceito de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional mais utilizado é aquele estabelecido pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento ⁶ (CAD) da Organização para Cooperação e

⁶ Atualmente, o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento possui 26 países-membros, incluindo a União Europeia: Alemanha (1961), Austrália (1961), Áustria (1966), Bélgica (1961), Canadá (1961), Coreia do Sul (2010), Dinamarca (1963), Estados Unidos (1961), Espanha (1991), Finlândia (1975), França (1961), Grécia (1999), Holanda (1961), Islândia (2013), Irlanda (1985), Itália(1961), Japão (1961), Luxemburgo (1992), Nova Zelândia (1973), Noruega (1962), Portugal (1961 – saiu em 1974 voltou em 1991), Suécia (1965), Suíça (1968), Reino Unido (1961), República Checa (2013), União Europeia (1961) <http://www.oecd.org/dac/dacmembers.htm> (último acesso em 8 de setembro de 2013).

Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1969⁷, conhecido como “Ajuda Oficial para o Desenvolvimento” (AOD) (ALESINA; DOLLAR, 2000; AFONSO; FERNANDES, 2005; BRAUTIGAM, 2009; LOPES, 2008; LOPES, C., 2005; LUMSDAINE, 1993; NEUMAYER 2006). Isto é inclusive percebido em dicionários e enciclopédias da área de Ciências Políticas que adotam o conceito de AOD para definir o termo ajuda internacional. A *Encyclopedia of International Development*, editada por Tim Forsyth (2011, p.11), por exemplo, determina como “*aid*” exatamente aquilo que é estabelecido pelo CAD-OCDE em termos de AOD. Assim como a *International Encyclopedia of Political Science* (BADIE et al., 2011, p. 911) que define na seção “*Foreign Aid and Development*” o termo ajuda internacional ou assistência ao desenvolvimento “*as financial flows that qualify as official development assistance (ODA)*”.

O uso recorrente do conceito AOD como sinônimo de ajuda internacional ou Cooperação para o Desenvolvimento Internacional não é normalmente discutido. Esse fato está relacionado a dois fatores: ao processo histórico da ajuda internacional (MAWDSLEY, 2012) e à harmonia dessa formulação conceitual ao se encaixar naquilo que Gerring (1999) e Goertz (2006) qualificam como um bom conceito. Segundo os autores, um bom conceito é formado por um “núcleo coerente” de características que permite identificar não somente o que ele é, mas também o seu *contrário*, ou seja, aquilo que ele não é. Logo, identificam-se como “AOD” os fluxos de recursos oficiais com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, providos por agências bilaterais ou multilaterais para países em desenvolvimento⁸, com um elemento de concessionalidade (*grant element*) de ao menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%); e, como “não AOD”, ou seja, o polo negativo do conceito (GOERTZ, 2006), todos aqueles fundos repassados de um país ao outro com propósito de financiar exportações, subsidiar investimentos de empresas privadas, fundos ligados a gastos militares ou luta contra o terrorismo, subornos ou tributos de caráter diplomático e gastos com a representação diplomática (OCDE, 2013). Ademais, é relevante

⁷ O conceito de AOD passou por uma única reformulação no ano de 1972, e desde então se mantém o mesmo.

⁸ O CAD define uma lista de países em desenvolvimento elegíveis à receberem AOD de seus países-membros. Essa Lista de Receptores de AOD do CAD tem por base o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita divulgado pelo Banco Mundial, com revisão periódica trienal. A lista atual, revista no ano de 2010, divide os países em quatro grupos: Países Menos Desenvolvidos (PNB *per capita* menor ou igual à US\$ 1.004,00); Outros Países de Baixa Renda (PNB *per capita* maior ou igual à US\$ 1.005,00), Países e Territórios de Renda Média- Baixa (PNB *per capita* entre US\$ 1.006,00 a US\$ 3.975,00), e Países e Territórios de Renda Média-Alta (PNB *per capita* entre US\$ 3.976,00 e US\$ 12.275,00). Disponível em <http://www.oecd.org/dac/stats/DAC%20List%20used%20for%202012%20and%202013%20flows.pdf> (último acesso 8 de setembro de 2013).

esclarecer que o conceito de AOD é dicotômico, pois não há transferências que qualificam como mais ou menos AOD. As transferências direcionadas a países desenvolvidos são classificadas em outra modalidade, chamada Ajuda Oficial (AO). Enquanto aquelas direcionadas a países subdesenvolvidos, porém sem seguir os critérios de concessionalidade ou voltadas ao subsídio de investimentos privados, são classificadas como Outros Fluxos Oficiais (OFO) (OCDE, 2013; GOERTZ, 2006).

A despeito da clareza conceitual do AOD, neste trabalho entende-se que essa definição seria adequada para designar Cooperação para o Desenvolvimento Internacional se esse conceito englobasse, além dos membros do CAD-OCDE, aqueles países da chamada Cooperação Sul-Sul. Porém, esses países, como o grupo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e os países árabes, possuem outra definição do que eles qualificam como Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, e não adotam os mesmos critérios do CAD, assim como não partem dos mesmos princípios norteadores. Esse fato torna difícil a comparação entre esses dois modelos (MODI, 2011; GRIMM et al., 2011). Autores como Braütigam (2009), em sua análise sobre a cooperação chinesa, procuram resolver essa questão considerando somente como ajuda internacional da China aqueles recursos que se encaixam na designação dada pelo CAD. Essa solução é plausível para se alcançar um parâmetro de comparação, no entanto, ela possui a fragilidade de partir do pressuposto que a conceptualização do CAD é mais coerente do que aquela adotada pelo próprio governo chinês⁹. Além disso, pode-se dizer que essa resolução é paliativa, uma vez que não promove um novo conceito que integre os modelos de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional.

Esta tese não almeja solucionar esse imbróglio conceitual. Contudo, considera importante trazer a questão ao debate acadêmico para que se evite o uso de sinônimos de forma indevida e também busca deixar claro que há, na literatura, uma dificuldade em se definir esse conceito de maneira que englobe as novas definições trazidas pelos doadores do

⁹ O governo chinês possui a sua própria definição de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, que como país em desenvolvimento se encaixa nos princípios norteadores da Cooperação Sul-Sul. Diferentemente da AOD, a China inclui em cooperação Sul-Sul a assistência militar, subsídio à *joint-ventures* e construções de centros esportivos, e exclui gastos com estudantes, entre outros. Dessa forma, o governo chinês define como Cooperação para o Desenvolvimento Internacional os *grants* ou empréstimos com taxas-zero de juros e consensual repassados por meio de oito mecanismos próprios: projetos completos; produtos e materiais; cooperação técnica; cooperação para o desenvolvimento dos recursos humanos; envio de médicos ao exterior; ajuda humanitária emergencial; programas de voluntários e perdão de dívida. É importante destacar que cada um desses mecanismos tem definição distinta da AOD, e não é disponibilizada informação suficiente sobre a forma de repasse ou o país beneficiário de cada um deles (GRIMM et al., 2011; ROWLANDS, 2008).

Sul. Esse fato pode estar relacionado à limitação dos paradigmas Norte-Sul e Sul-Sul para explicar a complexidade do sistema de ajuda internacional atual. Para que não haja nenhuma confusão conceitual sobre o que se entende nesse trabalho como Cooperação para o Desenvolvimento Internacional se adapta a definição de Hattori (2001) e Mawdsley (2012), estabelecida a partir do conceito de troca de dádivas identificado por Mauss (1990), e desenvolvido depois por Sahlins (1972) e Bourdieu (2013). Nesse sentido, identificam-se como Cooperação para o Desenvolvimento Internacional as transferências, que possuem o simbolismo da dádiva, realizadas pelas agências governamentais de um país desenvolvido, país em desenvolvimento ou agência multilateral para outro país em desenvolvimento. Essa ideia de que a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional é uma transferência, seja de recursos, seja de conhecimento, que procura estabelecer uma relação simbólica de doação e retribuição entre o prestador e o beneficiário é relevante por conseguir envolver tanto as conceptualizações de Cooperação Norte-Sul, como as diversas conceptualizações Cooperação Sul-Sul, em específico a cooperação Sul-Sul e técnica brasileira, e a Cooperação Trilateral. Em seguida, apresenta-se cada uma dessas definições.

Figura 1 - As Modalidades de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional



Fonte: Elaboração própria.

1.1.1 Cooperação Norte-Sul

O conceito de Cooperação Norte-Sul (ou vertical) desta pesquisa, também conhecido como aquele dos doadores tradicionais, parte da definição de AOD adotada por todos os países-membros do CAD-OCDE, inclusive pelos organismos internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações Unidas. Dessa forma, Cooperação Norte-Sul consiste nos fluxos de financiamentos oficiais com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, providos por agências bilaterais ou multilaterais para países em desenvolvimento, com um caráter de concessionalidade de pelo menos 25%, excluindo quaisquer empréstimos voltados à promoção das exportações nacionais (OECD, 2013).

Os principais mecanismos da cooperação tradicional são: (i) cooperação financeira; (ii) assistência humanitária; e (iii) cooperação técnica. A cooperação financeira inclui as doações ou empréstimos, com elemento de *grant*, repassados de três maneiras: a) *Budget Support*¹⁰; b) Conjunto de Programas¹¹; e c) Iniciativas de perdão da dívida pública (OCDE, 2009). Já a assistência humanitária consiste em um instrumento de estratégia de curto prazo, utilizado normalmente por meio das agências das Nações Unidas, com o propósito de auxiliar populações em situação de calamidade devido a um conflito armado, epidemia ou desastre natural, com a provisão de teto, água, alimentos, entre outros. Segundo o CAD, esse mecanismo representa aproximadamente 9-10% (em 2010-2011) do total de ajuda destinada aos países em desenvolvimento e está normalmente vinculada a campos de refugiados (OCDE, 2013). A cooperação técnica, por sua vez, baseia-se na transferência de conhecimentos através de bolsas de estudos, cursos, treinamentos e capacitações nas áreas de tecnologia, ciência, educação e cultura, representando aproximadamente 25%¹² do total da assistência oficial internacional do CAD- OCDE (OCDE, 2011).

¹⁰ *Budget Support* é quando o doador transfere o controle dos recursos financeiros diretamente ao governo do país beneficiário, compartilhando com o governo as responsabilidades no uso dos recursos (OCDE, 2009, p.2).

¹¹ Conjunto de Programas é quando o doador transfere os recursos diretamente aos executores, sem passar pelo governo local, tais como organizações não governamentais internacionais, instituições multilaterais e parceria público privado (OCDE, 2009, p.2).

¹² No documento publicado pelo CAD-OCDE, em 2011, é apontada a dificuldade de se identificar os gastos específicos em cooperação técnica de seus membros, sendo esse valor uma média aproximada dos últimos anos, com variação entre os doadores (OCDE, 2011, p.11).

1.1.2 Cooperação Sul-Sul

O conceito de Cooperação Sul-Sul (ou horizontal), representados pelos países em desenvolvimento não membros do CAD-OCDE, ainda está em plena construção e cada governo¹³ tem a sua própria definição. Entretanto, o elo que dita o que pode ser considerado como Cooperação Sul-Sul são os princípios norteadores como solidariedade, reciprocidade, igualdade e incondicionalidade nos quais se baseiam os seus programas de desenvolvimento. Além da definição geral estabelecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas em Cooperação Sul-Sul na Conferência de Nairóbi, em dezembro de 2009, segundo a qual a Cooperação Sul-Sul, que envolve iniciativas de Cooperação Trilateral, é posta como um processo no qual dois ou mais países em desenvolvimento buscam ampliar a sua capacidade nacional de desenvolvimento por meio da troca de conhecimentos, recursos e técnicas, com benefícios mútuos entre as partes (ONU, 2012, p. 5).

Para elucidar a definição do governo brasileiro para Cooperação Sul-Sul, em linha com a definição de Nairóbi, apresenta-se a seguir a conceptualização estabelecida no relatório de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), publicado pelo IPEA (2010; 2013) e a definição adotada para a cooperação técnica brasileira, com base no conceito de cooperação estruturante.

a) *Cooperação Sul-Sul brasileira*

O governo brasileiro, assim como outros países não membros do CAD-OCDE, ressalta os princípios norteadores de solidariedade, *demand-driven*, igualdade, reciprocidade e incondicionalidade de sua cooperação, os quais são reafirmados pelo fato do Brasil declarar que não considera a “cooperação sul-sul uma ajuda (“aid”), mas sim uma parceria” (MRE, 2013). Dessa forma, o relatório do Cobradi estabelece como Cooperação Sul-Sul aqueles recursos, totalmente a fundo perdido, destinados para organismos internacionais, governos de outros países e estrangeiros em território brasileiro com o objetivo de alavancar o desenvolvimento internacional por meio do fortalecimento de suas capacidades, e que resulta na melhoria de suas condições socioeconômicas (IPEA, 2010, p.17). Essa cooperação inclui

¹³ A definição dada pelo governo chinês é apresentada na nota de rodapé da página 13 e 14. Enquanto que é importante, ressaltar que o governo indiano não apresenta ainda uma definição própria, conforme aponta Modi (2011).

os seguintes mecanismos¹⁴ de atuação: cooperação técnica, cooperação científica e tecnológica, cooperação educacional cooperação humanitária, apoio e proteção a refugiados, operações de manutenção da paz e colaboração a organismos multilaterais (IPEA, 2013). Dentre os mecanismos da Cooperação Sul-Sul elencados pelo Cobradi, é relevante destacar ao menos dois pontos: primeiro, é a não existência de um mecanismo de cooperação financeira, direto ou indireto e, assim, a exclusão de ações de perdão da dívida pública do escopo da cooperação; segundo, é a importância dada aos mecanismos que buscam desenvolver as capacidades dos parceiros, o que estabelece uma centralidade nas atividades de cooperação técnica horizontal.

b) Cooperação técnica horizontal brasileira

As iniciativas de cooperação técnica horizontal prestadas pelo Brasil, inclusive os projetos de Cooperação Trilateral prestados e o recebimento de programas de cooperação externos de caráter bilateral e multilateral, ficam sob a responsabilidade da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), na égide do Ministério das Relações Exteriores. A ABC é, portanto, a instituição responsável pelo planejamento, coordenação, financiamento e monitoramento da cooperação técnica brasileira. Porém, a execução técnica compete normalmente a ministérios ou entidades governamentais, tais como a EMBRAPA, Fundação Oswald de Andrade (FIOCRUZ), SENAI, entre outros (ABC, 2013a). De acordo com a Agência, os projetos de cooperação técnica horizontal, em linha com os princípios norteadores da Cooperação Sul-Sul estabelecidos no Cobradi, envolvem atividades que visam “promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional” (ABC, 2013a). Para alcançar esse objetivo como agência prestadora, pode-se dizer que a ABC possui ao menos três tipos de projetos, na modalidade bilateral ou trilateral: treinamentos de curto prazo, projetos de cooperação técnica, projetos de cooperação estruturante.

Os treinamentos de curto prazo constituem, historicamente, a primeira modalidade de atuação do governo brasileiro como prestador de ajuda internacional, com início na década de 70. Normalmente, a promoção de treinamentos a indivíduos de terceiros países ocorria em território brasileiro como parte do Programa de Treinamento para Terceiros Países (*Third*

¹⁴ É importante apontar que há diferenças na forma que são estabelecidos e contabilizados os mecanismos no relatório Cobradi (2010), referente às atividades de 2005-2009, e o Cobradi (2013), referente às atividades de 2010. Somente para ilustrar um exemplo, o mecanismo de cooperação científica e tecnológica era parte do mecanismo de cooperação técnica no Cobradi (2010). Esse fato gera uma dissonância na comparação dos dados (IPEA, 2010; 2013).

Country Training Programs)¹⁵, parceria com a JICA, embrionária na fundação da Cooperação Trilateral. Já, os projetos de cooperação técnica e os projetos de cooperação estruturante são incluídos na agenda da ABC a partir dos anos 2000, e têm como característica principal a prestação da cooperação no país recipiend. Os projetos de cooperação técnica são aqueles voltados ao fortalecimento de entidades não-governamentais, enquanto que os projetos de cooperação estruturante focam no aprimoramento institucional de órgãos de governo do país.

De acordo com a definição de Almeida et al. (2010), a cooperação estruturante abarca aqueles projetos que buscam o fortalecimento institucional, por meio de “intervenções concretas com a construção de capacidades locais e a geração de conhecimento, e ainda promovendo o diálogo entre atores, de forma a possibilitar que eles assumam o protagonismo na liderança dos processos” (ALMEIDA et al., 2010, p.28). O relatório do MRE adiciona que esse tipo de cooperação requer normalmente a instalação de estruturas permanentes no país beneficiário, como uma maneira de fornecer formação contínua aos recursos humanos das instituições locais para alavancar mais rapidamente o desenvolvimento institucional (MRE, 2011, p.2). Dessa forma, a ABC aponta que os dois projetos escolhidos nesta pesquisa são do tipo de cooperação estruturante dentro da modalidade trilateral, que constitui, portanto, uma parceria com agências de países desenvolvidos ou organismos multilaterais. A seguir, apresenta-se, então, a definição de Cooperação Trilateral debatida pela academia.

1.1.3 Cooperação Trilateral

Assim como não há uma clareza sobre qual seria a melhor forma de se definir Cooperação para o Desenvolvimento Internacional nos dias de hoje, o conceito de Cooperação Trilateral também passa por diversas denominações, sendo apresentado geralmente como sinônimo de cooperação triangular ou cooperação tripartite¹⁶. Em termos gerais, pode-se dizer que a Cooperação Trilateral busca agregar a experiência em cooperação dos doadores tradicionais (CAD-OCDE e organismos multilaterais) com o conhecimento técnico dos países não-membros do CAD num terceiro país em desenvolvimento.

¹⁵ O Programa de Treinamento para Terceiros Países é um acordo estabelecido no ano de 1985, com o objetivo de capitalizar as conquistas atingidas pela cooperação bilateral JICA e Brasil através da promoção de capacitações e treinamentos oferecidos por instituições brasileiras às entidades de outros países em desenvolvimento em território nacional (JICA, 2012).

¹⁶ Rhee (2011) diferencia cooperação trilateral de cooperação triangular. Segundo o autor, cooperação triangular refere-se ao suporte financeiro fornecido, via uma agência multilateral sob a égide das Nações Unidas, para manter uma existente parceria Sul-Sul. Enquanto que a cooperação trilateral relaciona-se a um projeto de desenvolvimento iniciado desde o princípio no âmbito Norte-Sul-Sul.

No entanto, pesquisas realizadas pelas Nações Unidas indicam que essa definição está longe de ser consensual (ONU, 2011). O Alto Comissariado das Nações Unidas em Cooperação Sul-Sul, por exemplo, identifica como CT o apoio financeiro, técnico ou *expertise* fornecida por países desenvolvidos e organismos internacionais para um ou mais países em desenvolvimento implementarem seus programas de cooperação (ONU, 2012, p. 5). Enquanto outros, como Fordelone (2009) e Chatuverdi (2012), limitam a CT à parceria entre doadores bilaterais da OCDE-CAD¹⁷ e um país pivô, ou seja, um país emergente líder na Cooperação Sul-Sul, num terceiro país beneficiário sem, portanto, incluir a possibilidade de parceria com organismos multilaterais, porém destacando a sua finalidade de *“joining forces to promote development”* (FORDELONE, 2009, p.4).

O trabalho de Stahl (2012), por outro lado, baliza o conceito de CT de outra forma, ao considerar unicamente os países africanos como possíveis beneficiários. Além disso, a autora afirma que uma parceria deve ser estabelecida entre os doadores tradicionais e doadores emergentes, excluindo a ONU e Banco Mundial devido à necessidade de se ter princípios e normas mais flexíveis na Cooperação Trilateral do que as promovidas por essas instituições. Já Grimm (2011) vai em sentido contrário, ao expandir a CT para qualquer esquema de tipo tripartite que envolva três governos. De forma que os arranjos que incluem países unicamente do Sul, tal como a *India- Brazil -South Africa Initiative* (IBSA), são citados como exemplos de CT.

Dentre todas essas definições, é importante notar que nenhuma delas se adequa exatamente àquilo que a ABC compreende por Cooperação Trilateral. De acordo com a agência, a Cooperação Trilateral está relacionada à parceria com organismos multilaterais e/ou países desenvolvidos voltadas à populações de um terceiro país em desenvolvimento (ABC, 2013a). Portanto, não há a necessidade do projeto ocorrer fora do território nacional, assim como já acontece nos treinamentos de Programa de Treinamento para Terceiros Países, em parceria com a JICA. Além disso, a agência destaca a preferência em estabelecer parcerias com países desenvolvidos que sejam “tradicionalmente parceiros do Brasil no âmbito da cooperação bilateral recebida” (ABC, 2013a). E ressalta que a Cooperação Trilateral é uma modalidade da Cooperação Sul-Sul brasileira, e que, portanto, deve seguir os princípios de horizontalidade, *demand-driven*, incondicionalidade e reciprocidade (ABC, 2013a). Nesse

¹⁷ Fordelone (2009) aponta que 16 dos 23 membros do CAD-OCDE participam de algum projeto de Cooperação Trilateral, dentre eles destaca-se principalmente a atuação do Japão, considerado o mais participativo nessa área pelo levantamento da ECOSOC (2008).

sentido, a relação entre os parceiros deve ser de igualdade, sem haver uma divisão de tarefas preestabelecida ou uma distinção clara entre o financiador e o executor, pois é possível a ABC atuar como financiadora integral ou parcial da ação, de acordo com a parceria estabelecida com as entidades brasileiras executoras. A Figura 2 busca ilustrar o modelo de Cooperação Trilateral da ABC:

Figura 2: Cooperação Trilateral Brasileira



Fonte: Elaboração própria.

Para verificar até que ponto essa definição ideal consagrada pela ABC é a prática dos agentes em campo, é necessário a realização de um estudo empírico que estabeleça um diálogo entre a agência e estrutura, e considere como se estabelecem as relações de poder e conhecimento entre os agentes na arena (LONG, 2002;1999). Porém, antes de introduzir o quadro teórico dessa pesquisa, é necessário contextualizar como a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional surge e se transforma, nos séculos XX e XXI, com a emergência de novos atores como o Brasil.

1.2 Contextualização histórica da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional

O termo “ajuda internacional”¹⁸ surge como instrumento da política externa a partir do nascimento das instituições de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Nesse primeiro momento, a ajuda internacional promovida pelos organismos multilaterais e o governo dos Estados Unidos tinham o intuito de auxiliar a reconstrução dos países europeus. Porém, no ano de 1949, a ajuda internacional assume outro significado ao tornar-se um instrumento da política externa norte-americana direcionada aos países subdesenvolvidos, em particular, da América Latina. Truman, em seu discurso inaugural como presidente dos Estados Unidos, afirma no “Ponto IV” a importância de se desenvolver programas de ajuda de caráter de cooperação técnica para os países subdesenvolvidos, com o propósito de barrar a expansão do comunismo e garantir a segurança nacional. Após um ano de mandato, o Congresso Americano aprova duas emendas chave para a institucionalização da ajuda bilateral: o *Act for International Development* (1950) e o *Mutual Security Act* (1952), considerados embriões da USAID, constituída em 1961, com a assinatura do *Foreign Assistance Act* por John F. Kennedy (LOPES, C., 2005; BRAUTIGAM, 2002; 2009).

Em resposta à iniciativa americana, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estabelece, a partir de 1949, o Conselho para Assistência Econômica Mútua, que define a sua própria estratégia de ajuda internacional focada nos países aliados regionais, na Índia e nos países da África em busca de independência (MANNING, 2009). Com o apoio financeiro do governo chinês, a URSS envia recursos e especialistas para auxiliar o movimento de independência Mau Mau (1952-1963) no Quênia, e fornece o suporte, na forma de ajuda internacional, para a Guerra da Coreia (BRAUTIGAM, 2009). No ano de 1960, por exemplo, as políticas de ajuda da URSS chegam a ultrapassar os EUA e o Banco Mundial, com o financiamento da represa de Assuã, no Egito (MANNING, 2009).

¹⁸ Alguns autores apontam que desde o século XIX havia iniciativas pontuais de assistência humanitária associadas a desastres naturais ou conflitos, porém essas ações não faziam parte da política externa dos países e eram normalmente financiadas por associações religiosas e civis, como a Cruz Vermelha (1863), *Save the Children* (1919), *Rockefeller Foundation* (1913), entre outras. (LANCASTER, 2007; HJERTHOLM; WHITE, 1998)

Essa repentina expansão das políticas de ajuda do bloco soviético, principalmente da URSS e da China, começa a ameaçar a supremacia europeia nas colônias africanas e passa a pressionar pela formalização do sistema de ajuda internacional dentro do bloco capitalista, que rapidamente estabelece agências ou ministérios bilaterais e amplia o escopo dos órgãos responsáveis pela ajuda internacional nas esferas multilaterais (LANCASTER, 2007, p.32). No ano de 1960, por exemplo, o Banco Mundial funda a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), braço voltado especificamente para oferecer empréstimos a países de baixa renda. No mesmo ano, a *Organisation for European Economic Co-operation*¹⁹ (OEEC) formaliza, em reunião em Washington, o *Development Assistance Group* (DAG), que a partir da mudança institucional da organização para OCDE, em 1961, passa a ser designado Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD). Na esfera bilateral há, por exemplo, a constituição de um Ministério voltado especificamente para a Cooperação na França, Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha, papel depois representado pela *Agence Française de Développement* (AFD), *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) e *Department for International Development* (DFID), respectivamente. Além da institucionalização, em 1961, da *Japanese International Cooperation Agency* (JICA), para se contrapor às constantes ameaças dos avanços chineses na Ásia. (LANCASTER 2007; DEGNBOL-MARTINUSSEN;ENGBERG- PEDERSEN, 2003).

Dentro desse contexto de rivalidade da Guerra Fria, a política de ajuda internacional é guiada pela perspectiva realista das relações internacionais ao se tornar um mecanismo estratégico para ampliar o número de aliados, ou “premiar” a fidelidade dos mesmos nas instâncias internacionais. Os governos do bloco soviético e a China concentram²⁰ aproximadamente $\frac{3}{4}$ de suas ações de cooperação nos países socialistas aliados, como o Norte do Vietnã, Coreia do Norte, Cuba e Mongólia, enquanto que o restante é destinado aos países “amigos” não socialistas, como Índia, Egito e Síria, com o propósito de desenvolver os setores de infraestrutura e as indústrias manufaturadas (LANCASTER, 2007, p.32; MAWDSLEY, 2012). Enquanto que os governos do bloco capitalista, por meio de suas agências bilaterais ou organismos multilaterais, focam suas ações nos países em

¹⁹ OEEC foi criada em 1947 para gerir o auxílio financeiro americano, o Plano Marshall, na reconstrução da Europa. Devido ao sucesso do Plano Marshall, decidiu-se, em 1960, expandir a estratégia de cooperação econômica em nível global. A entrada dos Estados Unidos e do Canadá em 1961 marca oficialmente o nascimento da OCDE (OECD, 2012)

²⁰ De acordo com Lancaster (2007, p. 32), o bloco soviético não tinha os recursos financeiros e humanos para manter ajuda aos países em desenvolvimento como o bloco capitalista, principalmente em meados dos anos 1960, quando a China rompe com a URSS.

desenvolvimento, ao estabelecerem a ideia de que o processo de desenvolvimento é algo linear, neutro e técnico facilmente alcançado pelo apoio das políticas de ajuda internacional (LANCASTER, 2007; RIST, 1997).

A conexão entre as políticas de ajuda internacional e essa ideia de “desenvolvimento”, culminada principalmente no Ocidente²¹, leva à substituição gradual nos discursos oficiais do termo “ajuda internacional” por Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, em meados dos anos 1960 (LANCASTER, 2007; FORSYTH, 2011). Logicamente, essa alteração do conceito de “ajuda internacional” para “cooperação internacional para o desenvolvimento” não ocorre de maneira linear, pois até hoje ambas os termos são usados como sinônimos. Contudo, é importante notar que há dois marcos no aparecimento da terminologia “cooperação” e “desenvolvimento”. O termo “cooperação” emerge nos discursos oficiais no ano de 1959, quando a Resolução 1383 (XIV) B das Nações Unidas determina a alteração da expressão “assistência ou ajuda” técnica por “cooperação técnica”, como resultado da Conferência de Bandung²², na Indonésia, em 1955 (SOARES, 1995), enquanto o termo “desenvolvimento” torna-se recorrente nesse mesmo período, a partir dos pressupostos da teoria da modernização de Walt Rostow (1960). Para Rostow (1960) - no livro *“The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto”* (1960) - o “arranque”²³ das nações subdesenvolvidas pode ser atingido por meio da capitalização promovida pela ajuda internacional em investimentos em infraestrutura (estradas, portos, telecomunicação, energia, entres outros) e produção agrícola²⁴ (ROSTOW, 1960;

²¹ Segundo Rist (1997, p.73), os Estados Unidos tiveram um papel chave na ideia de que é possível induzir o desenvolvimento a partir do crescimento econômico, que é percebida por uma análise dos discursos oficiais, em particular, o discurso de Truman e o suporte a estudos de desenvolvimento pelas Nações Unidas, que publica, já em 195, o trabalho *“Measures for the economic development of under-developed countries”*.

²² A Conferência de Bandung (1955) é a primeira iniciativa liderada por países da África e da Ásia, recentemente descolonizados, que visa fortalecer aliança entre os países do Sul como uma forma de diminuir a subordinação aos interesses rivais da Guerra Fria. Um dos resultados dessa Conferência foi a criação do Movimento dos Não-Alinhados, em 1961, que inicia de maneira tímida as primeiras iniciativas de cooperação entre os países do Sul (MAWDSLEY, 2012, p.63).

²³ Os cinco estágios de modernização de Rostow (1960) são: (i) sociedade tradicional (ultrapassar os obstáculos da sociedade tradicional de subsistência, com métodos tradicionais de produção e baixo uso de capital); (ii) as condições para a decolagem (especialização do trabalho gera excedentes para a comercialização e o estabelecimento de um Estado centralizado, porém com a coexistência de líderes tradicionais); (iii) a decolagem (geração de excedente de capital para aumentar o incremento tecnológico na indústria e agricultura e poder na mãos de líderes empreendedores); (iv) a maturidade (instituições fortes e diversificação da economia para novas áreas produtivas e produção local de bens antes importados, com novas necessidades de importação e novos produtos gerados para exportação); e (v) a sociedade de consumo de massa (população tem excedente de capital para o consumo de produtos e serviços duráveis, Estado tem capacidade de realizar investimentos no serviços públicos e segurança).

²⁴ Os projetos de expansão da produção agrícola desenvolvidos nesse período ficaram conhecidos pelo termo “Revolução Verde”, ao focarem no desenvolvimento de grandes latifúndios e empregarem o uso de agrotóxicos

BRAUTIGAM, 2009).

Esse modelo de desenvolvimento de Rostow (1960) torna-se referência aos países membros do CAD-OCDE e para os organismos internacionais que, rapidamente, duplicam os seus recursos em Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) de US\$4 bilhões (1960) para US\$8 bilhões (1970) (OCDE, 2012). Entretanto, os resultados desses projetos não são satisfatórios, ao não proporcionarem o “arranque” necessário para a redução dos níveis de pobreza (BRAUTIGAM, 2009). Assim, em meados dos anos 1970, há uma mudança significativa no enfoque dos programas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, que passam a incluir a dimensão social²⁵ e ambiental²⁶, alicerçadas nas teorias de *human basic needs approach*²⁷ e *integrated rural development*²⁸. A partir dessa nova diretriz “orientada à pobreza”, os doadores buscavam, sobretudo, responder às demandas apresentadas pelo movimento dos países do Terceiro-mundo, o G-77, e as críticas levantadas pela Escola da Dependência²⁹, entre outros acadêmicos³⁰. Com isso, aumentam-se não somente os recursos da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, mas também o número de projetos setoriais que tinham o propósito de atender principalmente às necessidades da população-alvo em condições de pobreza absoluta. (PEREIRA, 2009; 2010, LANCASTER, 2007; DEGNBOL-MARTINUSSEN; ENGBERG- PEDERSEN, 2003).

Em paralelo a essas transformações no escopo da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, há um fato que modifica substancialmente a arquitetura do sistema de ajuda internacional nos anos 1970. O choque do petróleo, em 1973 e 1979, e a

para viabilizar a produção em grande escala. Esse modelo foi implantado em muitos países subdesenvolvidos, como o Brasil e o México, por meio de programas de assistência internacional bilateral (LANCASTER, 2007).

²⁵ O *Institute of Development Studies* (IDS) da *University of Sussex*, na Grã-Bretanha, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram os pioneiros na inclusão da dimensão social, que estabelece uma política de “orientada à pobreza” ancorada na relação neoclássica de “desemprego” e “pobreza”. Esse viés “orientado à pobreza” passa a ser a principal diretriz das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional dos membros do CAD-OCDE e do Banco Mundial e FMI (PEREIRA, 2009, p. 149).

²⁶ A Conferência das Nações Unidas ao Meio Ambiente realizada em Estocolmo no ano de 1972 é um marco na mudança de agenda das políticas de cooperação ao desenvolvimento dos países desenvolvidos (PUENTE, 2010).

²⁷ *Human basic needs approach* coloca o indivíduo no centro das ações de desenvolvimento, e surge a partir de uma estudo da Organização Internacional do Trabalho que estabelece que o preenchimento das necessidades do indivíduo (comida, água, habitação, saúde, educação, trabalho, entre outros) é um pré-requisito para o desenvolvimento social e econômico (ILO, 1977).

²⁸ *Integrated rural development* foca no desenvolvimento agrícola do pequeno produtor, em oposição à Revolução Verde, que se concentrava no desenvolvimento de grandes latifúndios (DEGNBOL-MARTINUSSEN; ENGBERG- PEDERSEN, 2003).

²⁹ Hayter (1971).

³⁰ Edgar Ownes e Robert Shaw (1972), por exemplo, publicam o livro “*Development reconsidered: bringing the gap between government and the people*” que repercute imensamente no meio acadêmico da época. Os autores fazem uma análise crítica tanto do modelo de desenvolvimento focado no investimento de capital intensivo, quanto da forma como esse modelo é posto sem a participação do pobres.

queda nas contas correntes externas dos países desenvolvidos facilitam o aparecimento de novos prestadores de ajuda internacional, tais como os fundos dos países árabes e da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (OPEC), que representam os primeiros passos para a consolidação de um modelo alternativo de Cooperação Sul-Sul, fora do eixo político Leste-Oeste. Somente para fins de exemplo, é importante notar que aproximadamente 30% do total de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, em 1978, chega a ser provida por esses atores (MANNING, 2009). Nessa mesma década, os países do Sul, inspirados nas críticas da teoria da dependência, estabelecem instrumentos para promover o comércio entre si, como a Nova Ordem Econômica Internacional e a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) (MODI, 2011). No ano de 1978, o G-77³¹ viabiliza a institucionalização das atividades de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, com a aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires da UNCTAD na Assembleia geral da ONU, que até então ocorria mais na retórica do que na prática, a partir de tímidas iniciativas do Movimento dos Não-Alinhados (1961) (LANCASTER, 2007).

A despeito da guinada inicial dos programas de Cooperação Sul-Sul, o sistema internacional de ajuda das décadas de 1980 e 1990 é marcado pela liderança dos organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial e o FMI. A vitória de Thatcher (1979) e Reagan (1981) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, respectivamente, favorece o desenvolvimento de uma agenda neoliberal, e impulsiona o estabelecimento dos Programas de Ajuste Estrutural nos países de baixa renda pelas instituições de Bretton Woods. Esses programas de ajuste estrutural consistiam, basicamente, de políticas macroeconômicas de liberalização e desvalorização, e de políticas sociais e de administração pública de redução da máquina governamental, por meio de corte de pessoal, privatização e descentralização (PEREIRA, 2010). Além do mais, vale notar que a maioria³² das agências bilaterais passa a condicionar seus programas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional ao cumprimento das metas do ajuste estrutural, de modo que países displicentes eram frequentemente penalizados por todo sistema de ajuda internacional (DOLLAR; SVENSSON, 2000; DEGNBOL-MARTINUSSEN; ENGBERG- PEDERSEN, 2003).

³¹ O Grupo dos Setenta e Sete Países (G-77) foi estabelecido na Conferência do Cairo, em 1962, com o propósito de retomar as iniciativas de Cooperação Sul-Sul iniciadas de forma restrita na retórica trazida pelos países do Movimento dos Não-Alinhados (MAWDSLEY, 2012).

³² Degnbol-Martinussen e Engberg- Pedersen (2003, p.48) destacam que as agências dos países nórdicos mantiveram, nos anos 1980 e 1990, projetos independentes que seguiam os preceitos do *human basic needs approach e integrated rural development*. Enquanto Dollar e Svensson (2000) mostram que os nórdicos também são os países que favorecem mais aqueles com instituições democráticas sólidas.

Logo no início dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, a escassez de liquidez financeira internacional, com as crises do México (1992) e Asiática (1998), e a “fatiga da ajuda” provocada pelas frustrações com os empréstimos da primeira geração do ajuste estrutural (BIRD; 1999), há uma queda abrupta na Cooperação para o Desenvolvimento Internacional provida aos países de baixa renda. Segundo os cálculos realizados por Hjertholm e White (1998, p. 16), a ajuda internacional, em sua totalidade, sofreu uma redução de aproximadamente 24% entre 1992-1997, em preços correntes. Enquanto que na África Subsaariana, Lancaster (2007, p.44) identifica que houve um decréscimo de 1/3 da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional total, entre os anos de 1990-2000. Essa diminuição da cooperação prestada, somada ao aumento dos empréstimos da segunda geração do ajuste estrutural, geraram efeitos contraproducentes no nível de pobreza e endividamento de muitos países ³³ em desenvolvimento, principalmente, na África Subsaariana (CALLAGHY; RAVENHILL, 1993; GREEN, 1993; MOSLEY, 1985; 1996).

No começo do século XXI, os efeitos negativos do ajuste estrutural são reconhecidos pelas instituições de Bretton Woods (BANCO MUNDIAL; FMI, 1999) Dessa forma, há um realinhamento da agenda de ajuda internacional que, incentivado pela visão do liberalismo institucional, busca concentrar suas ações nas questões da boa governança, com incentivos à participação da sociedade civil e o *ownership*³⁴ dos países beneficiários a partir de uma relativa diminuição no número de condicionalidades (MAWDSLEY et al., 2013). Na esfera multilateral, essa agenda aparece a partir da assinatura da “Declaração do Milênio”, na ONU, por 189 países, em 2000, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2015, e o lançamento dos Programas de Redução à Pobreza pelo Banco Mundial e FMI, que apoiam uma política gradual de perdão da dívida pública entre os países altamente endividados (Ibid., 2013). Na esfera bilateral, os países do CAD-OCDE voltam a atuar em setores chave como saúde, agricultura e educação, com destaque a projetos que levem a uma harmonização de suas atividades, ou seja, a uma melhor coordenação conjunta de programas em áreas semelhantes, com o propósito de aprimorar a efetividade da ajuda internacional.

³³ Green (1993, p.29), considera na África Subsaariana os seguintes casos de sucesso do ajuste estrutural: Gana, Tanzânia, Moçambique e Ruanda. Casos de sucesso parcial: Quênia, Gambia e Senegal. Casos de fracasso: Zaire, Zâmbia, Sudão, Somália, Togo, Zimbábue e Uganda.

³⁴ *Ownership* é o termo utilizado para medir o grau de controle do governo beneficiário sob a política de ajuda internacional. Segundo Killick (2004), Dijkstra (2005), Callaghy e Ravenhill (1993), a falta de *ownership* doméstica dos programas de ajuste estrutural é um dos fatores mais importantes para se entender o fracasso dessas políticas. Assim, os novos programas do Banco Mundial, em particular o *Poverty Reduction Strategy Papers*, buscam envolver os atores locais (governantes, empresas privadas e sociedade civil) desde a elaboração do programa.

Para isso, países do CAD-OCDE estabelecem o *Working Party on Aid Effectiveness* (WP-EFF), em 2003, que sucede na “Declaração de Paris (2005)”³⁵ e “Agenda de Ação de Accra (2008)”³⁶, e reforçam substancialmente os recursos comprometidos à AOD (MAWDSLEY et al., 2013). Por exemplo, os Estados Unidos e a União Europeia aumentam seus programas de ajuda de US\$ 12,6 bilhões e US\$ 8,3 bilhões, em 2000, para US\$ 33,4 bilhões e US\$ 20,4 bilhões, em 2011, respectivamente (OCDE, 2013).

Esse crescimento da ajuda bilateral dos principais membros do CAD-OCDE e o reposicionamento da agenda internacional estão relacionados, principalmente, a dois fatores. O primeiro deles é o ataque do 11 de setembro de 2001, que estabeleceu a percepção de uma estreita relação entre Estados-falidos e terrorismo (LANCASTER, 2007, p. 49) ou, como Boschini e Olofgard (2005) demonstram, que há claramente uma correlação entre a existência de uma ameaça iminente e aumento da ajuda. O outro fator é o fortalecimento do multipolarismo (HURRELL, 2006; 2007; NYE, 2012), com a emergência de novos atores estatais e não estatais³⁷ na esfera local, regional e internacional. Em particular, a considerável influência do designado grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)³⁸ (O’NEIL, 2001), “*new powers*” (NARLIRKA, 2010) ou “*rising states*” (ALEXANDROFF; COOPER, 2010) na economia e na geopolítica internacional, que assinala uma retomada das iniciativas de Cooperação Sul-Sul que haviam sido relegadas ao segundo plano nas últimas duas décadas (MAWDSLEY, 2012); assim como a busca por novas arenas de representação na esfera internacional, tal como a formação do Fórum de Cooperação e Concertação Índia-Brasil-

³⁵ A Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, assinada em 2005 pelos membros do CAD-OCDE e diversos países em desenvolvimento, busca estabelecer um sistema de monitoramento integrado e cinco princípios chave para aprimorar os resultados da ajuda internacional até o ano de 2010. Os princípios são: (i) aumentar o *ownership* dos beneficiários; (ii) alinhar as estratégias dos doadores com a dos receptores; (iii) harmonizar as ações dos doadores; (iv) melhorar a gestão dos recursos e (v) responsabilização mútua por doadores e receptores (OCDE, 2011).

³⁶ A Agenda de Ação de Accra, assinada em 2008, pelos membros do CAD-OCDE, 80 países em desenvolvimento, três mil ONGs economias emergentes e organismos multilaterais, busca acelerar os pontos da Declaração de Paris para garantir sua completa implementação até 2010. O documento propõe três áreas de melhoria: *ownership*, parcerias inclusivas e entrega de resultados (OCDE, 2011).

³⁷ Apesar de atores não estatais - como as fundações norte-americanas e europeias e ONGIs - já atuarem como executores da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional desde o início, é importante apontar que, a partir de 2000, muitos desses atores passam a depender menos dos fundos governamentais, tendo assim mais capacidade de estabelecer suas agendas próprias. Além disso, vale ressaltar o aparecimento de fundos oriundos de grandes corporações, como a Fundação Bill e Melinda Gates, com orçamento anual de US\$ 6 bilhões para a área da saúde (MILANI, 2012, p.216).

³⁸ O BRIC é originalmente um acrônimo cunhado no relatório do Goldam Sachs para designar o aumento da participação dessas economias emergentes no sistema internacional (O’Neil, 2001). No ano de 2006, os países do BRIC formalizam esse agrupamento e estabelecem mecanismos para promover a articulação entre si. Em 2011, a África do Sul é convidada a fazer parte do grupo, que passa a ser designado BRICS.

África do Sul (IBSA)³⁹ e do G-20⁴⁰ (ALDEN; VIEIRA 2011; OLIVEIRA; ONUKI, 2013; OLIVEIRA et al., 2006; ALMEIDA, 2006; 2007; 2010; CERVO 2003; SARAIVA 2002; 2010; 2012; SOARES DE LIMA 2005).

1.2.1 A Cooperação Sul-Sul no século XXI

A Cooperação Sul-Sul, alavancada na atualidade principalmente pelos países dos BRICs - ou BRICS com a inclusão em 2011 da África do Sul - desperta a curiosidade da comunidade internacional pela sua retórica de solidariedade, reciprocidade, não interferência e incondicionalidade (MWASE; YANG, 2012). Assim, já no ano de 2002, a Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento reafirma a importância das ações Sul-Sul e Trilateral para o alcance do ODM, em 2015. Sendo que, no ano seguinte, a Assembleia da ONU declara o dia 19 de dezembro como o “Dia da Cooperação Sul-Sul na ONU”, alterado depois para a mesma data do Plano de Ações de Buenos Aires de 1978, dia 12 de dezembro (ONU, 2013).

Se, por um lado, há declarações entusiasmadas no âmbito das Nações Unidas, por outro lado, há questionamentos de acadêmicos e de membros do CAD-OCDE sobre a sua credibilidade, legitimidade e efetividade. Manning (2006) e Mwase e Yang (2012) mencionam, por exemplo, a falta de transparência e coesão nos mecanismos adotados pelos diferentes doadores do Sul como limitadores para a realização de análises comparativas e análises de empréstimos do FMI. Além disso, apontam certa preocupação em relação à expansão do endividamento dos países com altos níveis de dívida, uma vez que há uma maior oferta de crédito no mercado da ajuda. Grimm et al. (2010), na mesma linha, destacam a falta

³⁹ O Fórum de Diálogo IBSA, também conhecido como G-3, é uma coalizão Sul-Sul estabelecida pela Declaração de Brasília, em 06 de junho de 2003, constituída por três países de médio porte: Brasil, Índia e África do Sul. O objetivo dessa coalizão é consolidar uma parceira estratégica entre os países em desenvolvimento, com base em três princípios: compromisso com a democracia e seus valores; compromisso com a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável e fortalecimento das instituições multilaterais. Pesquisa realizada por Oliveira, Onuki e Oliveira (2006) mostram que, apesar da constituição do Fórum, há uma clara falta de convergência entre os países nas decisões multilaterais ligadas à área de segurança internacional. Porém, há um aumento da convergência na área de comércio internacional. (OLIVEIRA, ONUKI; OLIVEIRA, 2006).

⁴⁰ G-20 foi criado em 1999 pelos chefes de bancos centrais e ministros das finanças de 19 países e a União Europeia. Com a crise de 2008, o G-20 passa a reunir também os chefes de Estados, e torna-se um fórum central na discussão da governança global. Os membros do G-20 são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Inglaterra, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Turquia e União Europeia (<http://www.g20.org/>)

de integração e harmonização da Cooperação Sul-Sul chinesa com os membros do CAD-OCDE, chegando a desconsiderar completamente os projetos já existentes no país beneficiário no momento de realizar suas ações. Naím (2007) vai mais além, ao qualificar como tóxica a ajuda provida por países como China, Irã, Venezuela e Arábia Saudita e, por fim, alerta que esses são regimes “*that have the cash and the will to reshape the world into a place very different from where the rest of us want to live*”. Enquanto que Carmody (2011; 2013) atenta para a “nova partilha” de recursos naturais na África Subsaariana promovida pelos investimentos financeiros e programas de ajuda dos países dos BRICS, particularmente, a China.

Após a crise financeira de 2008, no entanto, visões mais positivas da Cooperação Sul-Sul e, especificamente, da Cooperação Trilateral voltam a ganhar espaço. Park (2011), por exemplo, estima que a Cooperação Sul-Sul contribui com cerca de 10 a 12% do total de recursos destinados à ajuda internacional, ou seja, US\$ 14 bilhões no ano de 2010. Fordelone (2009), por outro lado, busca identificar a relação custo-benefício que a Cooperação Trilateral pode trazer aos países desenvolvidos, sendo uma forma de se manter os projetos de cooperação num momento de retração de capital financeiro. Rowlands (2009) também demonstra o potencial desses novos doadores para atuar como “*credible intermediaries between wealthy donors and poorer recipients*” (ROWLANDS, 2009, p.18). Enquanto outros autores focam em analisar como essas iniciativas podem reequilibrar o poder global ao oferecerem mais opções aos países de baixa renda (ROWLANDS, 2009; RHEE, 2011; SATO, 2011; WOODS, 2008; STUENKEL, 2013), ou até mesmo, alterarem o paradigma da cooperação tradicional (MADSWLEY et al., 2013), além de trazerem inovadores mecanismos de atuação, em especial, os governos chinês (BRAUTIGAM, 2009) e brasileiro (CABRAL; WEISTOCK, 2010) para agenda da ajuda internacional.

Essa percepção mais otimista da Cooperação Sul-Sul e da potencialidade da Cooperação Trilateral como instrumento eficaz é reforçada na Conferência de Nairóbi, em dezembro de 2009, realizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas em Cooperação Sul-Sul, que reconhece a participação significativa dos países do Sul na Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. Logo a seguir, no ano de 2011, WP-EFF do CAD-OCDE organiza o *High Level Forum on Aid Effectiveness* (HLF4), em Busan, que indica “*shifting geopolitics and paradigms of aid*”, ao reunir pela primeira vez na mesma mesa de negociação os países da Cooperação Norte-Sul e da Cooperação Sul-Sul (MADSWLEY et al., 2013, p.9). A participação da diplomacia brasileira no HLF4 é destacada por Madswley et al. (2013)

como muito ativa, a despeito da sua menor relevância em termos quantitativos se comparada com a Arábia Saudita (US\$5,6 bilhões) e com a Turquia (US\$780 milhões) em 2008 (PARK, 2011).

Em relação ao grupo dos BRICS, Madswley et al. (2013) ressaltam a falta de envolvimento das delegações dos demais países do grupo no HLF4, e indicam uma falta de coesão intra-BRICS para colaborar de forma integrada em termos de projetos de Cooperação Sul-Sul. Além disso, os autores apontam a importância de se destacar o volume que cada país do grupo destina à Cooperação Sul-Sul. Segundo o último levantamento do CAD-OCDE, ilustrado na Tabela 1, abaixo, nota-se que a China é o país que destina mais recursos a projetos de ajuda internacional, US\$2 bilhões no ano de 2010. Nesse mesmo ano, o Brasil ultrapassa a Índia em recursos alocados à Cooperação Sul-Sul, alcançando a cifra de US\$923 milhões versus US\$ 639 milhões, respectivamente.

Tabela 1: Estimativa do fluxo de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional nos países dos BRICS (US\$ milhões)

| País | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Fonte |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|--|
| AOD conforme normas do CAD-OCDE | | | | | | |
| Rússia ¹ | | | | 472,3 | 479,0 | Relatório do CAD sobre a Rússia |
| Estimativas dos fluxos de CDI publicado pelas entidades nacionais | | | | | | |
| Brasil ² | 291,9 | 336,8 | 362,2 | 923,3 | n.a. | Estudo Cobradi 2010; 2013 |
| China | 1.466,9 | 1.807,6 | 1.947,7 | 2.010,6 | 2.468,1 | Relatório Anual Fiscal, Ministério das Finanças, China. |
| Índia ³ | 392,6 | 609,5 | 488,0 | 639,1 | 730,7 | Relatórios Anuais, Ministério das Relações Exteriores, Índia. |
| África do Sul ³ | 82,3 | 86,0 | 82,5 | 87,7 | 95,1 | Estimativa dos Gastos Públicos 2010-2012, Tesouro Nacional, África do Sul. |
| 1) A Rússia começou a publicar seu volume de AOD para o CAD-OCDE a partir de 2010 | | | | | | |
| 2) Brasil não publicou ainda o fluxo destinado a cooperação para o desenvolvimento internacional para o ano de 2011. | | | | | | |
| 3) Dados da Índia e África do Sul são baseados nos anos fiscais. Os dados de 2011 correspondem ao ano fiscal 2011/2012. | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria, a partir de OCDE (2013) e IPEA (2013).

O crescimento da Cooperação Sul-Sul é notável. No entanto, a resposta sobre o como essa cooperação ocorre em campo ainda está em aberto pela carência de estudos empíricos sobre o tema. No caso da cooperação brasileira, as investigações têm se concentrado numa análise macroestrutural, com uma perspectiva histórica. Dessa forma, no próximo capítulo, busca-se traçar a trajetória da cooperação do Brasil, com destaque à sua entrada na modalidade de Cooperação Trilateral.

Capítulo 2 - O Brasil na Cooperação Sul-Sul

“O governo brasileiro entende que a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre doadores e recebedores: entendemo-la como uma troca entre semelhantes, com mútuos benefícios e responsabilidades”

Luís Inácio Lula da Silva (IPEA, 2010)

Para entender quando o Brasil passa a adotar a modalidade de Cooperação Trilateral é preciso fazer uma análise histórica. Dessa forma, este capítulo é estruturado de forma que possa esclarecer o processo de consolidação do Brasil como prestador de Cooperação Sul-Sul a partir de uma análise histórica da cooperação brasileira. Para isso, divide-se o processo histórico da Cooperação Sul-Sul do país em duas fases: a primeira delas, nos anos 1960 e 1970, quando ocorrem as primeiras iniciativas de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, principalmente, em território nacional; e a segunda, em meados de 2000, quando há a expansão dos projetos de Cooperação de Sul-Sul, junto com o desenvolvimento de novos arranjos multilaterais. Em seguida, mostra-se em termos numéricos o que representa essa ampliação da Cooperação Sul-Sul, com destaque principalmente à expansão da cooperação técnica horizontal, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação.

2.1 Os primeiros passos da cooperação Sul-Sul brasileira

A política de não-alinhamento automático, que funda as bases da Cooperação Sul-Sul do governo brasileiro, é estabelecida pela Política Externa Independente (PEI)⁴¹ dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart no início dos anos 1960. Nesse período, há uma aproximação especial com os países em desenvolvimento e, em particular, com os países do continente africano, com a abertura das primeiras embaixadas nos países africanos independentes: Gana, Nigéria e Senegal (CASTRO; VOITUREZ; 2012; RIBEIRO, 2007;

⁴¹ Vale lembrar a relevância da Política Externa Independente em relação ao continente africano ao criar a Divisão de África no Itamaraty (1961), e o abrir embaixadas em Acra e Tunes e consulados em Luanda, Maputo (antiga Lourenço Marques), Nairóbi e Salisbury (antiga Rodésia, hoje Zimbábue), além da elevação de *status* do consulado em Dacar para embaixada em 1961 (SARAIVA, 2010; 2012).

SOARES DE LIMA, 2005; SARAIVA, 2002; 2010; 2012). Nos anos 1970, com os governos de Médici (1969-1974) e Geisel (1974-79), e a estratégia conhecida como “Pragmatismo Responsável”, iniciam-se, então, as primeiras ações concretas de Cooperação Sul-Sul à moda brasileira, ligada aos princípios de solidariedade com os países subdesenvolvidos, vinculada às iniciativas do G-77, e com o claro intuito de firmar o País como uma potência média na esfera global (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; RIBEIRO, 2007). Essas iniciativas, contudo, se restringem às atividades de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento nas áreas de infraestrutura, educação, medicina tropical, administração pública, realizadas essencialmente em território nacional (SELCHER, 1976). Pois, conforme apontam Conde (1990) e Miranda (2004), a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), vinculada ao Ministério de Planejamento, órgão responsável por realizar a implementação, avaliação e acompanhamento da cooperação técnica prestada e recebida, sofria limitações financeiras para efetivar os acordos de cooperação técnica negociados pela Divisão de Cooperação Técnica (DCT) do MRE. De forma que a implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento permanecia precária, com foco em treinamentos técnicos de curto prazo, oferecidos no Brasil, graças às parcerias com instituições nacionais e internacionais, como é o caso do pioneiro Programa de Treinamento para Terceiros Países, estabelecido em parceria com a JICA.

Na década de 1980, com o processo de democratização do país, há uma reforma institucional que visa alavancar as ações de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Em 1987, um ano antes da Constituição de 1988, cria-se a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada inicialmente à Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)⁴², em 1996, passa à Secretaria Geral de Cooperação e Promoção Comercial⁴² do MRE. Apesar da agência ter uma diretriz clara para negociar e executar a cooperação técnica bilateral recebida e prestada, logo se nota que há um descompasso entre suas ações e os objetivos políticos e econômicos do país. Conforme afirma Machado (2004, p.102), “não existe uma racionalidade instrumental entre as ações da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento e a prática diplomática em relação aos objetivos que o Estado brasileiro tem para a América Latina”.

A despeito de o Brasil ter assinado muitos Acordos de Cooperação Técnica Bilateral na década seguinte (Vide Anexo I- Acordos de Cooperação Técnica Bilateral), percebe-se que

⁴² O Decreto Nº 2070/96 que aloca a ABC sob a égide da Secretaria Geral de Cooperação e Promoção Comercial do MRE.

o papel da ABC como prestador de Cooperação Sul-Sul fica de lado nos anos 90, com o estabelecimento do paradigma do Estado Normal (CERVO, 2003), norteador da política externa brasileira nos governos de Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e FHC (1995-2002), principalmente no primeiro mandato. Conforme define Cervo (2003, p.17), o Estado Normal é aquele que “adota a abertura econômica como estratégia, sem nenhuma estratégia de inserção adequada no mundo da interdependência global”. Em outras palavras, o Estado Normal é a busca da modernização por meio de uma estratégia de credibilidade⁴³, em que a autonomia nacional “deriva da capacidade de cooperar para criação de normas e instituições” internacionais (SOUZA 2002, p.22). Portanto, há a construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos e as instituições financeiras e, ao mesmo tempo, o afastamento do protagonismo nas relações Sul-Sul, com foco nas relações econômicas regionais e nos órgãos multilaterais (CERVO, 2003; PECEQUILO, 2008).

Apenas em 1998, quando se estabelece um acordo com o PNUD, é que a ABC consegue financiar efetivamente as suas ações de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, ao criar os mecanismos institucionais necessários para realizar operações contábeis e financeiras no exterior. Então, nesse mesmo ano, a ABC destina US\$ 3,1 milhões para ações de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento voltadas aos países do PALOP (PUENTE, 2010, p.169). Posteriormente, em 2000, angaria-se mais R\$ 2,5 milhões para projetos de cooperação técnica em países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (PUENTE, 2010, p.169). Além disso, pode-se dizer que governo de FHC esposa de maneira ainda tímida uma ampliação de outras atividades da cooperação Sul-Sul, com o envio de 175 e 1200 militares brasileiros para as missões de paz da ONU em Moçambique (1994) e Angola (1995), respectivamente (RIBEIRO, 2007). Contudo, assim como afirma Seibert (2011, p.7), o objetivo do governo em participar nessas operações de paz não era alavancar as alianças Sul-Sul, mas *“to glean African countries’ support for Brazil’s claim to a permanent seat on the UN Security Council”*.

⁴³ Soares de Lima (2005, p.10) identifica duas estratégias de inserção internacional na atualidade: a credibilidade e a autonomista. A estratégia da credibilidade considera o foco de fora para dentro, pois a globalização é o parâmetro para as reformas internas e multilateralismo a saída da política externa. Já a autonomista combina o objetivo de projeção internacional com maior grau de flexibilidade e liberdade da política externa, com o foco de dentro para fora.

2.2 A Cooperação Sul-Sul a partir de 2003

Embora tenha havido avanços institucionais durante o governo de FHC, é importante ressaltar que a segunda fase inicia-se somente no governo Lula (2003-2010), que é quando há a retomada da agenda Sul-Sul como parte da estratégia autônoma de inserção externa. A adoção dessa estratégia de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), ou do chamado Paradigma Logístico (CERVO, 2003), baseado no reconhecimento da identidade de *system-affecting state*⁴⁴ e de “grande mercado emergente”⁴⁵ aumenta a projeção internacional brasileira, por meio de projetos de Cooperação Sul-Sul, parcerias de caráter horizontal, tais como o IBAS, o G-20, a UNASUL, e a abertura de novas Embaixadas⁴⁶ em países em desenvolvimento, principalmente na África Subsaariana (SOARES DE LIMA, 2005; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; ALDEN; VIEIRA 2011; OLIVEIRA; ONUKI, 2013). A Cooperação Sul-Sul, por sua vez, cresce em diversas áreas e não se limita mais somente aos projetos de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento liderados pela ABC, sob os auspícios do MRE (MILANI & PINHEIRO, 2013). Na realidade, a Cooperação Sul-Sul brasileira passa a ser uma atividade realizada por diversos atores, como outros ministérios, agências executoras e organizações da sociedade civil, que conseguem incluir através dela suas demandas específicas na agenda externa (CERVO, 2003b).

Segundo informações publicadas no Cobradi (IPEA, 2010; 2013), o volume de recursos alocados em cooperação para o desenvolvimento internacional salta de R\$ 384,2 milhões, em 2005, para R\$ 1,6 bilhão, em 2010. Desse total, em 2010, o Gráfico 1 mostra que R\$ 585,0 milhões (37%) são voltados a operações de paz; R\$ 548,3 milhões (34%) para organismos multilaterais; R\$ 285,2 milhões (18%) para cooperação humanitária⁴⁷; R\$ 101,6

⁴⁴ *System-affecting state*, termo definido por Keohane (1969), com o propósito de classificar aqueles países que possuíam recursos e capacidades relativamente limitadas, em comparação às grandes potências, porém com poder de influenciar nos resultados internacionais através da associação/parceira com estados semelhantes (SOARES DE LIMA, 2005).

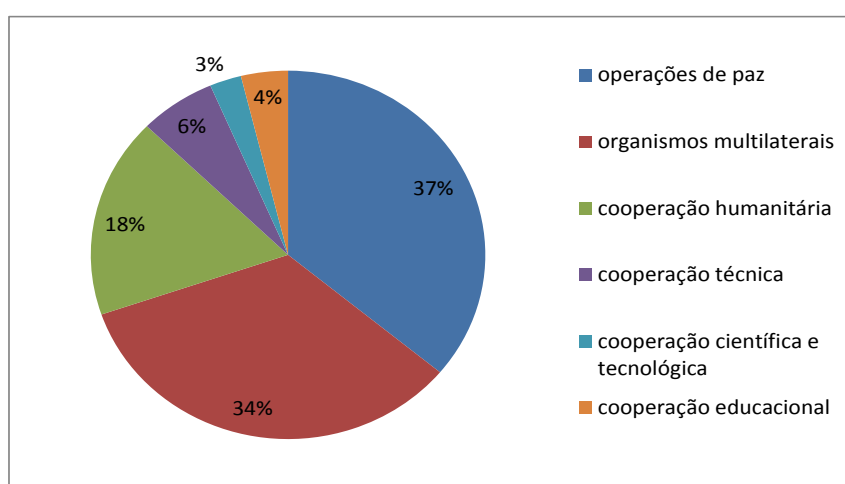
⁴⁵ “Grande mercado emergente”, termo consagrado pelo *US Trade Representative*, com o objetivo de categorizar os países que implementaram as reformas do Consenso de Washington, pautadas na privatização, liberalização comercial e desregulamentação da economia e reforma do Estado e, portanto, possuem estabilidade macroeconômica e credibilidade para entrada de capital. Os países que fazem parte dessa categoria são: Índia, Indonésia, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Polônia, Rússia, Argentina, Brasil e México (SOARES DE LIMA, 2005).

⁴⁶ Somente no continente africano, houve a abertura de vinte e duas Embaixadas (de 17 para 39) e dois Consulados- Gerais, um em Lagos, na Nigéria, e outro na Cidade do Cabo, na África do Sul (AMORIM, 2010).

⁴⁷ É importante apontar que o relatório do Cobradi (IPEA, 2010), referente aos anos de 2005-2009, não menciona a contabilização dos programas de aquisição de alimentos e não inclui os gastos com refugiados do governo federal no item assistência humanitária. Apesar do Cobradi (IPEA, 2013) esclarecer que esse item passa

milhões (6%) para cooperação técnica; R\$ 42,2 milhões (3%) para cooperação científica e tecnológica⁴⁸ e R\$ 62,5 milhões (4%) para cooperação educacional (IPEA, 2013, p.18). Além disso, vale apontar que o Cobradi exclui as iniciativas de assistência alimentar, perdão de dívida⁴⁹ e os créditos consensuais às exportações promovidas pelo governo brasileiro, que segundo estimativas representam um volume alto de US\$ 349,3 milhões, US\$ 474,2 milhões e US\$ 1,7 bilhão, respectivamente, no período de 2005-2009 (CABRAL, 2011). Caso esses valores fossem incluídos, Cabral (2011) demonstra que o montante total da cooperação prestada pelo Brasil chegaria a US\$ 4 bilhões nesse mesmo período.

Gráfico 1: Cooperação Sul-Sul Brasileira por área, em 2010



Fonte: Elaboração própria. IPEA, 2013.

2.3 A Cooperação Técnica Horizontal da ABC

Apesar da cooperação técnica sob a responsabilidade da ABC não ser tão

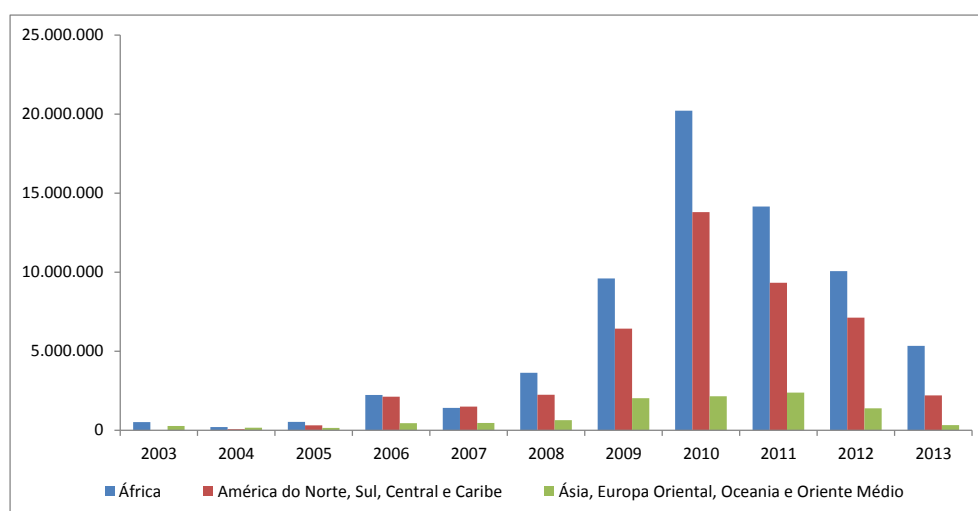
a incluir os gastos com refugiados, ele não esclarece se o salto de R\$ 87,0 milhões, em 2009, para R\$ 285,2 milhões, em 2010, está relacionado a isso ou a uma outra mudança na forma de contabilização que é a inclusão dos programas de aquisição de alimentos nesse item, que antes não era mencionado.

⁴⁸ No relatório Cobradi (IPEA, 2010), referente aos anos 2005-2009, não havia uma separação entre cooperação técnica e cooperação científica e tecnológica, assim como ocorre no relatório Cobradi referente à 2010 (IPEA, 2013, p.56).

⁴⁹ Além dessa estimativa apresentada por Cabral (2011), vale destacar que, em 2004, o Presidente Lula e Chissano assinaram o acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões, relativa a créditos comerciais concedidos no âmbito do PROEX (MOREIRA, 2006). Em dezembro de 2005, O Brasil e a Nigéria assinaram um acordo bilateral, no qual o Brasil perdoa 67% da dívida do país africano, que era de aproximadamente US\$ 162 milhões (BRASIL, Presidência da República, 2013). Em 25 de maio de 2013, em Adis Abeba, na Etiópia, a Presidente Dilma anunciou o perdão da dívida de 12 países africanos, no valor de US\$ 900 milhões de dólares (BRASIL, Presidência da República, 2013).

significativa em termos de recursos financeiros, essa modalidade é a que chama mais atenção da comunidade internacional, por não vincular condicionalidades aos seus projetos, contar basicamente com servidores públicos durante o processo de execução e focar principalmente em países da África Subsaariana (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011; CABRAL, 2011). Dessa forma, a ABC optou em publicar o seu próprio relatório das atividades de cooperação técnica no ano de 2011, parcialmente atualizado em 2013. Segundo os dados da agência, a cooperação técnica prestada teve um crescimento significativo, principalmente entre os anos de 2008 e 2010 (ABC, 2011, ABC, 2013b). O volume de recursos⁵⁰ da ABC voltados para projetos de cooperação técnica passou de US\$ 1,3 milhões em 2003, para US\$ 36,1 milhões em 2010, com uma queda gradativa a partir de 2011, atingindo um patamar bem baixo no ano de 2013, US\$7,8 milhões, conforme mostra o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Evolução no Volume de Recursos Destinados por região (US\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria, ABC (2011); ABC (2013b).

Esse aumento no número de projetos de cooperação técnica, especialmente durante o segundo mandato do governo Lula, despertou curiosidade dos doadores tradicionais, que buscaram estabelecer parcerias com o governo brasileiro por meio de acordos de Cooperação

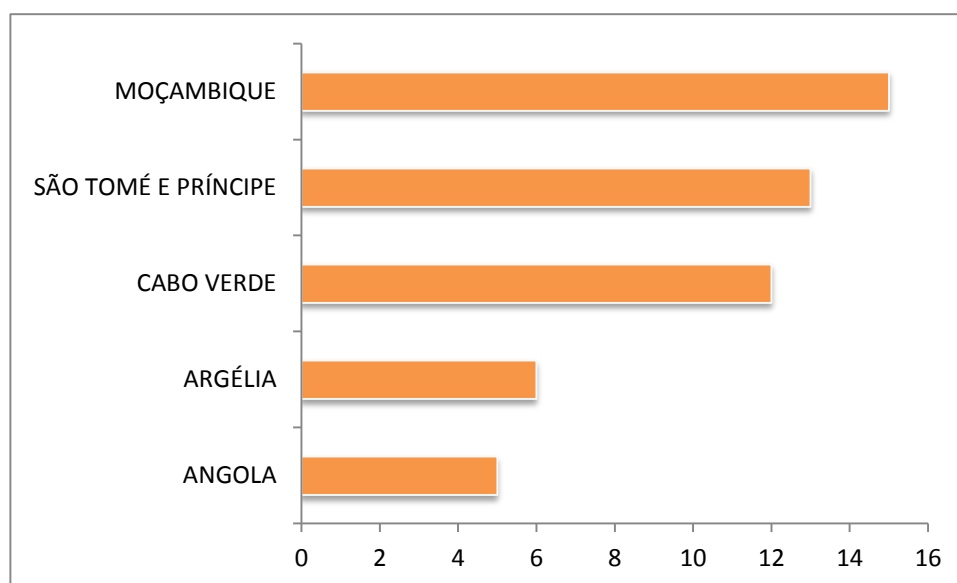
⁵⁰ Costa Vaz e Inoue (2007) apontam que o orçamento da ABC é subestimado, pois não inclui a hora técnica dos consultores e técnicos e os custos investidos no desenvolvimento da tecnologia das entidades executoras dos projetos, tais como Embrapa, Fiocruz, entre outras. Segundo os autores, estima-se que cada R\$ 1,00 gasto pela ABC representa aproximadamente R\$ 15 por essas instituições. Além disso, é importante apontar que o relatório 2011 apresenta o orçamento consolidado da agência, que inclui seus gastos internos com pessoal e infraestrutura. Para ver a evolução do orçamento total da ABC entre 2003 e 2011, veja o Gráfico A no Anexo IV.

Trilateral (AYLLÓN, 2013; CABRAL; WEINSTOCK, 2010). Dessa maneira, foram firmados diversos Memorandos de Entendimentos entre o MRE, países membros e não-membros da OCDE, como Alemanha (2010), Austrália (2010), Egito (2009), Espanha (2011), Estados Unidos (2010), Israel (2009), Itália (2007), Japão (2007) - e organismos internacionais, como FAO (2010), PMA (2010), França – *France Coopération Internationale* (FCI) Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), Comissão Europeia (2009), entre outros (AYLLÓN, 2013). Atualmente, a ABC informa que há 26 projetos em execução na modalidade trilateral, sendo 12 na América Latina e 14 na África. Além de haver 23 projetos em parceria com organismos internacionais (ABC, 2013a).

Em termos de distribuição geográfica, os projetos da ABC concentram-se principalmente na África Subsaariana. Mesmo em 2013, após a queda de recursos, esse continente ainda representa aproximadamente 68% dos recursos financeiros alocados, enquanto países da América contam com 28%, e a Ásia, Europa Ocidental, Oceania e Oriente Médio com 4%. (ABC, 2013b). Dentre os países na África Subsaariana, destacam-se os países do PALOP. O Gráfico 3⁵¹ apresenta o número de projetos dos cinco principais parceiros na região. Moçambique, foco dessa pesquisa, fica em primeiro lugar segundo o relatório da ABC (2013b), com o total de 15 projetos⁵² em execução, em 2013, já tendo atingido o número de 21 projetos em 2010, o que representava US\$ 18 milhões, ou 81% dos recursos alocados à África subsaariana. Na segunda posição, encontra-se São Tomé do Príncipe, com 13 projetos em execução, seguido de Cabo Verde (12), Argélia (6) e Angola (5) (Ibid., 2013b).

⁵¹ Há inconsistências institucionais sobre o número de projetos da ABC em execução. Pois, o levantamento realizado no website da instituição indica que há 25 projetos em execução em Moçambique, em 2013 (ABC, 2013a).

⁵² É importante apontar que o número de projetos foi somado ao número de atividades isoladas, que são atividades pontuais de curta duração. Em Moçambique, por exemplo, o relatório apresenta 14 projetos e 1 atividade isolada.

Gráfico 3: Número de projetos da Cooperação Técnica Brasileira na África

Fonte: Elaboração própria, ABC (2013b).

Esse enfoque no continente africano é explicado por Cason e Power (2009) pelas diversas iniciativas da diplomacia presidencial (CASON; POWER, 2009). Segundo estes autores, o número de visitas de Lula à região⁵³ e o enfoque dado em todos seus discursos oficiais, com destaque à “dívida histórica” e o “dever moral” do Brasil (SARAIVA, 2012), foram chave para o aumento das relações comerciais⁵⁴ (COSTA; VEIGA, 2011), os investimentos⁵⁵ (IGLESIAS; COSTA, 2011) e os projetos cooperativos entre os países. Cabral e Shankland (2013), na mesma linha, ressaltam também o papel da diplomacia presidencial⁵⁶ do governo de Lula. Porém, enfatizam o seu papel na concentração de projetos de cooperação técnica no setor da agricultura (22%), seguido pelos setores da saúde (16%) e educação (12%),

⁵³ Lula fez 33 visitas oficiais à África entre os anos de 2003-2010, estando em 23 países africanos e, no sentido inverso, o Brasil recebeu 47 visitas de reis, presidentes e primeiros-ministros africanos, oriundos de 27 nações. Além disso, entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, o ministro das Relações Exteriores visitou a África 66 vezes, participando de reuniões e eventos oficiais em 25 diferentes países. Chanceleres africanos, representando 32 Estados, vieram 62 vezes ao Brasil (DADOS 2012).

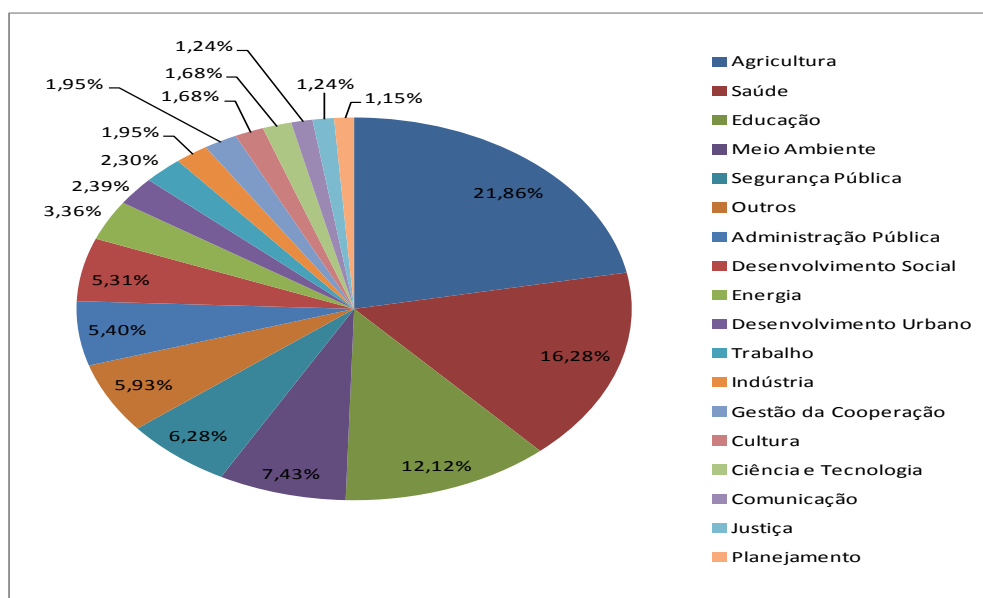
⁵⁴ A corrente de comércio aumentou 234% no período de 2003 a 2010, o que, hoje, torna a África o quarto parceiro comercial do Brasil. Do total de importações brasileiras, em torno de 7% são oriundas da África; e das exportações de produtos nacionais, 5% se dirigem aos mercados africanos (MDIC 2012).

⁵⁵ O setor empresarial brasileiro investiu o total de US\$ 10 bilhões somente no ano de 2010 no continente africano (ADfb, 2011). Entre os maiores grupos que atuam na África estão Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht, Petrobras, Queiroz Galvão e Vale do Rio do Doce (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2012)

⁵⁶ Belucci (2010) é mais um autor que reforça a questão da diplomacia presidencial.

como indica o Gráfico 4 abaixo. Para os autores, o evento “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, ocorrido em maio de 2010, é um exemplo desse empenho presidencial em promover as capacidades técnicas do Brasil em agricultura tropical, com a participação de diversos países africanos e instituições internacionais, como a FAO, PMA; e nacionais, como a EMBRAPA, o MDA, o SENAR, entre outros. Esse tema havia sido declarado prioritário para a agenda Brasil-África, desde as primeiras visitas presidenciais ao continente, que buscava formas de garantir a segurança alimentar regional e diminuir a dependência por alimentos importados, principalmente após a subida de preços dos alimentos nos anos de 2007 e 2008.

Gráfico 4: Distribuição da cooperação técnica brasileira prestada por área temática



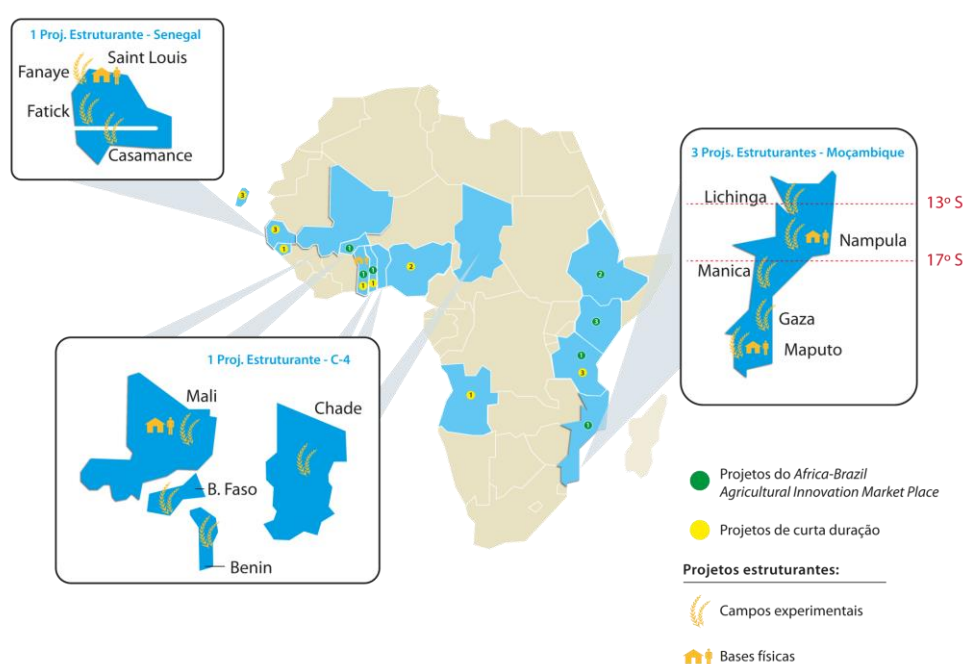
Fonte: Elaboração própria, ABC (2011).

Ribeiro (2010), por outro lado, aponta para a importância de lideranças individuais de alto escalão no direcionamento da política externa brasileira africana, com destaque para a nomeação dos embaixadores Celso Amorim para o Ministério das Relações Exteriores e de Samuel Pinheiro Guimarães como Secretário-Geral, e o consequente desmembramento do Departamento África e Oriente Médio, no âmbito do Itamaraty, com criação da Divisão África III (DAF-III), além da DAF-I e II (RIBEIRO, 2010). Além do mais, pode-se dizer que

as diversas iniciativas de cooperação, no setor agrícola, na África subsaariana foram de fato relevantes para implacar a eleição de José Graziano da Silva, como Diretor-geral da FAO, em 26 de junho de 2011.

No entanto, vale enfatizar que essa notável expansão das ações de cooperação técnica do Brasil na África Subsaariana, em especial no setor agrícola, não é fruto somente das ações diplomáticas do presidente e de seus ministros. Há uma relação direta desse desenvolvimento setorial com a intensa participação da EMBRAPA nas atividades de cooperação técnica agrícolas, e a sua abertura para colaborar em iniciativas de Cooperação Trilateral. A capacidade da EMBRAPA de executar os acordos de cooperação técnica fez com que a instituição estivesse envolvida em 95% dos projetos na área agrícola (MAGALHÃES,2008). Essa capacidade da EMBRAPA está ligada ao seu competente quadro técnico, à disponibilidade de recursos financeiros para investir em projetos e à flexibilidade institucional que possibilita a abertura de escritórios permanentes no exterior. Dessa forma, no ano de 2006, a EMBRAPA abre o escritório de representação continental em Gana (2006) e, em seguida, as representações locais em Moçambique, Senegal e Mali, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3: Cooperação Técnica da EMBRAPA na África



Fonte: Secretaria de Relações Internacionais da EMBRAPA

A ABC, por outro lado, consegue ter um representante externo somente no ano de 2010. Pois, diferentemente da EMBRAPA, a ABC ainda sofre de sérias dificuldades institucionais para realizar suas operações contábeis e financeiras no exterior, e depende do PNUD para a “intermediação” operacional e metodológica em função da falta de um ordenamento legal específico para a cooperação internacional⁵⁷ (CABRAL; WEINSTOCK, 2010). Além disso, há que se destacar que existe uma falta de recursos humanos fixos na ABC devido à característica do acordo com o PNUD que gera dificuldades para a contratação de pessoal e sobrecarrega os funcionários que têm a cargo a responsabilidade de administrar também os recursos recebidos (Ibid., 2010).

Essas fraquezas institucionais da ABC não são resolvidas pelo governo de Dilma, apesar de ter mantido, na retórica, a política externa de “autonomia pela diversificação” e o foco nas relações com a África (CABRAL; SHANKLAND, 2013). Os dados apresentados no relatório da ABC (2013a) e informações coletadas durante o campo indicam que o governo de Dilma não tem o mesmo afinco por iniciativas de caráter Sul-Sul, como o seu antecessor. Entrevistados⁵⁸ dessa pesquisa relataram que, atualmente, não se sabe qual será o futuro da ABC, que sofre na implementação de seus projetos devido a forte redução em seu orçamento para África, que caiu em 74% de 2010 para 2013, passando de US\$ 20,2 milhões para US\$ 5,3 milhões, respectivamente (ABC, 2011; ABC, 2013b).

Embora o governo de Dilma tenha desacelerado a assinatura de novos projetos no âmbito da ABC, diversos estudos emergiram com o objetivo de compreender quais são as motivações do governo brasileiro para participar de forma ativa na Cooperação Sul-Sul (SOARES DE LIMA, 2005; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; SARAIVA, 2010; RIBEIRO, 2010; MENEZES; RIBEIRO, 2010). Para alguns, a resposta é encontrada no próprio discurso oficial do governo de parceiro do desenvolvimento (AMORIM, 2003; 2010; SARAIVA, 2010; 2012). Para outros, essa prática é vista como um instrumento legítimo para se alavancar o desenvolvimento nacional (SOARES DE LIMA, 2005) e reequilibrar o poder internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Há, ainda, aqueles que entendem a Cooperação Sul-Sul como um mecanismo puramente colonialista ou sub-imperialista (NOGUEIRA; OLLINHO, 2013; FERRANDO, 2013; CLEMENTS; FERNANDES, 2013; CURADO, 2010; VISENTI, 2010).

⁵⁷ Como não há um marco regulatório ou lei específica para cooperação internacional brasileira prestada, aplica-se para a gestão orçamentária e financeira da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, a norma geral da administração pública, como a Lei 8.666/93 (PUENTE, 2010, p. 136)

⁵⁸ Entrevistados 8, 37 e 56.

A despeito das diferenças existentes em cada uma dessas análises, todas elas focam na questão macroestrutural. O Estado brasileiro e a sua política de Cooperação Sul-Sul aparecem como uma entidade uniforme, que detém vida própria para agir da maneira que mais lhe convém (BIGO, 2013). Os múltiplos agentes que participam da implementação dessa política são vistos como reprodutores diretos da vontade do Estado, sem capacidade de integrar seus interesses e valores na prática da cooperação. Essa visão do *mainstream* das relações internacionais será explicada no capítulo seguinte, assim como a visão adotada neste trabalho que propõe uma análise multinível dos processos sociais que estabeleça um diálogo entre a estrutura e a agência.

Capítulo 3 - Balanço da Literatura relacionada a Políticas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional

“What if development practice is not driven by policy? What if the things that make for good policy are quite different from those that make it implementable? What if the practices of development are in fact concealed rather than produced by policy?”

David Mosse (2005)

Este capítulo tem o propósito de apresentar o quadro teórico escolhido para se analisar o principal objetivo desta pesquisa, que é analisar como a prática de diferentes agentes se relaciona com as esferas de poder e conhecimento durante o processo de implementação, de maneira que se possa definir o que representa a Cooperação Trilateral dentro do atual sistema de ajuda internacional. A partir de um posicionamento epistemológico construtivista, que refuta as explicações causais positivistas, este trabalho entende que a implementação deve ser vista como um processo social multifacetado no qual os atores têm capacidade de construir relações de poder e conhecimento. Dessa forma, parte-se da ideia de que é necessário entender o *como* para se compreender o *porquê* dos programas de cooperação, com base numa teoria que integre a questão da agência e da estrutura.

Para tanto, este capítulo se organiza da seguinte maneira. Primeiro, apresentam-se as principais escolas das relações internacionais e como cada uma delas entende a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. Em seguida, mostram-se as limitações dessas escolas em abarcar o conceito de agência, por centralizarem suas análises na entidade estatal. Segundo, delinea-se como é necessário caminhar para uma análise multinível da burocracia, que inclua outros atores além do Estado. E, por último, discute-se os ganhos trazidos pela referencial teórico da *actor-oriented approach*, traçando-se o quadro teórico para a realização da análise dos dados desta pesquisa.

3.1 As Escolas de Relações Internacionais

Os principais estudos sobre a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional buscam identificar quais são as motivações dos Estados-nações ao proverem recursos voluntariamente a outras nações (LANCASTER, 2007). Em relação à Cooperação Sul-Sul brasileira, diversas pesquisas emergiram nessa linha nos últimos anos, com grande influência das teorias de relações internacionais (AMORIM, 2003; 2010; SOARES DE LIMA, 2005; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; SARAIVA, 2010; RIBEIRO, 2010; MENEZES, RIBEIRO; 2010; FERRANDO, 2013; CLEMENTS; FERNANDES, 2013).

A escola precursora em avaliar a questão da ajuda internacional é o realismo clássico de Hans Morgenthau. Em seu artigo seminal, “*A Political Theory of Foreign Aid*”, que parte da ideia de que o principal objetivo do Estado é maximizar o seu interesse próprio em termos de poder, Morgenthau (1962) define que a ajuda internacional é um instrumento de poder do Estado, baseado na transferência de dinheiro, produtos ou serviços de um país ao outro. E identifica as seguintes modalidades de ajuda internacional: (i) humanitária; (ii) subsistência; (iii) suborno (*bribes*); (iv) desenvolvimento econômico; (v) militar; e (vi) prestígio.

A *ajuda humanitária* busca solucionar questões emergenciais, como desastres naturais, fome, entre outros. Ela *per se* não é política, porém a ação pode ter um impacto político positivo ou negativo ao doador. A *ajuda de subsistência* visa, por outro lado, evitar o colapso político da ordem pública e/ou a queda de um regime aliado, ao prover capital para sanar o déficit do país. A *ajuda de suborno (bribes)* é o pagamento direcionado a chefes de Estado ou burocratas de outro país para concretizar uma aliança política. É importante apontar que essa modalidade de ajuda era muito comum no século XIX, sendo recorrentemente utilizada pelo congresso americano, que possuía fundos voltados diretamente para esse fim. A *ajuda voltada ao desenvolvimento econômico* pode ser definida como a modalidade “moderna” de *bribes*. Como esta, também se constituiu da transferência de dinheiro ou serviços de um país ao outro, com o propósito de realizar uma troca de favores políticos, porém de maneira menos eficaz, uma vez que estabelece uma expectativa de desenvolvimento econômico ilusória ao beneficiário. Em seguida, destacam-se a *ajuda militar* e a *ajuda por prestígio*, sendo que a última é muitas vezes consequência do sucesso dos produtos militares doados. A ajuda militar é também uma forma de suborno, sendo considerada a transferência de material e/ou conhecimento a aliados ou a possíveis aliados. A ajuda por prestígio, além de ser

atingida via produtos militares, pode ocorrer com a construção de grandes projetos de infraestrutura, como estádios, pontes, etc.

Em todos os tipos, sem exceção, Morgenthau (1962, p. 309) conclui que a ajuda internacional é um mecanismo da política externa de Estado, e que deve, portanto, ser sempre formulada e executada por homens de Estado, e não por técnicos, assim como a diplomacia e a política militar. Para o autor, não é verdadeiro o objetivo dos países desenvolvidos de promover o desenvolvimento econômico por meio de ajuda internacional, sendo essa uma forma de suborno ineficaz ao gerar uma expectativa incongruente ao receptor (MORGENTHAU, 1962).

A visão realista sobre a ajuda internacional como uma estratégia política do Estado para atingir seus próprios interesses é mantida pela escola neorrealista, que difere do realismo principalmente por entender que o comportamento auto-interessado do Estado é consequência do sistema internacional anárquico, ao invés da natureza humana (WALTZ, 1979). Além disso, modelos estatísticos realizados nas décadas seguintes reforçam a ideia de que as políticas de ajuda internacional são uma forma de o Estado promover seu interesse próprio, ao identificar correlações entre o destino das ajudas e o nível de alinhamento político e econômico com o doador. Alesina e Dollar (2000), por exemplo, demonstram que as alocações, em geral, são determinadas por estratégias políticas e econômicas dos países doadores, assim como o grau de cumprimento dos países receptores. De acordo com os autores, as alocações da França são feitas de acordo com o alinhamento político das ex-colônias em instâncias internacionais, sem relacionar-se com nível de pobreza ou tipo de regime político do beneficiário. Enquanto que a ajuda internacional dos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, está relacionada diretamente com seus interesses políticos e econômicos no Oriente Médio (ALESINA; DOLLAR, 2000).

Boschini e Olofgard (2005) identificam que há também uma correlação direta entre a política de ajuda dos Estados Unidos e a garantia da sua segurança nacional por meio da construção de aliados internacionais, dessa forma justificando o número de programas Cooperação para o Desenvolvimento Internacional em países aliados durante o sistema bipolar (BOSCHINI; OLOFGARD, 2005). Schraeder, Hook e Taylor (1998) verificam que a motivação estratégica pode variar de acordo com o doador na sua alocação de ajuda internacional. Enquanto o Japão busca ampliar seus ganhos econômicos, com uma alta correlação entre o volume de comércio entre os países e a quantidade de ajuda alocada, a Suécia almeja garantir seu *status* de potência média, ao focar seus programas de

Cooperação para o Desenvolvimento Internacional somente em países da África Austral, com o propósito de ampliar o consumo de produtos suecos (SCHRAEDER; HOOK; TAYLOR 1998).

Em resposta a essa visão predominante das relações internacionais, principalmente durante o período da Guerra Fria, surge a corrente do neoliberalismo institucionalista, que tem raízes históricas nos estudos do filósofo alemão Immanuel Kant⁵⁹, e também tem referências aos 14 pontos⁶⁰ apontados pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, para a formação da Liga das Nações. Essa perspectiva destaca-se por apontar a questão da interdependência complexa⁶¹ do sistema internacional como o fator que determina e constrange as relações transnacionais (KEOHANE; NYE, 2000). Assim como os neorealistas, essa corrente entende que a cooperação internacional é difícil de ser alcançada num sistema anárquico. Porém, essa visão difere ao entender que a intensificação das relações comerciais, o fortalecimento das normas e instituições internacionais e o aumento de regimes políticos democráticos (DOYLE, 1986) promovem a cooperação entre os atores estatais e não-estatais ao reduzirem as assimetrias de informação e os custos de transação.

Ao tratar do tema da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, o neoliberalismo considera que esse é um instrumento utilizado principalmente pelos Estados e organismos internacionais, com o propósito de solucionar problemáticas relacionadas à globalização e à dependência mútua. Por isso, os programas de cooperação para o desenvolvimento internacional devem focar em “*global public goods*”, que visam, por exemplo, controlar doenças infecciosas ou questões de degradação ambiental (LANCASTER, 2007). Essa visão de que o papel da ajuda internacional é para resolver questões ligadas à interdependência global é também associada ao conceito de *soft-power* trazido por Nye

⁵⁹ Para uma leitura mais detalhada de Kant sobre cooperação internacional, recomenda-se a leitura do texto a “A paz perpétua” de Immanuel Kant.

⁶⁰ Os 14 pontos de Wilson são proposições estabelecidas pelo então presidente norte-americano para consolidar a paz mundial após a primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos são: abolição de acordos secretos; liberdade de circulação marítima; supressão das barreiras alfandegárias entre as nações; desarmamento, sempre que possível; resolução dos problemas coloniais; retirada dos exércitos da Rússia; evacuação da Bélgica; restituição da Alsácia-Lorena à França; retificação das fronteiras italianas; autonomia aos povos do Império da Áustria-Hungria; evacuação e restauração da Romênia, da Sérvia e de Montenegro, com livre acesso ao mar para a Sérvia; autonomia aos povos não turcos do Império Otomano e independência da Turquia e abertura permanente dos estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo; Fundação da Polônia e Criação da Liga das Nações, ou Sociedade das nações (SARFATI, 2001).

⁶¹ Keohane e Nye (2000, p. 264) identificam os seguintes pressupostos da interdependência complexa: 1) os Estados não são os únicos protagonistas importantes, ou seja, há outros protagonistas transnacionais importantes; 2) a força não é a forma de coerção internacional, uma vez que predomina a manipulação econômica e o uso de instituições internacionais; 3) a segurança não é meta dominante, mas sim a guerra.

(2004). Este autor coloca que há três maneiras de o Estado influenciar outros “*threats of coercion (“sticks”), inducements and payments (“carrots”), and attraction that makes others want what you want*” (NYE, 2004, p. 94). A primeira e a segunda maneiras são consideradas *hard power*, enquanto que a última são estratégias de *soft-power*, em que se encaixam a promoção cultural e as políticas de ajuda internacional.

A escola neomarxista, influenciada pelas teorias imperialistas (MOMMSEN, 1977; HARVEY, 2003), também entendem que os programas de ajuda internacional têm o objetivo final de promover o próprio interesse do Estado. Não obstante, há uma diferença crucial na percepção do sistema internacional. Enquanto que, para os realistas, o sistema internacional é anárquico e todos os Estados buscam cada um por seu meio alcançar seus próprios interesses e, dessa forma, a ajuda é vista pelo receptor como meio estratégico dele atingir seu interesse, os neomarxistas definem o sistema internacional como um sistema desigual e hierárquico, que reflete as desigualdades propagadas pelo modo de produção capitalista, e gera uma divisão econômica e política entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dessa forma, a ajuda internacional é vista como mais uma ferramenta dos países do centro (ou desenvolvidos) para controlar e explorar ainda mais os países da periferia (ou subdesenvolvidos); ou seja, para manter os mecanismos de imperialismo (COCKCROFT, FRANK; JOHNSON 1972; RODNEY 1974). Em relação à Cooperação para o Desenvolvimento Internacional fornecida via instituições multilaterais, Hayter (1971) afirma que é uma forma mais camuflada de se aumentar o nível de dependência da periferia em relação ao centro, uma vez que os seus recursos proveem desses mesmos Estados-nações. Assim, a autora conclui que “*aid is merely the smooth face of imperialism*” (HAYTER, 1971, p.7).

Ademais, vale mencionar que essa perspectiva é reafirmada pela teoria do sistema-mundo, que adiciona países intermediários, chamados de semiperiféricos, dentro da divisão econômica do sistema internacional (WALLERSTEIN, 1976). Dessa maneira, pode-se auferir que a teoria do sistema-mundo explica não somente a Cooperação Norte-Sul, mas também a Cooperação Sul-Sul. Enquanto a primeira é realizada por países desenvolvidos do centro, que buscam ampliar a dependência dos países emergentes da semiperiferia e subdesenvolvidos da periferia, a segunda é propagada por países emergentes da semiperiferia que, assim como os países do centro, buscam também aumentar a relação de dependência da periferia.

No sentido contrário a essas correntes, encontram-se as escolas construtivista e funcionalista. Para a escola construtivista, a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional é normalmente motivada por questões humanitárias pois, ao entender que as

ideias e as normas do sistema internacional influenciam o comportamento dos Estados e os demais atores internacionais, o construtivismo propõe a ideia de uma identidade coletiva, que reflita ao mesmo tempo o interesse próprio e o coletivo (WENDT, 1999). Dessa forma, a ajuda internacional pode ocorrer no sistema internacional e a sua motivação é gerada por questões múltiplas. Assim, há tanto aqueles Estados guiados por convicções humanitárias, quanto aqueles norteados pelos seus próprios interesses. De acordo com Lumdsdaine (1993, p. 290), “*even when states gave aid to satisfy international opinion, the fact that was what world sentiment required shows the power that humane principles had to come to have*”. O autor conclui que as preocupações humanitárias tendem a se sobrepor aos interesses econômicos e políticos, uma vez que as normas internacionais e “*the essential moral vision*” pressionam os Estados ricos a auxiliarem os Estados pobres (Ibid., 1993).

A escola funcionalista também não relaciona a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional puramente a interesses próprios. Segundo essa perspectiva, a ajuda internacional é uma consequência natural do processo de integração regional, impulsionado pelo alto grau de interdependência entre os atores no sistema internacional. Portanto, a ajuda internacional é uma consequência da ampla interação que há entre os atores internacionais, que facilita o estabelecimento de instituições internacionais tecnocráticas e gera um efeito de *spill-over* sobre os demais, alavancado ainda mais o processo de integração e cooperação (MITRANY, 1996; HAAS, 1958; DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2001).

3.2 Para além do Estado

Essa breve análise das escolas de relações internacionais sobre a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional é importante para apontar duas limitações que se encontram em todas elas, independente das destoantes diferenças. A primeira limitação é o seu foco primordial no Estado, a despeito do reconhecimento, por parte dos neoliberais e construtivistas, de outros atores relevantes no sistema internacional (WENDT, 1987). Esse fato faz com que as análises com base nas teorias de relações internacionais tendam a assumir que o Estado é o único mentor relevante dos programas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. Sem realizar uma análise multinível que conecte a estrutura e a agência, as teorias de relações internacionais ignoram normalmente a participação dos agentes humanos no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas de

desenvolvimento (HUDSON, 2006).

A negligência da relação agente e estrutura gera a segunda limitação desse tipo de análise, que é a simplificação das complexidades multifacetárias dos processos sociais da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, ao entender a política externa a partir da perspectiva tradicional de política pública. De maneira que o processo de formulação, implementação e avaliação é visto como subsequente e linear e, logo, não sofre qualquer tipo de alteração no momento da execução. Essa visão tradicional de política pública, chamada também de *top down* (SABATIER, 1986), tende a ignorar a capacidade dos agentes em transformar o *project cycle*, ao perceber a burocracia a partir do modelo típico ideal weberiano (WEBER, 1999). Segundo Weber (1999), a burocracia seria composta de um caráter de impessoalidade e racionalidade, que a tornaria altamente eficiente na implementação técnica das decisões políticas. Desse modo, não haveria a possibilidade de interferências na agenda política ou na maneira de se executar as propostas (KEELEY; SCOONES, 1999).

Essa perspectiva linear e instrumental, no entanto, é questionada por diversos autores (ALLISON, 1971; ALLISON; HALPERIN, 1972; LINDBLOM, 1979; LIPSKY, 1980), que estabelecem um entendimento mais *bottom-up* (HJERN; PORTER, 1981), ao procurar constituir uma relação mais próxima entre os agentes e a estrutura, ou seja, entre o *micro* e *macro*. Na área de estudos de política externa, Snyder, Bruck e Sapin (1954; 2002) são os primeiros a ressaltar o papel do agente humano na formulação da política externa e, assim, a descartar o Estado como uma abstração metafísica, de vontade própria. Em seguida, ganham destaque os estudos de Allison (1971) e de Allison e Halperin (1972) que mostram que é necessário uma análise de outros níveis de decisão para se compreender o processo de decisão da Crise Cubana de Mísseis de 1962. Os autores apontam as limitações das perspectivas centradas na racionalidade de um único ator e propõem um olhar para a Política Burocrática. Segundo eles, é preciso realizar uma análise dos fatores intra-organizacionais e inter-organizacionais, ou seja, do processo de negociação entre múltiplas instituições com diferentes agendas para se entender como ocorre o processo de tomada de decisão na política externa (ALLISON; HALPERIN, 1972).

A questão da análise mutinível passa a ser associada pela literatura de análise de política externa (PUTMAN, 1988; HILL, 2003; 2010), que inclui a interação entre os fatores domésticos e externos para explicar o processo decisório. Esse avanço na área de análise da política externa é importante por demonstrar como múltiplos atores interferem no processo

político e o transformam num complexo processo de barganha e negociação (KEELEY; SCOONES, 1999). No entanto, vale notar que essas análises se preocupam, prioritariamente, em estudar o momento da formulação dos conhecidos *policymakers* ou *decisionmakers*, sem esclarecer a maneira que esses múltiplos atores interagem durante a implementação das políticas externas. Além disso, esses estudos restringem-se a identificar como as diferentes instituições, ou burocracias refletem na agência dos atores, sem elucidar até que ponto os valores e interesses dos agentes interferem na própria instituição. Pois, conforme afirma Bigo (2013, p. 187) “as instituições importam, mas apenas existem por meio das relações instituídas pelas práticas dos atores. Se os atores não agem, as instituições morrem; da mesma forma, objetos não são ativados por conta própria”.

Por essas razões, entende-se que a melhor forma para se explicar os estudos de casos desta tese é por meio de uma análise que caminhe além da perspectiva instrumental de política pública, assim como da perspectiva puramente burocrática. Ou seja, é preciso considerar como as relações de poder e conhecimento dos agentes são construídas, desconstruídas e reconstruídas constantemente em campo, com um olhar sociológico, imbricado no construtivismo⁶², que enfatiza a prática dos múltiplos atores por meio de uma atitude de pesquisa antropológica (LONG, 1999; 2002; KONTINEN, 2004; LATOUR, 2005; BIGO, 2013).

3.3 Por outro olhar

Esse outro olhar sobre os programas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional surge com a publicação do livro “*An Introduction to the Sociology of Rural Development*”, por Norman Long, no ano de 1977. Com uma visão contrária aos pressupostos do estruturalismo, do institucionalismo e do individualismo da escolha racional, Long (1999; 2001; 2002) propõe uma nova perspectiva chamada de *actor-oriented approach*. Baseada nos princípios do construtivismo social, ou da chamada teoria da estruturação, que tem influência direta de autores como Giddens (1984), Bordieu (2013) e Latour (2004; 2005), Long coloca no centro da análise a agência dos atores sociais durante processo de implementação dos

⁶² É importante destacar que o construtivismo entendido neste trabalho “não é equivalente à abordagem idealista, na qual as normas, ideias e crenças determinam o mundo”, pois ele está mais relacionado ao estudo do processo de construção social (BIGO, 2013, p. 179).

programas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, sem deixar de considerar as relações de poder e conhecimento das organizações. Dessa forma, o autor busca estabelecer uma conexão entre a agência e a estrutura no processo social, pois afirma que “*although it may be true that certain important structural changes result from the impact of outside forces, it is theoretically unsatisfactory to base one’s analysis on the concept of external determination*” (LONG, 1999, p.20)

Para isso, Long primeiro identifica que os programas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, promovidos pelas agências internacionais, são intervenções planejadas. Essas intervenções planejadas, no entanto, não se tratam de uma atividade localizada e específica, conforme é sugerido pelos doadores internacionais. Segundo ele, essas intervenções estão relacionadas com as demais decisões políticas, e têm consequências para as ações futuras (LONG, 2001, p.32-34). Dessa forma, é necessário analisá-las de maneira holística, dentro do contexto político, e não de forma linear, pois as intervenções planejadas são um processo social complexo, composto por uma multiplicidade de realidades sociais.

A agência dos atores sociais nesse processo social complexo está ligada não somente ao posicionamento dos atores no campo⁶³, conforme aponta Bourdieu (2013), mas também ao seu lugar no domínio social e na arena (LONG; 1999;2001;2002). O conceito de domínio social, desenvolvido por Long, refere-se às normas, valores e regras que implicam num certo grau de comprometimento social. Exemplos de domínios são família, mercado, comunidade, entre outros. Já o conceito de arena está vinculado a locais ou situações em que acontecem os “campos de batalha do conhecimento” entre os diferentes atores sociais sobre os temas, recursos, valores e poder. Esses locais podem não ser claramente demarcados e ocorrer até mesmo entre atores fisicamente distantes (LONG, 2001, p.59). Então, percebe-se que a *actor-oriented approach* entende que os interesses e valores dos agentes não estão necessariamente ligados ao seu posicionamento no campo, pois esses atores são também formados por suas trajetórias políticas e identidades culturais e, de certa forma, moldados pelo poder e conhecimento gerado pelas próprias relações sociais (LONG, 1999; 2001; 2002; LONG; VILLARREAL, 1998; LONG; JINLONG, 2009; MOSSE, 2005; BUCKLEY, 2011; 2013). Ou seja, conforme destacam Long e Villarreal (1998, p. 42), “*knowledge emerges as a product of the interaction and dialogue between specific actors*”. Então, para se identificar

⁶³ Long (2001) claramente aponta a influência de Bourdieu na sua conceptualização de “campo”, que enfatiza como a posição social no campo influencia no capital (econômico, social, cultural, simbólico) que cada um tem para atuar no campo. Entretanto, o autor difere de Boudieu ao entender que esse “campo” pode ser alterado, dependendo da maneira como ocorre o embate nas arenas, e a composição de redes de relacionamento nelas.

como ocorre esse conhecimento no processo de implementação dos programas de ajuda, ou seja, das intervenções planejadas, Long (2001, p. 69-72) cria a análise de interface social, que parte dos seguintes elementos:

- a) Focar a análise nas conexões e redes sociais⁶⁴ desenvolvidas entre os indivíduos e grupos ao invés de focar nas estratégias dos mesmos;
- b) Interface tem sempre um grau de interesse comum. Porém, é importante identificar os conflitos gerados devido às contradições nos interesses e nas relações desiguais de poder;
- c) Verificar os embates de diferentes paradigmas culturais e visões de mundo;
- d) O conhecimento é, portanto, moldado pelas experiências, encontros e desencontros que emergem na interface, e envolve aspectos de controle, autoridade e poder;
- e) O poder representa mais que as hierarquias e hegemonias que demarcam a posição social. O poder é resultado de uma complexa negociação entre autoridade, reputação e recursos que necessita aceitação da rede de atores (LATOUR, 2004);
- f) Facilita entender como os diferentes discursos dominantes são endossados, transformados e desafiados pelos diferentes atores para promover suas visões e alocações de recursos, com implicações no conhecimento e poder.

Em linhas gerais, a análise de interface social é interessante por trazer para a literatura uma nova forma de se examinar as intervenções planejadas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, que não cai no determinismo das visões centradas no Estado das escolas de relações internacionais, nem no individualismo extremo da escolha racional. Além disso, essa perspectiva inova ao questionar também a concepção pós-modernista, propagada principalmente por Escobar (1991) e Ferguson (2009), que entendem que a histórica contraposição entre os desenvolvidos/civilizados e os subdesenvolvidos/ primitivos, estabelecida pelo “discurso de desenvolvimento”, mantém uma estrutura de poder e conhecimento que impede qualquer transformação durante o processo de implementação dos programas de ajuda internacional. Ferguson (2009), por exemplo, embasado nas ideias de Foucault (1971; 2012) sobre o discurso como uma prática, afirma que o “discurso de

⁶⁴ As redes sociais são compostas por relações diretas e indiretas e trocas. Os laços das redes podem ser baseados em indivíduos ou organizações sociais. Essas redes se transformam constantemente, assim como a realidade social. As redes não são equilibradas e baseadas somente em princípios de reciprocidade. Na realidade, as redes são compostas por hierarquias desiguais e núcleos de centralização (LONG, 2001, p. 55).

desenvolvimento” atua de maneira perversa ao buscar manter a situação de subdesenvolvimento, assim como a própria indústria do desenvolvimento. Para ele, esse discurso estabelece que os burocratas devem analisar o sucesso ou fracasso dos projetos de forma específica, linear e técnica, de maneira que questões políticas tornam-se meras questões técnicas. Dessa forma, o discurso do desenvolvimento fragmenta e silencia a população local ao naturalizar a pobreza e despolitizar a questão do desenvolvimento, com a instauração “*the anti-politics machine*”.

Essa questão da despolitização do desenvolvimento, trazida pelos pós-modernistas, é relevante para o entendimento de alguns mecanismos da indústria do desenvolvimento. Entretanto, a demasiada ênfase dada ao discurso gera um cenário que perpetua a relação de poder entre dominantes e dominados. Os atores tornam-se simples reprodutores do discurso, sem nenhuma capacidade de agência. A análise de interface social mostra que essa simplificação da realidade omite o fato de que a relação entre as partes é um processo social complexo, e o discurso dos atores não é totalmente determinado pelas instituições de desenvolvimento, pois os atores têm a capacidade de transformá-lo em suas relações sociais (LONG, 2001, p.53). Dessa forma, a *actor-oriented approach* coloca que é necessária uma análise do processo de construção social dos discursos em cada caso específico, pois as relações de poder e o conhecimento emergem por meio do processo de negociação entre as partes. Ou seja, a realidade é formada por múltiplos discursos, e não somente por um.

Cabe destacar que a especificidade da *actor-oriented approach* no processo social é muito importante para a compreensão do nível *micro*. Pois, a partir da análise de interface social se consegue captar a maneira na qual os atores e as suas redes de relações interagem nas intervenções planejadas. No entanto, o foco desta análise não deve ser entendido como uma negação dos níveis *meso* e *macro*. É necessário que se faça uma análise multinível. Para isso, esta tese inclui uma análise histórica e um estudo sobre a capacidade das instituições no processo. A análise relacionada ao nível *macro* considera que o processo histórico tem um impacto direto nas relações de poder e conhecimento entre os atores, e, portanto, exerce influência nas intervenções planejadas. O poder é, neste caso, entendido como um processo de negociação, porém esse processo não está delimitado a uma situação pontual, uma vez que há uma relação de *path dependence* em sua formação. Já a análise de nível *meso*, busca identificar de maneira que os fatores das instituições, como recursos humanos e econômicos, refletem na agência os atores em campo, com consequências para a formação de conhecimento e poder (SCONNES, 1998).

Assim, para operacionalizar o quadro teórico proposto, o capítulo a seguir, apresenta a metodologia utilizada na pesquisa e a importância de encontros etnográficos intensos para se compreender as relações na esfera micro. Em seguida, no capítulo 5, discute-se o processo histórico de Moçambique e a sua relação com os doadores tradicionais para se estabelecer o elo entre o aspecto macro e micro, assim como se traça um mapeamento da cooperação brasileira no país, com destaque para os aspectos mesos como os recursos humanos e financeiros voltados para cada projeto de cooperação. Por último, nos dois subsequentes capítulos, identifica-se cada um dos projetos, a alocação de recursos em cada um deles, assim como a trajetória dos atores e das redes envolvidas para, então, analisar o processo de negociação específico de cada projeto e a formação das arenas ou os “campos de batalha de conhecimento”.

Capítulo 4 – Metodologia

“[...] é preciso “ir até a varanda”: conhecer os atores nas ruas, questioná-los e respeitar sua lógica e raciocínio quando se volta à poltrona e ao computador”
(ECKL, 1991)

A metodologia empregada numa pesquisa não se trata de uma escolha casual. Há uma relação direta entre a escolha metodológica e a postura epistemológica do pesquisador (MYERS, 2005). Para elucidar como a Cooperação Trilateral ocorre no terreno, a partir dos pressupostos traçados pelo quadro teórico, este trabalho adota uma postura epistemológica interpretativista, que parte de uma abordagem construtivista, ao reconhecer a existência de múltiplas realidades. Para entender as relações entre essas múltiplas realidades, o pesquisador deve ir a campo e ter consciência de que, diferentemente de uma postura positivista, a relação entre o pesquisador e os atores pesquisados carece de neutralidade. Assim, assume-se que *“objectivity is an illusion- an illusion snuggled in the comforting blanket of positivism”* (FINE, 1993), pois o pesquisador, a sua relação no campo e as emoções despertadas nesse processo estabelecem uma marca na pesquisa que, naturalmente, fazem com que ele priorize algumas questões frente a outras. A perspectiva interpretativista valoriza, portanto, a compreensão dos atores em suas próprias realidades, sem partir de hipóteses preestabelecidas, opondo-se a generalizações e relações causais do positivismo. A relação do pesquisador com os atores em campo é participativa e subjetiva, e a dinâmica dessa relação, influenciada por questões de gênero (FINE, 1993) e de filiação institucional, constrói a própria identidade do pesquisador em campo (ALCADIPANI, 2013), o que facilita ou dificulta o acesso aos dados.

Essa postura interpretativista é normalmente associada a uma metodologia qualitativa, que visa entender em profundidade um fenômeno social, por meio de uma investigação empírica. Nesse sentido, as perguntas de pesquisa que giram em torno de “como” e/ou “por que” (YIN, 2010, p.30), tendem a adotar estudo de casos únicos ou comparados como ponto de partida. Para efeitos desta pesquisa, optou-se por um estudo de caso comparado, que permite identificar as semelhanças e distinções entre os casos a partir de uma *“thick analysis”* (COLLIER, 1993). Para se eleger os estudos de casos representativos, a primeira etapa da pesquisa realizou uma análise de diversas fontes. Em seguida, com os casos já selecionados, definiu-se a segunda etapa da pesquisa, que foi a ida a campo, com a seleção dos

entrevistados e as técnicas de coleta de dados, como análise documental, entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos e observação participante. Por último, realizou-se a análise dos dados coletados por meio da análise de interface, proposta pela *actor-oriented approach*, e da codificação das entrevistas realizadas.

4.1 Primeira Etapa: A Seleção dos Casos

A seleção dos casos de Cooperação Trilateral do setor agrícola, ProALIMENTOS e ProSAVANA, em Moçambique, não foi uma escolha aleatória. Houve uma estratégia deliberada para chegar a essa escolha, baseada na triangulação de múltiplas fontes de evidências: levantamento bibliográfico prévio, a análise de documentos oficiais e a realização de entrevistas preliminares (YIN, 2010; GERRING, 2009). As entrevistas preliminares semiestruturadas ocorreram na primeira quinzena do mês Julho de 2012, contando com a participação de dois representantes de nível estratégico e um tático da ABC, além de conversas informais com dois especialistas sobre política externa brasileira na África. É importante apontar que para a realização dessas entrevistas preliminares, uma versão menos estruturada da pesquisa foi apresentada, assim como a filiação institucional da investigadora e uma solicitação de permissão de uso das informações. Vale destacar que, nesse momento, as entrevistas não foram gravadas em áudio, somente notas foram tomadas. Essas notas foram feitas num caderno durante a entrevista e, logo em seguida, digitalizadas em computador de maneira a mitigar a influência subjetiva do pesquisador na apresentação e seleção das informações, conforme é sugerido por Flick (2009, p.267). Além disso, é importante apontar que a identidade dos participantes das entrevistas preliminares, assim como as demais entrevistas em campo, foi mantida em anonimato. Assim, cada participante da pesquisa está designado por um número, sem uma definição clara de sua posição na instituição a fim de manter o sigilo e a privacidade dos mesmos.

O primeiro passo para a seleção dos casos foi a escolha do país. A decisão de eleger diferentes casos em somente um país está ligada principalmente à triangulação das fontes de evidências, porém, é importante apontar que tal decisão também foi influenciada pelo tempo de pesquisa em campo e pelos recursos financeiros disponíveis. A leitura da literatura especializada sobre o tema de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional brasileira, a análise de documentos oficiais e as entrevistas preliminares indicavam que Moçambique

representava um caso emblemático da cooperação técnica brasileira na África subsaariana, uma vez que o país recebia 81% dos recursos totais destinados à região, o que representava US\$ 18 milhões, em 2010 (ABC, 2011). O país também chamava a atenção dos especialistas pelos projetos inovadores, como a fábrica de antirretrovirais, a universidade aberta e o programa ProSAVANA, com escopo de duração de mais de 20 anos. Esse fato tornava Moçambique um caso politicamente importante, de acordo com Flick (2009), por integrar diversas características interessantes para se analisar a cooperação técnica brasileira.

Com a definição do país, o segundo passo foi determinar quais projetos de Cooperação Trilateral seriam analisados durante a pesquisa de campo. Dessa maneira, primeiro se identificou no *website* os projetos de Cooperação Trilateral na carteira da ABC em vários países (ABC, 2013a). Assim, verificou-se que Moçambique novamente aparecia na frente em número de projetos dessa modalidade, com nove projetos de Cooperação Trilateral, sendo um com um organismo multilateral (Ibid., 2013a). Desses nove projetos em execução, seis deles - sendo um deles o maior programa já executado pela ABC - eram incluídos no setor líder em recursos alocados pela ABC, o setor agrícola (22%) (ABC, 2011). Desses seis projetos no setor agrícola, cinco tinham a EMBRAPA como entidade executora. Com o propósito de escolher aqueles projetos que possuíssem características mais semelhantes entre si, excluiu-se primeiramente os dois projetos de treinamento de curto prazo, e em seguida o PRONAE que era uma parceria com organismos multilaterais. Em seguida, a partir das informações colhidas nas entrevistas, percebeu-se que o projeto PLATAFORMA já teria praticamente encerrado as suas atividades no momento em que a pesquisa de campo fosse realizada. Assim, optou-se por excluir esse projeto de uma análise mais detalhada, mantendo-se somente algumas questões relacionadas a ele para buscar ampliar o escopo de comparação com o ProALIMENTOS, uma vez que ambos eram projetos oriundos de uma parceria com a USAID, sendo o primeiro com a USAID-Moçambique e o segundo com a USAID-Brasil.

Dessa maneira, os dois projetos selecionados - o ProALIMENTOS e o ProSAVANA- atendiam aos seguintes critérios de similitude: a) a EMBRAPA como executora na contraparte brasileira; b) o tempo de implementação de cada um deles - segundo documentos oficiais e entrevistas preliminares, os projetos selecionados estariam em plena execução durante pesquisa de campo; e c) a existência de uma parceria com uma agência bilateral de um país desenvolvido. Com a conclusão dessa primeira etapa de pesquisa, e os estudos de casos já elegidos, inicia-se a segunda etapa da pesquisa.

4.2 Segunda Etapa: O Campo em Moçambique

Para realizar uma pesquisa de campo minuciosa dos estudos de casos selecionados foi solicitado à CAPES uma bolsa sanduíche de doutorado que permitisse a realização do trabalho de campo, com o apoio do Instituto Estudos Sociais e Econômicos (IESE), em Maputo, Moçambique, entre os meses de março e junho de 2013. O principal objetivo dessa imersão no terreno era compreender por uma abordagem etnográfica o processo de implementação dos projetos de Cooperação Trilateral do Brasil, com base nos pressupostos estabelecidos pela *actor-oriented approach*.

A etnografia é uma estratégia de pesquisa iniciada no século XVIII, e consolidada pela antropologia, com a pesquisa de campo de Malinowski (1978) nas ilhas Trobriand, que demonstra a importância do convívio intenso com os locais para o resultado da pesquisa. A etnografia implica, portanto, a observação “pública ou secreta do etnógrafo na vida cotidiana das pessoas, por um período prologando de tempo, observando o que acontece, escutando o que é dito, fazendo perguntas” (HAMMERSLEY; ATKINSON, 1995, p.1). Esse método de observação participante é normalmente complementado por outras técnicas de coletas de dados, como a análise documental, as entrevistas não-estruturadas, ocorridas em conversas informais, (GENZUK, 1993), e as entrevistas semiestruturadas, realizadas com os principais atores envolvidos (BUCKLEY, 2013).

No caso de pesquisas relacionadas à área de relações internacionais e Cooperação para Desenvolvimento Internacional, o método etnográfico é raramente utilizado pela academia brasileira. No entanto, o emprego desse método em estudos de cooperação para o desenvolvimento internacional é comum entre acadêmicos ingleses do mundo anglo-saxão, com longa tradição desde o período colonial (BUCKLEY, 2011; 2013; LONG, 1999; 2001; 2002; LONG; JINLONG, 2009; MOSSE, 2005; ESCOBAR, 1991; FERGUSON, 2009). As pesquisas brasileiras sobre a Cooperação Sul-Sul são normalmente baseadas em análises macroestruturais, e contam com escasso trabalho de campo no exterior devido à carência de recursos financeiros destinados a pesquisas de campo, assim como à própria tradição acadêmica da área das relações internacionais.

Para preencher essa lacuna, essa investigação combinou o método etnográfico de participação pública com o uso da técnica de análise documental e de entrevistas semiestruturadas. Por meio da etnografia, procurou-se entender a esfera *micro*, na qual

ocorriam as relações entre os múltiplos atores sociais durante o processo de implementação.

Durante essa imersão nos projetos houve uma aproximação com os representantes do nível operacional, ou seja, com os técnicos e agrônomos das instituições prestadoras e beneficiárias, ademais do contato estabelecido com os representantes de nível estratégico e tático. Além disso, é importante destacar que esse convívio intenso nos projetos e a estadia prolongada de quatro meses no país foram fatores-chave para a compreensão dos aspectos macro da relação histórica entre os doadores e os beneficiários. A análise documental e as entrevistas semiestruturadas, por outro lado, foram utilizadas para ampliar o escopo das informações encontradas em campo com esses atores, assim como para incluir a percepção de outros atores, relacionados com o nível estratégico e tático das organizações, que permitissem um aprofundamento das questões *meso* e *macro*.

4.2.1 Observação Participante

A coleta de dados por meio da observação participante permeou os quatro meses de pesquisa. Porém, é importante apontar que essa atividade foi mais intensa durante as missões das entidades executoras. No caso do projeto ProALIMENTOS, por exemplo, a observação participante foi mais intensa durante a missão de plantio da entidade executora brasileira - a EMBRAPA - e as entidades executoras norte-americanas - a Universidade de Michigan e Universidade da Florida - que ocorreu entre 11 de março e 26 de março, na Estação Agrária de Umbeluzi, em Boane. Já para o programa ProSAVANA, esse período de acompanhamento próximo das atividades ocorreu durante a missão de colheita da EMBRAPA, nos Centros Sazonais do IIAM em Lichinga e Nampula, entre 18 e 25 de abril. Nesse caso, é importante apontar que o contato com a instituição implementadora japonesa, *Japan International Research Center for Agricultural Sciences* (JICARS), foi ocasional, uma vez que as atividades de colheita do ProSAVANA não estavam integradas.

Outros pontos relevantes da observação participante são a forma pela qual a pesquisadora adquiriu acesso às atividades das missões e a maneira como registrou o acompanhamento dessas atividades. Segundo Lüders (2004, p. 226), o modo pelo qual “*one gains access in most cases already reflects some of the main characteristics of the field*”. Por isso, é importante entender não só as formalidades para o acesso, mas também a construção da identidade da pesquisadora nesse processo (ALCADIPANI, 2013) para, então, traçar a

maneira como as informações recolhidas foram registradas. Assim, a seguir, segue um breve relato sobre a forma de acesso ao campo de pesquisa.

Aquisição de acesso à Pesquisa de Campo

Logo na chegada à Maputo, realizou-se contato via e-mail com os representantes da ABC e da EMBRAPA naquele país. Nesse primeiro contato, foram apresentados o escopo da pesquisa, a filiação institucional e a procedência da bolsa acadêmica. Após essa apresentação formal e a realização das primeiras entrevistas semiestruturadas, os representantes manifestaram surpresa pelo fato da pesquisa ser fomentada com recursos brasileiros. Segundo eles, a maioria dos pesquisadores interessados na cooperação brasileira em Moçambique eram estrangeiros ou, em alguns casos, brasileiros financiados com recursos externos, o que gerava reticências aos representantes do governo brasileiro. Esses fatos - como a nacionalidade e os recursos da pesquisa - tiveram um papel claramente positivo para o acesso ao campo, pois os representantes afirmaram diversas vezes que era preciso um olhar de pesquisador independente sobre os projetos de cooperação do Brasil, que não tivesse vínculo com nenhuma outra agência internacional.

Assim, a solicitação para acompanhar as missões da EMBRAPA em campo foi aceita. E, em meados de março, foi realizado o acompanhamento da missão da EMBRAPA de plantio do Projeto ProALIMENTOS. Essa rápida aproximação com os representantes da EMBRAPA e da ABC colaborou para a aquisição de acesso à missão do programa ProSAVANA, que ocorreria em Lichinga e Nampula, em abril. Contudo, neste caso, vale apontar que filiação institucional à FGV-SP gerou dificuldades com a contraparte moçambicana e japonesa do projeto, pois havia uma clara confusão em relação à FGV Projetos, a entidade executora brasileira do Plano Diretor do ProSAVANA, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV-SP. Assim, em alguns casos, houve participantes que iniciaram a conversa de maneira hostil, com o sentimento de que se tratava de uma auditoria ao invés de uma pesquisa. Para mitigar essa dificuldade, a pesquisadora começou a se apresentar como pesquisadora associada do IESE, e somente depois de estabelecido um elo de confiança, declarava o seu outro vínculo institucional.

O registro do campo

Durante o acompanhamento das missões das instituições implementadoras, a pesquisadora tomou o cuidado de anotar diariamente todas as observações e impressões em seu caderno de campo, e de registrar em fotos algumas atividades (Vide Anexo VI- Fotos da

Estação Agrária de Umbelúzi e Centro Zonal de Lichinga e Nampula). As notas e a fotos tiveram o propósito de manter um alto grau de autenticidade e genuinidade sob a perspectiva dos participantes e as suas percepções sobre o processo de Cooperação Trilateral (FLICK, 2004; 2009). A análise subsequente dessas notas foi importante para o enriquecimento do questionário das entrevistas semiestruturadas, uma vez que novos temas e categorias frequentemente surgiam dessas análises, além de terem tido um papel crucial na elaboração da escrita desse trabalho.

4.2.2 Entrevistas semiestruturadas

Durante esses meses de trabalho de campo em Moçambique foram realizadas 51 entrevistas semiestruturadas individuais e 3 em grupo, ademais das 3 entrevistas preliminares realizadas no mês de julho de 2012 e de outras 2 entrevistas aplicadas no Brasil, em Agosto de 2013, com o total de 59 entrevistados. Todas as entrevistas seguiram o formato semiestruturado, o que permite uma abertura ao entrevistado e, ao mesmo tempo, possibilita um direcionamento dos pontos chave pelo pesquisador, que detém um roteiro de questões usado de forma flexível (Vide Anexo II - Roteiro de Questões) (FLICK, 2009; YIN, 2010). Note-se que o roteiro de entrevistas era composto de questões gerais voltadas para os três grupos-alvos dessa investigação: órgãos governamentais, entidades implementadoras e outras partes interessadas, além de questões específicas focadas em cada um dos projetos. As questões gerais giravam em torno de três aspectos: primeiro, identificar a estrutura política institucional da cooperação brasileira e as suas diferenças com cooperação tradicional; segundo, verificar a relação dessa estrutura institucional com os projetos de cooperação trilateral; e terceiro, captar a percepção dos atores sobre a cooperação brasileira, e, em específico, sobre a cooperação trilateral. Enquanto que as questões específicas buscavam compreender o histórico do projeto, as motivações da parceria e percepção dos atores sobre o processo de execução.

A maioria das entrevistas foi gravada em áudio, com o consentimento dos entrevistados, e tiveram duração média de 60 minutos cada. No caso das entrevistas gravadas, foram realizadas as transcrições, enquanto que para as entrevistas não gravadas, notas foram tomadas no caderno de campo e, logo em seguida, essas notas foram digitalizadas no computador, para se transcrever o mais fielmente possível as falas dos entrevistados.

A seleção dos participantes das entrevistas foi feita a partir da estratégia de “bola de neve”, que consiste numa técnica na qual um grupo inicial de respondentes, formado nessa pesquisa pelos representantes dos órgãos governamentais brasileiros e pelos especialistas, indica os demais atores importantes para a pesquisa (ATKINSON; FLINT, 2001). Dessa forma, o grupo de entrevistados envolveu 27 representantes de entidades implementadoras envolvidas nos casos selecionados, 21 colaboradores de diferentes órgãos de governo e 11 representantes de outras instituições interessadas, como ONGs, empresários, acadêmicos e organismos internacionais, conforme ilustra a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Quantidade de Respondentes por Entidade

| Nacionalidade | Órgãos de Governo | | | | | Entidades Executoras | | | | | | | | Outras partes interessadas | TOTAL |
|------------------|-------------------|------------|------------|---------------|---------------------------------|----------------------|-------------|------------|------------|------------|---------------|---------------------------------|----------|----------------------------|-----------|
| | Doadores | | | Beneficiários | | Doadores | | | | | Beneficiários | | | | |
| | MRE & ABC | USAID | JICA | MINAG | Outros ministérios moçambicanos | EMBRAPA | FGVProjetos | JICARS | MSU | UF | IIAM | ONGs/Empresários/Acadêmicos/Ois | | | |
| | Individual | Individual | Individual | Individual | Individual | Individual | Grupo* | Individual | Individual | Individual | Individual | Individual | Grupo** | Individual | |
| Brasileiros | 6 | 1 | 1 | | | 3 | 2 | 3 | 1 | | 1 | | | 3 | 21 |
| Norte-americanos | | 2 | | | | | | | | 2 | 1 | | | | 5 |
| Japoneses | | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | 2 |
| Moçambicanos | | 1 | | 7 | 2 | 1 | | | | 1 | | 10 | 1 | 6 | 29 |
| Outras | | | | | | | | | | | | | | 2 | 2 |
| TOTAL | 6 | 4 | 2 | 7 | 2 | 4 | 2 | 3 | 2 | 3 | 2 | 10 | 1 | 11 | 59 |

Fonte: Elaboração própria.

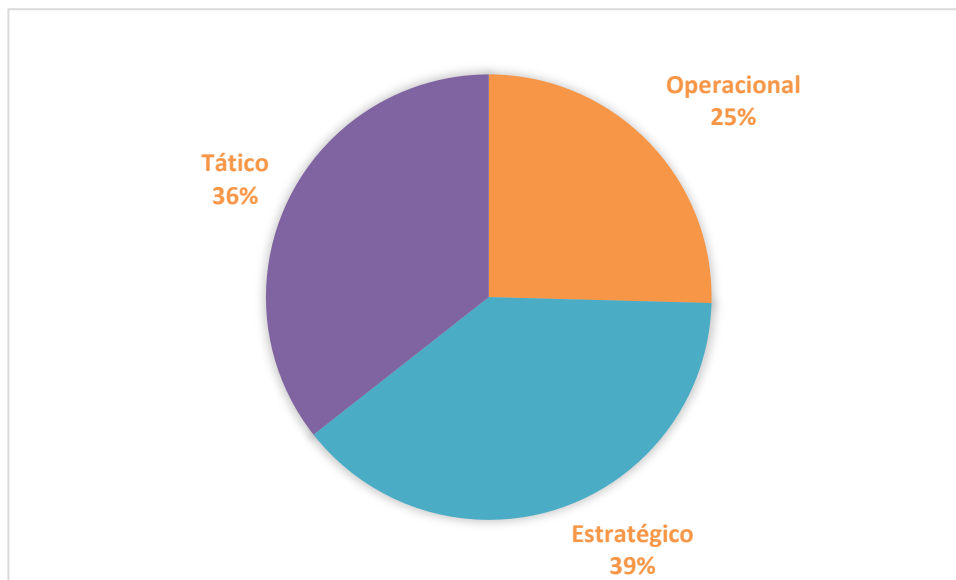
* Um grupo tinha três participantes, enquanto o segundo tinha quatro participantes.

** Grupo formado por três participantes

O Anexo III mostra também o número referente a cada um dos entrevistados, de maneira que se possa garantir o seu anonimato e preservar a sua privacidade, a nacionalidade, a data e o local de cada entrevista, a instituição de atuação, o nível organizacional do participante na instituição, o projeto relacionado e o uso de gravação. Em relação ao anonimato dos entrevistados é importante apontar que essa decisão foi tomada durante o trabalho de campo. A princípio, o nome e cargo dos entrevistados seriam disponibilizados na pesquisa, e o consentimento formal para isso foi devidamente solicitado em todas as entrevistas. Porém, quando se iniciou uma análise das entrevistas percebeu-se que havia informações que poderiam ser mal interpretadas pelos órgãos governamentais do país, de maneira que se optou em manter a privacidade de todos os entrevistados. Por isso, os nomes

são apresentados em números e os cargos são ocultados pela divisão da pirâmide de níveis hierárquicos na organização, que permite ao leitor perceber ao menos a posição de cada participante na instituição. Essa divisão estabelece três níveis: operacional, tático e estratégico (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003, p.248). O nível operacional refere-se àqueles voltados à execução do projeto, como os técnicos e agrônomos dos projetos. O nível tático está relacionado aos supervisores, coordenadores ou gestores de projetos. Enquanto que o nível estratégico está ligado aos tomadores de decisão, como presidentes, ministros e diretores. O Gráfico 5 ilustra a porcentagem de entrevistados em cada um dos níveis organizacionais, sendo que em primeiro lugar encontram-se os atores de nível estratégico (39%), seguido do tático (36%) e operacional (25%).

Gráfico 5: Entrevistados por nível na pirâmide organizacional



Fonte: Elaboração própria.

4.2.3 Análise Documental

Para complementar os dados encontrados em campo, realizou-se, em paralelo, uma análise documental. Os principais documentos analisados foram: notícias e artigos em diários e jornais eletrônicos, estudos e avaliações publicadas pelos órgãos governamentais, memorandos dos acordos de cooperação e o documento oficial de cada projeto. Dentre toda a

documentação coletada, é importante destacar a dificuldade que se teve para ter acesso aos memorandos e o documento oficial de cada projeto. Esses documentos não são disponibilizados pelo governo brasileiro, de maneira que o acesso só foi possível pela aproximação com os participantes dos projetos.

4.3 A Análise dos Dados

Os dados coletados em campo por três diferentes fontes de evidência, análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas, foram analisados da seguinte maneira. Primeiro, foi feito um levantamento histórico de Moçambique, com ênfase nas relações entre os doadores e o governo do país, a partir da literatura especializada e dos documentos oficiais. Essa análise, contida no capítulo V, busca principalmente entender os aspectos *macro* do quadro teórico delineado. Segundo, ainda no capítulo V, foram avaliados os documentos específicos de cada um dos projetos, com o propósito de verificar a distribuição de recursos e tarefas estabelecidos em cada um dos casos, com o intuito de identificar os aspectos institucionais, ou *meso*, que poderiam impactar no processo de implementação.

Em seguida, foi realizado um cruzamento do levantamento documental com os dados recolhidos em campo por meio de uma análise das entrevistas semiestruturadas e das notas do caderno de campo. Dessa forma, identificaram-se as trajetórias dos atores sociais envolvidos, e destacaram-se a partir da análise de interface social quais eram os “campos de batalha de conhecimento” vivenciado no microcosmo de cada um dos casos. Para então, realizar uma análise mais profunda das anotações e transcrições das entrevistas, com o uso do *software* de análise de dados qualitativos, chamado ATLAS TI. A decisão de se utilizar esse *software* está relacionada à facilidade que ele proporciona para analisar um grande número de entrevistados, e para auxiliar na codificação, associação e comparação dos dados colhidos (FLICK, 2009).

Para a análise via o ATLAS TI foi elaborada uma codificação das entrevistas transcritas e das notas em campo. A codificação qualitativa “significa nomear segmentos de dados com uma classificação que, simultaneamente, categoriza e resume e representa cada parte dos dados” (CHARMAZ, 2009, p.69). Ou seja, o procedimento da codificação permite que o material textual seja interpretado e comparado de maneira mais fácil. Nesta pesquisa, a codificação dividiu-se em duas fases. A primeira fase foi a elaboração de uma codificação

inicial aos trechos relacionados à Cooperação Trilateral e aos trechos ligados às especificidades de cada projeto. A codificação inicial é a atribuição de rótulo de forma espontânea e livre pelo pesquisador para melhor analisar o texto. Em seguida, essa codificação inicial foi agregada as arenas de embates de conhecimento de cada caso.

Na codificação inicial, os rótulos que surgiram nos trechos da entrevista sobre os aspectos ligados à questão da política e estrutura institucional da cooperação brasileira foram: *fragilidades administrativas e financeiras da ABC; desconhecimento sobre a África; fragilidades de Moçambique; estratégia da EMBRAPA vs. ABC; cooperação Norte-Sul vs Sul-Sul; Lula vs. Dilma na cooperação*. Especificamente sobre a cooperação trilateral surgiram os rótulos: *ganhos e riscos políticos da Cooperação Trilateral; benefícios e desafios da cooperação trilateral na execução; integração na cooperação trilateral; conflitos de paradigmas; divisão de tarefas entre as instituições; troca de conhecimento*. Em relação aos trechos específicos de cada projeto, destacam-se os seguintes rótulos: no ProALIMENTOS, *agromix; laços culturais; e laços pessoais* e no ProSAVANA, *usurpação de terras; agronegócio; sociedade civil; falta de integração*. Esses rótulos foram, então, reagrupados nas principais arenas de embate de cada um dos casos. Em termos gerais, pode-se dizer que ambos os casos apresentam arenas institucionais, assim como arenas sobre a forma de gestão agrícola, a despeito da facilidade promovida pelos laços culturais, como idioma, e no caso do ProALIMENTOS, os laços profissionais.

4.4. Limitações da Pesquisa

Embora esta pesquisa tenha utilizado a estratégia de “bola de neve” para selecionar os entrevistados e cruzado esses dados com outras fontes de evidência para mitigar o grau de interferência do pesquisador nos informantes, essa pesquisa tem limitações intrínsecas à construção da identidade da própria pesquisadora frente aos informantes, afetada por questões de gênero e filiação institucional, assim como pela sua temporalidade delimitada por um período de pesquisa de campo pré-determinado, entre os meses de março e junho de 2013.

Capítulo 5– Moçambique: Laboratório da Cooperação Técnica Brasileira

“A nossa língua comum foi construída por laços antigos, tão antigos que por vezes lhes perdemos o rasto.”

Mia Couto

Moçambique é o principal receptor dos programas de cooperação técnica do governo brasileiro na África Subsaariana, tendo recebido 81% dos recursos voltados à região, no ano de 2010 (ABC, 2011). Além disso, o país tem uma gama de projetos inovadores do governo brasileiro, o que o torna um “laboratório” da cooperação técnica da ABC. No setor agrícola, todos os projetos brasileiros encaixam-se na modalidade da Cooperação Trilateral, com parceiras com organismos internacionais e agências de países desenvolvidos, e o apoio institucional da ABC e da EMBRAPA que possuem um escritório regional.

Para entender a dinâmica social na qual os estudos de casos desta pesquisa estão imersos, faz-se necessário antes apresentar o contexto político doméstico e o papel que as políticas de ajuda internacional desempenham no país. Dessa forma, este capítulo, primeiro, faz uma breve análise do processo histórico do país, com destaque ao contexto político e econômico e às relações com os doadores tradicionais para, então, traçar um panorama da Cooperação Sul-Sul brasileira, em específico, a Cooperação Trilateral em Moçambique.

5.1 República de Moçambique

*“Vim de qualquer parte
de uma Nação que ainda não
existe.
Vim e estou aqui!
Não nasci apenas eu
nem tu nem outro...
mas irmão. (...)
Eu!
Homem qualquer
cidadão de uma nação que
ainda não existe”.*

*José Craveirinha, Trechos do Poema do Futuro
Cidadão, 1964.*

5.1.1 Um olhar ao passado de “*Mossa Al Bique*”⁶⁵

A primeira definição das fronteiras de Moçambique é fixada em 1898 por um acordo entre Portugal, Grã-Bretanha e Alemanha, após a Conferência de Berlim de 1885 (NEWITT, 2012). Entretanto, é somente após a Primeira Guerra Mundial que Portugal⁶⁶ garante o traçado atual, ilustrado no mapa abaixo, devido à defesa realizada pelas Companhias de Niassa e Moçambique⁶⁷ ao ataque do exército alemão à região norte do país, que garante a inclusão do Triângulo de Quionga no Tratado de Versalhes, assinado em 1919.

⁶⁵ Moçambique é originário de “Mossa al bique”, nome de um importante comerciante árabe que vivia na Ilha ao norte do país no século XV, chamada de depois de Ilha de Moçambique.

⁶⁶ Portugal chega em Moçambique no século XVI e instaura um entreposto comercial na Ilha de Moçambique ao norte do país. Entre esse período do século XVI e XIX, os portugueses estabelecem o sistema de prazos, semelhante às capitâneas, para obter controle da região. Para saber mais sobre esse período, leia o livro “A História de Moçambique” de Malyn Newitt (2012).

⁶⁷ As companhias de Niassa e Moçambique e muitas outras, que controlavam a produção e comércio do país, estavam nas mãos de capital britânico, pois, em 1890, Portugal, que tinha uma grande dívida com a Grã-Bretanha, permitia que capital estrangeiro controlasse os sistemas de prazos. O sistema de prazos tinha sido instalado pela Coroa Portuguesa em meados do século XVI para garantir a sua ocupação do território. Semelhante ao sistema de capitâneas hereditárias adotado nas Ilhas do Atlântico, Angola e Brasil, os prazos tinham a obrigação de administrar a região e cobrar tributos, contratar polícia e exercer o monopólio do comércio. Esse sistema diferenciava-se das capitâneas hereditárias no sentido que as concessões eram feitas principalmente para instituições religiosas e podiam ser transmitidas somente pelas mulheres por três gerações, e não para funcionários ilustres da Coroa que transmitiam pelos homens por período indeterminado (NEWITT, 2012).

A despeito da constituição geográfica de Moçambique permanecer estável durante o período colonial no século XX, a formação de uma identidade⁶⁹ moçambicana emerge somente a partir do estabelecimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁷⁰, em 1962, em Dar es Salaam, na Tanzânia (CHICHAVA, 2008). A FRELIMO, liderada por grupos de assimilados⁷¹ expatriados, consegue organizar os diferentes grupos étnicos para luta armada em favor da independência. Essa luta iniciada em 1964 termina somente no ano de 1974, após o envio de mais de 25.000 tropas portuguesas e a deposição de Marcello Caetano pela Revolução dos Cravos em Portugal. Pois, tanto Salazar como o seu sucessor Caetano eram enfaticamente contrários à estratégia pacífica de libertação adotada pela França e pela Grã-Bretanha na África Subsaariana. Para eles, Portugal deveria impedir qualquer iniciativa de independência em qualquer uma de suas colônias. (HANLON, 2010).

A independência é, então, finalmente declarada em 25 de junho de 1975 em um ambiente pacífico. Contudo, esse período de paz é curto. Logo, o governo socialista do primeiro presidente Samora Machel, pela FRELIMO, sofre ataques de seu vizinho governado por minorias brancas, a Rodésia (atual Zimbábue). Esse ataque tem claramente o apoio das potências ocidentais e faz parte da estratégia de conflitos do sistema bipolar da Guerra Fria, que visa desestabilizar os governos socialistas na África Subsaariana (Ibid.). Por meio do estabelecimento de uma força armada interna, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o governo rodésio de Ian Smith estabelece uma guerra civil que visa desestabilizar o governo socialista da FRELIMO (BELLUCCI, 2008). Em 1980, com o reconhecimento da independência da Rodésia, nomeado então Zimbábue, a RENAMO muda sua base de treinamento para a África do Sul. Essa mudança, somada à eleição de Reagan nos Estados Unidos que propõe uma política militar mais intensa nos países socialistas da região, intensifica ainda mais a guerra civil no país. Segundo dados apresentados por Hanlon (2010),

⁶⁹ Chichava (2008) mostra que a questão da identidade moçambicana é construída a partir da formação da FRELIMO. Entretanto, o autor também indica que essa construção é muito frágil, pois há dentro do próprio movimento, atual partido, conflitos entre os grupos do Sul, machanganes, com aqueles acima do Rio Save, macondes e Ndaus. Segundo o autor, esses conflitos estão mais ligados à divisão socioeconômica que há entre o Sul e o Norte do que a questões étnicas.

⁷⁰ A FRELIMO é a fusão de três movimentos: a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO), formada por emigrantes de Manica e Sofala na Rodésia do Sul; a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), formada por emigrantes macondes no Quênia e Tanzânia e União Nacional para Moçambique Independente (UNAMI), formada por grupos de Tetê (CHICHAVA, 2008). O primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, é assassinado pela Polícia Internacional de Defesa do Estado em 1969.

⁷¹ Os assimilados eram aqueles moçambicanos que tinham passado por educação formal em português durante o período colonial e podiam exercer funções de segundo escalão em órgãos coloniais. A política de assimilação inicia-se em 1917, com o objetivo de incentivar a adoção de costumes portugueses e cristãos, em detrimento de costumes considerados tribais (HONWANA, 2002).

a década de 1980 é o momento mais cruel da guerra civil, levando a um milhão de mortos e cinco milhões de refugiados (1/3 da população total de 15 milhões do país), ademais da suspeita morte de Samora Machel (1986) com a queda de uma aeronave. Além disso, é importante apontar que a guerra civil destrói completamente a infraestrutura básica de Moçambique, pois os alvos da RENAMO “eram as instalações econômicas, que iam desde pontos, cabos de energia, caminhos de ferro a fábricas” e postos de saúde e escolas (NEWITT, 2012, p. 486).

Diferente de muitos conflitos internos da África Subsaariana, Chichava (2008) e Hanlon (2010) identificam que a guerra civil de Moçambique não tem bases em questões étnicas, religiosas ou linguísticas. Os conflitos, num país que tem entre 12 e 24 idiomas oficiais, estão vinculados a questões econômicas entre o campo e a cidade e, logicamente, ao contexto de apoio da Guerra Fria (HANLON, 2010). Em 1984, após um período prolongado de escassez de alimentos devido ao conflito e às catástrofes naturais, os líderes da FRELIMO buscam estratégias para terminar com a guerra ao assinarem um acordo de paz não bem sucedido com a África do Sul, e outro bem sucedido com o Banco Mundial e o FMI. Esse acordo com as instituições financeiras internacionais, em consonância com as demandas feitas pelas potências ocidentais, estabelece o fim das políticas socialistas e vislumbra a entrada de organizações não governamentais internacionais⁷², como a CARE e World Vision (NIPASSA, 2009). Dessa forma, antes mesmo da assinatura do Acordo Geral da Paz, em 1992, Moçambique já havia adotado o seu primeiro programa do ajuste estrutural, em 1986 (HANLON, 2010).

5.1.2 O contexto político de Moçambique

As primeiras eleições, em 1994, definem as regras do jogo do processo eleitoral de Moçambique, com a instauração de um sistema presidencialista e a adoção do sufrágio universal. A eleição para o representante do Executivo, o Presidente, é realizada por voto popular direto, num sistema de maioria simples. Enquanto que a eleição dos deputados para a

⁷² Nipassa (2009) coloca que após cinco anos da entrada dessas duas ONGs em 1986 já se contabiliza cerca de 180 ONGs no país.

Assembleia Legislativa, composta por 250 cadeiras, é realizada por um sistema proporcional⁷³ de lista fechada, baseado nas dez províncias mais a cidade de Maputo, o que tenderia a gerar uma proporcionalidade regional, além de maior lealdade e coesão partidária (OPSI, 2009). Ambas as eleições ocorrem concomitantemente, com o mandato de cinco anos. Porém, é relevante apontar que o Presidente concentra amplos poderes legislativos por possuir poder de veto sobre as leis promulgadas pela Assembleia Legislativa e a possibilidade de dissolução desta caso rejeite o programa de governo proposto pelo Executivo. Além disso, cabe ao presidente apontar e demitir o primeiro-ministro⁷⁴, o Conselho de Ministros, o Conselho Constitucional, a Suprema Corte e o Tribunal Administrativo, os Procuradores, os Governadores das onze províncias mais a cidade de Maputo e o Diretor do Banco Central (Ibid.).

Nesse ano, é também estabelecida a Comissão Nacional de Eleições (CNE), que tem a responsabilidade de supervisionar todas as atividades administrativas de cadastramento e processo eleitoral executadas pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral de cada localidade (STAE, 2013). A CNE, a princípio, era composta somente por representantes partidários, porém, com a Constituição de 2004 e a reforma eleitoral de 2006, o órgão passa a incluir representantes “independentes”⁷⁵ da sociedade civil, com um total de 13 representantes⁷⁶ (OPSI, 2009).

Além do mais, é importante apontar que o processo eleitoral de 1994 é marcado por uma grande participação popular (87%) e pela consolidação de dois partidos, a FRELIMO e a RENAMO, que tiveram “um papel central no processo de transição política” devido à assinatura do Acordo Geral de Paz (BRITO, 2008, p.2). Esse fato é confirmado com os resultados das eleições que indicavam a formação de um sistema bipartidário, com uma clara divisão regional, a despeito da proliferação de micropartidos nos meses que antecederam as eleições. Enquanto que os votos da FRELIMO permaneciam no Sul, os votos da RENAMO concentravam-se no Centro e no Norte do país. Apesar dessa divisão, a maioria atingida pela

⁷³ Até 2006, havia uma cláusula de barreira para a entrada de deputados de partidos que não atingissem ao menos 5% dos votos nacionalmente (OPSI, 2009).

⁷⁴ O primeiro-ministro em Moçambique não tem nenhum tipo de autonomia para dissolver a Assembleia. O seu papel é limitado a aconselhar e assessorar o Presidente (OPSI, 2009, p.30).

⁷⁵ Brito (2011) aponta que como não está definido o que se entende por sociedade civil. Nesse caso, é muito fácil a FRELIMO, que tem mais força dentro do governo, manipular a lista dos representantes indicados por essas organizações.

⁷⁶ Dos 13 membros, 5 são escolhidos por representantes partidários de forma proporcional às suas cadeiras no Legislativo, e outros 8 são indicados por membros da sociedade civil (OPSI, 2009).

FRELIMO no Legislativo⁷⁷ e a vitória do presidente Joaquim Chissano da FRELIMO, com 44% dos votos, é reconhecida pela RENAMO e seu candidato Afonso Dhlakama (38%), no ano de 1994 (BRITO, 2008). A transparência do processo eleitoral é confirmada por vários observadores internacionais, e Moçambique começa a ser visto como o “caso de sucesso” no processo de democratização da África Subsaariana, em particular, da África Austral⁷⁸, assim como na adesão de políticas mais profundas de liberalização e privatização do ajuste estrutural. Pois, a pobreza de servidores públicos, como professores e médicos que tiveram salários cortados abaixo da linha da pobreza, no período, foi claramente olvidada na análise dos organismos internacionais (HANLON, 2010; BELLUCCI, 2008).

No ano de 1997, inicia-se o processo de descentralização⁷⁹ pela definição de municipalidades autárquicas, porém a RENAMO opta por não participar das primeiras eleições autárquicas de 1998, por entender que esse processo foi feito de forma prejudicial ao partido, o que provoca uma alta abstenção de 85% (OPSI, 2009, p.8). No ano seguinte, Chissano é reeleito, com 52% dos votos, uma margem significativamente menor ao partido de oposição (48%). Entretanto, o processo eleitoral, dessa vez, é questionado pela oposição e observadores internacionais. Práticas de fraude, como erros em cédulas e suspeitas na forma de realizar a contabilização, são identificadas em todo país e colocam em xeque a democratização moçambicana. Porém, conforme afirma Brito (2008), essas denúncias são logo apaziguadas, com a declaração de apoio à FRELIMO realizada pelos principais doadores internacionais (BRITO, 2008; 2011).

A hegemonia da FRELIMO e o fortalecimento de um sistema de partido único tornam-se cada vez mais uma característica acentuada no sistema eleitoral do país. As eleições autárquicas de 2003 e a eleição do presidente Armando Guebuza, em 2004, reeleito em 2009, confirmam um completo “controle do aparelho estatal, cujas posições de direção estavam ainda quase exclusivamente nas mãos de militantes e simpatizantes da Frelimo” (BRITO, 2008, p.8), com uma revitalização partidária desde base ao topo. As constantes

⁷⁷ Brito (2008) aponta que nessas eleições de 1994, a FRELIMO obteve 126 cadeiras, a RENAMO teve 112 e o micropartido União Democrática obteve 9, do total de 250 cadeiras.

⁷⁸ A África Austral inclui os seguintes países: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Ilhas de Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

⁷⁹ A descentralização de Moçambique é considerada extremamente tímida tanto na esfera executiva quanto legislativa. Na esfera executiva foi estabelecido um número limitado de municipalidades autárquicas, segundo critérios de localidade, fatores políticos e econômicos e motivos históricos e culturais, que incluem somente 10% do território nacional e excluem aproximadamente 75% da população do direito de exercer o voto para o representante local. Enquanto que na esfera legislativa, criaram-se eleições para Assembleias Legislativas para as onze províncias e Maputo, porém a sua falta de autonomia para aprovar e monitorar o orçamento e programa da mesma, mantém ainda o poder concentrado no governador indicado pelo Presidente (OPSI, 2009).

práticas de fraude no processo eleitoral geram uma queda significativa na participação dos eleitores, com uma abstenção de 60% em 2004, e 45% em 2009 (BRITO, 2008; 2011; OPSI, 2009). Além disso, a centralização dos poderes no Executivo sob o governo de Guebuza, as interferências significativas na economia, o aumento do controle social e da imprensa e o crescimento da corrupção levam a uma massiva represália dos doadores internacionais, que cortam o fluxo da ajuda entre janeiro e março de 2010, e a uma massiva manifestação popular que busca conter os aumentos governamentais do pão e do transporte público (FREEDOM HOUSE, 2013).

Embora o *Freedom House* classifique Moçambique como um país *parcialmente livre*, nota-se que a interferência do governo é cada vez maior sob a presidência de Guebuza, com um forte aparelhamento da polícia de Força de Intervenção Rápida (FIR). Denúncias de acadêmicos e professores relatam a dificuldade de se conseguir qualquer emprego sem o apoio da FRELIMO. Os assassinatos do jornalista Carlos Cardoso e do economista Siba-Siba Macuacua, no início de 2000, e as constantes ameaças sofridas pelos demais criam um clima hostil na imprensa, que sofre de autocensura pela sua dependência de anúncios das entidades governamentais (FREEDOM HOUSE, 2013). Além disso, os altos índices de corrupção em todas as esferas do país, classificado em 123 dentre 183 países no *ranking* de 2012 da *Transparency International Corruption Perceptions Index*, limitam a independência do judiciário, segundo o levantamento realizado pelo *Freedom House* (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, CPI, 2012).

As últimas eleições autárquicas, em novembro de 2013, indicam um sério agravamento desse cenário, com severas fraudes identificadas durante todo processo eleitoral e disparos realizados a populações pela FIR, principalmente nas duas províncias, Beira e Quelimane, que tinham a maioria de votos no novo partido de oposição, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM)⁸⁰, dissidência da RENAMO estabelecida em 2009. Em Quelimane, onde houve a vitória⁸¹ do MDM, por exemplo, jornais locais relatam a morte de um cidadão pela FIR próximo ao local de votação (EXPRESSO, 2013). A RENAMO, por outro lado, boicotou novamente essas eleições autárquicas e voltou a realizar ataques na região central do país para pressionar o estabelecimento de paridade na composição dos órgãos de gestão eleitoral. Segundo recente entrevista do cientista político moçambicano, Luís

⁸⁰ Chichava (2010) aponta que o MDM não representa uma alternativa política ao não se distinguir claramente dos outros dois partidos.

⁸¹ Das 53 municipalidades, o MDM conseguiu eleger seus candidatos somente em 3 delas: Beira, Quelimane e Nampula (O PAIS, 2013).

Brito à DW (ROCHA, 2013), a situação atual do país é de “quase guerra’ dado o conflito”, e a não participação da segunda maior força partidária nas eleições, a RENAMO, representa claramente uma crise do sistema político nacional.

A despeito de claras evidências em relação à fragilidade política institucional, com tendências de caráter não democrático, os relatórios do FMI e do Banco Mundial mantêm otimismo frente à situação do país (FMI, 2013). Na verdade, Moçambique surge frequentemente como um dos principais *casos de sucesso* na literatura sobre a África Subsaariana, com crescimento contínuo em vinte anos, graças aos empréstimos e doações dos organismos internacionais e de países ocidentais (FMI, 2013; CALLAGHY; RAVENHILL, 1993). Esse discurso, se visto como uma prática que estabelece uma estrutura do conhecimento e poder, conforme aponta Foucault (1971; 2012), gera a real sensação de otimismo entre aqueles que atuam no país e proporciona interpretações ambíguas sobre a realidade moçambicana. Saraiva (2012, p. 68), por exemplo, chega até a classificar Moçambique como “uma democracia moderna em formação e que combate os excessos gerados pela corrupção e pelo patrimonialismo”. Porém, após viver no país por cerca de cinco meses no ano de 2013 e realizar uma análise mais profunda do contexto político, a pergunta que fica é: Quais são os fatos que fazem Moçambique se manter como um caso exemplar na África Subsaariana? Será que o país passa realmente por um surpreendente desenvolvimento socioeconômico?

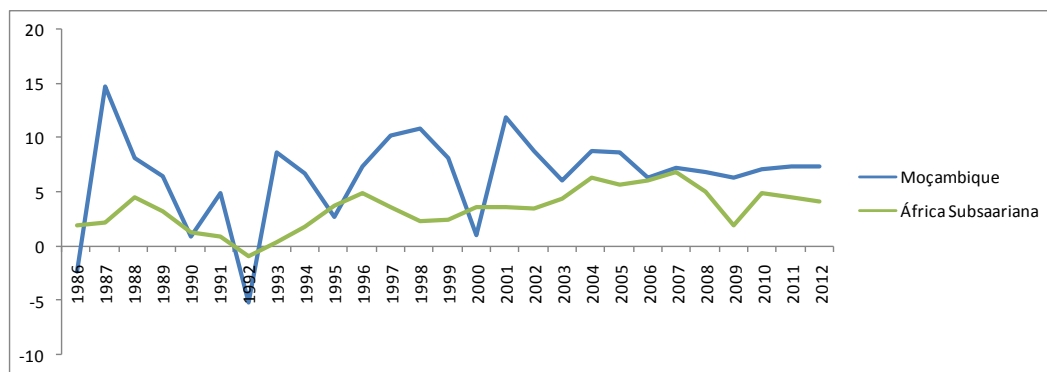
5.1.3 A economia moçambicana

De acordo com os cálculos⁸² do Banco Mundial (2013), o crescimento econômico de Moçambique é notável. Estima-se que esse país de 25,2 milhões de habitantes tenha apresentado um crescimento do PIB real de 7,4%, no ano de 2012. A evolução desse crescimento, principalmente, após a assinatura do Acordo de Paz (1992), é ainda mais evidente quando comparado com os demais países da África Subsaariana. Ademais, as

⁸² É importante apontar a ressalva feita por Jeven (2013), em seu livro “*Poor Numbers: How we are misled by African Development Statistics and what to do about it*”, que mostra que as estimativas de PIB anual, crescimento do PIB e dados sobre a agricultura dos países da África Subsaariana apresentadas pelos organismos internacionais não são confiáveis por possuírem graves erros devido à falta de coleta apropriada de dados. De acordo com o autor (2013, p. 52), a quebra dos sistemas estatísticos africanos nacionais após a independência fez com que “*the response of governments and international financial systems was to withdraw from serious data collection and instead rely on negotiated numbers in order to draw up policy papers*”.

estimativas indicam que o PIB *per capita* do país passou de US\$ 137, em 1992, para US\$ 578, em 2012 (BANCO MUNDIAL, 2013).

Gráfico 6: Evolução do Crescimento do PIB⁸³ (1986-2012)



Fonte: Elaboração própria, com base em Banco Mundial Database (2013)

O crescimento do PIB moçambicano é acompanhado de uma elevação do comércio exterior⁸⁴ e do investimento externo direto (IED) (UNCTAD, 2012; 2013). Somente entre os anos de 2008 e 2012, o comércio exterior aumentou 44,6%, passando de US\$ 6,6 bilhões para US\$ 9,6 bilhões, sendo que a elevação das exportações foi de 31% e das importações de 54% (MRE, 2013). Para o ano de 2012, os principais produtos exportados foram alumínio (31,4%), combustíveis (27,8%), minérios (6,9%), fumo (6,6%), açúcar (4,3%) e indústrias químicas (3,2%) direcionados principalmente à União Europeia (41%), seguida da Ásia (28%) e os vizinhos africanos (24%). Em termos individuais, os principais compradores dos produtos moçambicanos foram Países Baixos (26,6%), África do Sul (19,2%), China (18,3%), Reino Unido (5,1%), Índia (4,5%) e Itália (3,1%), enquanto que o Brasil⁸⁵ restringiu-se a 0,2% das exportações do país. Já em relação à pauta de importação, percebe-se uma diversificação, porém com uma clara concentração em combustíveis, máquinas e automóveis, que

⁸³ O Banco Mundial (2013) calcula o crescimento do PIB, a partir dos preços de mercado com base na constante da moeda local, agregações são feitas com base no valor do dólar constante de 2005.

⁸⁴ O Banco Mundial (2013) estima ainda que em proporção ao PIB, as exportações passaram de 2,5% em 1986 para 29% em 2011, enquanto que a importação passou de 12% para 46% em 2011. Para ver detalhes dessa evolução, veja o Anexo IV - Gráficos.

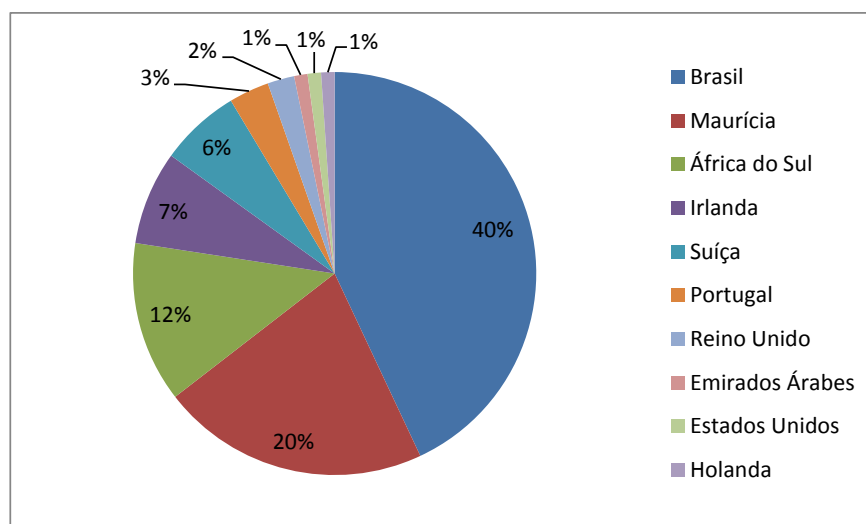
⁸⁵ Apesar das exportações brasileiras à Moçambique serem ainda pouco significativas, vale apontar que houve um crescimento médio anual de 37% entre 2001 e 2012, passando de aproximadamente US\$ 2,8 milhões para US\$ 122,3 milhões. Essa mesma tendência de crescimento é identificada nas importações de produtos moçambicanos ao Brasil, que saltaram de US\$ 0,9 milhões (2001) para US\$ 24,1 milhões (2012), ou seja, uma elevação média anual de 31% no período (MDIC, 2013).

representaram, juntos, 45% do total importado em 2011, seguidos de cereais (6%) e obras de ferro e aço (4%). A maior parte dos produtos importados é oriunda da África do Sul (31,5%), seguido de Países Baixos (9,3 %), Emirados Árabes Unidos (7,4%), Bahrein (6,3%), Reino Unido (6,1%), China (5,6%) e Portugal (4,9%), sendo que os produtos brasileiros representaram 4,6% das importações em 2012 (MRE, 2013).

Em termos de IED, há um salto principalmente a partir de 2005, com a descoberta de minérios e gás natural e, conseqüentemente, os investimentos em megaprojetos⁸⁶ nesses dois setores⁸⁷, que concentram 64% do IED, no acumulado de 2001-2011 (UNCTAD, 2012; 2013). Entre 2005 e 2011, o IED passou de menos de US\$ 200 milhões para US\$ 2,1 bilhões, tendo como os maiores investidores Brasil, Maurícia e África do Sul, conforme ilustrado no Gráfico 7. Além disso, vale notar que o investimento da empresa brasileira, Vale do Rio Doce no desenvolvimento da mina de carvão e em estrada de ferro, é um dos maiores do país (UNCTAD, 2013).

⁸⁶ Para saber mais sobre os principais mega-projetos, veja Mosa e Selemane (2013).

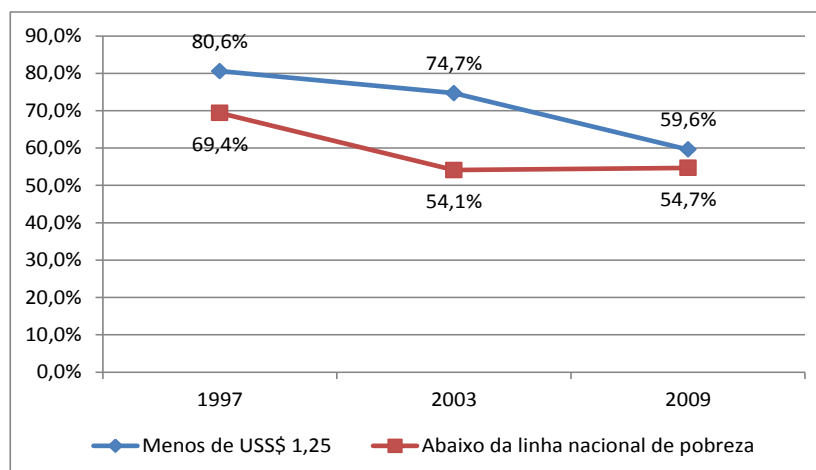
⁸⁷ Os demais setores que receberam mais IED foram Indústria 17%; Transporte e Comunicação 6%; Agricultura 5% e Finanças 2% ; enquanto que os demais setores, como Eletricidade, Gás e Água; Construção; Comércio; Hotéis e Restaurantes e Outros representaram ao redor de 1% cada um (UNCTAD, 2013).

Gráfico 7: Investimento Externo Direito, Acumulado 2004-2011

Fonte: Elaboração própria, UNCTAD (2013).

As instituições de Bretton Woods e os doadores internacionais afirmam que o crescimento do comércio exterior e IED estão associados às diretrizes políticas apoiadas por eles, após o fim da guerra civil. Inclusive, o programa de ajuste estrutural⁸⁸ que é identificado normalmente como um fracasso nos demais países em desenvolvimento (KILLICK, 1996; EASTERLY, 2003) é apontado como um sucesso em Moçambique (CALLAGHY; RAVENHILL, 1993; SARAIVA, 2012; FMI; BANCO MUNDIAL, 2013), a despeito da proporção de habitantes que continuam a viver em situação de extrema pobreza. O Gráfico 8, por exemplo, indica que aproximadamente 60% da população moçambicana vive com menos de US\$ 1,25 por dia. Além disso, a publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2013, posiciona Moçambique em 185º lugar do *ranking*, ou seja, o antepenúltimo dos 188 países avaliados (PNUD, 2013).

⁸⁸ Renzio (2011) identifica que há duas fases do programa de ajuste estrutural em Moçambique, financiado principalmente pelo FMI e Banco Mundial. A primeira fase, entre os anos de 1986 e 1997, centra-se em políticas macroestruturais de estabilização, liberalização e privatização, com significativo suporte do Banco Mundial, o FMI e doações da agência sueca. Enquanto que a segunda fase, entre os anos de 1997 e 2000, foca na descentralização, na reforma dos serviços públicos e na gestão dos recursos financeiros, e conta com o apoio de um grupo seis doadores internacionais (Suécia, Dinamarca, Noruega, Suíça, Grã-Bretanha e Holanda), conhecidos como seis “*like-minded*”, que vinculam suas estratégias de ajuda internacional às diretrizes dos organismos internacionais.

Gráfico 8: Comparação das Estimativas da Pobreza em Moçambique

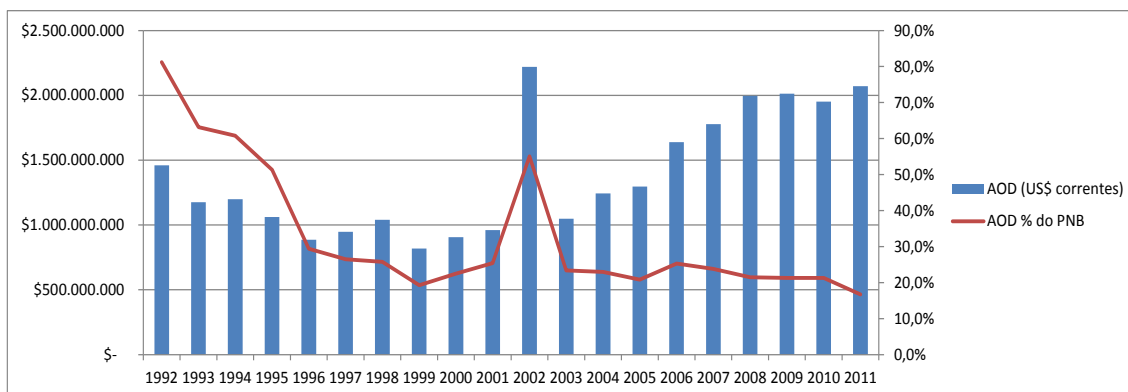
Fonte: Elaboração própria, Banco Mundial Database (2013)

Para entender melhor como esses números “escapam” das análises sobre Moçambique, vale estudar a relação entre os doadores internacionais e a elite governamental, além de realizar uma investigação mais apurada sobre cada um dos programas adotados.

5.1.4 Os doadores em Moçambique

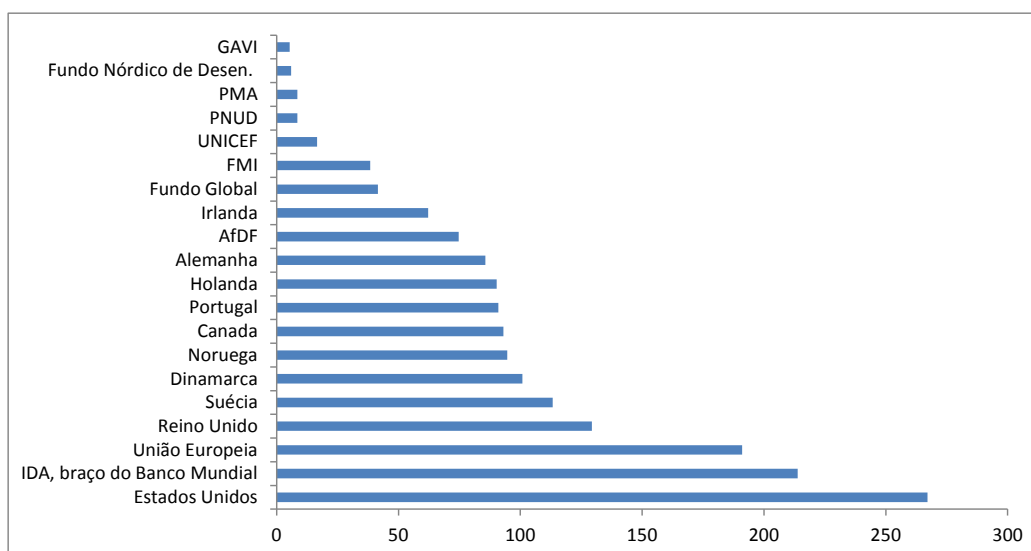
A participação dos doadores tradicionais, em termos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, já chegou a representar 80% do Produto Nacional Bruto (PNB), no início da década de 1990. Conforme mostra o Gráfico 9, abaixo, no ano de 2011, a AOD em proporção ao PNB caiu para a aproximadamente 20%. (OCDE, 2013). No entanto, em termos de volume financeiro, a AOD manteve-se elevada em 2011, representando US\$ 2 bilhões, o que corresponde a 43% do Orçamento do Estado (Ibid, 2013; PNISA, 2011). Este fato faz com que o país tenha sido o quarto⁸⁹ maior receptor de AOD dos países do CAD-OCDE na África Subsaariana, em 2011 (OCDE, 2013).

⁸⁹ Os três maiores receptores de AOD antes de Moçambique na África Subsaariana são República Democrática do Congo, Etiópia e Tanzânia. Para mais detalhes, veja o Gráfico C no Anexo IV.

Gráfico 9: Evolução da ajuda internacional (1992-2011)

Fonte: Elaboração própria, Banco Mundial Database (2013).

Além disso, a média dos últimos cinco anos (2007-2011), ilustrada no Gráfico 10, identifica que os cinco principais doadores do país são: os Estados Unidos, a IDA – braço do Banco Mundial, a União Europeia, o Reino Unido e a Suécia que, juntos, respondem por US\$ 914,7 milhões da AOD voltada à Moçambique. Volume que ainda fica acima da soma dos outros quinze doadores apresentados no Gráfico 10 que atingem juntos o volume total de US\$ 871 milhões, e muito além dos recursos destinados pela ABC ao país, US\$ 18 milhões (ABC, 2011).

Gráfico 10: Principais doadores em Moçambique entre 2007-2011 (US\$ milhões)

Fonte: Elaboração própria, OCDE (2013).

No entanto, essa alta e prolongada dependência de ajuda internacional pode gerar custos para o país beneficiário. Segundo Braütigam e Botchwey (1999, p.2), em seu clássico estudo sobre dependência de ajuda internacional em países da África Subsaariana, os principais custos identificados são: 1) sobrecarga institucional e enfraquecimento da capacidade institucional; 2) perda de soberania e falta de *ownership* sobre a estratégia nacional; 3) instabilidade orçamentária, fragmentação orçamentária, distorções salariais, baixo esforço para aumentar a arrecadação; e 4) perda de *accountability* na democracia.

No caso de Moçambique, em particular, pode-se dizer que diversos autores, como Wuyts (1996), Hanlon (2004; 2010), Castel-Branco (2010) e Renzio (2011), já apontaram algumas dessas fragilidades. Wuyts (1996, p. 718), por exemplo, ao analisar os resultados das políticas de ajuste estrutural, afirma que há “*increased fragmentation of control over public money between government institutions and donor agencies*”. Hanlon (2004) chega até a afirmar que a entrada constante de ajuda externa favorece a disseminação da corrupção na esfera governamental devido à própria arquitetura do sistema de cooperação para o desenvolvimento internacional. Segundo o autor (2004), o fato dos oficiais públicos das agências externas ficarem por um curto período de tempo no país e de as suas metas serem baseadas na quantidade em prevalência da qualidade provoca uma amnésia na comunidade internacional sobre os casos de corrupção e, ao mesmo tempo, gera incentivos para uma elite predatória. Em conclusão, Hanlon (2004) aponta que:

There are two very different images of Mozambique. One is of rapid GDP growth and growing exports and of transparent and clear management of donor money. The other is of worsening poverty in rural areas and of state capture, with a predatory elite that robs banks and non-donor resources, smuggles and kills, and maintains a corrupt justice system. *A symbiotic relationship has grown up between the Mozambican predatory elite and the donors to maintain the myth of the Mozambican success story* (HANLON, 2004, p.760. Grifo nosso).

Castel-Branco (2010), na mesma linha, demonstra como o caso da liberalização da exportação do caju não processada, condicionalidade do programa de ajuste estrutural, é um exemplo do enfraquecimento institucional, da perda de *accountability* democrática e da consciente abdicação de *ownership* estatal para privilegiar os interesses privados. De acordo com ele, essa liberalização, realizada nos anos 1990, frente à resistência de diversos grupos nacionais, reforça o fato do governo ser “politicamente incapaz de lidar com a contestação e conflito internos relativamente a opções de políticas, escolhendo adotar a política que lhe é

imposta por um doador (...) para depois devolver a culpa pelas perdas de postos e trabalho e capacidade industrial para o doador” (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 23-24). Além disso, este autor conclui que o chamado “sucesso” de Moçambique está relacionado com a forma pela qual se entende “sucesso”. O fato de a comunidade internacional quantificar o “sucesso” a partir das taxas elevadas do PIB, o controle da inflação e quantidade de empresas privatizadas esconde de sua análise a incapacidade dessas políticas de ajuda de gerar empregos, desenvolver a produção de insumos agrícolas locais e, conseqüentemente, de reduzir a pobreza.

Renzio (2011), por último, ao examinar o caso da reforma orçamentária, aponta como a própria estrutura do sistema de ajuda internacional em Moçambique promove políticas fracassadas. Segundo ele, é preciso analisar não somente os fatores domésticos que a alta dependência em ajuda gera no país, mas também os fatores externos relacionados aos próprios doadores internacionais. Em outras palavras, Renzio (2011) afirma que a fragmentação entre os doadores e a falta de coordenação e transparência entre os mesmos, somada a multiplicidade de mecanismos de implementação e avaliação, gera a fragmentação entre os ministérios de governo e impede a centralização do orçamento, o que era previsto na proposta de reforma orçamentária. Pois, como ele mesmo coloca *“donor-supported budget reforms conceived and implemented within central agencies have often been undermined by sector-specific interventions supported by the same donors, which were in contradiction with central ones”* (RENZIO, 2011, p.37).

Vale ainda notar que esses mesmos estudiosos reforçam como essa “relação simbiótica” entre doadores e elites nacionais leva a um desempenho frustrante em termos de redução de pobreza, seja no programa de ajuste estrutural, seja no seu substituto a partir de 2000, o Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta⁹⁰ (PARPA). Além disso, esses autores apontam que as políticas de redução de pobreza não tiveram o sucesso esperado devido aos baixos incentivos dados para o desenvolvimento do setor agrário, setor que representa a principal forma de sustento para 70% da população do país que ainda hoje vive

⁹⁰ O Programa de Ação de Redução à Pobreza Absoluta (PARPA) faz parte de uma linha de crédito adotada pelo Banco Mundial e FMI para todos os Países Altamente Endividados, após o reconhecimento do impacto negativo do programa de ajuste estrutural na maioria dos países em desenvolvimento (FINGERMAN, 2007). Dessa forma, o PARPA deveria aprimorar três limitações apontadas pela literatura no ajuste estrutural: diminuir o número de condicionalidades, aumentar o grau *ownership* dos governantes e incentivar participação da sociedade civil. Porém, estudos realizados na América Latina (FINGERMAN, 2007) e mesmo em Moçambique (CASTEL-BRANCO, 2010) mostram que o PARPA não aumenta a *ownership* dos governos. Em Moçambique, o PARPA I é liberado no ano de 2004, e atualmente o país está na terceira edição do PARPA (2011-2014).

no meio rural (FAO, 2013; ROSARIO, 2012; CASTEL-BRANCO, 2010; MOSCA; SELEMANE, 2013; HANLON, 2004; 2010).

5.1.5 O setor agrário e os doadores

O setor agrário de Moçambique representa a principal atividade econômica de grande parte da população do país. Os doadores tradicionais e o governo local reforçam em sua retórica a importância de se desenvolver esse setor para efetuar as políticas de redução de pobreza. Nas últimas décadas, houve dois importantes programas nacionais financiados principalmente pelos doadores tradicionais, o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI), entre os anos 1998-2009, e Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrícola (PEDSA), no período de 2010-2020. Este último é alinhado com a estratégia do Programa de Desenvolvimento Abrangente da Agricultura de África (CAADP)⁹¹, e ambos vinculados às diretrizes de seus respectivos PARPA.

O PROAGRI I (1998-2004), estabelecido ainda durante o governo de Joaquim Chissano, tinha o objetivo primordial de harmonizar as diferentes políticas de cooperação dos doadores no setor da agricultura. Para isso, o programa buscava reestabelecer o Ministério da Agricultura, que havia sido fortemente impactado pelas políticas de corte orçamentário do ajuste estrutural; além de procurar alavancar a produção da agricultura familiar, com a previsão de amplos investimentos na área de infraestrutura para garantir um melhor acesso à insumos, extensão e pesquisa (CHICHAVA, 2012; CABRAL, 2007).

A ênfase no fortalecimento institucional desse programa levou a uma importante reforma nos órgãos governamentais de pesquisa e extensão. Dessa forma, no ano de 2004, foi criado o Instituto Agrário de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), que integrou as atividades, o pessoal e o orçamento de cinco instituições separadas: o Instituto Nacional de Investigação Agronómica (INIA), o Instituto de Produção Animal (IPA), o Instituto Nacional de Investigação Veterinária (INIVE), o Centro de Experimentação Florestal (CEF) e o Centro de Formação Agrária (CFA), além de descentralizar as atividades para quatro centros zonais:

⁹¹O CAADP é uma iniciativa da União Africana no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), que visa integrar as iniciativas e investimentos agrícolas entre os países da África. Moçambique assinou o Pacto do CAADP, de acordo com as diretrizes do PEDSA, no ano de 2011. Para saber mais, acesse <http://www.caadp.net/pdf/Mozambique.pdf>

Norte, Nordeste, Noroeste e Sul (IIAM, 2006).

Embora os resultados do PROAGRI I tenham sido positivos no quesito da reestruturação institucional, os resultados ligados ao desenvolvimento rural e a redução da pobreza se mantiveram extremamente inferiores ao esperado, devido aos baixos investimentos realizados em infraestrutura, pesquisa e extensão (GMD, 2004). Para resolver essa questão, o novo presidente Armando Guebuza, em parceria com os doadores tradicionais e o recém-estabelecido G-19⁹², elabora as novas diretrizes do PROAGRI II (2005-2009), e reafirma a sua vontade de desenvolver rapidamente as condições do setor agrário para reduzir a pobreza, inclusive incluindo essa meta no PARPA II (CHICHAVA, 2012).

A despeito da forte retórica do primeiro mandato de governo de Guebuza em prol do desenvolvimento da agricultura familiar, o relatório de MPD (2010) mostra que a proporção de famílias a receberem informações sobre a extensão teve “um decréscimo de 13,5% para 8,3%. Da mesma maneira, o uso de pesticidas diminuiu de 6,8% para 3,8%”, entre os anos de 2002 a 2008” (MPD, 2010, p.50). Uaiene (2012) aponta que os investimentos (externo e interno) em pesquisa e extensão na agricultura familiar moçambicana foram em torno de 0,24% do PIB no de 2011, o que representa três vezes menos que a média investida pelos demais países da África Subsaariana (UAIENE, 2012). Além disso, Mosca e Selemane (2013) indicam que somente 7,6% dos recursos da cooperação internacional foram voltados ao setor agrícola, entre os anos de 2005 e 2011.

Esse investimento negativo nas áreas chave da agricultura, por parte do governo e dos doadores, faz com que os níveis de produção das culturas de exportações (açúcar, algodão, avicultura caju, chá, citrinos, etc.) estejam atualmente 10% abaixo do potencial produtivo e do volume encontrado durante o período colonial (MOSCA; SELEMANE, 2012). Ademais, esses autores estabelecem um cenário de calamidade no meio rural, com 25% da população suscetível aos males da insegurança alimentar e 44% das crianças com menos de cinco anos atingidas pela desnutrição crônica (WFP, 2013). Para Mosca e Selemane (2013, p.20), esse cenário é consequência de uma política agrária “descontínua e errática”. Esse fato está relacionado à fragmentação dos diversos programas mantidos pelos doadores internacionais

⁹² O G-19, oficialmente chamado de Programa de Parceria para a Ajuda, foi estabelecido por um Memorando de Entendimento, assinado pelo Governo de Moçambique e dezesseis países parceiros e três instituições multilaterais no ano de 2004, com o propósito de apoiar diretamente o Orçamento do Estado para harmonizar e alinhar as políticas de cooperação. Os membros são: Alemanha, Áustria, Banco Mundial, Banco Africano do Desenvolvimento, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e União Europeia. Os associados são: Nações Unidas e Estados Unidos. Membro ex-officio: FMI (PAP, 2013).

(CHICHAVA et al., 2013), assim como à falta de coesão dentro dos órgãos governamentais (ROSARIO, 2012). Rosario ainda destaca a ausência de mecanismos integrados para incentivar a produção do pequeno agricultor, como acesso ao crédito agrário e acesso a insumos e fertilizantes agrícolas⁹³, nas políticas atuais. E, por último, os autores apontam para os efeitos negativos da liberalização comercial no bloco de integração, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)⁹⁴, para a agricultura nacional que, por não ser competitiva, tornou o país ainda mais dependente de importações agrícolas da África do Sul (MOSCA; SELEMANE, 2012).

A despeito do evidente fracasso do PROAGRI II, o segundo mandato de Guebuza mantém firme a sua retórica sobre a agricultura familiar. Porém, na prática, há uma clara mudança na agenda do Executivo, que passa a apostar na atração de Investimento Externo Direto (IED) para alavancar o desenvolvimento do país (CHICHAVA, 2012). A elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrícola (PEDSA) (2010-2020), financiado também pelos doadores tradicionais, enfatiza a necessidade de se envolver o setor privado interno e externo para alcançar de maneira rápida uma produção agrícola competitiva e orientada para o mercado. O alinhamento do PEDSA ao Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA, 2013-2017), fortalece os pontos desta agenda e ressalta que a meta do governo é estabelecer um setor agrário que contribua “para a segurança alimentar, a renda e rentabilidade dos produtores agrários e aumento da produção agrária orientada para o mercado, de forma rápida, competitiva e sustentável” (PNISA, 2013, p.13).

Vale notar que essa alteração na política agrária de Moçambique está relacionada com a agenda dos doadores tradicionais, assim como a dos novos doadores do Sul, uma vez que há uma “relação simbiótica” entre o governo e os doadores. Os doadores tradicionais, em particular, o G-8⁹⁵, em resposta à alta dos preços de alimentos de 2008, lançam a “Iniciativa de L’Aquila para Segurança Alimentar e Agricultura”, em 2009, o que eleva o investimento da cooperação no setor agrícola em US\$18,5 bilhões (FEED THE FUTURE, 2013). No ano de 2012, o G-8, em parceria com empresas privadas e chefes de Estado da África Subsaariana, propõe fortalecer ainda mais os investimentos no continente africano com o estabelecimento

⁹³ Rosário (2012) aponta que no ano de 2010 somente 3% dos pequenos agricultores tinham acesso a fertilizantes.

⁹⁴ A SADC é bloco de integração econômica formado em 1992 e constituída pelos seguintes países-membros: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue (MOSCA; SELEMANE, 2012).

⁹⁵ G-8 é composto pelos seguintes países-membros: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

de uma estratégia específica ao setor agrícola, chamada de “Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional”⁹⁶ (Ibid., 2013). Em Moçambique, essa estratégia é ratificada no ano de 2013, contendo cinco objetivos chave: (i) o estabelecimento de um mercado de insumos competitivos, liderado pelo setor privado; (ii) reforma do sistema de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUATs)⁹⁷, para garantir a terra ao pequeno produtor e possibilitar o investimento do agronegócio; (iii) promover a liberalização e facilitação dos produtos agrícolas; (iv) aumento do crédito agrário ao pequeno produtor; e (v) apoio ao plano nutricional para redução da desnutrição. Essa estratégia conta com recursos de muitos membros do G-8, assim como há nela uma Carta de Intenções⁹⁸ de investimento de seis empresas privadas locais e treze empresas internacionais, entre elas a Cargill, a AGCO, a Vodafone, etc. (Ibid., 2013).

Nesse contexto de ênfase à iniciativa privada, há um crescimento da participação dos doadores não-tradicionais. A China, por exemplo, surge como um importante doador em Moçambique na área de infraestrutura e investidor no setor agrícola. Contudo, conforme mostra Chichava (2012), o IED chinês no setor agrícola concentra-se principalmente na exploração e comércio de madeira, com baixos aportes realizados na produção alimentar. O Brasil, apesar de manter altos níveis de IED em áreas como a mineração e infraestrutura, incrementa a sua participação no setor agrícola por meio do desenvolvimento de projetos de Cooperação Sul-Sul, com o objetivo de fortalecer os órgãos governamentais de investigação e extensão a fim de alavancar a produção alimentar de pequena e grande escala. A seguir, apresenta-se de maneira geral a cooperação técnica brasileira em Moçambique e, mais adiante, discute-se cada um dos casos.

⁹⁶ Os países africanos que assinaram o acordo da Nova Aliança foram Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Malawi, Moçambique, Nigéria, Senegal e Tanzânia (FEED THE FUTURE, 2013).

⁹⁷ A Lei de Terras de Moçambique (Lei n° 19/1997, de 1 de outubro) mantém o princípio da propriedade estatal da terra, estabelecida pela Lei de 1979, com base na Constituição de 1975, que proíbe a venda, ou qualquer forma de alienação, hipoteca ou penhora. Porém, permite a transmissão de DUATs para pessoas singulares e coletivas, nacionais ou estrangeiras, que tenham um projeto de investimento. O DUATs aprovado é concedido por 50 anos, com a possibilidade de renovação pelo mesmo período (SERRA; CARRILHO, 2013).

⁹⁸ Para saber mais sobre a estratégia da Nova Aliança em Moçambique, acesse http://feedthefuture.gov/sites/default/files/resource/files/Mozambique%20Coop%20Framework%20PORT%20FINAL%20w.cover_REVISIED_0.pdf

5.2 Mapeamento da Cooperação Brasileira em Moçambique

A cooperação técnica horizontal do Brasil surge como uma alternativa ao tradicional sistema de ajuda internacional para os países da África Subsaariana ao prezar por uma relação de solidariedade, não-interferência e *demand-driven* (CHICHAVA et al., 2013). Moçambique, nesse contexto de expansão das atividades de cooperação do governo brasileiro a partir de meados dos anos 2000, emerge como o principal receptor, com US\$18 milhões alocados em 2010, ou seja, 81% do total voltado à região (ABC, 2011). Ainda, o beneficiário destaca-se por alocar as iniciativas de cooperação mais inovadoras da Agência, sendo designado o “laboratório” da ABC por um dos entrevistados⁹⁹. De acordo com esse entrevistado, o termo “laboratório” está relacionado ao fato de a ABC possuir os projetos mais ousados no país: a) Fábrica de Antirretrovirais, doada por empresas brasileiras e pelo governo brasileiro, e sob a execução técnica da FIOCRUZ; b) a Universidade Aberta do Brasil em Moçambique, implementada pela CAPES-MEC; e c) o PROSAVANA, parceria entre a ABC e a JICA, executada por diversas entidades designadas por ambos os governos. Ademais, conta com o maior número de cooperantes brasileiros fixos ou semifixos¹⁰⁰, alocados em departamentos de órgãos governamentais moçambicanos ou em seus próprios escritórios internacionais.

Em relação aos setores mais privilegiados pela cooperação brasileira em Moçambique, observa-se o setor agrícola, que conta com oito projetos em execução dos vinte e cinco¹⁰¹ levantados durante a pesquisa documental, conforme mostra a Tabela, 3 abaixo, (Vide o Anexo V para mais detalhes de cada um desses projetos). Na sequência, estão os setores da saúde (seis), educação (cinco), desenvolvimento social (dois), cidades (dois), indústria e comércio (um), trabalho e emprego (um) e defesa (um). Desse total de vinte e cinco projetos, vale destacar que 76% são projetos de cooperação estruturante, e 24% são treinamentos de curto prazo. Em termos de modalidade, ainda prevalecem os projetos

⁹⁹ Entrevista 37.

¹⁰⁰ Semi-fixos são os cooperantes ou funcionários que não podem permanecer no país por tempo indeterminado. Dessa forma, eles ficam no escritório internacional por um período de dois a três meses consecutivos para depois retornarem ao Brasil por um ou dois meses consecutivos, e então retornarem novamente à Moçambique para uma nova estadia prolongada. Esse tipo de funcionário ou cooperante semi-fixo ocorre normalmente por dois motivos: a não aprovação do Congresso para que a empresa pública tenha escritório internacional ou a não aprovação de contratação de consultor pelo PNUD. Em Moçambique, há dois cooperantes semi-fixos ligados a FIOCRUZ (Entrevistado 8).

¹⁰¹ Vale lembrar que esse número difere da apresentação da ABC (2013b) que identifica quinze projetos em Moçambique em execução no ano de 2013. Para saber se as informações coletadas no website estavam corretas, enviou-se um e-mail para a ABC que confirmou a informação.

bilaterais, que correspondem a 64%, se somados aos bilaterais plurilaterais¹⁰²; enquanto que os projetos de cooperação trilateral com agências bilaterais e/ou organismos multilaterais representam 36% da ajuda provida.

Tabela 3¹⁰³: Projetos da ABC em Execução em Moçambique (continua)

| Nome do Projeto | Setor | Modalidade | Tipo |
|---|------------------------|---------------------------------------|--|
| Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com aspectos de cooperação financeira |
| Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique | Educação | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com aspectos de cooperação financeira |
| Capacitação Técnica em Inspeção e Relações de Trabalho | Trabalho e emprego | Bilateral | Treinamento |
| Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II | Cidades | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Apoio ao desenvolvimento da Política nacional de Saúde Oral de Moçambique: Pesquisa em Saúde Bucal - Maputo | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Apoio ao desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PRONAE) | Agricultura e Educação | Trilateral com Organismo Multilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique Capacitação de Técnicos Moçambicanos em Prótese Dentária | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Fortalecimento das ações de prevenção e controle do câncer | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Modernização da Previdência Social de Moçambique | Desenvolvimento social | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados | Educação | Bilateral | Treinamento |
| Apoio a Implantação do Centro de Tele-saúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Programa Mais Alimentos África em Moçambique | Agricultura | Bilateral e Plurilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com uma linha de crédito disponível |

¹⁰² Cooperação plurilateral refere-se aos projetos que envolvem mais de um país beneficiário.

¹⁰³ Muitos autores incluem Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA África) como um projeto de cooperação técnica do Brasil (CHICHAVA et.al, 2013; NOGUEIRA& OLLINAHO, 2013). Contudo, os dados levantados em campo mostram que PAA África, parceria da Coordenadoria Geral de Combate à Fome do MRE e do Ministério de Desenvolvimento Social com a FAO, PMA e DFID, não faz parte da carteira de projetos da ABC, por se encaixar como um projeto de cooperação humanitária da Cooperação Sul-Sul do Brasil (PAAfrica, 2013). Para saber mais sobre o projeto, acesse www.paa-africa.org.

Tabela 3: Projetos da ABC em Execução em Moçambique (conclusão)

| Nome do Projeto | Setor | Modalidade | Tipo |
|--|------------------------|--------------------------|--|
| Capacitação de Militares de Moçambique - 2013 | Defesa | Bilateral | Treinamento |
| Capacitação de Diplomatas 2014 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Haiti, Suriname e Paraguai. | Educação | Bilateral | Treinamento |
| Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil, com o MINED, a Universidade Pedagógica e a Universidade Eduardo Mondlane – UEM | Educação | Bilateral | Cooperação técnica estruturante |
| Cooperação ABC-JICA-MINAG Programa PROSAVANA | Agricultura | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com aspectos de cooperação financeira |
| Cooperação ABC- USAID Moçambique- MINAG Projeto de Suporte Técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique | Agricultura | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Curso Internacional de Treinamento e Produção Sustentável de Hortaliças | Agricultura | Trilateral | Treinamento |
| Cooperação ABC-USAID Brasil- MINAG "Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique" | Agricultura | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Curso Internacional de Treinamento em Produção, Pós-colheita e Processamento Industrial da Castanha e Pedúnculo do Caju | Agricultura | Trilateral | Treinamento |
| Implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais/crioulas em áreas de agricultura familiar em Moçambique e África do Sul | Agricultura | Bilateral e Plurilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Parceria Brasil e Itália. CHAMANCULO C - Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo em Maputo | Desenvolvimento social | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Parceria Brasil e Alemanha -Fortalecimento técnico e institucional do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique (INNOQ) | Indústria e Comércio | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante |
| Parceria Brasil e França - XAI XAI - COLABORANDO COM A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE DE SONHO | Cidades | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante |

Fonte: Elaboração própria, ABC (2013a); Chichava et.al (2013); JICA (2013)

5.2.1 Panorama do Setor Agrícola

No setor agrícola, os projetos de Cooperação Trilateral com países desenvolvidos correspondem a maior parte do *portfólio*, representando seis dos oito projetos do setor, conforme indica a Tabela 4 abaixo. Ademais, vale ressaltar que dentre os projetos na agricultura, seis deles são de caráter estruturante, com ou sem aspectos de cooperação financeira, e dois são treinamentos de curto prazo, realizados no Brasil por meio do Programa de Treinamento para Terceiros Países, em parceria com a JICA. Em relação aos recursos financeiros alocados em cada projeto do setor, a Tabela 4 mostra qual é o aporte de cada um dos parceiros nos projetos de cooperação trilateral com agências de governo e/ou organismo multilateral.

Tabela 4: Projetos da ABC no Setor Agrícola em Execução

| Nome do Projeto | | Recursos comprometidos por cada contraparte | Total | Duração |
|---|--|---|-----------------|----------------|
| Projetos Trilaterais | | | | |
| Plataforma | | USAID - Moçambique -US\$ 2.500.000 | US\$ 14.688.802 | 50 meses |
| | | ABC- US\$ 4.208.802 | | |
| | | EMBRAPA - US\$ 7.940.000 | | |
| | | MINAG -US\$ 40.000 | | |
| ProALIMENTOS | | USAID-Brasil -US\$ 1.102.887 | US\$ 2.406.724 | 2 anos |
| | | ABC - US\$577.295 | | |
| | | EMBRAPA- US\$519.200 | | |
| | | MINAG- US\$207.360 | | |
| ProSAVANA | Projeto Diretor | JICA - US\$ 6.264.000 | US\$ 7.723.370 | 24 meses |
| | | ABC - US\$1.159.370 | | |
| | | MINAG - 300.000 | | |
| | Projeto de Investigação | JICA- US\$ 7.317.000 | US\$13.483.840 | 5 anos |
| | | ABC- US\$3.672.960 | | |
| | | EMBRAPA - US\$ 1.356.280 | | |
| | | MINAG- US\$1.137.600 | | |
| | Projeto de Extensão e Modelo | n.a | a definir | 6 anos |
| | Curso Internacional de Treinamento em Produção, Pós-colheita e Processamento | | não disponível | não disponível |
| Curso Internacional de Treinamento e Produção Sustentável de Hortaliças | | não disponível | não disponível | 5 anos |
| Projetos Trilaterais com Organismos Multilaterais | | | | |
| PRONAE | | ABC- US\$ 537.980 | US\$ 1.704.455 | 2 anos |
| | | FNDE - US\$ 61.400 | | |
| | | PMA - US\$ 1.037.000 | | |
| | | MINED - US\$ 68.075 | | |
| Projetos Bilaterais | | | | |
| Programa Mais Alimentos África | | n.a | US\$ 97.590.000 | n.a |
| Banco de Sementes | | n.a | US\$ 363.500 | 3 anos |

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações enviadas via e-mail pela ABC; Termos de Cooperação em anexo; JICA (2013); Nogueira; Ollinaho (2013).

Dessa forma, para o projeto Plataforma¹⁰⁴, a ABC e a EMBRAPA contribuem com US\$ 4,2 milhões e US\$ 7,9 milhões, respectivamente, o que equivale, em conjunto, a 83% dos recursos totais alocados. Essa alta contribuição está relacionada ao amplo escopo do projeto, que inclui diversas atividades de treinamentos realizadas pela EMBRAPA para quatro áreas chave do IIAM: fortalecimento institucional; comunicação da informação agrícola; fortalecimento do laboratório de solos; e elaboração do Plano Estratégico e o Plano Operacional de Desenvolvimento, Monitoramento e Avaliação do IIAM (Cf. Entrevistados 48 e 49). Porém, diferentemente de outros projetos tripartites da ABC, o PLATAFORMA não conta com o apoio de uma entidade executora da contraparte norte-americana, pois esse programa envolve uma multiplicidade de centros de investigações internacionais, sendo cada um deles responsável por entregar determinada atividade à sua contratante, a USAID-Moçambique (Entrevistado 49).

Nesse caso, a EMBRAPA deve responder à USAID-Moçambique, com a entrega anual de relatórios, por ser esta a entidade responsável por monitorar o andamento do projeto, juntamente com a ABC. Enquanto a ABC arca somente com as viagens dos técnicos, a USAID paga pela compra de materiais e equipamentos¹⁰⁵ requisitados para cada área do projeto (Entrevistados 46; 49; 56). Esse fato indica uma possível terceirização do conhecimento técnico brasileiro para os doadores tradicionais, sem manter o princípio de horizontalidade estabelecido pela Cooperação Trilateral brasileira, por não estabelecer uma reciprocidade entre as partes. Esse ponto foi trazido pelo entrevistado 46 da ABC, quando questionado sobre o surgimento da Cooperação Trilateral:

“[...]os Estados Unidos e a Inglaterra buscaram levar as mesmas políticas do Brasil para terceiros países por meio da subcontratação de técnicos da Embrapa. Quando a ABC percebeu esse fato, ela decidiu por intervir e apontou para os EUA que era necessário direcionar essas demandas

¹⁰⁴ O Plataforma é um dos maiores programas da USAID-Moçambique, sendo 90% dos seus recursos voltados ao CGIAR Consortium, que é uma parceria de diversos centros de pesquisas internacionais especializados em culturas específicas, como arroz, milho, soja, etc. Os centros de pesquisa do CGIAR são *Africa Rice Center*, *Bioversity International*, *Center for International Forestry Research (CIFOR)*, *International Center for Agricultural Research in the Dry Areas (ICARDA)*, *International Center for Tropical Agriculture (CIAT)*, *International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics (ICRISAT)*, *International Food Policy Research Institute (IFPRI)*, *International Institute of Tropical Agriculture (IITA)*, *International Livestock Research Institute (ILRI)*, *International Maize and Wheat Improvement Center (CIMMYT)*, *International Potato Center (CIP)*, *International Rice Research Institute (IRRI)*, *International Water Management Institute (IWMI)*, *World Agroforestry Centre (ICRAF)*, *WorldFish*. Para mais informações, acesse <http://www.cgiar.org/>

¹⁰⁵ A USAID-Moçambique realizou a compra de materiais para o Laboratório de Solos, assim como para a implementação de uma estação de rádio agrícola, que visa aprimorar a comunicação agrícola do IIAM (Entrevistado 49).

primeiramente a ABC” (Entrevistado 46, ABC).

No caso do projeto ProALIMENTOS, há, aparentemente, uma relação mais balanceada entre as contrapartes - que é verificada no capítulo 6 desta pesquisa a campo - devido ao equilíbrio no aporte de recursos financeiros destinados por cada lado. Isto porque tanto a USAID-Brasil como a ABC, somados à EMBRAPA, destinaram o equivalente a 46% do total, enquanto que os restantes 9% foram fornecidos pelo MINAG. Além disso, destaca-se o fato de a EMBRAPA contar com o apoio de uma entidade contratada pela USAID-Brasil, a Universidade da Flórida (UF), para o momento de implementação. No entanto, é importante apontar que há uma divisão estabelecida em relação ao uso dos recursos, segundo a qual a contraparte norte-americana fica responsável pela compra de materiais e equipamentos, e a contraparte brasileira arca com as horas técnicas do pessoal da EMBRAPA fixo em Moçambique, bem como das daqueles técnicos envolvidos nas missões que têm suas viagens pagas pela ABC (Entrevistados 56;58;59).

Já o caso do ProSAVANA mostra um cenário complementemente diferente, com um claro desequilíbrio no valor destinado por cada parceiro, porém sem uma divisão sobre a compra de materiais e equipamentos. Ou seja, nesse projeto a ABC deve arcar pelos materiais e equipamentos utilizados pelas entidades executoras brasileiras, enquanto a JICA financia aqueles solicitados pelas entidades executoras japonesas (Entrevistados 43;56), “o que encarece em muitas vezes as operações da JICA” (Entrevistado 27). No ProSAVANA -PD, por exemplo, nota-se que os fundos da ABC voltados para a contratação da FGV Projetos representaram somente 15% do total, enquanto que no ProSAVANA -PI a somatória da contribuição brasileira, ABC e EMBRAPA, corresponderam a 37% do total, prevendo-se que ainda deve haver mais recursos da ABC para a construção do Laboratório do Centro Zonal do IIAM, em Lichinga, enquanto que a JICA financia o Laboratório do Centro Zonal do IIAM em Nampula.

Por último, em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar de *Moçambique* (PRONAE)¹⁰⁶, parceria com instituições multilaterais, percebe-se que a contribuição brasileira é 35% do total, incluindo os recursos do FNDE destinados ao pagamento de duas cooperantes fixas no país, alocados no Ministério da Educação de Moçambique. Contudo, assim como ocorre no PLATAFORMA e no ProALIMENTOS, há

¹⁰⁶ O objetivo do PRONAE é viabilizar a compra de alimentos locais por 12 escolas-pilotos moçambicanas, de maneira que haja um desenvolvimento da agricultura familiar, assim como um enriquecimento nutricional da merenda escolar. Dessa forma, o PRONAE é um programa ligado tanto ao setor da educação, quanto ao setor da agricultura.

uma divisão em relação à compra de materiais e equipamentos, a cargo principalmente do Programa Mundial de Alimentação (PMA), ademais da contratação de um consultor técnico do MINED; enquanto que a ABC financia, via PNUD, a cooperação técnica com o pagamento das cooperantes fixas selecionadas pelo FNDE e missões do FNDE.

Outro ponto relevante para se entender a composição da cooperação brasileira no setor agrícola é a análise do número de cooperantes brasileiros envolvidos em cada um dos projetos no país. De acordo com o levantamento¹⁰⁷ em campo, o setor agrícola detém 60%¹⁰⁸ dos cooperantes fixos em Moçambique, uma vez que há quatro cooperantes fixos contratados via PNUD e dois funcionários permanentes da EMBRAPA. Os cooperantes fixos da ABC são um Analista de Projetos para o escritório da ABC em Moçambique, responsável por coordenar os três projetos agrícolas trilaterais; dois consultores técnicos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsáveis por executar o PRONAE; e um consultor voltado para a implementação do ProSAVANA-PI em Lichinga. Além dos dois funcionários da EMBRAPA, sendo que um deles é responsável por coordenar as atividades dos três projetos trilaterais diretamente do escritório da EMBRAPA em Maputo, enquanto o outro deve focar na implementação do ProSAVANA –PI, com base no do Centro Sazonal do IIAM em Nampula.

Portanto, conclui-se que a atuação da ABC em Moçambique difere para cada projeto específico, com múltiplas estratégias de atuação na prestação da cooperação técnica, devido às diferenças institucionais das entidades executoras parcerias e a falta de coordenação e harmonização da própria instituição. Há, na realidade, um modelo híbrido de cooperação técnica, com diferentes modelos de gestão. No caso do setor agrícola, os três projetos trilaterais contam, para a sua implementação, com dois servidores públicos da EMBRAPA e um consultor via PNUD, além de terem apoio direto de uma analista da ABC em Moçambique. Enquanto que o PRONAE, parceria com organismos multilaterais, possui duas consultoras independentes contratadas via o PNUD pela ABC, tendo somente o apoio do analista da ABC em Brasília, ademais de uma limitada comunicação com a Embaixada do Brasil no país. Conforme bem coloca o Entrevistado 19, ligado ao PRONAE:

¹⁰⁷ Informação coletada com os respectivos entrevistados 8, 14, 40, 41, 46, 59.

¹⁰⁸ O total de cooperantes brasileiros em Moçambique é dez, sendo que um deles é contratado via PNUD para implementar o projeto Universidade Aberta do Brasil em Moçambique, dois deles são funcionários semi-fixos da FIOCRUZ e um funcionário fixo na Fábrica de Antirretrovirais financiado a partir de recursos da empresa Vale do Rio Doce,

“Eu fui descobrir no almoço com a Embaixadora agora que eu deveria passar algumas coisas para ela. Ninguém me disse isso, eu não sabia”. Em seguida o mesmo Entrevistado afirma que a comunicação com a Embaixada é complicada, pois “Eles falam “o que você precisar pode contar conosco”, mas você não sabe em que nível. Então precisa para que? Para resolver problema de passaporte?” (Entrevistado 19, do PRONAE).

Já no caso dos outros dois projetos bilaterais - o Banco de Sementes e o Programa Mais Alimentos - a situação é completamente diferente, pois não há uma interface direta em Moçambique. Dessa forma, esses dois projetos apresentam mais dificuldades para alavancar o processo de execução se comparado com os projetos trilaterais e o multilateral, pois como bem aponta o Entrevistado 8, da ABC:

“Se você perguntar qual é a mais eficaz, a que dá mais resultados, eu te digo que é aquela que tem presente o técnico brasileiro durante todo o tempo de implantação do projeto, seja o coordenador local, (...) seja o coordenador que vai e volta, seja o escritório daquela entidade lá, como é a FioCruz e a EMBRAPA” (Entrevistado 8, da ABC).

Além disso, é relevante apontar que o Banco de Sementes possui uma estruturação distinta dos demais, pois a sua implementação é realizada diretamente por movimentos sociais brasileiros para os movimentos sociais moçambicanos. Esse fato veio a dificultar a continuidade do projeto, uma vez que o governo moçambicano não cumpriu com o seu compromisso de repassar fundos aos movimentos sociais do país para viabilizar a viagem de treinamento do projeto. Como apresenta o Entrevistado 45, membro da União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC): *“Não há um investimento (...) O nosso papel como UNAC era organizar os camponeses (...) e ao governo cabia o papel de garantir o financiamento para que isso acontecesse”.*

Há, ainda, outra questão desse modelo híbrido de cooperação que é importante enfatizar: o grau de autonomia e flexibilidade dos cooperantes no exterior. Apesar dos Entrevistados 8 e 56 da ABC reconhecer que os projetos com cooperantes tendem a ser mais efetivos do que aqueles baseados em missões, é preciso apontar que há diferenças na capacidade de atuação dos cooperantes contratados via PNUD em relação aos funcionários da EMBRAPA. No caso dos consultores do PRONAE, por exemplo, o pagamento de seu salário está vinculado diretamente à entrega de produtos/metabolismos em determinados prazos. Fato esse que atrapalha o desenvolvimento do trabalho, assim como a relação com a entidade parceira, como bem aponta o Entrevistado 33, do PMA:

“Os prazos que elas têm podem estar em conflitos com outras atividades que nós temos. Ou, talvez, elas têm que fazer coisas pelo tempo, mas nós precisamos fazer outras coisas, mas elas têm que entregar alguma coisa daquele produto para serem pagas (...). Por exemplo, a nutricionista está a fazer esse trabalho de levantamento do status nutricional das crianças em todas as escolas e isso não era uma prioridade para nós, porque já sabemos que só vamos arrancar este ano com as escolas de Gaza. Então, o enfoque deveria ser Gaza (...) Só que ela tem que entregar isso (...) para ser paga” (Entrevistado 33, do PMA).

Na EMBRAPA os funcionários possuem uma maior autonomia e flexibilidade institucional, o que permite maior agilidade durante o processo de execução, uma vez que entidade conta com a sua própria Secretaria de Relações Internacionais, que busca sempre apoiar os projetos de cooperação técnica no exterior. Conforme afirma o Entrevistado 8 da ABC “EMBRAPA é diferente. A EMBRAPA tem a sua área internacional. Ela pode ter escritório fora do país, está autorizada para isso, pelo Congresso” (Entrevistado 8). E, completa o Entrevistado 3 da USAID-Brasil:

“A EMBRAPA tem uma estratégia de expansão internacional que (...) de certa forma ajuda a ABC, e por isso, a EMBRAPA tornou-se o seu principal parceiro implementador. Ela tem uma estrutura internacional, uma área internacional, uma estratégia de desenvolvimento internacional (...) o que é mais difícil para a ABC encontrar nos seus outros parceiros implementadores” (Entrevistado 3, USAID-Brasil).

Por fim, esse mesmo Entrevistado 3 afirma que há facilidades para se trabalhar em parceria com a EMBRAPA, e que, em certa medida, a sua estrutura institucional favorece a cooperação brasileira. Isso, porém, não impede que os projetos sofram no desenvolvimento de suas atividades devido a diversas fragilidades que permeiam a ABC.

O fato da ABC ter sérias fragilidades institucionais já foi apontado por Cabral e Weinstock (2010), que identificaram as dificuldades da Agência em contratar pessoal interno, em adquirir materiais e equipamentos no exterior e em se estabelecer como um órgão independente frente ao MRE. No entanto, a maneira como essas fragilidades impactam o processo de implementação ainda não foram identificadas de maneira sistemática. Tampouco, há conhecimento sobre os efeitos desses problemas na relação com os parceiros trilaterais. Para saber mais sobre esse processo, nos próximos capítulos apresentam-se os dois estudos de casos desta pesquisa, em que se destaca a capacidade dos agentes na relação tripartite, assim como a influência de aspectos estruturais nessa agência.

Capítulo 6 – Estudo de Caso: O Projeto ProALIMENTOS

6.1 Visão Geral

O Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique, conhecido como ProALIMENTOS, é o primeiro acordo de Cooperação Trilateral assinado entre a ABC, a USAID-Brasil e o Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG), após a ratificação, em 03 de março de 2010, do Memorando de Entendimento entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, e da elaboração do “Marco Estratégico de Parceria Trilateral para o Desenvolvimento”, no ano de 2011, conforme apresentado no Anexo VII – Documentos relacionados às Relações Brasil e EUA na Cooperação Trilateral (MRE-SCI, 2013).

Com início previsto para março de 2011 e término em 2014, e com recursos financeiros estimados no valor de US\$ 2,4 milhões¹⁰⁹, o ProALIMENTOS tem como principal objetivo fortalecer as capacidades estratégicas de produção e distribuição de hortícolas na região chamada de “cinturão verde” de Maputo, que inclui os distritos de Moamba e Boane, em Moçambique. De tal forma que os beneficiários diretos do projeto são os profissionais em investigação agrária do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), vinculado ao MINAG; os profissionais em extensão rural atuantes nas Direções Provinciais de Agricultura de Maputo e Gaza; e as famílias de pequenos produtores agrícolas da região (PROALIMENTOS, 2011).

As instituições executoras do projeto são a EMBRAPA, por parte da ABC; a Universidade da Flórida (UF) e a subcontratada Universidade Estadual de Michigan (MSU) pela UF, por parte da USAID-Brasil; e o IIAM pelo MINAG. Os recursos financeiros estão distribuídos de maneira que a USAID se responsabiliza por arcar principalmente pela compra de máquinas e equipamentos, a ABC financia as viagens da EMBRAPA, incluindo passagens e estadias, e a EMBRAPA e o IIAM cobrem as horas técnicas de seus respectivos pesquisadores e técnicos agrários. Do total dos recursos financeiros alocados, 46% cabem à

¹⁰⁹ O documento do ProALIMENTOS adquirido em campo estima um valor de US\$1,8 milhões. Porém, informações enviadas via correio eletrônico pela ABC corrigem esse valor para US\$ 2,4 milhões.

USAID, 24% à ABC, 22% à EMBRAPA e 9% ao IIAM¹¹⁰.

Para alcançar o seu objetivo principal, o ProALIMENTOS (2011) define três componentes integrados:

- Levantamento socioeconômico dos produtores locais;
- Fortalecimento das atividades de produção;
- Capacitação em pós-colheita e agroprocessamento.

O primeiro componente - levantamento socioeconômico - teve início somente em 2012, e é realizado em conjunto pelos investigadores da MSU, EMBRAPA e IIAM, com o apoio da UF. Esse componente envolve quatro estudos com os produtores agrícolas locais: a) a caracterização dos sistemas de produção e comercialização de hortaliças; b) o estudo da composição, da estruturação e do desempenho das cadeias de hortaliças; c) análise dos custos de produção e dos preços de comercialização de hortaliças; e d) estudo de hábitos alimentares.

O segundo componente, relacionado ao fortalecimento das atividades de produção, também com início em 2012, é implementado pelos investigadores e técnicos da UF, EMBRAPA e IIAM, com o auxílio de estudantes de agronomia da região. Nesse componente estão previstos o teste de diversas variedades de sementes locais, assim como aquelas sementes trazidas pela UF e a EMBRAPA para experimentações na Estação Agrária de Umbeluzi do IIAM, e também a realização de ensaios de diferentes sistemas e técnicas de manejo de irrigação e fertilidade do solo. Além disso, esse componente tem o objetivo de promover cursos de capacitação para o pessoal do IIAM e da Extensão Agrária, antes das ações de transferência de tecnologias e conhecimentos aos produtores das zonas verdes de Maputo e Moamba.

O último componente - capacitação em pós-colheita e agroprocessamento - ainda não tinha iniciado as suas atividades no período da realização da pesquisa de campo. Esse componente também deverá ser executado em conjunto, incluindo diversas atividades de capacitação e acompanhamento. Entretanto, vale frisar que a USAID terá um papel chave nesse componente, ao financiar a reconstrução Unidade Coletiva de Processamento Agroalimentar na Estação Agrária de Umbeluzi, que será o espaço destinado para a capacitação das associações de produtores agrícolas locais.

¹¹⁰ Informação fornecida por correio eletrônico pelo escritório da ABC em Moçambique.

Por último, vale apontar que o ProALIMENTOS estabeleceu uma estrutura organizacional própria para facilitar a coordenação na relação tripartite. Assim, foram criadas três esferas de coordenação: (i) o Comitê de Coordenação do Projeto (CCP), integrado por representantes da ABC, USAID-Brasil, USAID-Moçambique, UF, MSU e EMBRAPA; (ii) o Comitê Técnico do Projeto (CTP), incluindo os coordenadores do projeto de cada instituição executora; e (iii) o Comitê de Avaliação, que consta no projeto somente a participação da EMBRAPA.

6.2 A formação da parceria

Apesar das relações históricas entre o escritório da USAID-Brasil e a ABC terem sido chave para a consolidação desse projeto em Moçambique, é importante identificar quais foram os objetivos específicos de cada instituição com essa parceria. De acordo com o Entrevistado 3, da USAID-Brasil:

“[a] cooperação trilateral pode ser o formato que vai ter as agências da USAID nos países graduados, ao invés de nós sairmos do país, nós continuamos com uma agência pequena, mas trabalhando junto com aquele país num terceiro país” (Entrevistado 3, USAID-Brasil).

Ou seja, para a USAID-Brasil os projetos trilaterais representam a única maneira de a entidade manter a sua área de influência nos países emergentes. Enquanto que para a ABC, a expansão dessa modalidade adquire outro significado, isto é, o de ampliar a legitimidade e a credibilidade da cooperação brasileira dentro do sistema de ajuda internacional, como é bem colocado na fala do Entrevistado 46 da ABC:

“A cooperação internacional é a garantia de sua respeitabilidade por conseguir negociar com grandes agências de países desenvolvidos, que antes nos colocavam como inferiores, e hoje trabalhamos lado a lado, de maneira horizontal” (Entrevistado 46, da ABC)

Além disso, é relevante apontar que a USAID-Brasil buscou firmar acordos trilaterais que se encaixassem dentro da iniciativa do governo norte-americano, *Feed the Future*, que inclui dezenoves países subdesenvolvidos como potenciais beneficiários, entre eles Moçambique, ademais de três países parceiros no desenvolvimento agrário (África do Sul, Brasil e Índia) (FEED THE FUTURE, 2013). Com essa iniciativa, o *Feed the Future* tem o

intuito de alavancar o desenvolvimento agrário de países de baixa renda, e a EMBRAPA é vista como o parceiro ideal para esses acordos tripartites, com a sua expertise amplamente reconhecida pelos norte-americanos. Tanto a USAID-Brasil como a USAID-Moçambique reconhecem o alto padrão de pesquisa da EMBRAPA, a questão cultural relacionada ao idioma e a sua experiência internacional como fatores chave na parceria com a ABC:

“Enxergamos a EMBRAPA muito bem preparada para desenvolver ações internacionalmente, já tivemos oportunidade de conversar com a área internacional da EMBRAPA e eles são muito bem estruturados” (Entrevistado 3, USAID-Brasil).

“O fato da Embrapa falar português foi chave na hora de optar pela ABC, pois a língua facilita a comunicação. Além disso, consideramos a vantagem comparativa da EMBRAPA nessa área de negócio rural, os Centros Internacionais norte-americanos são focados em commodities muito especializados, enquanto a Embrapa tem o componente de ser uma organização recente de pesquisa, que conseguiu rapidamente ter uma enorme massa crítica, com mais de 3000 PhDs. Isso é uma experiência muito boa para se trazer à Moçambique” (Entrevistado 49, USAID-Moçambique).

No entanto, a baixa institucionalização da cooperação brasileira em Moçambique é posta como um limitador ao desenvolvimento dos projetos trilaterais, que necessitam da liderança da EMBRAPA, conforme afirma o Entrevistado 39, da USAID-Moçambique mais adiante. Ademais, esse mesmo entrevistado mostra como há uma clara desigualdade institucional entre a USAID e ABC, a despeito da proporcionalidade no investimento realizado para o ProALIMENTOS, pois enquanto a ABC e EMBRAPA contam juntas com quatro representantes fixos no país, a USAID-Brasil possui o apoio institucional da USAID-Moçambique, que dispõe de um amplo escritório em Maputo, com centenas de funcionários, e uma atuação no país de longa data, desde 1984.

“EMBRAPA only had one person at the time when it started and since then they have brought another person. But it was kind of coordinating people in and out, so you don't really have scientists on the ground. If you bring six people in to look at the seed sector and maybe identify needs and weaknesses and capacities requirements and equipment needed and so forth and then they go back and who follows up to make sure that there is now some continued support investments and activities ion the seed sector?” (Entrevistado 39, USAID-Moçambique)

6.3 A elaboração do ProALIMENTOS

Uma das vantagens que o discurso oficial da cooperação brasileira apresenta frente aos doadores tradicionais é o fato dela ser baseada na demanda dos beneficiários. No entanto, os dados coletados em campo indicam que a demanda originou-se sem a participação de todos os atores, o que teve impacto no desenho conceptual do projeto. Outro ponto de atenção percebido foi a assimetria de informações entre as partes, com limitada participação das instituições executoras norte-americanas no processo de elaboração. Embora a não participação dessas instituições esteja prevista no Marco Estratégico de Cooperação Trilateral da USAID-ABC, identifica-se que esse fato retardou significativamente o arranque das atividades.

O Entrevistado 12 do IIAM e o Entrevistado 40 da ABC apontam que a primeira proposta surge de conversas informais entre a ABC e os técnicos da EMBRAPA e do IIAM durante as missões do Projeto PLATAFORMA. Assim, quando a USAID- Brasil angaria fundos no âmbito da Iniciativa *Feed the Future* para a realização de um projeto de cooperação trilateral com o Brasil em 2010, a ABC propõe a utilização desses recursos para duas demandas interligadas e previamente discutidas com os representantes do MINAG-IIAM: o ProALIMENTOS e o Projeto de Alimentação Escolar. O ProALIMENTOS foi assinado em Março de 2011 pelo MINAG, enquanto o Projeto de Alimentação Escolar ainda encontra-se em análise pelo MINED, devendo ser firmado como um Programa Complementar ao PRONAE. Portanto, como a demanda do ProALIMENTOS emerge no âmbito do IIAM, houve uma facilidade em agilizar a negociação. Porém, no caso do Programa de Alimentação Escolar não houve nenhuma participação prévia, de maneira que MINED não aceita o proposta do projeto inicial que era financiar mais três escolas-pilotos do PRONAE, e propõe que os recursos sejam destinados para estudos de base e à formação de gestores de alimentação em todo país, após o desenvolvimento do piloto do PRONAE (Cf. Entrevistado 26).

Na mesma linha, é importante destacar o impacto negativo da falta de participação das entidades implementadoras norte-americanas. Como afirma o entrevistado 12, do IIAM,

“Nós e a EMBRAPA fazíamos a nossa discussão sobre as ideias do projeto, e então recebemos uma sinalização de que com o dinheiro americano só trabalham as instituições norte-americanas, então não seria a EMBRAPA, nem o IIAM a fazer gestão dos recursos americanos” (Entrevistado 12, IIAM).

Ou seja, o IIAM e a EMBRAPA não sabiam que haveriam parceiros dos Estados Unidos, e no ano de 2010 o projeto já havia sido totalmente elaborado, sem pensar em como se faria a inclusão deles no contexto tripartite. Segundo o entrevistado 21, da EMBRAPA, foi somente em janeiro de 2011, quando os parceiros norte-americanos foram escolhidos via um processo de seleção internacional da USAID, que:

“[...] teve uma vídeo conferência na Embaixada americana em Brasília com esses parceiros americanos. No caso do componente de produção, eles fizeram a seguinte pergunta para nós, o pessoal da Florida: ‘como vocês acham que nos podemos ajudar no componente de produção?’ Aí deu um nó na nossa cabeça: Como é que a gente ia responder? E agora? O que eles podem fazer nesse processo?” (Entrevistado 21, Grupo EMBRAPA).

Esse não envolvimento das instituições norte-americanas desde o início fez com que se refizesse a elaboração do Projeto Técnico de Cooperação (PCT), de maneira que o arranque das atividades atrasou em mais de um ano, tendo início somente em julho de 2012, ou seja, mais de um ano após a data prevista. Além disso, esse exemplo demonstra que, primeiro, a Cooperação Trilateral ainda é um modelo em plena construção, sem um padrão pré-concebido sobre a melhor forma de atuação e que, segundo, a comunicação entre a ABC e a EMBRAPA ainda é falha, fato esse que gera embates principalmente no momento da implementação.

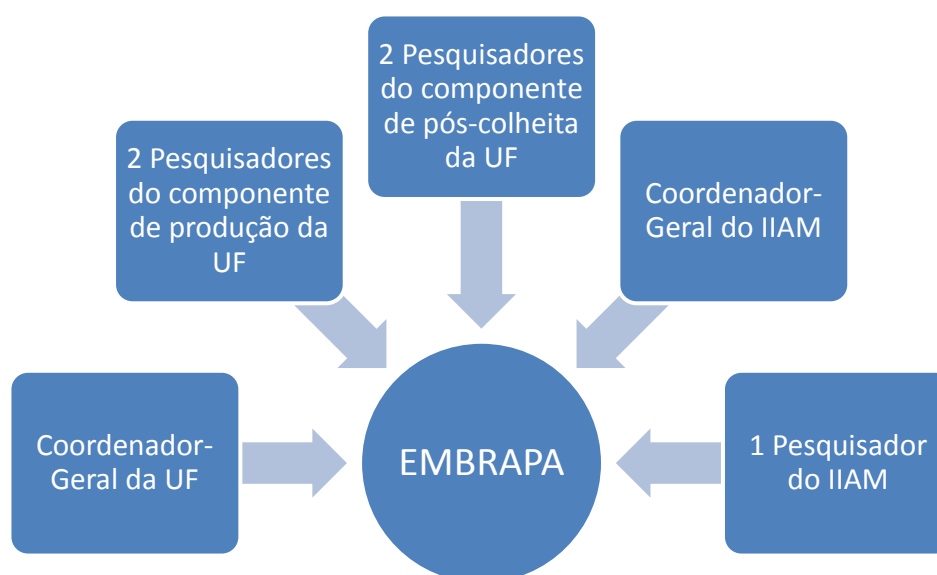
6.4 A Implementação

Para entender o processo de implementação do ProALIMENTOS, foram realizadas algumas visitas à Estação Agrária de Umbelúzi do IIAM, localizada em Boane, distrito próximo da cidade de Maputo. Nessas visitas, percebeu-se que o ProALIMENTOS, diferentemente do ProSAVANA apresentado a seguir, era um projeto em que o laços profissionais e culturais entre os integrantes facilitava a negociação e mitigava os embates nos “campos de batalhas”. Pois, conforme bem aponta Long (2001; 2002), a trajetória pessoal de cada um e a existência de relações prévias podem impactar positivamente no andamento do projeto. Nesse caso, o principal elo entre as partes era a EMBRAPA. Apesar dos integrantes não terem tido relações diretas, a maioria dos técnicos das entidades parceiras, UF e IIAM, havia tido algum tipo de experiência no Brasil, em particular, na EMBRAPA.

No componente de socioeconomia, por exemplo, havia uma relação estreita entre os

investigadores da MSU e do IIAM, estabelecida pelos vinte anos de trabalhos da MSU no país, porém não havia nenhum tipo de relação entre a MSU e a EMBRAPA, o que repercutiu no desenvolvimento das ações, conforme será apresentado a seguir. Já no componente de produção, havia uma aproximação profissional entre os pesquisadores da UF, que são, em sua maioria, brasileiros e ex-funcionários da EMBRAPA. Além de existir um vínculo entre o pessoal do IIAM e a EMBRAPA, uma vez que o Coordenador-geral do ProALIMENTOS e um dos investigadores do IIAM realizaram seus estudos de pós-graduação em universidades brasileiras, com estágios e capacitações na EMBRAPA, conforme é ilustrado na Figura 5 abaixo. A existência de uma rede de relações profissionais e de afinidades culturais é posta como fator favorável por alguns entrevistados, como ilustram os depoimentos a seguir: “No final das contas, nós percebemos que estamos a trabalhar com o Brasil, pois os colegas que vieram da Flórida são brasileiros (...), e nós do IIAM também estudamos no Brasil” (Entrevistado 12, do IIAM). Este outro investigador da UF identifica que tanto ele, como “Eduardo Gelser e Claide Fraize são brasileiros que foram escolhidos pela UF (...) como forma de diminuir o choque cultural” (Entrevistado 44, da UF). E também pelo Entrevistado 51 da MSU “Parece que falando a mesma língua a gente se entende melhor (...) embora o português brasileiro e o moçambicano sejam diferentes. Mas há maior aproximação pela parte cultural e pela história. E o fato de o Brasil também estar a trazer a experiência da zona tropical” (Entrevistado 51, da MSU).

Figura 5: Rede das relações no Componente de Produção do ProALIMENTOS



Fonte: Elaboração própria.

Contudo, esse fato por si só não faz com que não haja nenhum conflito nas práticas sociais das instituições e dos agentes, pois cada um representa discursos e interesses diferentes. Dessa forma, apresenta-se em mais detalhes como esse processo é construído a partir de um olhar etnográfico da análise de interface social, que assume em alguns casos um caráter narrativo na primeira pessoa do singular, conforme a linha adotada por Long (2001; 2002) e Buckley (2013), com a introdução das diferentes arenas de embate de conhecimento.

6.4.1 O Componente de Socioeconomia

A primeira ida a campo com as equipes de trabalho da EMBRAPA, da MSU, da UF e do IIAM tinha o objetivo de testar o questionário desenvolvido pelo componente de socioeconomia com pequenos agricultores de hortícolas da região do “cinturão verde” de Maputo. Esse questionário foi desenvolvido pelos pesquisadores da MSU, da EMBRAPA e do IIAM, após diversas divergências entre a MSU e a EMBRAPA sobre qual seria a melhor maneira de coletar os dados, pois enquanto o Coordenador do ProALIMENTOS pela MSU tem um viés quantitativo, o investigador da EMBRAPA tende para um viés mais qualitativo.

Além disso, durante o percurso ao campo, os integrantes da EMBRAPA relataram que houve uma indisposição entre as partes pelo fato da MSU ter iniciado as atividades do componente socioeconomia junto com o IIAM, antes da assinatura do acordo de parceria tripartite, em meados de 2011. Essa desintegração inicial esteve ligada ao fato da UF ter subcontratado a MSU logo após ter recebido os recursos da USAID-Brasil, de forma que as instituições norte-americanas já estavam liberadas para dar início às atividades. No entanto, a EMBRAPA depende de uma autorização da ABC para começar os trabalhos, que só poderia ser dada após a assinatura do Projeto por todas as contrapartes. Ao perceber essa indisposição entre as contrapartes, a UF e a MSU decidiram juntas aguardar a autorização da ABC para a EMBRAPA.

Dessa maneira, percebe-se que a primeira **arena de embate** do ProALIMENTOS está mais relacionada às distintas estruturas organizacionais e práticas burocráticas das agências prestadoras, do que a uma questão de paradigma metodológico ou cultural. Se, por um lado, a USAID tem uma estrutura administrativa descentralizada, que repassa o recurso financeiro para a UF-MSU gerir diretamente, sem interferir na organização das missões e na compra de materiais & equipamentos, por outro lado, a ABC assume um papel bem mais

centralizador no planejamento de cada missão. Além disso, a falta de uma lei de cooperação nacional exige que cada viagem seja planejada com muita antecedência, pois, a sua efetivação depende da tramitação de recursos via PNUD e da publicação antecipada sobre a viagem dos investigadores da EMBRAPA no Diário Oficial da União. Assim, como reconhece o Entrevistado 56, da ABC, a cooperação brasileira tem um “*timing* mais devagar”, por sofrer de falta de autonomia institucional e restrições financeiras.

Tais diferenças organizacionais são fatores que dificultam a implantação do ProALIMENTOS. Por exemplo, os entrevistados mencionam dois momentos, em abril de 2011 e dezembro de 2012, quando ocorreram missões somente com o pessoal da MSU e UF, respectivamente. Contudo, o não comparecimento da equipe técnica do Brasil pode ser mitigado graças à presença do Coordenador-geral do Programa EMBRAPA -Moçambique, que fica alocado no escritório de Maputo. Ademais, a contratação de uma gestora administrativa brasileira pela UF em Maputo para alinhar as missões e realizar com antecedência compra de material tem gerado impacto positivo na coordenação das atividades, uma vez que a ABC é vista como uma instituição com recursos humanos escassos para gerir as atividades da EMBRAPA. Essa falta de pessoal da ABC também foi comentada durante a visita da USAID-Brasil à Estação Agrária de Umbelúzi, que contou somente com as equipes técnicas da EMBRAPA, sem a participação de um representante da ABC ou da Embaixada, conforme mostra a Figura 6, mais adiante.

6.4.2 O Componente de Produção

Durante as visitas a campo, percebi que havia um envolvimento de todas as equipes executoras, uma vez que as deficiências se concentravam na esfera da coordenação, com falhas específicas da ABC. No componente de produção, acompanhei as atividades da missão de plantio da EMBRAPA, UF e técnicos do IIAM, que trabalharam até o entardecer na plantação de variedades de sementes moçambicanas, norte-americanas e brasileiras, com o apoio voluntário de diversas¹¹¹ estudantes de agronomia. Em seguida, os integrantes do grupo

¹¹¹ Havia aproximadamente quatro estudantes de agronomia que realizavam estágio no ProALIMENTOS durante a pesquisa de campo. Porém, esse número aumentava de acordo com a necessidade do projeto. Essas estudantes eram todas do gênero feminino, uma vez que a execução das atividades rurais em Moçambique são tradicionalmente realizadas pelas mulheres, com uma baixa participação masculina na execução do trabalho braçal.

saiam juntos para comer e discutir os avanços das atividades (Vide Anexo VI- Fotos da Estação Agrária de Umbelúzi e Centro Zonal de Lichinga e Nampula). Na Figura 6, por exemplo, retirada no dia 26 de abril de 2013, durante a visita da USAID-Brasil, percebe-se que atrás dos representantes de cada uma das instituições, com exceção da ABC, há uma placa que indica o início da área de plantio e o nome do projeto, com o logo de todas as instituições parceiras abaixo.

Figura 6: Área de Plantio na Estação Agrária de Umbelúzi



Fonte: Elaboração própria

Da direita para a esquerda: o Coordenador-Geral da EMBRAPA em Moçambique, uma estagiária do IIAM, uma pesquisadora júnior do componente de socioeconomia pela MSU, uma funcionária do componente de socioeconomia pelo IIAM, a coordenadora do projeto da USAID-Moçambique, outras duas estagiárias, seguidas do coordenador-geral da UF, três funcionários do IIAM. Atrás do coordenador da USAID-Brasil e na ponta o pesquisador sênior de agricultura da USAID-Moçambique. Agachados na frente de todos o coordenador-geral do ProALIMENTOS pelo IIAM e o Diretor da USAID-Brasil.

Esse cenário favorável, especialmente, no componente de produção, está ligado a três fatores: ao alinhamento metodológico das equipes executoras devido a laços anteriores na EMBRAPA, à brasilidade dos membros das equipes e ao reconhecimento por parte do IIAM da necessidade de fortalecer suas capacidades de investigação. Apesar desse cenário favorável, é importante destacar que os técnicos do IIAM ainda ofereciam resistência em alterar qualquer ponto do modelo agrícola tradicional. O processo de alteração da compostagem do solo de mudas é um exemplo claro desse processo de construção de conhecimento, o que mostra a segunda **arena de embate** e indica que a transferência de conhecimento não é algo simples e linear, como ilustra o diálogo a seguir:

- **Investigador do IIAM:** “Uma coisa importante que trouxe muitos resultados foi a alteração na compostagem do solo para a produção de mudas. A primeira missão da EMBRAPA que veio aqui. Olhou o Agromix, pegou o saco e viu que era muito leve. Então, devia ter uma densidade fraca e nos perguntaram “O quê que tem aqui?” Olharam para a embalagem e não dizia nada. Fomos para os vendedores e também não tinham informação. Então, começamos a desenvolver uma nova mistura junto com eles. Colocou-se o composto orgânico, adubo orgânico, como estrume e esterco curtido, cinza, para evitar a propagação de doenças, NPK12-84-12, um adubo químico aqui disponível, e areia do rio, aquela mais solta, para aumentar a porosidade. Então, um saco de Agromix com essa nova composição rende o dobro, isso faz não só o resultado ficar melhor, mas como também gera uma economia ao produtor rural.

- **Visitante da USAID:** Mas então por que precisam do Agromix?

- **Investigador do IIAM:** O Agromix é um produto comercial, é importado da África do Sul. Ele já tem uma estrutura boa, e o que acrescentamos, por exemplo, o adubo orgânico, é para aumentar a disponibilidade de nutrientes.

- **Visitante da USAID:** Já testaram sem o Agromix?

- **Investigador do IIAM:** Sem o Agromix, não teria o mesmo efeito, não valeria a pena testar”.

(Diálogo ocorrido durante a visita da missão da USAID- Brasil à Estação Agrária de Umbelúzi, dia 26 de Março de 2013)

Após testemunhar esse diálogo, busquei entender, junto às instituições executoras, por quais motivos não haviam sido realizados ensaios sem o composto da marca Agromix. Segundo as informações fornecidas, esses experimentos não foram feitos devido à resistência dos investigadores do IIAM. Isso foi rapidamente confirmado durante as conversas que se seguiram com os técnicos moçambicanos do Instituto. Segundo eles, o Agromix tem boa qualidade por ser um produto “comercial”, o que significa que é um produto industrializado e importado da África do Sul e que, portanto, tem mais credibilidade do que uma compostagem totalmente orgânica.

Essa percepção de que aquilo que é importado e industrializado é melhor do que o que é produzido de maneira artesanal, no local, está completamente imbricada no imaginário social moçambicano, sendo reflexo de uma economia totalmente dependente do mercado externo. Por exemplo, quando perguntei aos investigadores do IIAM se eles não viam uma contradição entre a alta qualidade das hortícolas sul-africanas encontradas no mercado de Maputo e a baixa qualidade do composto Agromix, eles disseram que não, pois acreditam que “*o Agromix em condições de mais frescas deveria ir bem*” (Entrevistado 32, do IIAM). Esse exemplo da compostagem mostra que houve um processo de negociação entre a EMBRAPA-UF com o pessoal do IIAM sobre qual seria melhor maneira de realizar o processo, e reforça a

importância do envolvimento dos membros do IIAM para que ocorra a troca de conhecimento entre as partes, como bem coloca o Entrevistado 31 da EMBRAPA: “*Em Umbelúzi nós temos um agrônomo (...) é uma pessoa local muito interessada, o Dr. Ecolé. (...) ele é conhecido, (...) bem articulado, ele faz bem e ele articula para que os membros do IIAM participem, o Hipólito, Celestino, o Fagima e o Máximo*”.

Entretanto, é importante destacar que essa alta participação do pessoal do IIAM não está somente relacionada à liderança do coordenador-geral do ProALIMENTOS pelo Instituto, uma vez que há um acréscimo salarial fornecido pela contraparte norte-americana aos investigadores do IIAM para atuarem no ProALIMENTOS. Esse fato demonstra uma evidente sobreposição das práticas Norte-Sul no processo de implementação em relação às práticas Sul-Sul da cooperação brasileira, contrária à cooperação financeira direta ao recipiendário. Ou seja, nesse caso a Cooperação Trilateral “*(has) co-opt emerging donors into a depoliticized and ineffective aid system*” (McEWAN; MADSLEY, 2012, p. 1185), visto que essa prática de comprar “*ownership*” devido aos baixos salários nas instituições governamentais é muito comum nos programas dos doadores tradicionais em Moçambique.

É sabido, por todas as partes, que a continuidade dessa prática gera um ciclo contraprodutivo para o próprio projeto, pois como o término do projeto acarreta no término do adicional salarial, os funcionários tendem a buscar outro projeto para manter sua renda mensal ou migram para trabalhar nas instituições internacionais, ocorrendo aquilo que é conhecido no país como a fuga de cérebros¹¹² interna de quadros públicos para as instituições internacionais. Além disso, vale destacar que essa prática continua a fazer parte da própria lógica da indústria do desenvolvimento ao garantir para ela mesma recursos humanos altamente qualificados a um custo mais baixo que os expatriados e, manter aquilo que Ferguson (2009) chama de “*anti-politics machine of development*”, ao evitar uma discussão política sobre a questão salarial nas esferas governamentais.

Dessa forma, há que se apontar que a continuidade do ProALIMENTOS na promoção de melhores práticas de produção de hortícolas fica ameaçada após o término do projeto. Pois, mesmo esse projeto sendo visto como prioridade para o pessoal do IIAM, ele não é colocado como uma prioridade para o MINAG que, paradoxalmente, busca incentivar a agricultura, sem investir num dos seus principais alicerces que é a investigação, conforme

¹¹² Conheci funcionários da USAID-Moçambique e da MSU que eram antes investigadores do IIAM, sendo que durante a minha estadia no país, o ProALIMENTOS perdeu um de seus mais dedicados funcionários para o centro de pesquisa internacional especializado em arroz.

afirma o Entrevistado 12 do IIAM:

“A maneira em que é disponibilizado o recurso público não ajuda o IIAM a fazer razão do seu mandato. Pelo contrário, distrai o IIAM, porque imagine só que até a semana passada não tinha caído na conta do IIAM um único tostão para fazer qualquer investigação (...). Inclusive, esse telefone eu pago com o meu dinheiro, e muitas vezes ligo do meu celular. Pois, agora o telefone está cortado, pois eu não recebi a fatura, mandaram para a administração e eles não tinham dinheiro para pagar” (Entrevistado 12, do IIAM).

Por último, é relevante mostrar que, para alguns integrantes moçambicanos, o próprio projeto possui outra fragilidade que demonstra a falta de horizontalidade da cooperação trilateral brasileira em termos de transferência de conhecimento. Apesar de o ProALIMENTOS disponibilizar variedades de sementes de polinização aberta, que podem ser reproduzidas em Moçambique, o projeto não promove a independência total dos técnicos do IIAM ao não ensinar como se realiza a produção dessas sementes. Conforme indica a fala do Entrevistado 51 da MSU: *“Não é que o teste de variedade seja completamente inútil, é um processo contínuo, desde a hibridação, como se faz o cruzamento deste com este, agora já tem uma variedade, vou testando como é que seleciona, como que se faz o experimental, como se faz a análise”*.

De maneira geral, a análise de interface social do caso do ProALIMENTOS mostrou os constantes processos de negociação e acomodação entre os agentes, e a forma como os fatores de nível *meso* e *macro* impactam o desenvolvimento desse projeto. Identificou-se, portanto, como as questões institucionais (*meso*) abalam a esfera de negociação entre os agentes, e também como a relação simbiótica de dependência entre os doadores tradicionais e os beneficiários (*macro*) refletem no ProALIMENTOS. Além disso, o estudo verificou que a cooperação brasileira trilateral mantém, em certa medida, a relação horizontalidade de seu discurso oficial, com foco no desenvolvimento institucional do IIAM. No entanto, essa relação de horizontalidade não ocorre de forma linear, há embates sobre as práticas e a forma de entender o trabalho, como bem ilustra o diálogo sobre o Agromix. Tais embates são, contudo, mitigados por dois motivos, neste caso: a facilidade de relacionamento pelo idioma comum e as redes de relacionamentos na EMBRAPA.

Ainda, percebe-se que a horizontalidade da cooperação brasileira no ProALIMENTOS tem fragilidades por não incluir a capacitação em produção de sementes, o que seria a melhor estratégia para acabar com a dependência externa do IIAM, e por

acomodar as práticas dos doadores tradicionais. A anuência da cooperação brasileira com o pagamento do adicional salarial aos técnicos do IIAM, por parte da UF, indica um dos possíveis modelos de Cooperação Trilateral na nova arquitetura de ajuda internacional, porém, ainda não permite afirmar se esse modelo é resultado do fim das fronteiras entre a Cooperação Norte-Sul versus a Cooperação Sul-Sul. Pois, o mapeamento da cooperação brasileira trilateral já identificou que outros modelos são possíveis, como o caso do PLATAFORMA. Então, qual será o modelo de Cooperação Trilateral no contexto do ProSAVANA? A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo sobre esse projeto e, na sequência, se faz uma análise comparativa dos dois projetos.

Capítulo 7 – Estudo de Caso do ProSAVANA

7.1 Visão Geral

O Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana em Moçambique, conhecido como ProSAVANA, é o maior programa de Cooperação Trilateral na carteira da ABC, com US\$ 21,1 milhões já comprometidos, e a estimativa de investimento de US\$ 36,2 milhões para os próximos anos (PROSAVANA PD, 2013; NOGUEIRA; OLLINAHO, 2013). Com base na relação de longa duração entre o Brasil e JICA, que tem como referência a assinatura do *Japan-Brazil Partnership Program (JBPP)*¹¹³ no ano de 2000, o ProSAVANA é estabelecido a partir do Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique, a JICA e ABC firmado em setembro de 2009. Em seguida, no ano 2010, ocorre a primeira reunião entre as contrapartes que alinha a estratégia do programa ao PEDSA e estabelece o seu lançamento para o ano 2011 (Vide Anexo VIII – Documentos relacionados ao ProSAVANA) (PROSAVANA, 2014).

Em linhas gerais, o principal objetivo do programa é estabelecer novos modelos de desenvolvimento agrícolas na região do Corredor de Nacala, ao Norte de Moçambique, envolvendo 19 municípios das províncias de Niassa, Zambezia e Nampula, conforme indica a Figura 7 abaixo, inspirado na iniciativa do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)¹¹⁴, marco da cooperação Brasil e Japão desde a década de 70.

¹¹³ O JBPP é um acordo firmado em Tóquio no dia 28 de março de 2000, com o propósito de aprofundar os projetos de cooperação trilaterais do Brasil e Japão, a partir do desenvolvimento de atividades em terceiros países. Dessa forma, no ano de 2007, o ministro das relações exteriores Celso Amorim e o presidente da JICA Sadako Ogata decidiram executar essa parceria na África. Então, em Outubro de 2007, inicia-se o primeiro projeto realizado em conjunto em Angola, o Treinamento para o Pessoal do Hospital Josina Machel (JICA, 2012).

¹¹⁴ O Prodecer representa um marco da cooperação internacional entre Brasil e Japão na ocupação do Cerrado brasileiro, visando à produção de *commodities*, como soja, milho e trigo, para o mercado internacional. O Programa foi idealizado em 1974 pelos governos e implementada a primeira etapa, chamada de Prodecer I, a partir do ano de 1978, abarcando principalmente o Estado de Minas Gerais. No ano de 1985, iniciou-se o Prodecer II voltado aos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em 1996, iniciou-se o Prodecer III nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Pará e Rondônia (RODRIGUES, VASCONCELOS, BARBIERO, 2009)

Figura 7: Municípios do Corredor de Nacala Incluídos no ProSAVANA



Fonte: Nota Conceitual do Plano Diretor do ProSAVANA

Para atingir esse propósito, o programa é constituído por três projetos interligados (PROSAVANA, 2014; NOTA CONCEITUAL-PD, 2013):

- **ProSAVANA-PI - Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia.**

Objetivo: alavancar o desenvolvimento de pesquisa e transferência de tecnologia na região de Nacala através de cinco atividades.

Atividades: (i) fortalecimento da capacidade operacional dos centros zonais do IIAM, via a capacitação técnica do pessoal e a melhoria da infraestrutura a partir da aquisição de material e a construção de dois Laboratórios¹¹⁵ em Nampula e Lichinga; (ii) avaliação dos impactos ambientais causados pela utilização de novas tecnologias agrárias ; (iii) estudos de melhoria do solo para agricultura; (iv) transferência de tecnologia e variedades adequadas ao local, por meio da análise e avaliação de materiais locais ou introduzidas pelas entidades parceiras. As principais variedades são: arroz, feijão, soja, milho e trigo, além de mandioca,

¹¹⁵ O Laboratório de Nampula é responsabilidade da contraparte japonesa, com as obras iniciadas desde o segundo semestre de 2013 (PROSAVANA, 2014). Já o Laboratório de Lichinga é responsabilidade da contraparte brasileira, e ainda não se tem previsão sobre o início das obras (ENTREVISTADOS 27; 56).

algodão, amendoim, gergelim, entre outras; (v) implantação das novas tecnologias e variedades nas unidades demonstrativas do IIAM em Nampula e Lichinga para auxiliar o agricultor em sua decisão.

Investimento: US\$13,4 milhões;

Duração: abril de 2011 até março de 2016;

Coordenação: JICA, ABC e MINAG;

Execução:

- Contraparte japonesa: JICARS;
- Contraparte brasileira: EMBRAPA;
- Contraparte moçambicana: IIAM.

- **ProSAVANA-PD - Projeto de Apoio ao Plano Diretor.**

Objetivo: elaborar um estudo que envolva os dezenove municípios listados acima, com o propósito de identificar as medidas necessárias para modernizar a agricultura do Corredor de Nacala, considerando estratégias que viabilize a coexistência de pequenos, médios e grandes produtores agrários.

Abordagem do Estudo: Inicialmente, elaborado de maneira não integrada pela FGV Projetos e o consórcio de empresas japonesas. Porém, após críticas da sociedade civil, a coordenação do ProSAVANA decide organizar esferas participativas, através de reuniões com os diferentes *stakeholders*, alterando a data de entrega do documento final para março de 2014 ao invés de Agosto de 2013 (Para ver as Reuniões do ProSAVANA com a Sociedade Civil, veja o documento do PoSAVANA NOTA CONCEITUAL -PD). Além disso, é importante apontar que o estudo é dividido em duas partes. A primeira parte, desenhada pela FGV Projetos, consiste no zoneamento da região que busca identificar características comuns de cada zona de forma que se possa definir uma estratégia de *clusters* agrícola para cada área de acordo com as condições socioambientais do local, propondo a princípio o Fundo Nacala¹¹⁶

¹¹⁶ Fundo Nacala é uma iniciativa da GVAgro da FGV Projetos, lançada em julho de 2012, com o apoio direto da coordenação do ProSAVANA. A gestão do Fundo é da FGV Projetos em conjunto com a empresa 4I. Green, e tem o objetivo de atrair investimentos para o desenvolvimento agrário da região (FGV Notícias, 2012). No entanto, críticas ao Fundo Nacala realizadas principalmente por ONGs gerou resistência dentro da coordenação

como uma alternativa de financiamento aos pequenos agricultores locais e os grandes investidores internos e externos (PROSAVANA-PD, 2013). A segunda parte, elaborada pelo consórcio de empresas japonesas, contém uma avaliação dos Projetos de Impacto Rápido (PIR), que foi uma iniciativa de prover crédito à cinco empresas locais pelo *ProSAVANA Development Initiative Fund* (PDIF)¹¹⁷, em parceria com a GAPI¹¹⁸ e a Direção Provincial da Agricultura (DPA) (Ibid., 2013).

Investimento total: US\$7,7 milhões;

Duração: março de 2012 até o primeiro trimestre de 2014;

Coordenação: JICA, ABC e MINAG;

Execução:

- Contraparte japonesa: Oriental Consultants Co., Ltd., NTC International Co., Ltd., Task Co., Ltd.;
 - Contraparte brasileira: FGV Projetos;
 - Contraparte moçambicana: MINAG.
- **ProSAVANA-PEM - Projeto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária.**

Objetivo: fortalecer a qualidade dos serviços de extensão agrária na região do Corredor de Nacala através de diversas atividades.

Atividades: (i) levantamento dos aspectos socioeconômicos e o tipo de cultivo e os serviços de extensão agrária desenvolvidos pelo setores público, representado pela Direção Nacional de Extensão Agrária (DNEA), privado e ONGs ; (ii) seleção de grupos e projetos como referência, com o envolvimento de outros *stakeholders* atuantes na região; (iii) apoiar a implementação de modelos de desenvolvimento agrários nos grupos selecionados; (iv) realizar recomendações a partir das experiências; (v) preparar materiais para promoção do

do ProSAVANA, que optou desvincular o programa dessa iniciativa (Entrevistado 15;29;43). Além disso, o Entrevistado 15 aponta que o Fundo ainda não conseguiu captar recursos para iniciar suas atividades.

¹¹⁷ PDIF é uma iniciativa do governo japonês voltada para o financiamento de empresas agrícolas locais, com capital inicial de US\$ 750 mil dólares, e sem a participação do governo brasileiro (PROSAVANA-PD, 2013).

¹¹⁸ GAPI é uma instituição financeira focada em prover recursos para pequenas e médias empresas do meio rural, sendo monitorada pelo Banco de Moçambique – Banco Central e constituída de 14 delegações nacionais.

serviços agrários; (vi) capacitar técnicos extensionistas dos setores público, privado e ONGs e agricultores locais.

Investimento total: a definir.

Duração: maio de 2013¹¹⁹ a maio de 2019

Coordenação: JICA, ABC e MINAG;

Execução:

- Contraparte japonesa: NTC Internacional Co., Lda., Oriental Consultants Co., Ltd., e IC-Net Ltd.;
- Contraparte brasileira: Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA);
- Contraparte moçambicana: Direção Nacional de Extensão Agrária (DNEA).

Desses três projetos, a visita a campo conseguiu acompanhar mais de perto o andamento do PI e do PD, uma vez que o PEM ainda não tinha iniciado propriamente as suas atividades, pois a sua primeira missão de prospecção foi realizada somente em maio de 2013. Antes de entrar nas especificidades do campo, é importante apontar as críticas feitas ao ProSAVANA por ONGs e movimentos sociais moçambicanos, brasileiros, japoneses e internacionais, com a publicação de cartas¹²⁰ de protestos aos presidentes dos respectivos países por incentivar uma política de usurpação de terra internacional, além de diversas publicações acadêmicas.

O artigo de Clements e Fernandes (2012; 2013), por exemplo, alega que o ProSAVANA faz parte da estratégia de política externa de Lula que “*has strongly supported the acquisition of lands on the Latin American Continent*” (CLEMENTS & FERNANDES, 2012, p.6), e pretende dar continuidade a essa política dúbia, que apoia a grilagem no âmbito internacional, embora a crítica na esfera doméstica, na África. Na mesma linha, encontra-se o

¹¹⁹ Vale apontar que houve atraso no início das atividades do PEM que estavam previstas para iniciar no último trimestre de 2012 (PROSAVANA, 2014).

¹²⁰ Para ver a Carta Aberta de 28 de maio de 2013, acesso o seguinte link: <http://farmlandgrab.org/uploads/attachment/Carta%20Aberta%20das%20organizac%CC%A7o%CC%83es%20e%20movimentos%20sociais%20para%20Detere%20Reflectir%20de%20Forma%20Urgente%20o%20Programa%20ProSavana-corrected.pdf>

artigo publicado no Canal MOZ (25.03.2013) por Fátima Mello da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), uma organização não governamental brasileira. Segundo ela, o programa nipo-brasileiro busca usurpar as terras moçambicanas ao exportar o conflito social de terras que ocorreu durante o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) no Brasil. Enquanto que Funada-Classen (2013a; 2013b) adverte sobre as intenções do governo japonês em promover a usurpação de terra em Moçambique para garantir a segurança alimentar de seu próprio país, sem se preocupar realmente com a população local. Por fim, Nogueira e Ollinaho (2013, p.15) apontam que o ProSAVANA vai no sentido contrário do discurso oficial da cooperação brasileira ao focar no desenvolvimento do setor privado. Fato esse que é explicado pela prevalência de grupos ligados ao agronegócio durante o processo de formulação do programa, devido à própria fragmentação institucional da cooperação brasileira, e à limitada capacidade de coordenação da ABC (Ibid., 2013).

Embora as críticas ao ProSAVANA tenham tido um impacto positivo para a construção do programa ao aumentar a participação da sociedade civil e aprimorar o grau de transparência da coordenação, é importante apontar que em muitos casos essas críticas não têm fundamento porque partem da suposição de que qualquer investimento na região do Corredor de Nacala está diretamente vinculado ao ProSAVANA. Por exemplo, Nogueira & Ollinaho (2013, p.6) apontam que já existem empresas estrangeiras de agronegócio operando em Gúruè e no distrito de Lichinga “*producing mainly soya on a contract-farming¹²¹ scheme as proposed by ProSAVANA*” (*Grifo nosso*). No entanto, os mesmo autores colocam que dentre essas empresas atuantes, Hoyo Hoyo (Portugal), Africa Century Agriculture (registrada na Maurícia e baseada em Londres), Rei do Agro (EUA), somente uma delas, a Agromoz – parceria entre o Grupo Pinesso (Brasil), Grupo Américo Amorin (Portugal) e Intelec Holdings (Moçambique)- tem capital brasileiro. E, então, afirmam que ainda não há casos de usurpação de terra. Contudo, as diretrizes do documento do Plano Diretor mostra que há uma estratégia de *post-land grabbing* para trazer a iniciativa privada como um dos possíveis vetores do desenvolvimento.

Essa mesma relação empresa privada e ProSAVANA é trazida por Funada-Classen (2013c), que destaca como cada vez mais conflitos de terras têm surgido na região-alvo do

¹²¹ *Contract-farming* é quando a produção agrícola é baseada num acordo entre o comprador e o produtor, que estabelece condições de produção e mercado ao produtor de maneira a buscar beneficiar ambas as partes. Normalmente, há dois tipos de contrato: um que compra a mercadoria do produtor pelo valor do mercado no momento da colheita e o outro que estabelece um preço prévio pela colheita independente da variação de mercado.

ProSAVANA. No entanto, não consegue indicar um único caso de conflito que esteja diretamente vinculado ao Programa. Além disso, a autora sugere que houve o repasse de informações privilegiadas da FGV Projetos para o Grupo Américo Amorim, um dos controladores da Agromoz, devido o fato de a FGV Projetos prestar serviços de consultoria à empresa de GALP Energia, controlada pelo mesmo Grupo. Contudo, a autora não apresenta evidências que comprovem essa suposta conexão. Por último, vale destacar que essa estratégia de estabelecer conexões obscuras no ProSAVANA é utilizada repetidamente pela autora (2013c), que chega ao ponto de retrucar a validade do comentário de Fingermann (2013), insinuando que a autora desempenha “um papel "duplo e paralelo"” no ProSAVANA e no Fundo Nacala pelo fato dela estudar num braço da instituição do Fundo Nacala, a FGV (FUNADA-CLASSEN, 2013c, p.14).

Como já foi brevemente apontado por Fingermann (2013), há na literatura a construção de três mitos ao redor do ProSAVANA: 1) que o ProSAVANA é uma réplica do PRODECER; 2) que ProSAVANA almeja usurpar terras e; 3) que o ProSAVANA cria conflitos entre o agronegócio e os pequenos agricultores. Esses mitos normalmente estão alinhados a um claro discurso ideológico, que vincula qualquer investimento de agronegócio ou conflito ao Programa, sem se atentar à própria estratégia do governo que defende a atração de IED no PEDSA; ou à relação dessas empresas estrangeiras com a Iniciativa do G-8, que frisa a participação do setor privado como uma de suas estratégias de investimento.

Na seção seguinte, a partir de um detalhamento das atividades de campo, espera-se mostrar o que realmente ocorre no ProSAVANA, desmistificando a ideia de que há um plano preconcebido, por parte do governo brasileiro, para usurpar as terras de Moçambique, oriundo de uma política bem definida e estável de Cooperação Sul-Sul Trilateral. Com base na análise de interface social, esta tese identifica um cenário bem mais complexo no qual há uma multiplicidade de planos e ideias, que são construídos e reconstruídos pelos diversos agentes envolvidos no Programa.

7.2 A formação da parceria

O Programa de Treinamento para Terceiros Países é considerado o embrião da modalidade de Cooperação Trilateral entre a ABC e a JICA-Brasil. Esse acordo foi estabelecido no ano de 1985, com o objetivo de capitalizar as conquistas atingidas pela

cooperação bilateral da JICA e do Brasil, por meio da promoção de capacitações e treinamentos oferecidos por instituições brasileiras estatais para populações de terceiros países em território nacional (JICA, 2012). No início desse programa, 70% dos custos do Programa de Treinamento para Terceiros Países eram financiados pela JICA-Brasil, que ficava a cargo de selecionar os técnicos de terceiros países e financiar suas viagens; e 30% eram arcados pela ABC e a entidade executora do treinamento, sendo que a ABC era responsável em coordenar a atividade e a entidade executora financiava as horas técnicas de seus funcionários.

Porém, após a assinatura do *Japan Brasil Partnership Program*, em 2000, e com o progresso da cooperação brasileira em terceiros países, estabeleceu-se uma nova modalidade do *Joint Training Program*, na qual a responsabilidade pela formulação, seleção e gastos passou a ser igualmente compartilhada, equivalendo 50% para cada parte (Entrevistado 53). Em seguida, no ano de 2007, a parceria entre a JICA-Brasil e a ABC avança para executar, pela primeira vez, treinamentos fora do território nacional, com uma série de capacitações realizadas no Hospital Josina Machel, em Angola, o que resulta na consolidação de um dos primeiros projetos de cooperação estruturante entre os parceiros, o ProForça (2011-2014), cujo objetivo é fortalecer o sistema de saúde de Angola (JICA, 2012). Assim, nesse mesmo período, surge também a ideia de se implementar o ProSAVANA em Moçambique, que representa o maior programa de cooperação trilateral da ABC.

Enquanto que, para a ABC, a Cooperação Trilateral representa o aumento de sua credibilidade e legitimidade no sistema internacional, para a JICA, a ampliação dessa modalidade com o Brasil está intrinsecamente ligada à necessidade da cooperação japonesa de avançar no continente africano, pois, diferentemente dos demais doadores tradicionais, o Japão “*está chegando muito atrasado nos países africanos (...), com a abertura de seu escritório em Moçambique somente no ano de 2003*” (Entrevistado 56). Outro ponto apresentado também pelo Entrevistado 54, da JICARS, é o aprendizado de técnicas agrícolas em culturas tropicais: “*we have some many things to be learned from Brazil, because Brazil has a very big experience in tropical agriculture, but in Japan we don't have tropical areas*”.

Entretanto, esse modelo de Cooperação Trilateral não é visto com bons olhos por muitos investigadores da EMBRAPA, que demonstram receio nessa aproximação, e apontam que o interesse dos japoneses, assim como o dos norte-americanos, é o de se apropriarem, de maneira sutil, do conhecimento em culturas tropicais da EMBRAPA. Essa percepção é bem exemplificada na fala do Entrevistado 2: “*eles querem conhecimento sobre a África e a nossa*

agricultura. Nós não podemos chegar e dizer tudo para eles. Senão, como vai ser depois?'". O mesmo receio é reforçado pelo Entrevistado 8, da ABC: *"a cooperação Norte-Sul quer se apoiar na nossa expertise, no nosso conhecimento, na facilidade da língua e na tecnologia que nós dominamos"*.

7.3 A Elaboração do Programa

Diferentemente do ProALIMENTOS, que emerge de uma demanda de técnicos do IIAM junto com o pessoal da ABC e da EMBRAPA, o ProSAVANA é um programa que nasce a partir de conversas entre o Ministro Farani, então Diretor da ABC, e Kenzo Oshima, Vice-Presidente da JICA, que assinam, em 3 de abril de 2009, um acordo que indica o comprometimento de ambas as partes em desenvolver um Programa de Cooperação na Savana Tropical. Logo em seguida, em maio de 2009, com a vinda da missão do Ministério de Agricultura de Moçambique para o Cerrado brasileiro, determina-se Moçambique como o país beneficiário, de maneira que se encaminha uma primeira proposta de discussão ao governo do país. Assim, em julho de 2009, durante a Cúpula de L´Aquila do G-8, na Itália, o ex-presidente Lula e o antigo primeiro-ministro Taro Aso formalizam a parceria de desenvolvimento da Savana africana, com o objetivo de *"applying the knowledge acquired during implementation of PRODECER"*, em Moçambique (DOCUMENTO PROSAVANA, 2009). Dessa forma, em setembro de 2009, ocorre a primeira missão oficial JICA-Brasil e da ABC para apresentar a proposta do Programa Triangular para o Ministro da Agricultura, ao Ministro de Planejamento e Desenvolvimento e a outras autoridades moçambicanas que designam seus respectivos representantes para os grupos de trabalho de formulação e implementação, culminando com a assinatura do Memorando de Entendimento entre as três partes, em setembro de 2009.

Assim, a despeito do ProSAVANA não ter sido diretamente demandado pelo governo moçambicano, como prezam os princípios da cooperação brasileira, é relevante apontar que o Programa foi rapidamente aceito pela cúpula de governo, pelo seu alinhamento com as diretrizes do PEDSA. Da mesma forma, houve a inclusão de líderes dos ministérios para participarem ativamente do processo de formulação das atividades, como fica claro na fala do Entrevistado 57 do MINAG:

“Eu estive fortemente envolvido na formulação do Prosavana (...) eu chefie a primeira missão de moçambicanos que visitou o Brasil em 2009, que visava entender o que tinha sido o Prodecer. Depois disso, houve várias idas, sempre com o acompanhamento da Embrapa e da ABC, assim como da JICA Brasil” (Entrevistado 57, do MINAG).

Em seguida, houve a criação do *Joint Coordination Committee (JCC)* que conta com um escritório, localizado no edifício do IIAM em Maputo, onde fica um representante de cada contraparte - a JICA-Brasil, a ABC e o MINAG -, bem como o estabelecimento do *Joint Technical Committee*, representado pelos coordenadores do JCC e os técnicos envolvidos no PI da EMBRAPA, JICARS e IIAM, com duas reuniões anuais. Ademais, estabeleceu-se uma coordenação regional, com a designação de um Ponto Focal para cada um dos Centros Zonais do IIAM, Niassa, Nampula e Zambezia.

7.4 Implementação

A pesquisa de campo acompanhou de perto o processo de implementação do Plano de Investigação durante a missão da EMBRAPA em Lichinga e Nampula, sendo os dados sobre o Plano Diretor coletados por meio de diversas entrevistas semiestruturadas, com uma visita ao escritório do PD, localizado na Direção Provincial da Agricultura em Nampula. Assim como no ProALIMENTOS, nota-se que as limitações da equipe brasileira operacional frente aos parceiros tradicionais no momento de implementação, devido a falta de uma estratégia clara do MRE e ABC no âmbito da Cooperação Trilateral. Porém, neste caso, o embate da arena institucional tem um impacto mais significativo no desenvolvimento do PI que no PD. Além do mais, é importante enfatizar que esse Programa não conta com a rede de laços profissionais que havia no ProALIMENTOS, o que provoca um maior distanciamento entre as partes.

7.4.1 O Plano de Investigação

A confusão sobre minha filiação institucional foi chave para a aproximação com a missão do PI de pós-colheita da EMBRAPA, uma vez que o consultor do PNUD, pela EMBRAPA, em Lichinga, fez uma reserva no mesmo hotel do pessoal da EMBRAPA, por

supor que eu estava representando a FGV Projetos. Assim, logo no dia seguinte, fui levada para acompanhar as atividades da equipe no Centro Zonal de Lichinga, onde pensei que encontraria a equipe japonesa. Porém, minha primeira surpresa foi encontrar não somente dois experimentos separados, como uma formalização dessa desintegração, que pode ser notada na Figura 8, a seguir.

Figura 8: Área de Plantio no Centro Zonal de Lichinga



Fonte: Elaboração própria.

A separação das áreas de plantio da EMBRAPA, em relação à área da JICARS, mostra uma **arena de embate** relacionada a alguns fatores. Primeiro, assim como ocorreu no ProALIMENTOS, o trabalho da EMBRAPA no PI atrasou por aproximadamente um ano, devido às questões burocráticas da ABC com o PNUD. Isto fez com que o governo japonês decidisse iniciar os campos de plantio com a contratação de uma empresa de investigação agrícola japonesa, a JICARS, no ano de 2011, sem contar com a participação da EMBRAPA. De acordo com o Entrevistado 11 do IIAM, o PI inicialmente seria executado somente pela entidade brasileira: “O PROSAVANA que obtive acesso nas reuniões de preparação (...) estava desenhado da seguinte maneira: a parte técnica científica seria responsabilidade do EMBRAPA, enquanto que a parte financeira seria do Japão, mas agora temos também a JICARS”.

Segundo, o plantio da JICARS foi realizado em três pequenas áreas, cada uma delas com aproximadamente mil metros quadrados, localizadas nos Centros Zonais das três

províncias envolvidas no programa, e utilizando somente sementes locais. Ou seja, a técnica de plantio da JICARS tem um enfoque diferente daquele designado para a EMBRAPA, sendo uma mais voltada para a produção de agricultura de pequena escala, devido à própria experiência da instituição no Japão, e a outra para a produção de larga escala, com o uso de variedades locais e brasileiras. No entanto, o cerne do problema entre as partes não é ter ensaios diferentes, mas não haver nenhum tipo de integração, de maneira que a “EMBRAPA está a fazer as suas atividades, o Japão a fazer as suas atividades e Moçambique ter de seguir os dois (...) Japão – Moçambique e Brasil – Moçambique, como se fossem dois projetos bilaterais” (Entrevistado 16 do IIAM - Nampula). Esse fato é reforçado pelo Entrevistado 11 do IIAM de Lichinga:

“Há uma sobreposição em alguns ensaios de fertilidade dos solos, que deveríamos ter uma maior harmonização, mas não. Estamos a ver que a coisa está a se repetir aqui. Estamos a fazer mesma coisa com tecnologias diferentes, mas objetivo principal vai ser o mesmo (...) não faz sentido” (Entrevistado 11, do IIAM).

Assim como pela Equipe da EMBRAPA de pós-colheita:

“O projeto trilateral tem que funcionar como um “efeito eclipse”. Porém, tanto do trabalho japonês quanto do brasileiro não está havendo essa participação, pelo menos desde que a gente começou o plantio não passou ninguém para ver como está ocorrendo o ensaio, nem a gente não sabe direito como é o ensaio deles” (Entrevistado 1, da EMBRAPA).

Essa separação total entre a EMBRAPA e a JICARS também esteve clara durante o acompanhamento das atividades da missão da EMBRAPA em Lichinga e Nampula. Aliás, em Lichinga, teve um fato que particularmente marcou a minha experiência de campo. Após o pessoal da EMBRAPA finalizar as atividades de colheita se decidiu no último dia comprar um cabrito para fazer um churrasco de confraternização com o pessoal do IIAM. Nesse mesmo dia, visitamos juntos ao ensaio japonês, oportunidade em que o pessoal da EMBRAPA tentou conversar em inglês com um único pesquisador da JICARS que estava no local, com um amplo apoio de técnicos do IIAM, diferentemente da EMBRAPA que não contava com tanta participação local.

Numa conversa rápida, o convite foi feito para o churrasco, e uma expectativa de integração foi levantada pelo pessoal da EMBRAPA. Um deles disse: “Bom, vamos ver se o

japonês aparece (...) vamos ver se ele quer se integrar conosco”. Porém, o pesquisador japonês não apareceu no churrasco, que contou com todo pessoal do IIAM. Com base nesse episódio, a conclusão que se chegou foi expressa aproximadamente nessas palavras: “É, nós tentamos, convidamos ele e nada! Sabe, o churrasco era um bom momento para trocarmos informações sobre os ensaios, mas ele nem deu as caras”. Assim, ficaram esclarecidos outros dois fatores que esbarraram na integração do Plano de Investigação: a questão cultural e a forma de se aplicar os recursos.

A questão cultural era ciência da equipe de coordenação do ProSAVANA, pois conforme coloca o Entrevistado 43 da JICA “O processo de construção de consenso na JICA é da base para o topo. A construção de consenso do lado brasileiro é mais *top down*, então o lado japonês parece mais moroso que o do lado brasileiro”. Porém, havia também a questão sobre a forma de se sociabilizar. Para o lado brasileiro, a não participação num evento demonstra certa falta de vontade em interagir. Além disso, o não compartilhamento de materiais e equipamentos reforça, aos brasileiros, essa falta de camaradagem com seu parceiro, e estabelece uma relação cada vez mais hostil entre as partes, como se pode notar na fala do Entrevistado 31 da EMBRAPA:

*“Um dia, eu pedi a ela (da JICARS) uns dois quilos de adubo para plantar um alho que o IIAM não tinha e ela tinha da safra anterior, mas ela disse que era do Tobita e ele não estava lá. Mas aí no final do ano, um dos técnicos deles que trabalhou na Embrapa um tempo também me perguntou: “Doutor, eu sei que você comprou superfosfato triplo. Você poderia me arrumar quatro sacos?”. Eu disse claro, e trouxe quatro sacos de adubo para ele e entreguei para o pessoal da JICARS (...). **Coisas assim, do tipo tapa de pelica. Para mostrar que eu não estava aqui para competir com eles e nem tenho interesse**” (Entrevistado 31, EMBRAPA, Grifo nosso).*

Outro fator que transpareceu no campo foi a diferente maneira de aplicar os recursos, assim como as consequências da baixa institucionalização da cooperação brasileira e a ABC. A questão da alta participação do pessoal do IIAM, junto com a JICARS, está relacionada ao fato da instituição adotar a prática, normalmente utilizada pelos doadores tradicionais, de pagamento de um adicional salarial, como é confirmado pelo Entrevistado 31: “No lado japonês, os estagiários recebem, mas como nós não pagamos, alguns estagiários até fugiram do campo”. Como, nesse caso, o lado brasileiro não adota esse tipo de prática, pois diferentemente do ProALIMENTOS o orçamento é totalmente separado, o nível de envolvimento do IIAM se distingue para cada contraparte. Segundo o Entrevistado 14, da EMBRAPA “acho que a parte moçambicana deveria se envolver mais ProSAVANA, o MINAG, as Direções provinciais e o pessoal do IIAM (...) é preciso que a parte

moçambicana tenha esse espírito de pertença, esteja atenta no que está sendo feito aqui”.

Porém, é preciso destacar que, a despeito da menor participação do IIAM com o pessoal da EMBRAPA, havia um evidente contraste entre o nível de participação, junto com a EMBRAPA, no Centro Zonal de Lichinga versus o Centro Zonal de Nampula. Em Lichinga, a participação era maior, e havia um forte suporte da Direção Provincial, que conseguiu até mesmo disponibilizar um veículo 4 x 4 para auxiliar o projeto, enquanto que em Nampula a situação era bem mais complicada. Essa distinção pode ser explicada por alguns aspectos. Primeiro porque, em Lichinga, havia somente o Consultor permanente da EMBRAPA, sem nenhum representante fixo da JICA ou JICARS. Segundo, porque esse consultor era moçambicano e, de certa maneira, possuía alguns laços pessoais que facilitavam a negociação com as entidades locais. Terceiro, pela existência de etnias diferentes em cada um dos locais, e o total desconhecimento da cooperação brasileira sobre isso. Por exemplo, o Entrevistado 14 ressalta a importância de se ter maior conhecimento sobre essas peculiaridades culturais. De acordo com ele, cada etnia tem uma maneira de se relacionar com a transferência de tecnologia, como é indicado abaixo:

“Os macuas (de Nampula) são mais receptíveis, mas para adotar uma mudança eles levam mais tempo. Por exemplo, você traz uma tecnologia e ele diz ok. Eu vou ficar com ela, e quando você dá meia volta, ele diz: mas que porcaria é isso aqui! Enquanto o Yao (de Lichinga) não é assim, você traz a tecnologia e ele diz não. Bom, vamos ver isso aí, e leva muito tempo para assumir, mas quando assume, assume mesmo” (Entrevistado 14).

Quarto, são os atrasos da ABC na compra de materiais e equipamentos que impactaram mais o pessoal da EMBRAPA em Nampula, pelo fato desse local contar com um representante permanente da JICA que fornecia não somente material, mas também realizava diversas reformas no Centro Zonal, questionando, em certa medida, o comprometimento do lado brasileiro com o andamento do Programa. Desse modo, a falta de recursos da ABC em Nampula era colocada em xeque a todo o momento, o que refletiu não somente nas relações Brasil-Moçambique e Brasil- Japão, mas também nas relações ABC-EMBRAPA. O Entrevistado 31 e o Entrevistado 1 identificam muito bem alguns dos problemas que a EMBRAPA teve na implementação do plantio e da colheita, devido à falta equipamentos, e o que isso pode vir a representar ao Brasil.

“A JICA é muito bem organizada e a ABC está muito enrolada. Quando eu vim pra cá, pensei que chegaria e encontraria os insumos, as sementes e o maquinário para o plantio. Mas, chegamos e não tinha nada, apenas tinha a área; o adubo, o calcário e a maquinaria não tinham chegado (...). Não

“tinha nada para plantar, mas a gente plantou de teimoso (...). O governo brasileiro deve ter muito cuidado quando faz esse tipo de acordo (...) a imagem que vai ficar que não é a imagem pessoal, mas sim a imagem da EMBRAPA e do Brasil” (Entrevistado 1, Grifo Nosso)

“Então o projeto por enquanto está me usando (...). A ABC para os créditos e a EMBRAPA para os tapas. Quando é para levar tapas a EMBRAPA assume, quando é para pegar crédito a ABC põe a cara, pois eles (da ABC) nos deixam passar constrangimentos aqui (...) sem carro, sem maquinário, sem material adequado ...” (Entrevistado 31, Grifo Nosso)

Apesar de todas essas deficiências que a EMBRAPA tem em campo, devido aos problemas institucionais da ABC, vale destacar que a questão dos laços culturais e do idioma ainda são apresentados como facilitadores na relação entre os técnicos do Brasil e de Moçambique, como bem coloca o Entrevistado 50 do MINAG:

“Moçambique e Brasil têm laços diferentes daquele com a cooperação européia no geral (...). Nós falamos a mesma língua e tivemos o mesmo colonizador (...) então quando vê um brasileiro, vê como um irmão de sofrimento (...) é um irmão mais aproximado do que os irmãos europeus e americanos” (Entrevistado 50, MINAG).

E, também, foi destacada, pelos Entrevistados 11 e 30 a importância do idioma para a capacitação institucional, pois a EMBRAPA, diferentemente dos japoneses, consegue proporcionar ao IIAM diversos treinamentos no local e no Brasil. Já os japoneses buscam agregar conhecimento com o fornecimento de equipamentos laboratoriais.

7.4.2 O Plano Diretor

A falta de harmonia na relação entre o lado brasileiro e o japonês também estava presente na elaboração do Plano Diretor, embora esse processo não tenha sido acompanhado tão de perto como o Plano de Investigação. As entrevistas com representantes da FGV Projetos, assim como aquelas com os representantes do grupo de empresas japonesas, *Oriental Consultants Co., Ltd* (coordenação), *NTC International Co., Ltd.* e a *Task Co., Ltd.* mostraram dificuldades para avançar a parceria com essa estratégia. A primeira barreira na relação entre as empresas esteve novamente vinculada a questões burocráticas da ABC, o que gerou atrasos no processo de licitação para seleção da entidade implementadora e, conseqüentemente, o início das atividades das duas contrapartes foi novamente descasado

(Entrevistado 47).

A versão do documento do Plano Diretor que vazou na Internet mostra que houve dois estudos separados, um realizado pelo consórcio de empresas japonesas, e outro pela FGV Projetos. Segundo os entrevistados, a metodologia de trabalho de ambas as instituições era totalmente diferente. De acordo com o Entrevistado 47, enquanto “A FGV trabalhou a região como um todo, e depois selecionou as melhores áreas para determinados clusters, o lado japonês dividiu o corredor de Nacala em seis regiões e trabalhou o desenvolvimento para cada uma delas região por uma análise diferenciada”. Desse modo, o estudo está dividido em duas seções principais: uma de demarcação de zonas de clusters agrícolas, e a outra que define Projetos de Impacto Rápido (PIR).

Esse zoneamento do Corredor de Nacala, desenvolvido pela FGV Projetos, teve como base um estudo anterior financiado pela Vale do Rio Doce para todo o país (Entrevistados 15; 29). Segundo esse levantamento, o corredor de Nacala é dividido em seis zonas de investimentos agrícolas. O tipo de investimento para cada uma dessas zonas é determinado por uma análise swot de três fatores chave: (i) urgência na transformação da agricultura de pousio¹²²; (ii) receptividade dos agricultores locais a novas tecnologias; e (iii) compatibilidade da agricultura local com uma agricultura diversificada (PD Nota Conceitual, 2013, p.13). Assim, a Zona I é definida como cluster de abastecimento do Porto de Nacala, com a produção de milho, mandioca e feijão-nhemba. A Zona II é o Centro de Agronegócio, com áreas de processamento de milho, mandioca e grãos. A Zona III é o Celeiro do Corredor de Nacala, com a promoção de soja e outros grãos, com agroprocessamento para o desenvolvimento de uma indústria avícola. A Zona IV é para Culturas de Alto Valor, como a reabilitação da indústria de chá. A Zona V é Produção de Commodities, pelo desenvolvimento do setor privado e do modelo de contract-farming. A Zona VI também é para o desenvolvimento de uma área de commodities (PD, 2013, p.10 e p.11).

¹²² A agricultura de pousio consiste num sistema de rotação do uso da terra, de maneira que o período de plantio numa área é relativamente curto em relação ao período de repouso da terra. De acordo com o estudo, esse tipo de agricultura predomina na região do Corredor de Nacala (PD Nota Conceitual, 2013).

Figura 9: Zoneamento do Corredor de Nacala

Fonte: ProSAVANA Nota Conceitual-PD (2013, p.14).

Para viabilizar esses *clusters* e alavancar o setor privado interno e externo na região, a FGV Projetos propõe a criação do Fundo Nacala¹²³, sob a gestão da empresa 4i.GREEN, que pretende arrecadar US\$ 2 bilhões em recursos para viabilizar o crédito agrícola aos investidores comerciais e aos investidores sociais, locais e estrangeiros. Apesar de alguns dos entrevistados apontarem que o Fundo não tem nenhum tipo de relação direta com o ProSAVANA, há informações sobre ele no PD vazado à imprensa (Entrevistados 15 e 27). Esse fato que mostra que o Fundo Nacala estava previsto anteriormente, como parte do Programa, assim como colocou um dos entrevistados (29), o que pode ser facilmente comprovado com uma análise da Ata da Terceira Reunião do JCC, de 03 de dezembro de 2012, em que consta que “*the Brazilian side informed about the preparation (...) for a Joint Statement on Financial Mechanism and Private Investments in the context of ProSAVANA*” (Vide Anexo VIII- Documentos relacionados ao ProSAVANA; Ata da Terceira Reunião do JCC, p.6).

Portanto, a falta de alinhamento entre as equipes executoras do ProSAVANA

¹²³ O Fundo Nacala pretende arrecadar inicialmente US\$ 500 milhões, porém as informações recolhidas em campo indicam que ainda não há recursos aportados no Fundo, mesmo após a realização de diversos Road Shows no Brasil, Japão, Europa e EUA.

também está relacionada a alterações ocorridas no âmbito da coordenação institucional, em que a JICA toma a iniciativa de arrancar as atividades com as suas entidades, sem harmonizar a forma de trabalho com a ABC. Assim, nesse mesmo sentido, a JICA estabelece com recursos próprios, em parceria com a GAPI, outro fundo - o ProSAVANA *Development Initiative Fund* (PDIF) - que financia o desenvolvimento de cinco projetos-pilotos, com empresas de agricultura familiar de Moçambique (Lozane Farms, Ikuru, Orwera Seed Company, Matharia Empreendimentos e Santos Agrícola), no âmbito dos diversos Projetos de Impacto Rápido, elaborados para alavancar os investimentos no local.

A despeito dessas divergências nas metodologias de trabalho, e da não harmonização das instituições, é importante apontar que as três partes estão de acordo sobre o foco principal do ProSAVANA: alavancar o desenvolvimento agrário da região pela atração de investimentos privados (PD, 2013, p.1). As entrevistas com representantes da JICA, JICARS, CAMPO¹²⁴, ABC, EMBRAPA, FGV Projetos, IIAM e MINAG mostram que há um consenso das partes sobre a estratégia de desenvolvimento agrícola para a região de Nacala. Os governos dos três países concordam que é necessário o desenvolvimento do agronegócio de larga escala. Porém, aquilo que é considerado larga escala para cada um deles varia: *“um dos investidores brasileiro queria a concessão de 100 mil hectares (...) mas isso aqui é muito, acima de 1 mil hectares já é considerado larga escala”* (Entrevistado 24 da Câmara de Comércio, Indústria, Agropecuária Brasil e Moçambique - CCIABM).

A estratégia para o desenvolvimento do setor privado está apoiada em dois pilares: a disponibilização de recursos financeiros por fundos de investimentos para o agricultor local, e a atração de empresários estrangeiros. No caso brasileiro, os empresários que participam das missões são aqueles voltados ao agronegócio, enquanto os japoneses são os fabricantes de maquinário agrícola (Entrevistado 53 da JICA). Esse foco no setor privado, contudo, gera uma arena de conflito entre os doadores, o governo e as entidades da sociedade civil, que acusam o governo de promover a usurpação de terras das comunidades moçambicanas.

Contudo, as pesquisas de campo mostraram que não há nenhum investimento e conflito relacionado diretamente ao ProSAVANA. De acordo com o Entrevistado 24, do CCIABM, identificou-se que já houve três missões do agronegócio brasileiro e que, por enquanto, há *“um projeto que ainda está em negociação com governo local, é bem*

¹²⁴ A CAMPO é uma empresa brasileira contratada pelo consórcio japonês de empresas sob a coordenação Oriental Consultants Co., Ltd.

ambicioso, eles queriam começar com 100 mil hectares (...) mas isso não foi aprovado e assim diminuíram para 50 mil hectares (...) e outros dois na casa dos 8-9 mil hectares”. Porém, esses projetos não estão relacionados ao ProSAVANA, pois são negócios alavancados pela própria CCIABM, independentes das missões já realizadas pela ABC e que, por ora, não repercutiram em qualquer tipo de investimento (Entrevistado 24 do CCIABM; Entrevistado 46 da ABC e Entrevistado 17 e 57 do MINAG).

Apesar de, no caso do ProSAVANA, muitas das alegações feitas pelas ONGs não procederem no terreno, o conflito entre as partes se mantém intenso e coloca em risco o sucesso do projeto, uma vez que sucesso não é somente uma questão de medidas de desempenho, mas é também *“how particular interpretations are made and sustained socially. It is not just about what a project does, but also how and whom it speaks, who can be made to believe in it”* (MOSSE, 2005, p.158). Em outras palavras, o sucesso de um projeto depende de três aspectos: a) o estabelecimento de uma série de interpretações convincentes; b) a manutenção dessas interpretações por relatórios e visitas de campos; e, c) a existência de uma rede ampla de apoiadores, como ONGs, especialistas, oficiais de governo, empresas, etc. (Ibid., 2005). Aspectos esses não encontrados no ProSAVANA, devido à baixa institucionalização da ABC e à falta de harmonização entre a ABC e a JICA, que promove a difusão de informações conflitivas sobre o Programa, sem conseguir estabelecer sua própria rede de apoio.

Dessa forma, a credibilidade do ProSAVANA e, especificamente, da cooperação brasileira é colocada em xeque. Organizações como a UNAC, que participam do projeto de cooperação brasileira de Sementes Crioulas, afirmam que:

“Existem duas caras da cooperação brasileira, a cooperação boa (...) quando digo parte boa falo do PAA e a cooperação má, como o ProSAVANA (...) que a primeira vez que ouvimos do ProSAVANA foi através do noticiário que vinha do Brasil, segundo o qual Moçambique havia de entregar 14 milhões de hectares de terra” (Entrevistado 45, da UNAC).

Esse ponto também foi destacado pelo Entrevistado 6 da Plataforma da Sociedade Civil de Nampula:

“Quando nos reunimos com o ProSAVANA que o que havia era a informação assimétrica do programa (...), mas sabe eles vão dar crédito e tratores, e isso pode desestruturar as comunidades que não tem capacidade de compreensão das coisas (...) é preciso ter cautela” (Entrevistado 6, da Plataforma da Sociedade Civil de Nampula).

Além disso, pesquisas recentes como a de Nogueira e Ollinaho (2013, p.15) qualificam como inapropriada a entrada do setor privado no ProSAVANA. Para os

pesquisadores, foi a fragmentação da cooperação brasileira e a falta de capacidade da ABC que *“has been opened for organized private interests to take the lead in this specific Brazilian SSDC project”*. Por outro lado, investigadores como Clements e Fernandes (2013) colocam que a entrada do setor privado nacional na cooperação brasileira não está ligada à incapacidade da ABC, mas sim à sua estratégia bem articulada com o ex-presidente Lula de promover a usurpação de terras na África. Assim, esses dois autores, além de outros já apontados, reforçam uma visão negativa ao redor do ProSAVANA, que difunde, em muitos casos, informações não congruentes com a realidade do Programa.

Ao focar a discussão sobre a questão da cooperação brasileira favorecer os investimentos privados nacionais, esses autores deixam de lado importantes aspectos macroestruturais que explicariam como sucede esse embate entre os doadores e o governo e a sociedade civil. A questão aqui não é identificar qual desenho de política de cooperação é mais adequado, mas verificar como esse desenho ocorre na prática. No caso do ProSAVANA, a análise do formato do projeto tende a mostrar um estreito elo entre os incentivos ao desenvolvimento do setor privado nacional e estrangeiro e o projeto, o que poderia beneficiar o empresariado brasileiro.

No entanto, esse elo não pode ser encontrado em terreno devido a alguns fatores. Primeiro, a ausência da presidência de Dilma na política externa, somada aos cortes realizados no orçamento da ABC, enfraqueceram a atuação brasileira no ProSAVANA, o que facilitou a difusão de informações incongruentes nas possíveis redes de apoio e tornou o programa uma “má publicidade” no momento de atração de investimentos (Entrevistado 24, da CCIABM). Segundo, a falta de diálogo do governo de Dilma Rousseff com o empresariado nacional é outro fator que indica que não há nem uma invasão dos interesses privados na cooperação brasileira, nem um plano preconcebido desta em ocupar as terras moçambicanas. Na realidade, o cenário de mudança da política brasileira reflete diretamente nas relações entre governo e empresariado, assim como nas estruturas de poder das organizações, o que tem efeito negativo no ProSAVANA.

Na prática, o ProSAVANA, no lado brasileiro, torna-se um programa de cooperação que não conta com os instrumentos necessários para realizar as suas atividades, com uma carência de recursos humanos e financeiros. Nesse sentido, as entidades executoras da contraparte brasileira se veem cada vez mais insatisfeitas, pois elas que estão no dia a dia do projeto são constantemente cobradas pelo cumprimento dos acordos previamente estabelecidos; e a ABC, quando questionada sobre a situação, apresenta-se sem resposta

(Entrevistados 8; 56). Enquanto que a JICA e os moçambicanos cobram cada vez mais a necessidade do Brasil entrar na cooperação financeira, como pode ser visto nos depoimentos abaixo:

“O Brasil vai disponibilizar recurso, mas não é suficiente, então precisa ter maior oportunidade de disponibilização de recursos” (Entrevistado 53 da JICA).

“O Brasil tem uma cooperação mais na área técnica. Nós sentimos em determinado momento, quando tentávamos entrar em áreas com respeito à cooperação financeira, que havia sempre algum entrave por parte do Brasil (...), mas nós queremos levar as ideias de uma cooperação trilateral em todos os âmbitos, até o ponto que seja possível falar numa cooperação triangular no âmbito financeiro” (Entrevistado 10 do MINAG).

“Há uma pressão muito grande dos moçambicanos para entrarmos na cooperação financeira. Eu que estou aqui sinto muito isso na pele, mas sou da Embrapa, e não da ABC. Assim, eu não tenho recursos e também não prometi recursos” (Entrevistado 31 da EMBRAPA).

“Há uma expectativa que o Brasil se torne um doador, entre no campo dos países do Norte, aqui em Moçambique” (Entrevistado 41 da FIOCRUZ).

No geral, o caso do ProSAVANA mostra um cenário totalmente diferente daquele que há no ProALIMENTOS, a despeito dos laços culturais entre Brasil e Moçambique, principalmente o idioma, terem sido outra vez apontados como elemento positivo para a troca de conhecimento entre as partes e, os laços pessoais, nesse caso do consultor da EMBRAPA pelo PNUD, terem se mostrado relevantes no processo de negociação das arenas de conhecimento e poder, em particular, em Lichinga. O caso do ProSAVANA, na realidade, demonstra que há uma complexidade nas relações sociais entre os atores, e que não é possível encaixar a atuação do governo brasileiro como tendo um viés puramente altruísta, colonialista ou auto-interessada. Pois, nesse caso, se percebe claramente que há embates e conflitos entre as próprias instituições brasileiras, como o caso da ABC versus a EMBRAPA, assim como percepções pessoais diversas sobre qual deveria ser a diretriz da atuação brasileira. Além disso, a falta de uma relação de horizontalidade e reciprocidade entre os países doadores, nega as premissas de complementariedade, trazida pela literatura entusiasta, assim como as premissas de sobreposição dos países do Norte sobre os países do Sul, debatida pelos céticos da cooperação trilateral. Na realidade, o modelo de Cooperação Trilateral como um todo é posto em questão quanto esse projeto passa a ser visto mais como dois projetos bilaterais.

Em relação à cooperação brasileira, o caso do ProSAVANA mostra que ainda há uma falta de preparo institucional do MRE e da ABC para responder adequadamente as

repercussões negativas do projeto na mídia internacional, assim como para arcar com seus compromissos, no momento, de uma mudança governamental. Além disso, a falta de clareza da ABC sobre qual é a sua estratégia de cooperação e o seu baixo nível de transparência são fatores que impactam ainda mais nesse cenário negativo. Da mesma forma, a ausência do governo Dilma na política externa, e o seu não posicionamento sobre o Programa, indicam que pontos de caráter macro-políticos podem afetar tanto a continuidade do projeto, como a relação do País com as suas contrapartes.

Capítulo 8 – Uma análise comparada

A comparação desses dois estudos de caso permite, ainda que de maneira limitada, a identificação dos fatores *macro* e *meso* que refletem nas arenas de embate social do nível *micro*. A relação “simbiótica”, historicamente estabelecida entre os doadores tradicionais e o governo moçambicano, tem reflexos em ambos os projetos de cooperação, e é percebida como um fator determinante no momento da implementação. No caso do ProALIMENTOS, em que houve a anuência da cooperação brasileira em pagar um adicional salarial aos funcionários do IIAM, percebe-se que há um alto grau de envolvimento dos principais beneficiários, e uma cobrança baixa da entrada do Brasil na cooperação financeira. Já, no caso do ProSAVANA em que houve uma desintegração entre as agências coordenadoras e executoras, com a adoção de práticas diferenciadas por cada um dos lados, nota-se que há uma competição entre os beneficiários do IIAM para trabalhar no lado japonês, pois, neste caso, sabem que terão um adicional salarial importante para a complementação de suas rendas pessoais. Ao mesmo tempo, essa diferença nas práticas de campo estabelece uma relação distinta entre a cooperação brasileira e o governo moçambicano, que passa a demandar a entrada do país na cooperação financeira.

Outro fator *macro* que reflete em ambos os projetos é ambiguidade da política externa do governo Dilma. Se, por um lado, a presidenta anuncia o perdão da dívida de 12 países africanos, no valor de US\$ 900 milhões de dólares e sinaliza a criação de uma nova Agência de Cooperação e Comércio para América Latina e África (BRASIL, Presidência da República, 2013), por outro lado, as ações já existentes da ABC são inviabilizadas por uma drástica redução de 78% em seu orçamento, tendo passado de US\$ 36,1 milhões, em 2010, para US\$ 7,9 milhões, em 2013. (ABC, 2013b). Esse fato impacta diretamente na capacidade institucional da ABC de cumprir os acordos de cooperação previamente estabelecidos, o que gera ruídos nas relações.

No caso do ProALIMENTOS e do ProSAVANA, o corte orçamentário limitou a capacidade de operacionalização da EMBRAPA. No entanto, o corte no orçamento afetou principalmente o ProSAVANA, uma vez que programa previa a alocação de recursos financeiros brasileiros para atividades bem específicas, tal como a construção do Laboratório Agrícola Multiuso em Lichinga. O não esclarecimento por parte da cooperação brasileira sobre a disponibilidade de recursos para essa construção, assim como o não cumprimento na

entrega de materiais e equipamentos para a execução das atividades da EMBRAPA teve repercussão negativa nas relações institucionais entre a ABC e a JICA, ABC e MINAG, assim como entre a ABC e a EMBRAPA.

Portanto, esse fator *macro* reflete tanto nos aspectos *meso*, recursos financeiros e humanos da ABC, como nos aspectos *micro*. No caso do ProSAVANA, os aspectos *meso* se destacaram mais do que no ProALIMENTOS, devido a alguns fatores do projeto. Primeiro, os laços profissionais do ProALIMENTOS eram inexistentes no caso do ProSAVANA, de maneira que não foram relevados os atrasos da EMBRAPA e as burocracias da ABC pela outra contraparte. Segundo, as relações estabelecidas entre as partes não tinham uma característica de horizontalidade e reciprocidade, pelo próprio distanciamento cultural. Terceiro, havia um divisão sobre o uso de recursos, no qual o lado brasileiro se comprometera a arcar com a compra de materiais e equipamentos utilizados por sua entidade executora, sem isso ser uma responsabilidade do parceiro Norte-Sul, assim como ocorria no ProALIMENTOS.

É importante também apontar que os laços culturais, principalmente, o idioma, são apresentados pelos beneficiários de ambos os projetos como facilitadores no processo de aprendizagem. Assim como o fato da cooperação brasileira ser recente, e o país ter um histórico de colonização português como o moçambicano. Porém, vale colocar que a cooperação brasileira conta em demasia com os laços culturais no momento de implementação. Em outras palavras, há um claro desconhecimento, por parte dos executores da EMBRAPA, sobre as particularidades do continente africano. Os técnicos enviados para as missões de ambos os projetos, por exemplo, destacaram que não tiveram nenhum tipo de treinamento sobre as peculiaridades da cultura local, e muitos deles ficaram surpresos com o papel que a mulher desempenha no meio rural. Ademais, os técnicos da EMBRAPA notaram que, por mais que se estabeleça uma relação horizontal entre as partes, há sempre embates sobre a forma de gerir a agricultura, como foi visto no caso do Agromix.

Em relação às agências do Norte, USAID e JICA, a questão cultural também foi apresentada como um dos fatores por trás da parceria com a ABC. Ambas as instituições entendem o idioma como um facilitador no desenvolvimento do projeto, assim como o *soft power* do Brasil, que normalmente não carrega a imagem de um tradicional colonizador. Outro ponto de destaque às agências é o conhecimento em agricultura tropical da EMBRAPA. Para eles, esse conhecimento é chave para o desenvolvimento rural de Moçambique, e a parceria trilateral permite que haja troca de conhecimento entre as três partes. No entanto,

essa troca de conhecimento é vista com desconfiança pela EMBRAPA, que afirma não ter interesse em passar seu conhecimento para países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Japão, o que demonstra um conflito entre a ABC e a EMBRAPA sobre a melhor forma de promover a cooperação técnica brasileira.

Por fim, vale ressaltar que a análise *micro* dos atores em campo permite perceber que, na prática, a Cooperação Trilateral está bem distante daquilo proposto nos documentos oficiais e em seus projetos específicos. Ao analisar a maneira pela qual os atores se relacionam e constroem as relações de poder e conhecimento, percebe-se que a Cooperação Trilateral não representa um rompimento das fronteiras Norte-Sul e Sul-Sul na arquitetura do sistema internacional, pois ainda não há um modelo único de Cooperação Trilateral. No caso do ProALIMENTOS, por exemplo, verifica-se que as rede de relações profissionais e os laços culturais entre os atores são fatores que facilitam a superação das barreiras institucionais da ABC. Assim, neste caso, há uma maior flexibilidade de todas as contrapartes em buscar encontrar um modelo de trabalho que inclua os interesses de todos. Porém, isto gera a sobreposição das práticas Norte-Sul sobre as práticas Sul-Sul, devido à anuência brasileira no adicional salarial. Esse fato pode indicar aquilo que McEwan e Mawdsley (2012) chamam de cooptação da cooperação Sul-Sul às práticas Norte-Sul, o que pode levar a uma despolitização da Cooperação Sul-Sul, com sua completa adesão às práticas da indústria do desenvolvimento internacional.

Já no caso do ProSAVANA, os atrasos nos projetos, gerados pelas fragilidades institucionais da ABC, estabelecem um cenário completamente distinto, em que não há qualquer tipo de integração entre as partes. Ou seja, como foi colocado por muitos dos entrevistados, o ProSAVANA se parece mais com dois projetos bilaterais do que um projeto trilateral, uma vez que as suas ações não têm nenhum tipo de complementariedade, e a troca e conhecimento entre os atores em campo se restringe à esfera bilateral. No entanto, é relevante apontar que a desintegração entre as partes gerou a duplicação de atividades, com a existência de dois experimentos agrícolas, dois fundos de investimentos e duas metodologias no Plano Diretor. Além do mais, a falta de flexibilidade da JICA em aguardar a cooperação brasileira leva a crer que a principal motivação para a JICA para essa parceria com o Brasil no ProSAVANA seria o potencial aumento de legitimidade que a agência teria ao se aliar à um parceiro Sul-Sul, que detém de uma boa imagem frente os beneficiários, apesar dessa imagem não ser mais a mesma, devido à própria repercussão negativa que o ProSAVANA tomou na mídia local e internacional.

A Cooperação Trilateral, portanto, não promove somente aquilo que os entusiastas e os céticos propõem. Há casos, como do ProALIMENTOS, em que o modelo propicia a complementariedade e ampliação da troca de conhecimentos (MADWSLEY, 2013; AYLLÓN, 2013; FORDELONE, 2009), mas ao mesmo tempo gera a sobreposição das práticas do Norte sobre o Sul. Enquanto há outros casos, como no ProSAVANA, em que a Cooperação Trilateral torna-se um instrumento ineficaz na sua prática, sem promover qualquer tipo de complementariedade. Em termos políticos, essa modalidade pode servir para os países do Norte aumentarem a sua legitimidade face aos países subdesenvolvidos, como parece ser o caso da relação entre a JICA e a ABC no ProSAVANA (ADBENUR, 2013).

Dessa maneira, nota-se que a Cooperação Trilateral pode trazer ganhos e riscos para a Cooperação Sul-Sul. Isto depende, claramente, da forma como é construída a parceria. No caso do Brasil, pode-se dizer que é necessário uma reforma do sistema de cooperação técnica, com a criação de um marco legal, pois se o país tinha o propósito de aumentar a sua credibilidade no sistema internacional, por meio de acordos tripartites, essa análise mostra que o resultado tem sido exatamente o reverso, uma vez que o não cumprimento das atividades previstas repercutiu negativamente nas relações do país com aqueles do Norte, quanto aqueles do Sul.

Considerações Finais

O principal objetivo desta tese foi identificar como ocorre a Cooperação Trilateral brasileira em terreno, por meio de uma análise de multinível que permitiu incluir os aspectos *macro*, *meso* e *micro*, aproximando a prática da política. Por meio de um estudo de caso comparado de dois projetos no setor agrícola em Moçambique, o ProALIMENTOS e o ProSAVANA, este trabalho mostrou que a Cooperação Trilateral pode promover a complementariedade e a troca de conhecimentos, porém incorre no risco de expor as fragilidades da cooperação técnica brasileira a ponto de prejudicar a credibilidade do Brasil como um novo prestador de ajuda internacional.

Embora esta pesquisa tenha claras limitações, devido ao seu corte longitudinal e espacial, entende-se que a análise proposta aqui traz uma contribuição teórica para o debate acadêmico da área de Relações Internacionais no Brasil, uma vez que destaca a importância de uma postura epistemológica interpretativista, com uma abordagem baseada no construtivismo social, para a realização de trabalhos empíricos sobre a Cooperação Sul-Sul. Ao apresentar um enfoque que vai além do Estado-nação como ator primordial do sistema internacional, esta pesquisa traz à discussão a complexidade do processo de construção do poder e conhecimento, a partir de um olhar para a prática dos múltiplos atores sociais. Dessa maneira, este trabalho indica que é preciso uma aproximação da área de Relações Internacionais com outras áreas das Ciências Sociais, tal como a Antropologia e a Sociologia, para se analisar a Cooperação Sul-Sul brasileira, a despeito de essas disciplinas serem cada vez mais colocadas em segundo plano nos cursos de Relações Internacionais do país.

Em termos práticos, a pesquisa buscou colaborar com a formação de agenda de política externa das instituições governamentais envolvidas na Cooperação Sul-Sul brasileira. A partir do entendimento da complexidade do processo social em terreno apresentado nos dois estudos de caso, esta tese identificou, em primeiro lugar, quais são as principais fragilidades da cooperação técnica brasileira - em especial, da ABC e da EMBRAPA - e demonstrou como a falta de clareza estratégica sobre cooperação trilateral pode afetar as relações do Brasil com os seus parceiros. Assim como já apresentado por Cabral e Weinstock (2010), este trabalho então sugere a definição de um marco legal de Cooperação Sul-Sul, em específico, de Cooperação Trilateral, uma vez que o país já se comprometeu a realizar atividades que requerem a transferência de recursos internacionais, como no caso da

construção do Laboratório em Lichinga para o ProSAVANA. Além disso, a pesquisa mostra que há a necessidade de que as instituições governamentais brasileiras estabeleçam cursos, capacitações e treinamentos para os seus técnicos enviados em terreno, e que esta atividade caminhe além das questões de cunho técnico, incluindo aspectos culturais regionais para que se possa otimizar os trabalhos em campo. Assim como apresenta a importância do MRE e da ABC estabelecerem canais de comunicação mais transparentes com a sociedade civil brasileira e internacional, a fim de minimizar a possibilidade de conflitos com ONGs. Para isso, recomenda-se não somente a definição de um calendário de divulgação semestral sobre as atividades de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, mas também o estabelecimento de uma rede de apoio indireta, com incentivo à pesquisa e promoção de *think-tanks* não-governamentais.

Por último, vale apontar que esta pesquisa contribui para futuras investigações sobre a cooperação brasileira. Ao mapear, ainda que de maneira limitada, os atuais projetos no setor agrícola em Moçambique, este trabalho identificou ao menos dois casos que merecem um olhar mais atento: o PRONAE e o PAA África. As características peculiares do PRONAE, por contar com duas consultoras contratadas pela ABC e a parceria com o Programa Mundial de Alimentos, indicam que há nele uma arena de conhecimento e poder totalmente distinta dos casos comparados. Enquanto que o PAA, que também conta com a participação do Programa Mundial de Alimentos, é interessante por não se tratar de uma modalidade de cooperação técnica, porém de um projeto trilateral no qual a execução está totalmente a cargo da FAO, sem uma participação direta de entidades brasileiras.

Em relação ao estudo de caso do ProSAVANA, abre-se a possibilidade de uma análise futura que busque verificar qual foi o impacto da repercussão negativa do Programa para a imagem do Brasil em Moçambique, além de uma outra investigação que procure focar na articulação das organizações não-governamentais locais com as ONGs, brasileiras e japonesas. Em relação ao ProALIMENTOS, entende-se que seria interessante uma análise comparativa desse projeto com outros dois iniciados no mesmo formato, e com os mesmos parceiros, em dois países da América Central: Honduras e Haiti, para se verificar se a relação de complementariedade entre as partes se mantém em outros casos.

REFERÊNCIAS

ABCa - Agência Brasileira de Cooperação. *Área sobre Cooperação Sul-Sul e Trilateral*. Disponível em: <www.abc.gov.br> Acesso em 15 jun. 2013.

ABCb – *Apresentação do Embaixador Fernando Abreu no BRICS Policy Center* em 2013. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/arquivos/e.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. *Fact Sheet da Agência Brasileira de Cooperação*. Roma, Junho de 2011. <<http://www.brasil.gov.br/para/press/press-releases/june-1/brazil-to-highlight-south-south-cooperation-initiatives-at-fao-side-event/files/fact-sheet-brazilian-technical-cooperation-final.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2012.

ABDENUR, Adriana. The Strategic Triad: Form and Content in Brazil's Triangular Cooperation Practices. *New School International Affairs Working Paper*, [S.l.] nov. 2007. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=46819>> Acesso em: 10 jul. 2012

ABDENUR, Adriana E; FONSECA, João Moura E. Marques da. The North's Growing Role in South-South Cooperation: keeping the foothold. *Third World Quarterly*, [S.l.], v.34, n. 8, p. 1475-1491, 2013.

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. *Abcd Introdução à Cooperação para Desenvolvimento*. *Revista Fórum DC*, Lisboa, 2005.

AfDB - Africa Development Bank Group Chief Economist Complex. Brazil's Economic Engagement with Africa. *Africa Economic Brief*, [S.l.], Vol. 2, Issue 5, May 11, 2011.

ALCAPADANI, Rafael. Confissões Etnográficas: Fracassos no Acesso a Organização. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Adm. e Contabilidade. Brasília-DF, *Anais... EnEPQ*, Brasília, DF, nov. 2013.

ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. Who gives aid to Whom and Why? *Journal for Economic Growth*, Netherlands, v.5, p-33-63, mar 2000.

ALEXANDROFF, Alan S.; COOPER, Andrew F. (Eds.). *Rising States, Rising Institutions: challenges for global governance*. Washington, D. C.: Brookings Institution Press, 2010.

ALDEN, Chris; VIEIRA, Marco Antonio. The New Diplomacy of the South: South Africa, Brazil, India and Trilateralism. *Third World Quarterly*, [S.l.], v. 26, n. 7, p.1077-1095, 2005.

ALDEN, Chris. *China in Africa*. London: Zed Books Ltd.; Cape Town: David Philip, 2007. 157 p

ALLISON, Graham; HALPERIN, Morton. Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications. *World Politics*, v.24, Supplement: Theory and Policy in International Relations, [S.l.] Cambridge University Press, p.40-79, Spring, 1972.

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Longman: Boston, 1971.

ALMEIDA, Celia; CAMPOS, Rodrigo P.; BUSS, Paulo et al. A concepção brasileira de cooperação Sul-Sul estruturante em saúde. *Revista Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.25-35, mar. 2010

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma nova ‘arquitetura diplomática?’ – Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 49, p. 95-116, 2006.

_____.A diplomacia do governo Lula e seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas. *Carta Internacional*, [S.l.], v. 2, n.1, p. 3-10, 2007.

_____. Never before seen in Brazil: Luis Ignacio Lula da Silva's grand diplomacy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília-DF, v. 53, n. 2, p.160- 177, 2010.

AMORIM, Celso L. Nunes. O Brasil e o “renascimento africano”. *Folha de São Paulo Tendências e Debates*, 25/05/2003.

_____.Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010), *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília-DF, v. 53 (edição especial), p. 214-240, 2010.

ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. *Social Research Update*, Issue 33, 2001, Disponível em <www.soc.surrey.ac.uk/sru/sru33.html> Acesso em: 10 out. 2013.

AYLLÓN, Bruno. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista Relações Internacionais da FAAP*, São Paulo, v. 4, n.8, p. 5-23, 2006.

_____.A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. *1895 Texto para Discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2013.

BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo (Eds.). *International Encyclopedia of Political Science*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2011. (8 v.)

BANCO MUNDIAL; FMI. *Poverty Reduction Strategy Papers: Operational Issues* <<http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/poverty1.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BANCO MUNDIAL. *GDP growth (2009-2013)*. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____.Mozambique, 2013. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/mozambique>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BANCO MUNDIAL; IPEA. Brazil and Sub-Saharan Africa South-South Partnering for Growth *Bridging the Atlantic*, 2012. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/0,,contentMDK:23061951~pagePK:146736~piPK:226340~theSitePK:258644,00.html>> Acesso em: 02 de jan. 2013.

BETANCOURT, Maria Clara Sanín; SCHULZ, Nils-Sjard. South-South Cooperation in Latin America and the Caribbean: Ways Ahead Following Accra. *FRIDE*, Madrid, Comment, mar. 2009.

BELLUCCI, Beluce. Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique, In: *La globalización y el Consenso de Washington: sus influencias sobre la democracia y el desarrollo en el sur*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

_____. Uma visão do Brasil sobre a África. Secretaria Internacional do PT. In: III Seminário Brasil e China, Brasília-DF, 4 e 5 fev. 2010.

BIGO, Didier. A Sociologia Política Internacional Distante da Grande Síntese: Como Articular Relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, p.173-195, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas – Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Ed. Papirus 2013.

BOSCHINI, Anne; OLOFGARD, Anders. Foreign Aid: an Instrument for Fighting Communism? *Paper Discussion*, Stockholm University, 2005. Disponível em: <<http://www.hhs.se/SITE/Publications/Documents/aidrevapril04.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2012.

BRASIL.Ministério das Relações Exteriores. A Cooperação técnica do Brasil. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica>> Acesso em: 05 out. 2013.

BRAUTIGAM, Deborah; BOTCHWEY, Kwesi. The Institutional Impact of Aid Dependence on Recipients in Africa *CMI Working Papers*, [S.l.], p.1-45, 1999.

BRAUTIGAM, Deborah. *Aid Dependence and Governance*. Stockholm: Almqvist and Wiksell International, 2000.

_____. *The Dragon's Gift: The real story of China in Africa*. New York: Oxford University Press, 2009.

BRITO, Luis. Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. Discussion Paper no 04/2008. *Coleção de Discussion Papers*.Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), set. 2008.

_____.Revisão da Legislação Eleitoral: Algumas Propostas para o Debate. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos N; CHICHAVA, Sergio; FRANCISCO, Antonio (Orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo, IESE, 2011.

BUCKLEY, Lila. Eating Bitter to Taste Sweet: An Ethnographic Sketch of a Chinese Agriculture Project in Senegal". *Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing*, 6-8 April, 2011. Disponível em: <http://fac.dev.ids.ac.uk/publications/research-and-analysis/doc_details/1274-eating-bitter-to-taste-sweet-an-ethnographic-sketch-of-a-chinese-agriculture-project-in-senegal#.UbrNR5wWINM> . Acesso em: 05 abr.2013.

_____.Chinese Land-Based Interventions in Senegal. *Development and Change*, [S.l.], v. 44, n. 2, p. 429–450, mar. 2013.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making from Cardoso to Lula. *International Political Science Review / Revue internationale de science politique*, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 117-140, mar. 2009.

CABRAL, B. *A Cooperação Técnica e Financeira Internacional*. Senado Federal, Série Estudos, Brasília, 1998.

CABRAL, Lúcia. *Formulating and Implementing Sector-wide Approaches in Agriculture and Rural Development: The National Programme of Agrarian Development (PROAGRI) – Mozambique*, Global Donor for Rural Development, 2007.

_____. *Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios*. *Textos Cindes*, Rio de Janeiro, n 26, dez.2011

CABRAL, Lúcia.; WEINSTOCK, Julia. Brazilian technical cooperation for development. Drivers, mechanics and future prospects. London, Overseas Development Institute, p.1-45, 2010. Disponível em: <<http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6137.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2013.

CABRAL, Lúcia; SHANKLAND, Alex. Narratives of Brazil-Africa Cooperation for Agricultural Development: New Paradigms? *CBA Working Paper 051*, [S.l.], *African Agriculture*, mar. 2013

CALLAGHY, Thomas M.; RAVENHILL, John. *Vision, Politics, and Structure: Afro-Optimism, Afro-Pessimism or Realism?* Responses to Africa's Economic Decline. New York, Columbia University Press, 1993.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e *Ownership* - Contribuição para um debate de economia política. *Cadernos IESE*, n. 7, mar. 2011.

CASTRO, Carolina M.; VOITURIEZ Tancredè. Brazil's Co-operation with Sub-Saharan Africa in the Rural Sector: The International Circulation of Public Policies. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2012.

CARMODY, Pádraig. *The New Scramble for Africa*. Cambridge: Polity, 2011.

_____. *The Rise of the BRICS in Africa: The Geopolitics of South-South Relations* London; New York: Zed Books. , 2013.

CERVO, Amado Luiz. Política Exterior: de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília-DF, v. 46, n.1, p. 5-11, jan-jun. 2003.

CHARMAZ, Kathy. *A Construção da Teoria Fundamentada: Guia Prático para Análise Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009

CHATURVEDI, Sachin. *Characteristics and Potential of Triangular Development Cooperation (TDC): Emerging Trends, Impact and Future Prospects*. Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (UNDESA) Development Cooperation Forum (DCF), 2011. Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/newfunct/pdf/tdc_study.pdf> Acesso em: 08 abr. 2013.

- CHERU, F.; OBI, C. Índia-Africa relations in the 21st century: genuine partnership or a marriage of convenience. In: MAWDSLEY, Emma; McCAN, Gerard (Eds.). *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Cape Town: Pambazuka Press, 2011. p.11-29.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento Estratégico*. 3a.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CHICHAVA, Sergio. Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique, *Discussion Paper n° 01*, Maputo, IESE, 2008.
- _____. Investimento Directo Estrangeiro e o Combate à Pobreza em Moçambique: Uma leitura a partir do Investimento Chinês na Agricultura. In: *Desafios para Moçambique 2012*, Maputo IESE, 2012. 441p.
- CHICHAVA, Sérgio; DURAN, Jimena.; CABRAL, Lidia et al. Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: The Case of Mozambique. *CBA Working Paper 049*, [S.l., African Agriculture, feb. 2013.
- CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 41-69, abr. 2013.
- COCKCROFT, James D; FRANK, André Günter; JOHNSON, Dale L. *Dependence and Underdevelopment: Latin America's political economy*. New York: Anchor Books, 1972.
- COLLIER, David. The Comparative Method. In: FINIFTER, Ada W. (Org). *Political Science: The State of the Discipline*. Washington, DC: APSA, 1993.
- COLLIER, David; MAHONEY, James. Insights and Pitfalls- Selection Bias in Qualitative Research. *World Politics*, [S.l.], v. 49, n. 1, oct. 1996.
- COLLIER, David; MAHON, James E. Conceptual "Stretching" revisited: adapting categories in comparative analysis". *The American Political Science Review*, [S.l.] v. 87, n. 4: 845-855, 1193.
- CONDE, C. H. *Cooperação Técnica Internacional: uma opção pela intermediação nas relações internacionais*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). 1990, s/n. fl. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1990.
- COOPER. Andrew F; HIGGOTT, Richard A; NOSSAL, K. Richard. *Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order*. Vancouver: University of British Columbia Press, 1993.
- COSTA, Karina P.; VEIGA, Pedro da Motta. O Brasil frente à Emergência da África: Comércio e Política Comercial. *Textos Cindes, n.24*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, jul. 2011.
- COSTA VAZ, Alcides; INOUE, Cristina Y. Aoki. Emerging Donors in International Development Assistance: The Brazil Case. One of five reports on the role played by emerging economies in funding international development policy series. Ottawa, Canadá, International Development Research Centre/IDRC, CDRI, dec. 2007.

CURADO, Pedro Rocha Fleury. O Brasil na América do Sul: sub - imperialismo ou liderança regional benigna? In: COLÓQUIO DE LA SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ECONOMIA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO, 6, *Anais... SEPLA*, Montevideo, Uruguay, 29 set./ 2 out. 2010.

DADOS – Portal Brasileiro de Dados Abertos. *Visitas Presidenciais Lula, 2012*. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>, Acesso em: 16 jul. 2012.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, John; ENGBERG-PEDERSEN, Poul. *AID - Understanding International Development Cooperation*. London, New York: ZED Books, 2003.

DIJKSTRA, G. The PRSP Approach and the Illusion of Improved Aid Effectiveness: Lessons from Bolivia, Honduras and Nicaragua. *Development Policy Review*, [S.l.], v. 23, n.4, p. 443-464, 2005.

DOELLING, Rachel. Brazil's Contemporary Foreign Policy towards Africa. *Journal of International Relations*, [S.l.], v.10, p. 5-11, Spring 2008.

DOLLAR, David; SVENSSON, Jakob. What explains success or failure of Structural Adjustment Programmes? *The Economic Journal*, [S.l.], v. 110, pp.894-917, out. 2000.

DÖPKE, Wolfgang. Lula na África: a política africana e a cooperação Sul-Sul. *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Relações Internacionais*, IBRI, p.29-32, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10062/1/ARTIGO_LulaAfricaPolitica.pdf> Acesso em: 10 jul. 2012.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L. Theories of International Cooperation and Integration. In: DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L. *Contending Theories of International Relations – a Comprehensive Survey*. 5th. Edition, New York: Longman, 2001. p. 505-546.

DOYLE, Michael W. Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, [S.l.], v. 80, n.4, p.1151-1169, Dec.1986.

EASTERLY, William. *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good*. New York : Penguin Books, 2006.

ESCOBAR, Arturo. Anthropology and the Development Encounter: The Making and Marketing of Development Anthropology. *American Ethnologist* [S.l.], v. 18, n. 4, p. 658-682, 1991.

EXPRESSO. Confrontos em Quelimane fazem um morto. Jornal eletrônico, 21 de novembro de 2013, Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/frelimo-ganha-em-maputo-confrontos-em-quelimane-fazem-um-morto=f842299>> Acesso em: 15 dez. 2013

FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations, About Mozambique, Disponível em: <<http://www.fao.org/countryprofiles/index/en/?iso3=MOZ>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

FEED THE FUTURE. Disponível em <<http://feedthefuture.gov/article/five-questions-about-new-alliance-food-security-and-nutrition>> Acesso em: 12 dez. 2013.

FINE, Gary Alan. Ten Lies of Ethnography: Moral Dilemmas. *Journal of contemporary ethnography*, [S.l.], Sage.,v. 22, n. 3, p.267-294, 1993.

FINGERMANN, Natalia Noschese. *Aid Effectiveness and Poverty Reduction Strategy*. MA in Social Development. School of Social Sciences & Cultural Studies, University of Sussex, 2007.

_____. Os mitos por trás do ProSAVANA. Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social IDEAS, Boletim 49. Maputo, 2013. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf>, Acesso em: 30 jun.2013.

_____. *Campanha contra privatização da terra lançada em Moçambique*. Entrevista concedida ao DW Online, 02 ago.2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/campanha-contra-privatiza%C3%A7%C3%A3o-da-terra-lan%C3%A7ada-em-mo%C3%A7ambique/a-16994086>> Acesso em: 05 ago. 2013.

FLICK, Uwe. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. São Paulo: Ed. Bookman, 2009.

FMI. *New Opportunities and New Risks: Prospects for Sub-Saharan Africa and Mozambique*, Discurso de David Lipton. Diretor IMF Moçambique, 06 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/speeches/2013/050613.htm>> Acesso em: 10 dez. 2013

FERGUSON, James. *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho*. London: Cambridge University Press, 2009.

FERRANDO, Tomaso. Dr. Brasília and Mr. Nacala: Apparent Duality of the Brazilian State-Capital Nexus, Social Science Reserch Network, [S.l.], Working Paper Series, jul. 2013.

_____. BRICS and Land Grabbing: Are South-South Relationships Any Different? Social Science Reserch Network, [S.l.], Working Paper Series, *Working Paper Series*, nov. 2012

FORDELONE, Talita Ymashiro. Triangular Co-operation and Aid Effectiveness. Can Triangular Co-operation Make Aid More Effective? *Preparado para Policy Dialogue on Development Co-operation*, Mexico City, 28-29, Set., 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/46387212.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2012.

FREEDOM HOUSE. Informações sobre Moçambique 2013. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/country/mozambique#.UwK6lIUmEpA>> Acesso em: 20 jan. 2014.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Análise do Discurso e dos Antecedentes do ProSAVANA em Moçambique: Enfoque do papel do Japão, Working Paper, Tóquio, jan. 2013a. Disponível em: <<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20%28Funada%29.pdf>>, Acesso em: 13 mai. 2013.

_____. *Projeto ProSavana em Moçambique visa garantir segurança alimentar do Japão, diz especialista*. Entrevista concedida a DW Online, 30 set. 2013b. Disponível em <<http://www.dw.de/projeto-ProSAVANA-em-mo%C3%A7ambique-visa-garantir-seguran%C3%A7a-alimentar-do-jap%C3%A3o-diz-especialista/a-17128177>>, Acesso em: 25 out. 2013

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingerma, *IdeIAS n. 52*, Maputo, IESE, 2013c.

Disponível em: <

<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Fukushima,%20ProSAVANA%20and%20Ruth%20First%20%28pt%29%20-%20final.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

FORSTY, Tim (Coord). *Encyclopedia of International Development*. New York: Routledge, 2011

FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge*. New York: Harper and Row, 1971.

_____. *A Ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France em 2 de fevereiro de 1970* São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

GDM – *Grupo Moçambicano da Dívida*. Uma visão sobre o PROAGRI, Maputo, 30 agosto de 2004. Disponível em: <<http://africa.redesma.org/publicaciones.php?ID=1974>> Acesso em: 30 jul. 2013.

GENZUK, Michael. *A Synthesis of Ethnographic Research*. Occasional Papers Series, Center for Multilingual, Multicultural Research (Eds.). Los Angeles: University of Southern California, 1993.

GERRING, John. What makes a Concept Good? A Critical Framework for Understanding Concept Formation in Social Sciences. *Polity*, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 357-393, 1999.

_____. *Case Study Research – Principles and Practices*. Boston: Cambridge University Press, 2009.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GREEN, Reginald Herbold. The IMF and the World Bank in Africa: How Much Learning? In: CALLAGHY, Thomas M.; RAVENHILL, John (Eds.). *Responses To Africa's Economic Decline*. New York: Columbia University Press, 1993.

GRILO, R. D. Discourses of development: the view from anthropology. In: STIRRAT, R.S.; GRILLO (Eds.), *Discourse of development: anthropological perspectives*, Oxford: Berg Publishers, 1997.

GRIMM, Sven. Engaging with China in Africa – Trilateral Cooperation as an Option? *Policy brief*. [S.l.], Stellenbosch University, 2011.

GRIMM, Sven; RANK, Rachel; MCDONALD, Matthew et al. *Transparency of Chinese Aid*. An analysis of the published information on Chinese financial flows. [S.l.], *Center for Chinese Studies*, ago. 2011.

GRIMM, Sven; HOB, Heike; KNAPE, Katharina et al. Coordinating China and DAC Development Partners. *Studies*, Bon, German Development Institute, 2010.

GOERTZ, Gary. *Social Science Concepts: A user's Guide*. Princeton and Oxford: Princeton University Press: 2006.

HAAS, Ernst B. *The Uniting of Europe*. California: Stanford University Press, 1958.

HAMMERSLEY, Martyn. *The Dilemma of Qualitative Method: Herbert Blumer and the Chicago Tradition*. London: Routledge, 1989.

HAMMERSLEY, Martyn; ATHINSON, Paul. *Ethnography: Principles in Practice*. New York: Routledge, 1995

HANLON, Joseph. Do donors promote corruption? The case of Mozambique. *Third World Quarterly*, [S.l.], v. 25, n. 4, p. 747–763, 2004.

_____. Is Poverty decreasing in Mozambique? *Conference Paper No 14*, Maputo, IESE, 2007.

_____. Mozambique: the war ended 17 years ago, but we are still poor. *Conflict, Security & Development*, [S.l.], v. 10, n.1, p.77-102, mar. 2010.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HATTORI, Tomohisa. Reconceptualizing Foreign Aid. *Review of International Political Economy*, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 633-660, 2001.

HAYTER, T. *Aid as imperialism*. Middlesex: Penguin Books, 1971.

HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2003.

_____. The Future of Foreign Policy Analysis. In: DENEMARK, Robert A. *The International Studies Encyclopedia*, Hobokon, NJ: Wiley-Blackwell, 2010.12 v.

HJERN, B.; PORTER, D. Implementation Structures: A New Unit of Administrative Analysis. *Organization Studies*, [S.l.], v.2, n. 3, p. 211-27, Jan.1981.

HJERTHOLM, Peter; WHITE, Howard. Survey of Foreign Aid: History, Trends and Allocation. *Discussion Paper*, University of Copenhagen, 1998. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/kud/kuiedp/0004.html>> Acesso em: 20 jul. 2012.

HONWANA, Alcinda M. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. Trad. Orlando Mendes. Maputo: Promédia, 2002.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis*, [S.l.], v. 1, p. 1–30, 2005.

HURREL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers. *International Affairs*, [S.l.], v. 82, p.1-19, 2006.

_____. *On Global Order: Power, Values and Constitution of International Society*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

IGLESIAS, Roberto Magno; COSTA, Katarina. O investimento Direto Brasileiro na África. *Textos Cindes* Nº 27. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, dez. 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009*. Brasília: IPEA, dez. 2010.

_____. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: IPEA, 2013.

KEELEY, James; SCOONES, Ian. Understanding Environmental Policy Processes: A review . *Paper 89*, Institute of Development Studies, University of Sussex, 1999.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. New York: Longman, 2000.

KILLICK, T. Politics, Evidence and the New Aid Agenda. *Development Policy Review*, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 5-29, 2004.

KONTINEN, Tina (ed). *Development Intervention: Actor and Activity Perspectives*. Helsinki: Helsingfors, 2004.

JERVEN, Morten. *Poor Numbers – How we are misled by development statistics and what to do about it*. New York: Cornell University Press, 2013.

JICA. Japan International Cooperation Agency Research Institute (JICA-RI). *Scaling Up South-South and Triangular Cooperation*. Edited by Hiroshi Kato, November 2012.

_____. *Japanese International Cooperation Agency Website*, 2013. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/triangular03_01.html> Acesso em: 12 mai. 2013.

LAÏDI, Z. *The Superpowers and Africa: The Constraints of a Rivalry, 1960-1990*. Chicago; London: Chicago UP, 1990.

LANCASTER, C. *Foreign aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics*. Chicago: University Chicago Press, 2007.

LINDBLOM, C. Still Muddling, Not Yet Through. *Public Administration Review*, [S.l.], v. 39, n. 6, p.517-526, nov-dec.1979.

LATOUR, Bruno. Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern, *Critical Inquiry*, [S.l.], v.. 30, n. 2, p. 225- 248, 2004.

_____. *Reassembling the Social An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University, 2005.

LIPSKY, Michael. *Street Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Service*, New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LONG, Norman; VILLARREAL, Magdalena. Small Product, Big Issues: Value Contestations and Cultural Identities in Cross-Border Commodity Networks. *Development and Change*, [S.l.], v. 29, n. 4, oct., p. 725-750, 1998.

LONG, Norman. The Multiple Optic of Interface Analysis. UNESCO. *Background Paper on Interface Analysis*, Netherlands, October 1999.

LONG, Norman. *Development Sociology: Actor perspectives*. New York: Routledge, 2001.

_____. *An Actor-oriented Approach to Development Intervention Rural Life Improvement in Asia, Japan*, [s.n], 2002.

LONG, Norman; JINLONG, Liu; The Centrality of Actors and Interfaces in the Understanding of New Ruralities: A Chinese Case Study, *Journal of Current Chinese Affairs*. [S.l.], v. 38, n.4, p.63-84, 2009.

LOPES, Carlos. *Cooperação e Desenvolvimento Humano: A Agenda Emergente para o Novo Milênio*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

LOPES, Laura L.A. *A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): O Brasil como doador*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) 2008. 158 p. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP, São Paulo, 2008.

LOPES, Roberta Nunes; MILANI Carlos R. S. O governo brasileiro e a cooperação sul-sul com Moçambique no campo da saúde pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 4, *Anais... IESP* (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) / UERJ. Belo Horizonte, 2013.

LÜDERS, Christian. Field Observation and Ethnography. In: FLICK, U. et al. (eds.). *A Companion to Qualitative Research*. London: SAGE, 2004.

LUMSDAINE, David H. *Moral Vision in International Politics: The Foreign Aid Regime 1949-1989*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

MACHADO, F.M. *Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento: O Brasil e os Países da América Latina*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). 2004, 135 fl. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MAGALHÃES, Bonifácio P. *Política Externa do Brasil em Agricultura: o papel da Embrapa na cooperação técnica*. 2008, 57fl. Monografia (Especialização em Relações Internacionais), Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

MANNING, Richard. Will “Emerging Donors” Change the Face of Development Cooperation? *Development Policy Review*, [S.l.] v.24, n.4, p.371-385, 2006.

MAUSS, Marcel. *The Gift*. London: Routledge, 1990.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAWDSLEY, Emma. *From Recipients to Donors – Emerging powers and Changing Development Landscape*. London: Zed Books Ltd., 2012.

MAWDSLEY, Emma; SAVAGE, Laura; KIM, Sum-MI. A ‘post-aid world’? Paradigm shift in foreign aid and development cooperation at the 2011 Busan High Level. *The Geographical Journal*, [S.l.] v. 180, Issue 1, p.1-12, 2014. Article first published in 2013.

McCANN, Gerald. *India in Africa: Changing Geographies of Power*. Cape Town: Pambazuka Press, 2011.

McEWAN, Cheryl. *Postcolonialism and Development*. London: Routledge, 2009.

McEWAN, Cheryl; MAWDSLEY, Emma. Trilateral Development Cooperation: Power and Politics. Emerging Aid Relationships. [S.l.] *Development and Change*, [S.l.], v.43, Issue 6, p. 1185–1209, nov. 2012. Article first published in 2012.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Dados sobre o Comércio Brasil –África*. Disponível em: <www.mdic.gov.br> Acesso em: 10 jun. 2012.

MELLO, Fátima. *O que quer o Brasil com o ProSAVANA?* CanalMOZ, ano 5, número 923, 25.03.2013. Disponível em: <<http://canalmoz.co.mz/1o-pagina/579-edicao-de-25-de-marco-de-2013/24757-o-que-quer-o-brasil-com-o-ProSAVANA.html>> Acesso em: 10 abr.2013.

MENEZES, Roberto Goulart; RIBEIRO, Claudio Oliveira. A Cooperação Sul-Sul Revisitada: A Política Externa do Governo Lula da Silva e o Desenvolvimento Africano. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1, *Anais... CODE 2011*, [S.l.], IPEA, 2011.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a História: Críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, mai/ago. 2012.

MILANI, Carlos R.S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2013.

MIRANDA, Carla L. *Relações Internacionais e Desenvolvimento Local: Uma análise da Cooperação Técnica Brasil – Alemanha (1987-2003)*. 2004, 211 fl. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2004.

MITRANY, D.A.A. *A Work Peace System*. Chicago: Quadrangle Books, 1996.

MODI, Renu (Ed.). *South – South Cooperation Africa of the Center Stage*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

MOMMSEN, Wolfgang J. *Theories of Imperialism*. Chicago: Chicago University Press, 1977.

MOURÃO, F.A.A; CARDOSO, F.J; H.A.OLIVEIRA. As relações Brasil-África de 1990-2005. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Orgs). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 211-242.

MOREIRA, Lauro. *A Política Externa e de Cooperação Brasileira para África*. Palestra proferida durante o evento Diplomacia, Cooperação e Negócios: O papel de Actores Externos em Angola e Moçambique, do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), Lisboa, Portugal, mar. 2006.

MORGENTHAU, Hans. A Political Theory of Foreign aid. *American Political Science Review*. [S.l.], v.56, n.2, p. 301-309, Jun. 1962.

MOSCA, João. Economia Moçambicana 2001-2010: Um Mix de Populismo Económico e Mercado Selvagem. *Centro de Estudos Sobre a África e o Desenvolvimento*. Lisboa. 2012.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. Mega- Projectos no Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza: O Caso de Tete, *Desafios para Moçambique 2012*, IESE, 2012, 441p.

_____. Grandes Projectos e Segurança Alimentar em Moçambique, *Working paper*, Maputo, Mar. 2013. Disponível em: < <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Comunicacoes/JMosca2.pdf> > Acesso em: 03 jul. 2013.

MOSLEY, Paul. The Political Economy of Foreign Aid: A Model of the Market for a Public Good. *Economic Development and Cultural Change*, [S.l.], v. 33, n.2, p. 373-93, jan. 1985.

_____. The Failure of Aid and Adjustment Policies in Sub-Saharan Africa: Counter-Examples and Policy Proposals, *Journal of African Economies*, [S.l.], v.5, n.3, p. 406-43, oct., 1996.

MOSSE, David. *Cultivating Development: Ethnography of Aid Policy and Practice*. London: PlutoPress, 2005.

MOSSE, David; LEWIS, D. *Development Brokers and Translators. The Ethnography of Aid and Agencies*, Bloomfield: Kumarian Press, 2006.

MPD. *Pobreza e bem-estar em Moçambique*, Ano 2010, Terceira avaliação nacional, Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Disponível em < http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mpd.gov.mz%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D103%26Itemid%3D97%26lang%3Dpt&ei=G5ACU62yB4u7kQfbyYGoDw&usg=AFQjCNE0T05avmeDHMVehuPhSU6Ws6kLaQ&bvm=bv.61535280,d.eW0 > Acesso em 10 de janeiro de 2014.

MRE-SCI, Ministério das Relações Exteriores- *Sistema de Atos Internacionais*, Disponível em <<http://dai-mre.serpro.gov.br/>>, Acesso em: 15 mai. 2013.

MRE, Ministério das Relações Exteriores, Anexo – Cooperação bilateral prestada. In: *Balanco da Política Externa 2003-2010*, ABC – Agência Brasileira de Cooperação, 2011. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-anexo-cooperacao-internacional.-cooperacao-bilateral-prestada/view> > Acesso em: 10 out. 2013.

_____. *Dados Básicos e Principais Indicadores Econômicos -Comerciais de Moçambique*, Setembro de 2013. Disponível em < <http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDMocambique.pdf> >, Acesso em: 12 jan. 2014.

MYERS, Michael D. *Qualitative Research in Business & Management*. London: Sage Publications, 2005.

MWASE, Nkunde ; YANG, Yongzheng. BRICs' Philosophies for Development Financing and Their Implications for LICs, *IMF Working Paper*, 2012, Disponível em: < <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp1274.pdf> > , Acesso em: 17 mai. 2013.

NAIM, Moises. Rogue Aid: what's wrong with the foreign aid programs of China, Venezuela, and Saudi Arabia? They are enormously generous. And they are toxic. *Foreign policy*, [S.l.], v. 159, n.96, March 1, 2007.

NARLIKAR, Amrita. *New Powers: How to Become One and How to Manage Them*. New York: Columbia, 2010.

NEUMAYER, Eric. *The Pattern of Aid Giving – The Impact of Good Governance on Development Assistance*. New York: Routledge, 2006.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*, Lisboa: Publicações Europa-América, 2012.

NIPASSA, Orlando. Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma perspectiva crítica, *Conference Paper No 36*, Maputo, IESE, 2009.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi. From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program, *Working Paper*, University of Geneva, 2013.

NYE JR., Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

_____. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

_____. *O Futuro do Poder*. São Paulo: Ed. Benvirá, 2012.

OCDE – Organisation for Economic and Cooperation and Development. *Addendum on Aid Type*, Sep, 2009, Disponível em < <http://www.oecd.org/dac/stats/44479737.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. *The DAC: 50 years, 50 highlights*, Ano 2011. Disponível em: <www.oecd.org/dac/46717535.pdf> Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. *Estatísticas da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional*, 2013. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/qwids/#?x=2&y=6&f=3:51,4:1,1:24,5:3,7:1&q=3:51+4:1+1:24,36+5:3+7:1+2:1+6:2000,2001,2002,2003,2004,2005,2006,2007,2008,2009,2010,2011,2012>> Acesso em: 15 dez. 2013.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; VEIGA, João Paulo Cândia. Política Externa E Negociações Internacionais. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, [S.l.], nº 87, jun. 2006.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge. ; ONUKI, Janina.; OLIVEIRA, Emmanuel. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, pp. 465-504, jul/dez 2006.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina. Política Externa Brasileira e Relações Sul-Sul. *Centro de Estudos das Negociações Internacionais*, USP, São Paulo, 2013.

O'NEIL, Jim. Building Better Global Economy BRICs, *Global Economics Paper No 66*, Goldman Sachs, 2001.

ONU- Organização das Nações Unidas. South-South and Triangular Cooperation in the United Nations System, *Joint Commission*, 2011, Disponível em < <http://www.ctc-health.org.cn/file/2012060801.pdf>>, Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. *Framework of operational guidelines on United Nations support to South-South and triangular cooperation*, New York, 22 maio de 2012, Disponível em < <http://toolkit.undg.org/uploads/contents/1338317764.pdf> > Acesso em: 10 jul. 2012.

OPSI- OPEN SOCIETY INSTITUTE NETWORK, *Mozambique: Democracy and Political Participation*, OPSI, 2011.

PARK, Kang-Ho. New Development Partners and a Global Development Partnership. In: KHARAS, MAKINO, Koji; JUN, Woojin (Eds.) *Catalyzing Development: A New Vision for Aid*, Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011.

PECEQUILO, Cristina S. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Bras. Polít. Int.*, [S.l.], v.51, n.2, p. 136-153, 2008.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. As relações entre África do Sul e Brasil: O impacto da globalização na constituição do IBAS. *Século XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.º1, jan-dez 2010

PEREIRA, João M. Mendes. *Banco Mundial Como Ator Político, Intelectual e Financeiro*. São Paulo: Ed. Civilização, 2010.

_____. *Banco Mundial Como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944-2008)*. Tese (Doutorado em História). 2009. 382 fl. – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

PNUD. *Índice de Desenvolvimento Humano 2013*, Disponível em < http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013> Acesso em: 20 jan. 2014.

PNISA – *Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (2013-2017)*. República de Moçambique, Ministério da Agricultura, 2013 Disponível em < http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/Final_PNISA_Draft_Report_ver_08-4.pdf>, Acesso em: 17 dez. 2013.

PROALIMENTOS. Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique, *ABC*, 2011, Fornecido durante a pesquisa de campo.

PROSAVANA – *Site do Programa*. Disponível em < <https://www.prosavana.gov.mz>>, Acesso em: 05 jan. 2014.

PROSAVANA. *NOTA CONCEITUAL – PD*. Disponível em < https://www.prosavana.gov.mz/pdf/note_pt.pdf> Acesso em: 28 dez. 2013.

PROSAVANA PD – *Plano Diretor*, Master Plan Vazado na Internet, Disponível em: < <http://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>>, Acesso em: 30 abr. de 2013.

PUENTE, Carlos A. Iglesias. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005*. Brasília-DF, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, [S.l.], v. 42, n.3, 427-460, 1988.

RENZIO, Paolo. Can Donors ‘Buy’ Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique. *Cadernos IESE n° 9*, Maputo, IESE, 2011.

RHEE, Hyunjoo. *South-South Cooperation*, KOICA, 2010.

_____. Promoting South–South Cooperation through Knowledge Exchange. In: KHARAS, H; MAKINO, K.; JUNG, W. (Eds.) *Catalysing Development: A New Vision for Aid*, Washington, DC: Brookings Institute, 2011. p. 260–80.

RIBEIRO, Claudio O. Brasil-África: Notas sobre Política Externa e Comércio Exterior (1985-2005). *Revista Afro-Ásia*, [S.l.], n. 35, p. 281-314, 2007.

_____. *Relações Político- Comerciais Brasil-África (1985-2006)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. *Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília*, n° 1. p. 289-329, jan-jun. 2009.

_____. A política africana do governo Lula Tempo Social (2003-2006), *Revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 2), pp. 185-209, 2010.

RIST, Gilbert. *The history of development from Western origins to global faith*. London, New York: Zedbook ,1997.

RIZZI, Kamilla R. et. al. Brasil na África (2003-2010): Política, Desenvolvimento e Comércio. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 2, n°. 5, p. 61-81, abr-mai, 2011.

ROCHA, António. *Os desafios de Moçambique numa situação de "quase guerra"*. [S.l.], DW – Deutsche Welle, 04 set. 2013 (Entrevista concedida por Luís Brito). Disponível em: <<http://www.dw.de/os-desafios-de-moçambique-numa-situação-de-quase-guerra/a-17065743>> Acesso em: 10 jan. 2014.

RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. Washington DC: Howard University Press, 1974.

RODRIGUES, Waldecy; VASCONCELOS, Silvio Jucá; BARBIERO, Alan Kardec. Análise da Efetividade Socioeconômica do Prodecir III no Município de Pedro Afonso. *Pesquisa Agropecuária. Tropical*, [S.l.], v.39, n. 4, p. 301-306, out./dez. 2009.

ROSÁRIO, Domingos M. *FAC Working Paper 34. From Negligence to Populism: An Analysis of Mozambique’s Agricultural Political Economy*. Future Agricultures Consortium, Brighton, UK, 2012. 23 p.

ROSTOW, Walt W. *The Stages of Economic Growth: A Non- Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

ROWLANDS, D. *Emerging Donors in International Development Assistance*. A Synthesis Report; One of five reports on the role played by emerging economies in funding international development. Ottawa, Canadá, 2008. International Development Research Centre: IDRC, Dec. 2008.

RYAN, G. W.; BERNARD, H. R. *Data management and analysis methods*. In: DENZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 769-802

SABATIER, Paul A. Top down e bottom up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, [S.l.], v. 6, p.21-48, 1986.

SAHLINS, Marshall. *Stone Age Economics*, Chicago: Aldine, 1972.

SARAIVA, José Flávio S. *África Parceira do Brasil Atlântico - Relações Internacionais do Brasil e da África no início do Século XXI*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

_____.The New Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília-DF, v. 53, n. spe., p.169-182, Dec. 2010.

_____.A Política Exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília-DF, v.15, n. 2, p. 5-25, Jul-Dec. 2002.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2011.

_____.O Dilema da Governança do Estado de Bem-Estar Social em face da Globalização. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, [S.l.], v. 5, Fundação Armando Alvares Penteado, 2006.

SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. *The American Political Science Review*, [S.l.], v. 64, n. 4: 1033-1053, 1970.

SATO, Jin. “Emerging Donors” from a Recipient Perspective: An Institutional Analysis of Foreign Aid in Cambodia. *World Development*, [S.l.], v.39, Issue 12, p. 2091–2104, dec. 2011.

SCHRAEDER, Peter J; HOOK, Steven W; TAYLOR, Bruce. Clarifying the Foreign Aid Puzzle: A Comparison of American, Japanese, French, and Swedish Aid Flows. *World Politics*, [S.l.], v. 50, n.2, p. 294-323, jan.1998.

SHRUM, W. et al. *Structures of Scientific Collaboration*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press. 2007.

SCOONES, Ian. Sustainable Rural Livelihoods: A framework for analysis. *IDS Working Paper 72*, Institute of Development Studies, 1998. Disponível em:
<<http://www.ids.ac.uk/files/dmfile/Wp72.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2013.

SEIBERT, Gerhard. Brazil in Africa: Ambitions and Achievements of an Emerging. Regional Power in the Political and Economic Sector, *Working paper*, Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/1-20/panel-8/Gerhard-Seibert-Full-paper.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2013.

SELCHEER, Wayne A. Brazilian Relations with Portuguese: Africa in the Context of the Elusive “Luso-Brazilian Community. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, [S.l.], v.18, n.1, p. 25-58, Feb. 1976.

SERRA, Carlos Manuel; CARRILLO, João. *Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2013.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília-DF*, v.48, n.1, p.24-59, 2005.

_____.O Brasil e as relações Sul-Sul. *Dossiê Cebri 10* (Edição Especial), v.1, n.7, p. 63-64, 2008. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/02022.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2012.

SOUZA, A. *A Agenda Internacional do Brasil: um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa*. (mimeo). Rio de Janeiro: CEBRI. 2002.

STAE- Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, *Atualização das eleições 2013*, Disponível em <<http://www.stae.org.mz/index.php/ct-menu-item-3/ct-menu-item-7>>, Acesso em: 21 dez. 2013.

STAHL, Anna Katharina. Trilateral Development Cooperation Between the European Union, China and Africa: What Prospects for South Africa? *Discussion Paper*. Stellenbosch, Stellenbosch University, August 2012.

STUENKEL, Oliver. *Institutionalizing South-South Cooperation: Towards a New Paradigm? Background Research Paper*, May 2013. Disponível em: <http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/Stuenkel_Institutionalizing-South-South-Cooperation-Towards-a-New-Paradigm.pdf> Acesso em: 04 jul. 2013.

SNYDER, R. C; BRUCK, H. W; SAPIN, B. Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics. *Foreign Policy Analysis*, Project Series, n. 3. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1954.

_____. *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)*. New York: Palgrave-Macmillan, 2002.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *CPI – Corruption Perceptions Index 2012*. Disponível em: <<http://cpi.transparency.org/cpi2012/results/>> Acesso em: 15 dez. 2013.

UAIENE, Rafael. Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique. In: MOSCA, João (Coord.). *Contributos para o Debate da Agricultura e do Meio Rural*. Maputo: Escolar Editora, 2012. p. 49-67

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. International Development Cooperation Report.(ST/ESA/326). *Development Cooperation for the Millennium Development Goals: Maximizing Results* New York: United Nations, 2010.

UNCTAD. *Investment Policy Review 2012: Mozambique*. Disponível em <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaepcb2012d1_en.pdf>, Acesso em 14 de dezembro de 2013.

_____. *Mozambique: SECTOR-SPECIFIC INVESTMENT STRATEGY AND ACTION PLAN*, Pilot Study Research, UNCTAD, may 2013. Disponível em: <http://unctad.org/Sections/diae_dir/docs/diae_G20_Mozambique_en.pdf> Acesso em: 30 out. 2013.

VALOR ECONÔMICO. *Negócios na África*. Especial. São Paulo, Jornal Valor Econômico, 21 nov. 2011. (Impresso).

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. Lula's Foreign Policy and the Quest for Autonomy through Diversification. *Third World Quarterly*, [S.l.] v. 28, n.7, p. 1309-1326, Sep. 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou Imperialismo "Soft"? As Relações Brasil-Africa do Governo Lula. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, v. 1, n.1, jan-dez 2010.

WALTZ, K. *Theory of International Political*. Reading .Addison-Wesley ,1979.

_____. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, [S.l.] v.25, n.1, p.66-84, jun. 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1976.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WENDT , Alexandre . On Constitution and Causation in International Relations. *Review of International Studies* [S.l.], v. 24. p.101-17, 1998.

_____. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge Press,1999.

_____. The Agent-Structure Problem. *International Relations Theory*, [S.l.], v. 41, n.3, p. 335-370, 1987.

WHITE, Lyal. Understanding Brazil's New Drive for Africa. *South Africa Journal of International Affairs*, [S.l.] v. 17, n.2, p. 221-242, Aug. 2010.

WFP –*World Food Program Website*, Mozambique. Disponível em: <<http://www.wfp.org/countries/mozambique/overview>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

WOODS, Ngaire. Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance. *International Affairs*, [S.l.], v. 84, n.6, p. 1205–1221, nov. 2008.

WUYTS, M., 1996. Foreign Aid, Structural Adjustment, and Public Management: The Mozambican Experience. *Development and Change*, [S.l.] v. 27 n. 4, p. 717-749, Oct. 1996.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*, Porto Alegre: Bookman, 2010, p.248.

_____. *Case Anthology*. Thousand Oaks, CA. London: Sage Publications, 2004.

YOUNIS, Musab; CONSTANTINE, J.; NAVAS-ALEMÁN E.W.; SHANKLAND, A. *Rising Powers in International Development: An Annotated Bibliography*. Brighton: Institute of Development Studies at the University of Sussex, 2013.

**ANEXO I – Acordos da ABC de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
Vigentes por Região e Ano**

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica, 25/07/2003.

ANGOLA

- ▶ Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Luanda, 11/06/80.

ARGÉLIA

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. 28/04/77.
- ▶ Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica. Brasília, 03/06/81.

BENIN

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica. Cotonou, 07/11/72.

BOTSUANA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica. 06/04/2009.

BURKINA FASO

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica. 30/08/2005.

CABO VERDE

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Brasília, 28/04/77.

CAMARÕES

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica. Iaundé, 14/11/72.

COSTA DO MARFIM

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Abidjan, 27/10/72.

CPLP

- ▶ Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP. Praia, Cabo Verde, 17/17/98.

EGITO

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Cairo, 31/01/73.
- ▶ Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Egito. Cairo, 31/01/73.

GABÃO

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. 07/11/1974.
- ▶ Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa. Brasília, 14/10/75.

GANÁ

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Acra, 07/11/74.

GUINÉ BISSAU

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Brasília, 18/05/78.

MALI

- ▶ Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. Brasília, 07/10/81.

MARROCOS

- ▶ Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos. Fez, 10/04/84.

MOÇAMBIQUE

- ▶ Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração" em Moçambique. Maputo, 10/04/80.
- ▶ Acordo Geral de Cooperação. Brasília, 15/09/81.
- ▶ Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica. Maputo, 01/06/89.

NAMÍBIA

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica. Brasília, 07/03/95.

NIGÉRIA

- ▶ Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Brasília, 10/01/79.

QUÊNIA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica. Nairobi, 02/02/73.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- ▶ Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Brasília, 26/06/84.

SENEGAL

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica. Dacar, 21/11/72
- ▶ Cooperação Brasil-Senegal Programa de Ação para 1976. Brasília, 24/03/76.

TOGO

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa. Lomé, 03/01/72.

ZAIRE

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Brasília, 28/02/73.

ZIMBABUE

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica. (Em negociação).

AMÉRICA LATINA E CARIBE**ARGENTINA**

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica , 09/04/96.

BOLÍVIA

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, 16/12/96.

COSTA RICA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, de 22 de setembro de 1997, aprovado pelo Congresso Nacional em 10 de junho de 1999. (Decreto Legislativo nº 37).

CHILE

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 26/07/90.

COLÔMBIA

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica, 13/12/72.

CUBA

- ▶ Acordo de Cooperação Científica , Técnica e Tecnológica, 18/03/87.

COSTA RICA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica, 22/09/97.

EL SALVADOR

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica. Brasília, 20/05/86.

EQUADO

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica, 09/02/82.

GUATEMALA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica, de 09 de fevereiro de 1972, publicado no Diário Oficial, de 20 de março de 1972.
- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Guatemala, de 16 de junho de 1976. Promulgado pelo Decreto nº 77, de 11 de outubro de 1976, em 01 de fevereiro de 1979.

GUIANA

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica, 29/01/82.

HAITI

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Brasília, 15/10/82.

HONDURAS

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Brasília, 11/06/76.

JAMAICA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica. Brasília, 28/08/97.

MÉXICO

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 24 de julho de 1974. Promulgado pelo Decreto nº 75.888, de 20 de junho de 1975, em 24 de junho de 1975.

NICARÁGUA

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica, Manágua, 01/04/87.

PANAMÁ

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Cidade do Panamá, 09/04/81.

PARAGUAI

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica. Assunção, 27/10/87.

PERU

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Brasília, 08/10/75.

REPÚBLICA DOMINICANA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica. São Domingos, 08/02/85.

SURINAME

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Brasília, 22/06/76.

URUGUAI

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Rivera, 12/06/75.

VENEZUELA

- ▶ Convênio Básico de Cooperação Técnica, Sta. Helena do Uairén, 20/02/73.

ÁSIA E LESTE EUROPEU

AFEGANISTÃO

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, 02/02/2010.

ARÁBIA SAUDITA ▶ Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, 13/08/81.

CHINA

- ▶ Acordo de Cooperação Científica e Técnica, 25/03/82

IRAQUE

- ▶ Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, 11/05/77

ISRAEL

- ▶ Acordo Básico de Cooperação Técnica, 12/03/62.

KUWAIT

- ▶ Acordo de Cooperação, 25/03/75.

TAILÂNDIA

- ▶ Acordo de Cooperação Técnica e Científica, 12/09/84

Fonte: www.abc.gov.br . 20/07/2012.

ANEXO II - Roteiro de Questões

Questões gerais

1. Como você percebe a cooperação técnica brasileira liderada pela ABC?
2. A cooperação brasileira se apresenta como um modelo alternativo no sistema internacional. Você concorda com essa afirmação? Indique quais são os principais diferenciais da ABC frente aos doadores tradicionais? Como os beneficiários percebem essa diferença?
3. Em relação à Cooperação Trilateral, comente sobre os desafios e benefícios dessa modalidade? (Para o beneficiário ou para a sua instituição)
4. Quantos projetos de cooperação trilateral na área da agricultura há atualmente em Moçambique?
5. Como ocorre a implementação desses projetos de Cooperação Trilateral? Há uma divisão de tarefas pré-estabelecidas? Com que frequência ocorre uma troca de informações ou encontros entre as partes?
6. Como se dá o monitoramento e a avaliação da Cooperação Trilateral? Há diferenças com a cooperação bilateral? Se sim, quais?
7. Todos os projetos no setor agrícola são realizados pela EMBRAPA? Como se dá a relação entre a EMBRAPA e a ABC?
8. A EMBRAPA, ou qualquer outra entidade brasileira governamental, realiza projetos com outros doadores sem a participação da ABC?
9. Você percebe diferenças entre a estratégia da ABC e da EMBRAPA no cenário internacional? Se sim, quais?

Questões específicas do ProALIMENTOS

1. Quais foram as motivações da ABC em colaborar com a USAID-Brasil via projetos de cooperação trilateral? (Focada aos representantes brasileiros)
2. Com tanta experiência da USAID em Moçambique, quais foram as motivações que levaram a utilização desse novo arranjo de cooperação trilateral pela USAID Brasil? (Focada aos representantes norte-americanos)
3. Onde e como surgiu a demanda do projeto ProALIMENTOS?
4. Quais foram os motivos que atrasaram o início das atividades do ProALIMENTOS?
5. Como vem ocorrendo a implementação do projeto? Qual a intensidade de encontros e troca de informações entre as instituições? Há participação da USAID e ABC nas decisões tomadas pela área técnica (EMBRAPA, UF e MSU)?

Questões específicas do ProSAVANA

1. Quais foram as motivações da ABC em colaborar com a JICA via projetos de cooperação trilateral? (Focada aos representantes brasileiros)
2. Quais foram as motivações que levaram a utilização desse novo arranjo de cooperação trilateral pela JICA? (Focada aos representantes japoneses)
3. Onde e como surgiu a demanda do projeto ProSAVANA?
4. Quais motivos levaram ao início do Programa de maneira não integrada, no caso do PD e PI?
5. Qual a diferença entre o Fundo Nacala e o PDIF? Ambos fazem parte do ProSAVANA?
6. Como o ProSAVANA pretende beneficiar o pequeno agricultor moçambicano? E o grande produtor nacional e internacional?
7. A sociedade civil coloca que o ProSAVANA pretende usurpar as terras dos moçambicanos. Você concorda com essa afirmação? Explique.

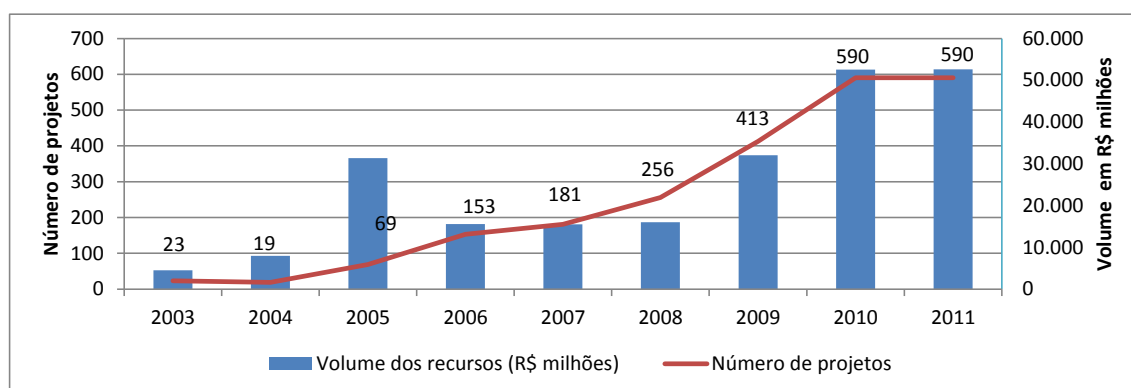
ANEXO III – Lista de Entrevistados

| Entrevistados | Tipo | Nacionalidade | Data | Local | Área | Instituição | Nível | Projeto | Gravação |
|---------------|------------|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------------|--|-------------|--------------|----------|
| 1 | Grupo | Brasileiro | 19 de abril de 2013 | Lichinga, Moçambique | Entidade Executora | EMBRAPA | Operacional | ProSAVANA | SIM |
| 2 | Individual | Brasileiro | 27 de agosto de 2013 | Brasília, Brasil | Entidade Executora | EMBRAPA | Tático | Todos | SIM |
| 3 | Individual | Brasileiro | 26 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | USAID Brasil | Estratégico | ProAlimentos | SIM |
| 4 | Individual | Moçambicano | 22 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Tático | ProSAVANA | SIM |
| 5 | Individual | Moçambicano | 02 de abril de 2013 | Boane, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 6 | Individual | Moçambicano | 24 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Outras partes interessadas | Plataforma da Sociedade Civil de Nampula | Estratégico | ProSAVANA | SIM |
| 7 | Individual | Moçambicano | 01 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | Câmara de Comércio Moçambique Brasil | Estratégico | Todos | NÃO |
| 8 | Individual | Brasileiro | 27 de agosto de 2013 | Brasília, Brasil | Órgão de Governo | ABC | Tático | Todos | SIM |
| 9 | Individual | Moçambicano | 17 de maio de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | LOZANE FARMS | Estratégico | ProSAVANA | SIM |
| 10 | Individual | Moçambicano | 16 de maio de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Tático | ProSAVANA | SIM |
| 11 | Individual | Moçambicano | 18 de abril de 2013 | Lichinga, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Estratégico | ProSAVANA | SIM |
| 12 | Individual | Moçambicano | 03 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Tático | ProAlimentos | SIM |
| 13 | Individual | Moçambicano | 02 de abril de 2013 | Boane, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 14 | Individual | Moçambicano | 18 de abril de 2013 | Lichinga, Moçambique | Entidade Executora | EMBRAPA | Tático | ProSAVANA | SIM |
| 15 | Individual | Brasileiro | 03 de maio de 2013 | São Paulo, Brasil | Entidade Executora | FGV Projetos | Estratégico | ProSAVANA | NÃO |
| 16 | Individual | Moçambicano | 22 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Estratégico | ProSAVANA | SIM |
| 17 | Individual | Moçambicano | 24 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Órgão de Governo | MINAG | Estratégico | ProSAVANA | SIM |
| 18 | Individual | Norte-americano | 10 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | MSU | Estratégico | ProAlimentos | SIM |
| 19 | Individual | Brasileiro | 12 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | FNDE | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 20 | Individual | Moçambicano | 23 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Órgão de Governo | CEPAGRI - Nampula | Operacional | ProSAVANA | SIM |
| 21 | Grupo | Brasileiro | 13 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | EMBRAPA | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 22 | Individual | Moçambicano | 23 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Órgão de Governo | MINAG | Operacional | ProSAVANA | SIM |
| 23 | Individual | Moçambicano | 19 de abril de 2013 | Lichinga, Moçambique | Órgão de Governo | MINAG | Estratégico | Todos | SIM |
| 24 | Individual | Brasileiro | 07 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | CCIABM | Estratégico | Todos | NÃO |
| 25 | Individual | Moçambicano | 17 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | FAO | Tático | Todos | SIM |

| Entrevistados | Tipo | Nacionalidade | Data | Local | Área | Instituição | Nível | Projeto | Gravação |
|---------------|------------|-----------------|---------------------|---------------------------------|-------------------------------|--------------------------|-------------|--------------|----------|
| 26 | Individual | Moçambicano | 13 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | MINED | Tático | Todos | NÃO |
| 27 | Individual | Brasileiro | 07 de julho de 2012 | Brasília, Brasil | Entidade Executora | ABC | Tático | ProSAVANA | NÃO |
| 28 | Individual | Brasileiro | 10 de maio de 2013 | Maputo, Moçambique via SKYPE | Entidade Executora | FGV Projetos | Tático | ProSAVANA | NÃO |
| 29 | Individual | Brasileiro | | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | FGV Projetos | Tático | ProSAVANA | NÃO |
| 30 | Grupo | Moçambicano | 19 de abril de 2013 | Lichinga, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Operacional | ProSAVANA | SIM |
| 31 | Individual | Brasileiro | 22 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Entidade Executora | EMBRAPA | Tático | Todos | SIM |
| 32 | Individual | Moçambicano | 02 de abril de 2013 | Boane, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 33 | Individual | Outra | 18 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | PMA | Tático | ProAlimentos | SIM |
| 34 | Individual | Moçambicano | 13 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | MINAG | Estratégico | Todos | NÃO |
| 35 | Individual | Moçambicano | 03 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 36 | Individual | Norte-americano | 03 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | MSU | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 37 | Individual | Brasileiro | 16 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | Embaixada do Brasil | Tático | Todos | NÃO |
| 38 | Individual | Moçambicano | 18 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | Universidade Politécnica | Estratégico | Todos | NÃO |
| 39 | Individual | Norte-americano | 17 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | USAID Moçambique | Tático | ProAlimentos | SIM |
| 40 | Individual | Brasileiro | 09 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | EMBRAPA | Estratégico | Todos | SIM |
| 41 | Individual | Brasileiro | 15 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | FIOCRUZ | Estratégico | Todos | NÃO |
| 42 | Individual | Moçambicano | 24 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Órgão de Governo | MINAG | Tático | ProSAVANA | SIM |
| 43 | Individual | Brasileiro | 17 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | JICA | Tático | ProSAVANA | SIM |
| 44 | Individual | Brasileiro | 10 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique via SKYPE | Entidade Executora | UF | Operacional | ProAlimentos | NÃO |
| 45 | Individual | Moçambicano | 10 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | UNAC | Estratégico | Todos | SIM |
| 46 | Individual | Brasileiro | 8 de agosto de 2012 | Brasília, Brasil | Órgão de Governo | ABC | Estratégico | Todos | NÃO |
| 47 | Individual | Brasileiro | 12 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique via SKYPE | Entidade Executora | JICARS | Operacional | ProSAVANA | NÃO |
| 48 | Individual | Norte-americano | 16 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | USAID Moçambique | Tático | ProAlimentos | SIM |
| 49 | Individual | Moçambicano | 23 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | USAID Moçambique | Tático | Plataforma | NÃO |
| 50 | Individual | Moçambicano | 23 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Órgão de Governo | MINAG | Estratégico | ProSAVANA | SIM |
| 51 | Individual | Moçambicano | 25 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | MSU | Tático | ProAlimentos | SIM |
| 52 | Individual | Moçambicano | 02 de abril de 2013 | Boane, Moçambique | Entidade Executora | IIAM | Operacional | ProAlimentos | SIM |
| 53 | Individual | Japonês | 21 de junho de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | JICA | Estratégico | ProSAVANA | SIM |
| 54 | Individual | Japonês | 22 de abril de 2013 | Nampula, Moçambique | Entidade Executora | JICARS | Operacional | ProSAVANA | SIM |
| 55 | Individual | Outra | 04 de abril de 2013 | Maputo, Moçambique | Outras partes interessadas | Terra Viva | Estratégico | Todos | SIM |
| 56 | Individual | Brasileiro | 08 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | ABC | Tático | Todos | SIM |
| 57 | Individual | Moçambicano | 21 de maio de 2013 | Maputo, Moçambique | Órgão de Governo | MINAG | Estratégico | Todos | NÃO |
| 58 | Individual | Norte-americano | 23 de março de 2013 | Maputo, Moçambique | Entidade Executora | UF | Estratégico | ProAlimentos | SIM |
| 59 | Individual | Brasileiro | 6 de julho de 2012 | Brasília, Brasil | Órgão de Governo | ABC | Estratégico | Todos | NÃO |

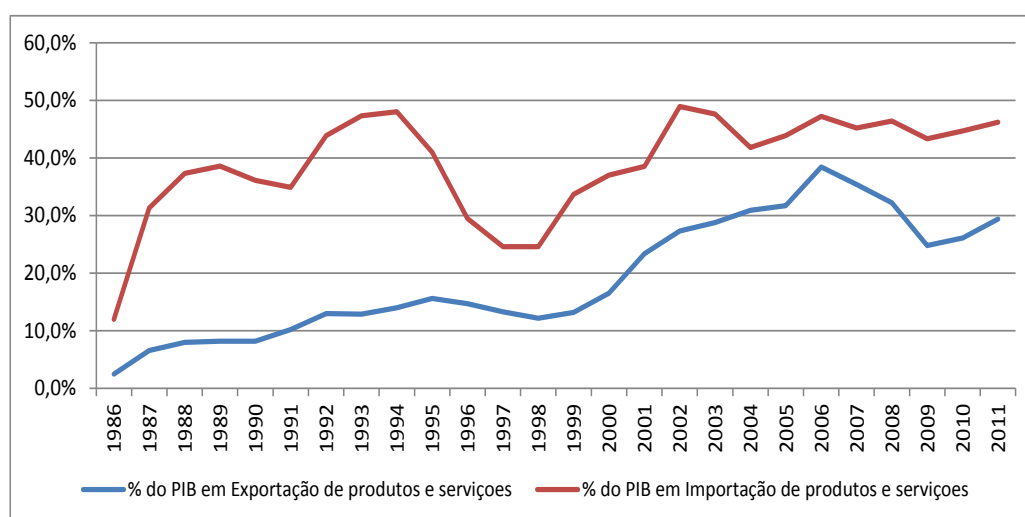
ANEXO IV – Gráficos Complementares

Gráfico A: Evolução do Orçamento da ABC e Número de Projetos

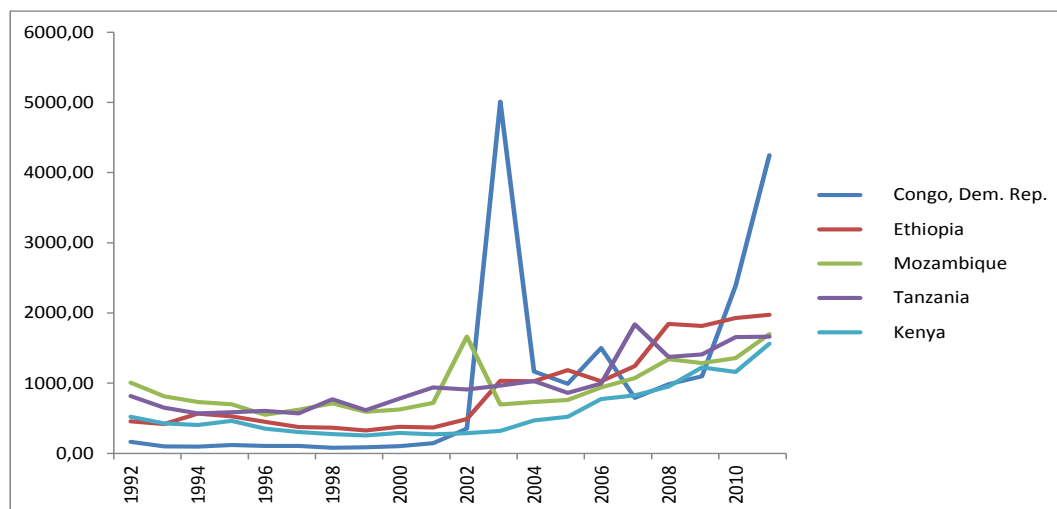


Fonte: Elaboração própria. ABC, 2011.

Gráfico B: Evolução da % do PIB na Exportação e Importação em Moçambique



Fonte: Elaboração própria. Banco Mundial Database, 2013

Gráfico C: Principais Receptores de AOD na África Subsaariana

Fonte: Elaboração própria. OCDE, 2013.

ANEXO V: Detalhes sobre os Projetos da ABC em Moçambique em Execução

| Nome do Projeto | Objetivo | Setor | Modalidade | Tipo | Instituições Executoras Brasileiras |
|--|--|------------------------|---------------------------------------|--|--|
| Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais | O projeto se integra com o processo de implantação de uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique, sob a responsabilidade da FIOCRUZ. visa capacitar e fornecer conhecimentos aos profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção de medicamentos antirretrovirais e outros produtos farmacêuticos para combate às principais epidemias do país na citada Fábrica. Período de implementação: 2008 a 2014 | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com aspectos de cooperação financeira | FIOCRUZ/MS |
| Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique | O Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (ineFP) tem a missão de promover a empregabilidade com o compromisso de oportunizar 500 mil empregos até 2010. Nesse sentido vem sendo implementado o presente projeto, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social de Moçambique, a partir da educação profissional, em alinhamento com as demandas industriais, através da implantação de um modelo baseado nas práticas de gestão do SENAI. Propõe-se implantar em Maputo um Centro de Formação Profissional em parceria com o ineFP, baseado no modelo de sucesso do SENAI/Ba. No Brasil, 19 técnicos moçambicanos serão capacitados na técnicas do SENAI para multiplicarem o conhecimento em seu retorno. além disso, 24 profissionais brasileiros supervisionarão a implantação do centro em Maputo. Período de Implementação: 2009 a 2013. Projeto paralisado. Não houve construção do Centro. | Educação | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com aspectos de cooperação financeira | SENAI/BA |
| Capacitação Técnica em Inspeção e Relações de Trabalho | O projeto tem como escopo colaborar para o aperfeiçoamento do sistema nacional de fiscalização do trabalho de Moçambique por intermédio da troca de informações, experiências e capacitação de inspetores moçambicanos. O objetivo inclui capacitar os inspetores do trabalho, repassar informações sobre modelos de fiscalização estratégicos, efetuar troca de experiências e capacitação sobre fiscalização trabalhista, mediação de conflitos, erradicação do trabalho infantil, trabalho escravo e fiscalização rural, troca de experiências e capacitação sobre atuação da área de segurança e saúde no trabalho. Período de implementação: 2010 a 2013 | Trabalho e emprego | Bilateral | Treinamento | Ministério do Trabalho e Emprego - MTE |
| Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II | Esperando reduzir o déficit habitacional de Moçambique, esse projeto corresponde à segunda etapa da cooperação no âmbito da habitação popular. Seus objetivos são: apoiar a elaboração de proposta de política habitacional para Moçambique, transferir metodologias de construção não-convencional adequadas à realidade moçambicana e tecnologias para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares, formular metodologia para implementação de Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil, elaborar o projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo e apoiar a instalação de um laboratório, com vistas a torná-lo um centro de pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não convencionais de construção. Em torno de 100 técnicos brasileiros irão a Moçambique para promover ações de capacitação e transferência de tecnologia, além da vinda de 22 técnicos moçambicanos ao Brasil. Período de implementação: 2010 a 2014 | Cidades | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Caixa Econômica Federal - CAIXA Universidade de São Paulo - USP Universidade Estadual de Campinas-sp - UNICAMP Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS |
| Apoio ao desenvolvimento da Política nacional de Saúde Oral de Moçambique: Pesquisa em Saúde Bucal - Maputo | objetivo do projeto é conhecer as condições de saúde bucal da população moçambicana com a finalidade de elaborar o planejamento e a avaliação das ações e serviços públicos estomatológicos junto ao Ministério da saúde Moçambicano. Para o alcance desse objetivo serão desenvolvidas as seguintes atividades: estimar, para as faixas da população, os tipos e a prevalência dos problemas dentários e obter dados que contribuam para caracterizar o perfil socioeconômico, a utilização de serviços odontológicos, a auto percepção e os riscos à saúde bucal. Período de implementação: 2010 a 2014 | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Ministério da Saúde (Brasil) - MS |
| Apoio ao desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PRONAE) | O projeto promoverá a transferência de tecnologia, conhecimentos e suporte técnico com o objetivo de viabilizar ao Governo moçambicano a implementação de um Programa nacional de alimentação escolar para atender as crianças do ensino básico do país, com a participação do Fundo nacional de desenvolvimento da educação- FNDE/ MeC e do Ministério da Educação de Moçambique e colaboração do PMA. Ao término do projeto espera-se a definição de uma estratégia para implementação viável e sustentável para o Programa de alimentação escolar, a capacitação de técnicos em nível de governo central, provincial e distrital e a implementação em três regiões do país de 12 projetos experimentais em escolas de nível médio em diferentes Distritos. Período de implementação: 2010 a 2014 | Agricultura e Educação | Trilateral com Organismo Multilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE |
| Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique Capacitação de Técnicos Moçambicanos em Prótese Dentária | O objetivo é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde bucal da população de Moçambique por meio da qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique no Brasil e da estruturação de um laboratório de Prótese dentária em Maputo. serão realizadas as seguintes atividades: qualificação de técnicos em prótese dentária de Moçambique no Brasil, implantação de um laboratório de Prótese dentária em Maputo, qualificação de técnicos em prótese e dentária de Moçambique em Maputo e publicação de um manual de orientações para a confecção de próteses dentárias para a população de Moçambique. Período de implementação: 2010 a 2014 | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Ministério da Saúde (Brasil) - MS |
| Fortalecimento das ações de prevenção e controle do câncer | O projeto visa contribuir com o Governo de Moçambique no combate e no controle do câncer, por meio do desenvolvimento do sistema de informação em câncer, do apoio aos programas de prevenção ao câncer de colo de útero e de mama, assim como por meio da capacitação de recursos humanos nas áreas de anatomia patológica, radioterapia, radiologia, cirurgia oncológica, imunologia e medicina nuclear. Período de implementação: 2010 a 2014 | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Instituto Nacional do Câncer. - INCA Ministério da Saúde (Brasil) - MS |

| | | | | | |
|--|---|------------------------|--------------------------|--|--|
| Modernização da Previdência Social de Moçambique | Contribuir, a curto prazo, para a correção dos problemas existentes no sistema de segurança social de Moçambique, implantando ações emergenciais; e a médio prazo durante o processo de implementações das ações do novo modelo de gestão do INSS-Mz; e a longo prazo a Modernização da Previdência Social de Moçambique. Período de implementação: 2011 a 2014 | Desenvolvimento social | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Empresa de Tecnologia e Informações da Segurança Social – DATAPREV – DATAPREV II |
| Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados | O projeto pretende aprimorar o acesso e a aplicação da justiça, dotando suas instituições de recursos humanos qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições. Prevê a capacitação de formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária em Moçambique, de lideranças da magistratura moçambicana e demais magistrados para desenvolverem instrumentos eficazes de atuação no âmbito penal e no de interesses difusos. O objetivo do projeto é dotar o corpo de Formadores do CFJJ, da magistratura judicial e do Ministério Público de Moçambique de recursos humanos qualificados e motivados para o exercício de suas funções. Serão capacitados 60 (sessenta) formadores e magistrados moçambicanos. Período de implementação: 2011 a 2014 | Educação | Bilateral | Treinamento | Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPTU |
| Apoio a Implantação do Centro de Tele-saúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique | O Ministério da Saúde de Moçambique solicitou a ajuda da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz para elaborar um projeto de fortalecimento das ações desenvolvidas em seus programas no âmbito da saúde infantil, da saúde reprodutiva, da saúde do escolar e do adolescente. O projeto se propõe a desenvolver competências locais, dentro de cada NP, qualificando recursos humanos capazes de atuar como multiplicadores das ações estratégicas definidas no Plano Integrado do MISAU para o alcance dos ODMs 4 e 5; e assim formar a massa crítica necessária para processar as demandas de saúde do setor, nas respectivas províncias moçambicanas. Nos NPs serão desenvolvidos ferramentas que permitam ampliar o acesso a informação, tanto na dimensão técnico-científica, quanto nos aspectos relacionadas a gestão e acompanhamento das informações necessárias a tomada de decisão. O compromisso do projeto é de desenvolver competência local, nas províncias para consecução das atividades de atenção a saúde. Período de implementação : 2011 a 2013 | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS Ministério da Saúde (Brasil) - MS |
| Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique | A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR) é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS e distinguida com o prêmio Sasakawa de Saúde – 2001, pelo inegável impacto positivo de suas ações na área de saúde infantil. A implantação da atividade projeto contribuirá para redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique em conformidade com o Plano Integrado para o Alcançe dos ODMs 4 e 5 elaborado pelo Ministério da Saúde. Também contribuirá para minorar a infecção e a transmissão em neonatal. Período de implementação: 2011 a 2013 | Saúde | Bilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS |
| Implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais/crioulas em áreas de agricultura familiar. | Este é um projeto inovador, pois os parceiros brasileiros, sul-africanos e moçambicanos que o executarão serão de movimentos sociais locais. O objetivo principal do projeto é contribuir para o fortalecimento organizacional e econômico da agricultura familiar dos 3 países, a partir da capacitação e de intercâmbio entre agricultores familiares, técnicos e lideranças em procedimentos de resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais/crioulas, objetivando contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, em bases sustentáveis e de forma participativa. Prevê-se a implementação de bancos comunitários de sementes tradicionais/crioulas e apoio ao processo de troca e comercialização dessas sementes, por meio da realização de feiras de sementes. Período de Implementação: 2011 a 2014 | Agricultura | Bilateral e Plurilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Embrapa, JBASE, Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento Camponês Popular (MCP) |
| Programa Mais Alimentos África em Moçambique | O Projeto de Cooperação Técnica entre Brasil e Moçambique no âmbito da iniciativa Mais Alimentos África enquadra-se no PEDSA na operacionalização do Pilar 1 que visa aumentar a produtividade, produção e competitividade na agricultura contribuindo para segurança alimentar e nutricional, aumentar a disponibilidade de alimentos no mercado nacional e aliviar o impacto da instabilidade macroeconômica decorrente da alta dos preços dos alimentos, com uma linha de crédito da CAMEX para compra de tratores e materiais. Esse programa ocorre em outros países: Gana, Senegal, Zimbábue e Quênia. Período de implementação: 2011 a 2014 | Agricultura | Bilateral e Plurilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com uma linha de crédito disponível | Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) - MDA |
| Capacitação de Militares de Moçambique - 2013 | A Agência Brasileira de Cooperação firmou com o Ministério da Defesa termo de cooperação com vistas a viabilizar o treinamento no Brasil de militares estrangeiros. Neste contexto, esta Atividade possibilitará a formação, nas Forças Armadas brasileiras, de 16 militares moçambicanos durante este ano. Período de implementação: 2012 a 2014 | Defesa | Bilateral | Treinamento | Ministério da Defesa |
| Capacitação de Diplomatas 2014 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Haiti, Suriname e Paraguai. | Curso de treinamento para diplomatas africanos e americanos durante o período letivo de 2014. A princípio, estão previstas vagas para diplomatas dos países lusófonos, bem como do Suriname, Haiti e Paraguai. Período de Implementação: 2013 a 2014 | Educação | Bilateral | Treinamento | Instituto Rio Branco - IRBr |
| Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil, com o MINED, a Universidade Pedagógica e a Universidade Eduardo Mondlane – UEM | Apoiar os esforços de formação de professores, de nível superior, para atuarem em escolas de nível básico e médio em Moçambique, bem como formar quadros, de nível superior, para atuarem em órgãos do governo. A cooperação tem como eixo central o fortalecimento da política nacional de educação, a partir das seguintes perspectivas: •Capacitação de pessoal para dar sequência à implantação da política de EaD. •Reforço à capacidade institucional do MINED-Moçambique. •Reforço do sistema de formação de professores para atuarem no ensino fundamental e médio, utilizando a EaD como modelo de democratização de acesso. •Reforço do sistema de formação de técnicos, de nível superior, para atuarem em órgãos do Governo, utilizando a EaD como modelo de democratização de acesso. Período de implementação: 2010 a 2014 | Educação | Bilateral | Cooperação técnica estruturante | CAPEB, ABC, SEED/MEC e diversas universidades: UNILAB, UFG, UFJF, UFRJ, UFF |
| Cooperação ABC-JICA-MINAG Programa PROSAVANA | Desenvolver a agricultura familiar e comercial no Corredor de Nacala, ao norte de Moçambique. O Programa é de longo-prazo e suas atividades envolvem três projetos: Plano Diretor, Plano de Investigação e Plano de Extensão e Modelos. Período de implementação: 2010 até 2020. | Agricultura | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante, com aspectos de cooperação financeira | FGV projetos, Embrapa, SENAR e EMATER. |

| | | | | | |
|---|---|-------------------------|------------|---------------------------------------|---|
| Cooperação ABC- USAID Moçambique- MINAG Projeto de Suporte Técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique (PLATAFORMA) | Fortalecer a capacidade institucional do IIAM, com apoio à elaboração do Plano Estratégico do IIAM, o estabelecimento do Sistema de Sementes e Gestão Territorial, ademais de instrumentos de comunicação e informação. Período de implementação: 2010 até 2014. | Agricultura | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Embrapa |
| Curso Internacional de Treinamento e Produção Sustentável de Hortaliças | Acordo de cooperação entre JICA - ABC, chamado Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP) para os países PALOP. Período de implementação: 2011-2015. Ocorre no Brasil. | Agricultura | Trilateral | Treinamento | Embrapa |
| Cooperação ABC-USAID Brasil- MINAG "Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique" (PROALIMENTOS) | Fortalecimento do IIAM e das capacidades estratégicas de produção e distribuição de hortícolas em Moçambique, em apoio aos programas de segurança alimentar e nutricional. Período de implementação: 2010 até 2013, com possibilidade de extensão por mais um ano. | Agricultura | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Embrapa |
| Curso Internacional de Treinamento em Produção, Pós- colheita e Processamento Industrial da Castanha e Pedúnculo do Caju | Acordo de cooperação entre JICA - ABC, chamado Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP) para os países PALOP. Período de implementação: 2011-2015. Ocorre no Brasil. | Agricultura | Trilateral | Treinamento | Embrapa |
| Parceria Brasil e Itália. CHAMANCULO C - Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo em Maputo | O objetivo é a transferência de metodologias de construção não convencional, o apoio à formulação de metodologias para implementação de sistemas de acompanhamento de custos e índices da construção civil e o desenvolvimento de projetos de habitação social, elementos importantes para a política nacional de habitação de Moçambique e temas diretamente relacionados com o objeto desta Cooperação, e cuja forma de integração, com vistas à otimização de esforços será melhor detalhada na fase de projetos. Período de implementação: 2010 a 2013 | Desenvolvimento social | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Caixa Econômica Federal - CAIXA Ministério das Cidades - MC |
| Parceria Brasil e Alemanha Fortalecimento técnico e institucional do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique (INNOQ) | Projeto INNOQ deverá contribuir ao melhoramento da qualidade dos produtos feitos em Moçambique, bem como aumentar sua competitividade no mercado internacional, contribuindo assim ao desenvolvimento sustentável do País em suas esferas econômica, social e ambiental. Espera-se contribuir para este impacto por meio da formação adequada da equipe do INNOQ, que por sua vez é responsável tanto pela capacitação dos funcionários dos conselhos municipais como também pelo atendimento das demandas do governo e do setor industrial por serviços de meteorologia e certificação. Espera-se também contribuir com uma maior sensibilização da população de Moçambique acerca da relevância dos serviços do INNOQ para o aumento na qualidade de vida do cidadão. Período de implementação: 2010 a 2013 | Indústria e Comércio | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante | INMETRO - Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Tecnologia |
| Parceria Brasil e França XAI XAI - COLABORANDO COM A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE DE SONHO | Apoio na implementação das ações prioritizadas no Plano Estratégico 2009/2019 de Xai-Xai. Projeto iniciado em 2012 e paralisado em 2013 devido a falta de recursos do parceiro francês. | Cidades | Trilateral | Cooperação Técnica Estruturante | Prefeitura de Vitória., Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural - INCAPER -, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Espírito Santo. |

Fonte: Elaboração própria. ABC 2013a; JICA 2013.

ANEXO VI- Fotos: Estação Agrária de Umbelúzi e do Centro Zonal / Lichinga e Nampula

1. ProALIMENTOS: Estação Agrária de Umbelúzi

Figura A: Equipe EMBRAPA, UF e IIAM do componente de produção



Figura B: Equipe EMBRAPA, UF e IIAM do componente de socioeconomia



2. ProSAVANA: Centro Zonal de Lichinga e Nampula

Figura C: Reunião Equipe EMBRAPA e IIAM em Lichinga



Figura D: O Preparo para o Churrasco de Cabrito



Figura E: Centro Zonal de Nampula



OBS: A EMBRAPA não pode utilizar os tratores por não serem comprados pela ABC, mas sim por outro doador.

Figura F: Escritório do PD no MINAG em Nampula



OBS: A Equipe japonesa fica estabelecida permanentemente nesse escritório junto com técnicos do MINAG, enquanto que a FGV Projetos passa por períodos curtos.

ANEXO VII – Documentos - Relações Brasil / EUA na Cooperação Trilateral

ANEXO VIII – Documentos relacionados ao ProSAVANA

COOPERAÇÃO TRILATERAL BRASIL–EUA–MOÇAMBIQUE



PROJETO DE APOIO TÉCNICO AOS PROGRAMAS DE NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR DE MOÇAMBIQUE

2011

Base Legal

Acordo de Cooperação Técnica Brasil - Estados Unidos da América, firmado em 19 de dezembro de 1950.

Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, firmado em 15 de setembro de 1981.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, assinado em 03 de março de 2010.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

- 1.1 Título:** Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique
- 1.2 Vigência:** Vinte e quatro (24) meses a partir da data de sua assinatura pelas partes do documento do projeto, passíveis de prorrogação com base nas avaliações de resultado do projeto.
- 1.3 Custo Estimado:** **\$1,864,900.50**

| FONTE | VALOR |
|---|-----------------------|
| Agência Brasileira de Cooperação (ABC) | \$568,865.00 |
| Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária | \$561,600.00 |
| Ministério da Agricultura (Moçambique) | \$199,680.00 |
| Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) | \$734,345.50 |
| TOTAL DO PROJETO | \$1,864,990.50 |

1.4 Síntese:

Projeto de Cooperação Técnica Brasil/EUA/Moçambique com foco no fortalecimento das capacidades estratégicas de produção e distribuição de hortícolas em Moçambique, em apoio aos programas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidos no âmbito da GHFSI – Iniciativa global de combate à fome e Segurança Alimentar.

1.5. Beneficiários

Diretos: Profissionais em investigação agrária do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e os profissionais em extensão rural atuantes nas Direções Provinciais de Agricultura de Maputo e Gaza e famílias de pequenos produtores agrícolas da região de Moamba e Boane.

Indiretos: Produtores rurais de hortaliças do cinturão verde de Maputo, Moamba e Boane.

2. INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

2.1. Instituição Coordenadora Brasileira

Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores

Diretor: Ministro Marco Farani

Endereço: Esplanada dos Ministérios

Cidade: Brasília

País: Brasil

CEP: 70.170-900

Telefone: (55-61) 3411-6881

Fax: (55-61) 3411-6894

2.2. Instituição Executora Brasileira

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Diretor: Pedro Antônio Arraes Pereira

Endereço: Parque Estação Biológica – PqEB, Av. W3 Norte, Ed. Sede

Cidade: Brasília, DF

País: Brasil

CEP: 70.770-901

Telefone: (55-61) 3448-4260

Fax: (55-61) 3447-1041

2.3. Instituições Executoras Internacionais

Universidade da Flórida

Representante:

Endereço:

Cidade:

País: Estados Unidos

CEP:

Telefone:

Fax:

Universidade Estadual de Michigan

Representante:

Endereço:

Cidade:

País: Estados Unidos

CEP:

Telefone:

Fax:

2.4. Instituição Recipiendária:

Instituto de Investigação Agropecuária de Moçambique – IIAM

Representante: Calisto Bias

Endereço: Av. das FPLM, 269

Cidade: Maputo

País: Moçambique

CEP: 3658

Telefone: (258) 21462240

Fax: (258) 21461581

2.5. Instituição Coordenadora Internacional

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Diretor: Lawrence Hardy

Endereço: SES, quadra 801, lote 3

Cidade: Brasília

CEP: 70403-900

País: Brasil

Telefone: (55) 613312-7000

Fax: (55) 6133127648

3. MARCO DE REFERÊNCIA

3.1. A vulnerabilidade da produção e do consumo agroalimentar em Moçambique

Localizado no sudeste da África, Moçambique tem um território de 799.390 km² dividido geopoliticamente em 10 províncias (Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula, Tete, Niassa e Cabo Delgado). Dados atuais mostram uma população em torno de 20,4 milhões de habitantes, dos quais 14,3 milhões (70%) concentrados no setor rural. Apenas 11,0% da população economicamente ativa, estimada em 8,4 milhões, exerce suas atividades no setor formal da economia, e pelo menos 90,0% destes, trabalham no setor rural.

Como setor provedor de alimentos, fonte de trabalho e renda, o setor agropecuário moçambicano tem grande importância econômica e social, constituindo o cerne da ocupação do território nacional e sua participação no PIB2007 se situa em torno de 24,0%. A base produtiva está assentada na agricultura familiar de subsistência, que ocupa cerca de 97,0% dos quase 6,0 milhões de hectares cultivados no país. A incorporação da tecnologia por este grupo de produtores é quase nula, o que explica os baixos rendimentos agrícolas observados ao longo dos anos.

O consumo per capita de alimentos a partir do consumo dos principais produtos em Moçambique, com exceção do milho e da mandioca, é 20,0 % menor que o consumo dos demais países africanos. Como resultado, o consumo de calorias per capita é de 2.081kcl diárias, nível 10,0% a 20,0% menor que o nível médio de consumo dos demais países africanos. Pelo menos 75,0% das fontes de caloria procedem de uma dieta alimentar centrada no consumo da mandioca, milho, arroz e trigo, onde a mandioca contribui com 37,0 %.

Em Moçambique, 44% das crianças com menos de cinco anos de idade foram diagnosticadas com desnutrição crônica e, mesmo na zona rural, a desnutrição é responsável por 46% das crianças com crescimento retardado e por 27% das crianças consideradas abaixo do peso. Neste contexto, a segurança alimentar continua sendo um enorme desafio para o povo moçambicano.

No que diz respeito à produção de alimentos *in natura* em Moçambique, as informações técnicas disponíveis e a bibliografia apontam a falta de disseminação de tecnologias e o difícil acesso a créditos e a insumos agrícolas como o principal problema do setor produtivo agropecuário de Moçambique.

Como exemplo, somente 5% dos 3,3 milhões de produtores utilizam sementes melhoradas e fertilizantes. O acesso às sementes em quantidade e qualidade representa também um grande problema para a produção e conseqüentemente para a disponibilidade de alimentos. Em geral a principal fonte de aquisição de sementes é a própria produção, seguida da compra em comércio local e a oferta dos agricultores vizinhos.¹

Além disso, a agricultura é baseada em um modelo familiar de subsistência, com uma média de 1hc cultivado por cada grupo familiar, atuando de forma desorganizada; o setor de agroprocessamento é ineficiente e o mercado não conta com um sistema de circulação eficiente de mercadorias.

Quanto ao agroprocessamento, as situações que se apresentam podem ser agrupadas da seguinte maneira:

i) cerca de 90% de indústria transformadora é constituída por unidades de pequenas e microempresas, concentradas nas zonas urbanas e suburbanas; ii) abundância de produtos e recursos naturais no meio rural que são subaproveitados devido à falta de condições para o processamento; e iii) a implantação de indústrias de processamento agroalimentar em algumas regiões é condicionada à preexistência de infraestrutura: água, energia e vias de acesso.

Assim, assegurar o desejo de aumento sustentável da produção agropecuária e conseguir a autossuficiência em alimentos básicos no campo, bem como a obtenção de excedentes agrícolas para abastecimento urbano, passa necessariamente por uma intervenção imediata e integrada nos principais segmentos da cadeia de valor (produção agrícola, semiprocessamento ou processamento e distribuição), especificamente em pesquisa tecnológica e em transferência de tecnologia. Para ser consistente e eficiente, tal intervenção precisa ser moldada com base nas necessidades, desejos e perspectivas das comunidades beneficiárias.

Assim, deve ser levada em consideração a necessidade de se preservar os hábitos alimentares de cada comunidade, tendo em vista aspectos históricos e culturais. Nesse sentido, um programa de segurança alimentar em Moçambique deve se valer, em princípio, dos produtos valorizados e consumidos em larga escala pela população e que também possam ser de fácil acesso às camadas mais empobrecidas, levando em consideração as dificuldades econômicas enfrentadas pela população.

3.2. A situação agrária em Moçambique e Ações Governamentais

3.2.1. Contexto

De acordo com o Relatório Final de Auditoria do Sector Agrário de Moçambique (2010)² nas últimas décadas, o país tem sido alvo constante de governos e instituições estrangeiras na tentativa de auxiliar o desenvolvimento sustentável das áreas rurais com vistas a: reduzir a pobreza e a vulnerabilidade e criar riqueza.

O marco da estratégia de desenvolvimento do setor agrário está baseado no Plano Nacional de Desenvolvimento (PARPA I e II) que obedece a um Plano superior do governo que consiste no Programa Quinquenal do Governo. O governo conta, ainda, com vários planos e estratégias como o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário I e II (PROAGRI) e a Estratégia da "Revolução Verde".

Para fazer face ao problema alimentar, o governo moçambicano implantou o PROAGRI I com o objetivo de reduzir a pobreza e promover a segurança alimentar. Em termos de produtivos o PROAGRI I se orientou

¹ Dados do Relatório da Monitoria da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional, agosto, 2009 – República de Moçambique, Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional.

² Dados extraídos do Relatório Final de Auditoria do Sector Agrário de Moçambique, agosto, 2010 - República de Moçambique, Ministério das Finanças, Inspeção Geral De Finanças.

para a promoção de cultivos monetizáveis como o tabaco, algodão, cana de açúcar e castanha de caju e, em continuidade, Já o PROAGRI II se orientou, por sua vez, para mudar a produção agrícola de subsistência, para a produção dirigida ao mercado, em detrimento da pequena agricultura alimentar.

Em 2008, o Plano de Ação para a Produção de Alimentos (PAPA) foi instituído com o objetivo de reduzir a dependência na importação de alimentos e buscava ampliar a produção e produtividade dos principais produtos agrícolas usados para fins alimentares: milho, arroz, trigo, girassol, soja, frango, batata e mandioca.

Em 2010, com vigência até 2019, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário, foi implantado para lograr um setor agrário sustentável com competitividade a partir dos seguintes temas prioritários: segurança alimentar e melhoramento das condições nutricionais; competitividade da produção nacional e elevação da renda dos agricultores; e o uso sustentável dos recursos naturais e preservação do meio ambiente. São cinco as metas estratégicas: aumentar a produção de alimentos; aumentar a produção dirigida ao mercado; aumentar a competitividade dos agricultores; utilizar de forma sustentável o solo, água e as florestas; e desenvolver a capacidade institucional do setor agrário.

Não obstante o que é colocado no Relatório Final de Auditoria observa-se a fragilidade das práticas agrárias no sul do país, no que diz respeito às hortaliças, incluindo aí desde a compra de insumos para a produção até o processo de produção e pós-colheita.

Soma-se a isso o fato de que a terra é do Estado fazendo com que o pequeno produtor não tenha consciência da necessidade de manejo adequado visando à conservação de água e solo. Como o agricultor não é proprietário da terra, ele não investe em estruturas adequadas de captação e condução de água nos perímetros irrigados. Como consequência, são observados problemas de salinização e erosão, ocasionados pelo manejo inadequado da água.

3.2.2. O Sistema de Investigação Agrária

Diante de uma dinâmica agropecuária caracterizada pelo baixo uso de tecnologias e de sementes melhoradas, e os baixos volumes de produção per capita, o Governo de Moçambique, está aperfeiçoando sua capacidade de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia agropecuária, criando o IIAM – Instituto de Investigação Agrária de Moçambique.

Atualmente o IIAM enfrenta o desafio de consolidar uma estrutura de financiamento equilibrada, que inclua uma combinação de recursos provenientes de fundos competitivos, contratos de desenvolvimento tecnológico e de privilégios, com um orçamento institucional que permita a estabilidade necessária para a realização de investimentos em capacitação e infraestrutura, assim como a alocação de recursos em projetos estratégicos de longo prazo.

O IIAM também é vulnerável no que se refere ao planejamento, gestão e monitoria das atividades de investigação agrária realizadas com a colaboração e apoio de um grande número de os centros de investigação internacionais e instituições bilaterais e multilaterais atuantes em Moçambique.

3.2.3. Outros projetos e principais doadores

Para além das atividades específicas de investigação agrária, várias instituições internacionais atuam como doadores de recursos para execução de projetos nas áreas de apoio à produção e ao comércio de insumos, cooperativismo e associativismo rural, assistência técnica e extensão rural e de treinamento de pessoal técnico e de produtores, destacando-se: i) a FAO no financiamento de programas de segurança alimentar, em particular na compra e distribuição de insumos para a agricultura familiar; ii) a CLUSA no apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural; e iii) a AGRA no financiamento de estudos sobre fertilidade de solos.

Incluem-se neste caso os governos da Irlanda e Holanda no apoio as atividades de organização e desenvolvimento social das comunidades rurais, e os governos da França, da Alemanha e Portugal na introdução de matérias de reprodução animal e vegetal.

Atualmente, sob a coordenação do *International Fertilizer Development Center* (IFDC), os seguintes projetos estão em curso:

- *Desenvolvimento da Comercialização de Insumos Agrícolas*, com o objetivo de promover investimentos do setor privado nas tecnologias e comercialização de insumos agrícolas em Moçambique;
- *Programa de Distribuição de Fertilizantes* com a finalidade de estabelecer um programa piloto de distribuição de sementes melhoradas e fertilizantes, contemplando 25 mil produtores de milho e de arroz;
- *Melhoramento da Produção de Milho em Moçambique*, contemplando pequenos produtores no aumento da produção de milho por meio do acesso a insumos agrícolas de qualidade e em programas de treinamento especializado, e que busca fortalecer a cadeia produtiva: produtores, vendedores de insumos, compradores do produto, ONG's e serviços de extensão rural;
- *Desenvolvimento da Comercialização de Produtos Agrícolas em Moçambique*, com a finalidade de promover investimentos do setor privado em modernas tecnologias agrícolas e no aumento da acessibilidade dos produtores a essas tecnologias; e
- *Aumento da Renda, Subsídios e Segurança Alimentar Sustentável*, com o objetivo de estudar o impacto dos subsídios nos fertilizantes e os ganhos no negócio e na qualidade de vida dos produtores; o desenvolvimento de modelos de gestão da produção e da propriedade rural; os níveis de consumo e indicadores de melhoria na qualidade de vida da família, como resultado dos subsídios, do aumento da renda e do aumento da qualidade de vida.

3.3. O “Cinturão Verde” de Maputo e distrito de Moamba

3.3.1. Localização Geográfica

A região alvo do projeto compreende o “cinturão verde” de Maputo e os distritos de Moamba e Boane. A província de Maputo situa-se na região sul de Moçambique, fazendo fronteira com África do Sul e Suazilândia.

3.3.2. Infraestrutura social

A região sul é cortada por um dos mais importantes corredores de desenvolvimento do país: Corredor de Maputo. O corredor de Maputo liga o vale do rio Limpopo até o Porto de Maputo, abrangendo três províncias: Maputo, Gaza e Inhabane.

Ainda assim, a região carece de investimentos em desenvolvimento da produção e escoamento de seus produtos. De acordo com dados do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), essa é a região Moçambique que menos desenvolve a venda dos produtos agrícolas, utilizando a agricultura caracterizada como de subsistência.

A população da região está estimada em 3,7 milhões³ de habitantes sendo a província de Inhabane a mais populosa. As três províncias que compõem a região aparecem entre as que têm maior número percentual de mulheres chefiando famílias: Gaza – 47% (maior índice do país), Maputo – 35% e Inhabane – 37%.

³ Dados do censo 2007 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.

Destaca-se pela qualidade da água consumida na zona rural que é uma das melhores do país, embora as taxas ainda sejam elevadas em termos de fontes não apropriadas de consumo. Nas três províncias cerca de 40% da população rural ainda consome água de fonte inapropriada. Sendo que quase 90% da população rural não tem saneamento básico.⁴

3.3.3. Agroecologia e principais cultivos

O clima na região é tropical seco e tropical árido, caracterizada por uma vegetação de savana de formação baixa. A precipitação é relativamente alta no litoral, decrescendo de forma rápida em direção ao interior. O interior de Gaza possui um clima árido, e caracterizada por ter um dos pontos mais secos do país (Pafuri) com precipitação anual média de 300mm.

Moamba se destaca pela produção de hortícolas, em especial repolho, tomate, pimentão, alho e cebola. Da mesma forma, Boane trabalha com as hortícolas como produtos de comercialização.

3.3.4. Infraestrutura produtiva

No caso específico da região alvo, observa-se que muitos agricultores se organizam em associações, cuja atuação ainda é deficitária, pois o foco é o direito de uso da terra, deixando de fora questões sobre as quais poderiam manter o seu trabalho, como a melhoria do processo de produção e pós-colheita.

Dos problemas observados destacam-se:

1. A produção de hortaliças é intensa, ao ponto de um canteiro ter uso simultâneo por duas ou mais espécies com o plantio da cultura sequencial antes da colheita de um produto.
2. Há uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos.
3. A irrigação é, geralmente, inadequada e realizada de maneira empírica.
4. A colheita é feita por mulheres que vêm da cidade para atuar como intermediárias no processo de comercialização, acondicionando as hortaliças trouxas e levando-as na cabeça e em transportes inadequado para posterior comercialização em diversos pontos de venda.
5. A colheita, o manuseio e o transporte dos produtos são realizados em condições inadequadas de higiene e de garantia de qualidade.
6. Falta de manuseio adequado dos produtos para processamento.
7. A não otimização das funções associativas para a eficiente cooperação entre os produtores.
8. Falta de embalagens adequadas para o transporte e distribuição de hortaliças.
9. Armazenamento inexistente ou inadequado e falta de logística na distribuição de hortaliças.
10. Falta de treinamento dos técnicos para o manuseio adequado de hortaliças.

Tendo em vista esses problemas, a produção de hortícolas da região que é disponibilizada para venda é de baixa qualidade e, por isso, é apenas comercializada em mercados informais e feiras das cidades, uma vez que não tem grande aceitação nas redes de supermercado.

3.3.5. Desafios tecnológicos

⁴ Dados do Relatório da Monitoria da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional, agosto, 2009 – República de Moçambique, Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os problemas da falta de uma oferta de produtos que assegure o atendimento das necessidades de segurança alimentar e de aumento da renda do setor agropecuário regional devem ser resolvidos por meio de uma estratégia dual de intervenção: i) um modelo produtivo orientado para aumento e melhoria a qualidade da produção e conseqüentemente da renda dos pequenos e médios produtores, a partir de ações de organização da produção, do uso de sementes e mudas, e dos processos de irrigação; e ii) a implantação de tecnologias de processamento alimentar visando o melhor aproveitamento da produção propiciando geração de renda para as famílias e associações a partir da possibilidade de comercialização mais intensa dos produtos no mercado local.

Este contexto é reflexo direto das seguintes situações existentes: i) a precariedade da infraestrutura de produção, armazenagem e distribuição de produtos da agricultura; ii) a precariedade da infraestrutura física e institucional do sistema de investigação na região; iii) o desconhecimento da organização social e econômica da população alvo a ocupação indiscriminada das áreas agrícolas, sem utilização de adequadas tecnologias de manejo dos solos, da água e da biodiversidade; e iii) os baixos níveis de produção e de produtividade agrícola, em decorrência de um precário sistema de aportes de insumos básicos e de divulgação e absorção das tecnologias disponíveis.

3.4. Marco Conceitual

O fortalecimento das relações do Brasil no eixo Sul-Sul passa, obrigatoriamente, por ações de cooperação técnica com os países do continente africano, cenário em que o governo brasileiro tem se destacado e marcado presença como liderança regional, em particular na participação em diversos programas de cooperação, com expressiva presença na área do desenvolvimento agropecuário.

O Brasil é um parceiro habitual na cooperação para o desenvolvimento em diversas áreas como agricultura e saúde, sendo que a parceria brasileira é especialmente relevante no setor da segurança alimentar, principalmente por sua competência na área de pesquisa agropecuária orientada para a produção de alimentos nutritivos.

O governo do Brasil, através do seu programa Fome Zero, reduziu os níveis de desnutrição nas camadas mais pobres do país em 73%. Os programas de alimentação escolar ajudaram na criação de mercados para produtos locais, além de promover o acesso de pequenos produtores rurais ao mercado formal. Entretanto, o sucesso de empreendimentos dessa natureza somente tem continuidade quando baseado em dois pilares: desenvolvimento tecnológico e fortalecimento das capacidades estratégicas transversais; e organização da produção e do processamento de produtos agroalimentares.

Nesta direção, os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram, em 03/03/2010, um Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Cooperação Trilateral, estabelecendo as diretrizes para o desempenho de atividades conjuntas. No âmbito deste Memorando, a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional estão implantando o Programa de Apoio à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique orientado para o fortalecimento institucional da investigação agrária com prioridade para o incremento da produção de alimentos básicos e para o consumo de alimentos nutritivos.

Os programas nutricionais desenvolvidos e implantados no Brasil, tanto pelo Governo brasileiro como por ONGs do setor, apresentam potencial de replicação em Moçambique. No âmbito da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o Brasil tem implantado atividades descentralizadas e intersetoriais, satisfazendo assim as diferentes necessidades alimentares, combinando transferência de recursos diretos, programas

comunitários, programas de nutrição escolar, restaurantes populares e comunitários, parcerias público-privadas e incentivos à agricultura familiar.

Especial atenção deve ser dada às iniciativas que trabalham com alimentação saudável na produção industrial priorizando os baixos teores de gorduras, de sal e de açúcar e com custo reduzido. Além dessas iniciativas, no Brasil é grande o trabalho voltado para as mulheres – principalmente em redes de concessão de financiamento e crédito – que constituem uma parcela expressiva de trabalhadores do campo. Essas duas vertentes apresentam excelente oportunidade de replicação em um país como Moçambique, onde a população rural baseia sua produção no trabalho efetivo das mulheres e o índice de industrialização dos alimentos é ainda inexpressivo.

Todavia, para que a implantação de programas dessa natureza tenha sucesso e seja sustentável, há que se produzirem alimentos em uma escala capaz de promover o necessário equilíbrio entre a oferta de alimentos de origem agrícola e o aumento da demanda por produtos alimentares que estes programas provocam. A promoção de tal equilíbrio pressupõe não apenas a produção de alimentos *in natura*, mas, também seu processamento de maneira a facilitar seu transporte e alongar sua vida útil.

Outra questão a ser levada em consideração, e que é recorrente no tema segurança alimentar, é a necessidade de se preservar os hábitos alimentares de cada comunidade, tendo em vista aspectos históricos e culturais. Nesse sentido, um programa de segurança alimentar em Moçambique deve se valer, em princípio, dos produtos valorizados e consumidos em larga escala pela população e que também possam ser de fácil acesso, levando em consideração as dificuldades econômicas enfrentadas pela população.

Assim, assegurar o desejo de aumento sustentável da produção agropecuária e conseguir a autossuficiência em alimentos básicos no campo, bem como a obtenção de excedentes agrícolas para abastecimento urbano, passa necessariamente por uma intervenção imediata e integrada nos principais segmentos da cadeia de valor (produção agrícola, semiprocessamento ou processamento e distribuição), especificamente em pesquisa tecnológica e em transferência de tecnologia. Para ser consistente e eficiente, tal intervenção precisa ser moldada com base nas necessidades, desejos e perspectivas das comunidades beneficiárias.

4. PROJETO

4.1 Descrição

Tendo em vista que a situação de insegurança alimentar se manifesta tanto em zonas urbanas quanto em comunidades rurais, espera-se que o projeto contribua para caracterizar as práticas produtivas e os hábitos alimentares dos moçambicanos; fortalecer, diversificar e aumentar a produção de hortaliças por meio de implantação de novas tecnologias de cultivo como meio de incremento da oferta de alimentos e como instrumento de diversificação da dieta alimentar das famílias; e promover a modernização das técnicas de agroprocessamento, inclusive em máquinas e equipamentos.

4.2. Objetivo de desenvolvimento

Fortalecer as capacidades estratégicas de produção e distribuição de produtos agroalimentares em Moçambique, em apoio aos programas de segurança alimentar e nutricional desenvolvidos no âmbito da GHFSI – Iniciativa global de combate à fome e Segurança Alimentar.

4.3. Objetivos Específicos

1. Realizar estudos para o apoio à produção, pós-colheita e processamento de hortaliças, para conhecimento das particularidades da produção e do consumo de hortaliças em Moçambique e avaliação das tecnologias, produtos e processos a serem transferidos aos técnicos do IIAM.
2. Desenvolver e fortalecer sistemas de produção, visando ao aumento qualitativo e quantitativo da produção de produtos hortícolas, como instrumentos de diversificação da dieta alimentar em Moçambique.
3. Desenvolver e fortalecer modelos integrados de produção agrícola, pós-colheita e processamento de produtos estratégicos, além de melhorar os sistemas de embalagem, armazenagem e processamento de produtos hortícolas, para suporte aos programas de segurança alimentar e nutricional.
4. Treinar e capacitar técnicos extensionistas no Brasil, Estados Unidos e em Moçambique, para estabelecer uma base de conhecimento técnico em sistemas de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças e de gestão de unidades coletivas de produção e processamento de produtos agroalimentares.

4.4. Resultados e atividades esperados

R.1.1 Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM

A.1.1.1 Levantamento e análise das capacidades instaladas e das particularidades técnicas e socioeconômicas da produção atual de alimentos e dos sistemas de pós-colheita de produtos alimentares em Moçambique. (atividade já realizada em duas missões diagnósticas)

A.1.1.2 Apoio técnico para implantação e operação de uma Unidade Coletiva de Processamento Agroalimentar junto à Associação de Produtores de Maguiguane.

R.1.2 Base de conhecimentos socioeconômicos sobre as cadeias produtivas de hortaliças ampliado.

A.1.2.1 Caracterização sócio-econômica dos sistemas de produção e comercialização de hortaliças

A.1.2.2 Estudo da composição, da estruturação e do desempenho das cadeias de hortaliças

A.1.2.3 Análise dos custos de produção e dos preços de comercialização de hortaliças

A.1.2.4 Estudo de hábitos alimentares nas regiões cobertas pelo projeto

A.1.2.5 Avaliação das atividades, técnicas e práticas produtivas transferidas

R.2.1 Sistemas de Produção de Hortaliças fortalecidos.

A.2.1.1 Estruturação de área experimental para produção e irrigação.

A.2.1.2 Estruturação de irrigação, com implantação de experimentos de sistemas de irrigação.

A.2.1.3 Implantação de experimentos nas estações do IIAM em Umbeluze.

A.2.1.4 Ações de transferência de tecnologias e conhecimentos nas zonas verdes de Maputo e Moamba.

R.3.1 Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados e IIAM fortalecido na área de olericultura

A.3.1.1 Apoio técnico na realização de estudos para definição da demanda por treinamento e capacitação, escolha de treinandos e no preparo de programas de treinamento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e nos Estados Unidos, visando à formação de multiplicadores locais na área de produção de hortaliças.

A.3.1.2 Apoio técnico na realização de estudos para definição da demanda por treinamento e capacitação, escolha dos treinandos e no preparo de programas de treinamento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, Moçambique e Estados Unidos, visando à formação de multiplicadores locais na área de pós-colheita e processamento agroalimentar.

R.4.1 Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas.

A.4.1.1 Apoio técnico para implantação e operação de uma Unidade Coletiva de Processamento Agroalimentar na Estação Agrícola de Umbeluzé.

A.4.1.2 Supervisão, acompanhamento e avaliação da formação e atuação da equipe em Moçambique e funcionamento das Unidades Coletivas de Processamento Agroalimentar

A.4.1.3 Apoio à introdução e à adaptação de produtos e de técnicas de processamento das cultivares e dos materiais adequados a agroindustrialização.

5. ORÇAMENTO

➤ Por atividades

R.1.1 Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM

A.1.1.2 Apoio técnico para implantação e operação de uma Unidade Coletiva de Processamento Agroalimentar junto à Associação de Produtores de Maguiguane.

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagens aéreas | ABC | Prevista na 2.2.1 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 7 dias x USD 245,00 x 5 viagens) | ABC | 17.150,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos IIAM x 27 dias x USD 80,00) | USAID | 6.480,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 4 viagens) | ABC | 800,00 | 71.600 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 5 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 7.500,00 | 72.100 |
| Serviços contratados – empresas: projeto de refrigeração (estimativa) | USAID | Prevista 2.2.1 | 72.100 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 27 dias) | IIAM | 25.920,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa 100,00 X 8 horas X 35 dias) | Embrapa | 56.000,00 | 71.300 |
| Materiais (incluindo obras civis), bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 120.000,00 | 72.300 |
| Passagem UF | USAID | | 71.600 |

| | | | |
|------------------------|-------|-------------------|--------|
| Diária UF | USAID | | 71.600 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 10.162,00 | 74.500 |
| Total | | 244.012,00 | |

R.1.2 Base de conhecimentos socioeconômicos sobre as cadeias produtivas de hortaliças ampliado.

A.1.2.1 Caracterização sócio-econômica dos sistemas de produção e comercialização de hortaliças

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 2 viagens) | ABC | 11.600,00 | 71.600 |
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 2,900.00 X 1 viagem) | ABC | 5.800,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x 7 dias x USD 245,00) | ABC | 3.430,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 14 dias x USD 245,00) | ABC | 6.860,00 | 71.60 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 400,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | ABC | 200,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 22.400,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (1 técnicos SRI/Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 7 dias) | Embrapa | 5.600,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 10 dias) | IIAM | 6.400,00 | 71.300 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 10 dias x USD 80,00) | USAID | 1.600,00 | 71.600 |
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (1 técnico Embrapa x USD 2,900.00 X 1 viagem) | ABC | 2.900,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico da Embrapa x 7 dias x USD 245,00) | ABC | 1.715,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1técnico Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | ABC | 100,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (1 técnico Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 7 dias) | Embrapa | 5.600,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 5 dias) | IIAM | 3.200,00 | 71300 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 5 dias x USD 80,00) | USAID | 800,00 | 71.600 |
| Materiais ,bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 20.000,00 | 72.300 |
| Serviços Contratados – Indivíduos (6 Bolsistas x USD 300 x 3 meses + 1 Supervisor x USD 350 x 3 meses) | USAID | 6.450,00 | 71.400 |

| | | | |
|---|-------|-------------------|--------|
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 3 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 4.500,00 | 72.100 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 6.000,00 | 74.500 |
| Total | | 115.555,00 | |

A.1.2.2 Estudo da composição, da estruturação e do desempenho das cadeias de hortaliças

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 2 viagens) | ABC | 11.600,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 14 dias x USD 245,00) | ABC | 6.860,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 10 dias x USD 80,00) | USAID | 1.600,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 400,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 22.400,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 10 dias) | IIAM | 6.400,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 3 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 4.500,00 | 72.100 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 6.000,00 | 74.500 |
| Total | | 59.760,00 | |

A.1.2.3 Análise dos custos de produção e dos preços de comercialização de hortaliças

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 2 viagens) | ABC | 11.600,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 14 dias x USD 245,00) | ABC | 6.860,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 10 dias x USD 80,00) | USAID | 1.600,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 400,00 | 71.600 |

| | | | |
|--|---------|------------------|--------|
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 22.400,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 10 dias) | IIAM | 6.400,00 | 71.300 |
| Serviços Contratados – Indivíduos (3 Bolsistas x USD 300 x 12 meses + 1 Supervisor x USD 350 x 12 meses) | USAID | 15.000,00 | 71.400 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 3 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 4.500,00 | 72.100 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 6.000,00 | 74.500 |
| Total | | 74.760,00 | |

A.1.2.4 Estudo de hábitos alimentares nas regiões cobertas pelo projeto

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|--|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 2 viagens) | ABC | 11.600,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 14 dias x USD 245,00) | ABC | 6.860,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 10 dias x USD 80,00) | USAID | 1.600,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 400,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 22.400,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 10 dias) | IIAM | 6.400,00 | 71.300 |
| Serviços Contratados – Indivíduos (3 Bolsistas x USD 300 x 3 meses + 1 Supervisor x USD 350 x 3 meses) | USAID | 3.750,00 | 71.400 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 3 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 4.500,00 | 72.100 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 6.000,00 | 74.500 |
| Total | | 63.510,00 | |

A.1.2.5 Avaliação das atividades, técnicas e práticas produtivas transferidas

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 2 viagens) | ABC | 11.600,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 14 dias x USD 245,00) | ABC | 6.860,00 | 71.600 |
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 2,900.00 X 1 viagem) | ABC | 5.800,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x 7 dias x USD 245,00) | ABC | 3.430,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | ABC | 200,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (1 técnicos SRI/Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 7 dias) | Embrapa | 5.600,00 | 71.300 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 10 dias x USD 80,00) | USAID | 1.600,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 400,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 22.400,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 10 dias) | IIAM | 6.400,00 | 71.300 |
| Serviços Contratados – Indivíduos (3 Bolsistas x USD 300 x 3 meses + 1 Supervisor x USD 350 x 3 meses) | USAID | 3.750,00 | 71.400 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 3 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 4.500,00 | 72.100 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 6.000,00 | 74.500 |
| Total | | 78.540,00 | |

R.2.1 Sistemas de Produção de Hortaliças fortalecidos.

A.2.1.1 Estruturação de área experimental para produção e irrigação

| Descrição do custo | Fonte | Valor em USD | Linha orçamentária |
|---|---------|------------------|--------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (1 técnico Embrapa x USD 2,900.00) | ABC | 2.900,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico da Embrapa x 14 dias x USD 245,00) | ABC | 3.430,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 12 dias x USD 80,00) | USAID | 1.920,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico Embrapa x USD 100,00) | ABC | 100 | 71.600 |
| Horas técnicas (1 técnico Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 11.200,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 12 dias) | IIAM | 7.680,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 2 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 3.000,00 | 72.100 |
| Serviços contratados – empresas: (estimativa) | USAID | 500 | 72.100 |
| Materiais ,bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 20.000,00 | 72.300 |
| Materiais , bens e equipamentos (estimativa para obras civis) | USAID | 1.000,00 | 72.300 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 1.000,00 | 74.500 |
| Total | | 52.730,00 | |

A.2.1.2 Estruturação de irrigação, com implantação de experimentos de sistemas de irrigação.

| Descrição do custo | Origem | Valor em USD | Linha orçamentária |
|--|---------|--------------|--------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (1 técnico Embrapa x USD 2,900.00 X 5 viagens) | ABC | 14.500,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico da Embrapa x 56 dias x USD 245,00) | ABC | 13.720,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnicos IIAM x 46 dias x USD 80,00) | USAID | 3.680,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico Embrapa x USD 100,00 x 5 viagens) | ABC | 500 | 71.600 |
| Horas técnicas (1 técnico Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 56 dias) | Embrapa | 44.800,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (1 técnico IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 46 dias) | IIAM | 14.720,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 8 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 12.000,00 | 72.100 |
| Materiais ,bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 1.000,00 | 72.300 |
| Materiais , bens e equipamentos (estimativa para obras civis) | USAID | 500,00 | 72.300 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 1.000,00 | 74.500 |

| | | | |
|--------------|--|-------------------|--|
| Total | | 106.420,00 | |
|--------------|--|-------------------|--|

A.2.1.3 Implantação de experimentos nas estações do IIAM em Umbeluze

| Descrição do custo | Origem | Valor em USD | Linha orçamentária |
|---|---------|-------------------|--------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 2 viagens) | ABC | 11.600,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 21 dias x USD 245,00) | ABC | 10.290,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos IIAM x 17 dias x USD 80,00) | USAID | 2.720,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnico Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 400 | 71.600 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 21 dias) | Embrapa | 33.600,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 17 dias) | IIAM | 10.880,00 | 71.300 |
| 3 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 4.500,00 | 72.100 |
| Serviços contratados – empresas: (estimativa) | USAID | 500 | 72.100 |
| Materiais ,bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 25.000,00 | 72.300 |
| Materiais , bens e equipamentos (estimativa para obras civis) | USAID | 500,00 | 72.300 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 500,00 | 74.500 |
| Total | | 100.490,00 | |

A.2.1.4 Ações de transferência de tecnologias e conhecimentos nas zonas verdes de Maputo e Moamba.

| Descrição do custo | Origem | Valor em USD | Linha orçamentária |
|---|---------|--------------|--------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (3 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 2 viagens) | ABC | 17.400,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos da Embrapa x 14 dias x USD 245,00) | ABC | 10.290,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos IIAM x 10 dias x USD 80,00) | USAID | 2.400,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (3 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 600 | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 33.600,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 10 dias) | IIAM | 9.600,00 | 71.300 |

| | | | |
|--|-------|------------------|--------|
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 2 veículos x 2 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 6.000,00 | 72.100 |
| Materiais ,bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 5.000,00 | 72.300 |
| Materiais , bens e equipamentos (estimativa para obras civis) | USAID | 500,00 | 72.300 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 500,00 | 74.500 |
| Total | | 85.890,00 | |

R.3.1 Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados e IIAM fortalecido na área de olericultura

A.3.1.1 Apoio técnico na realização de estudos para definição da demanda por treinamento e capacitação, escolha de treinandos e no preparo de programas de treinamento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e nos Estados Unidos, visando à formação de multiplicadores locais na área de produção de hortaliças

| Descrição do custo | Origem | Valor em USD | Linha orçamentária |
|---|---------|--------------|--------------------|
| Passagem aérea Brasília-Alabama-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2.000,00 X 1 viagem) | USAID | 4.000,00 | 71.600 |
| Passagem aérea Maputo-Alabama-Maputo (2 técnicos IIAM x USD 2.500,00 X 1 viagem) | USAID | 5.000,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa + 2 técnicos do IIAM x 13 dias x USD262,00) | USAID | 13.624,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa + 2 técnicos do IIAM x USD 100,00 x 1 viagem) | USAID | 400 | 71.600 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 13 dias) | Embrapa | 20.800,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 13 dias) | IIAM | 8.320,00 | 71.300 |
| Passagem aérea Brasília-Flórida-Brasília (1 técnico Embrapa x USD 1.500,00 X 1 viagem) | USAID | 1500 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico da Embrapa x 8 dias x USD272,00) | USAID | 2176 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | USAID | 100 | 71.600 |
| Horas técnicas (1 técnico Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 8dias) | Embrapa | 6.400,00 | 71.300 |
| Passagem aérea Maputo - Brasília - Maputo (3 técnicos IIAM x USD 2.900,00 X 1 viagem) | USAID | 8700 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos do IIAM x 7 dias x USD187,50) | USAID | 3937,5 | 71.600 |

| | | | |
|--|---------|-------------------|--------|
| Seguros-viagem (3 técnicos IIAM x USD 100,00 x 1 viagem) | USAID | 300 | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 10 dias) | Embrapa | 24.000,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 5 dias) | IIAM | 4.800,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 1 veículo x 1 semana X USD 1.000,00) | ABC | 1.000,00 | 72.100 |
| Materiais ,bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 2.000,00 | 72.300 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 500,00 | 74.500 |
| Total | | 107.557,50 | |

A.3.1.2 Apoio técnico na realização de estudos para definição da demanda por treinamento e capacitação, escolha dos treinandos e no preparo de programas de treinamento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, Moçambique e Estados Unidos, visando à formação de multiplicadores locais na área de pós-colheita e processamento agroalimentar.

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|--|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Maputo - Brasília - Maputo (3 técnicos IIAM x USD 2.900,00 X 1 viagem) | USAID | 8.700,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos do IIAM x 14 dias x USD187,50) | USAID | 7.875,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (3 técnicos IIAM x USD 100,00 x 1 viagem) | USAID | 300,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 14 dias) | IIAM | 13.440,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 10 dias) | Embrapa | 16.000,00 | 71.300 |
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 1 viagem) | ABC | 5.800,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 7 dias x USD 245,00) | ABC | 3.430,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos IIAM x 5 dias x USD 80,00) | USAID | 1.200,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | ABC | 200,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 5 dias) | IIAM | 4.800,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 7 dias) | Embrapa | 11.200,00 | 71.300 |

| | | | |
|--|---------|-------------------|--------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 2,900.00 X 1 viagem) | ABC | 5.800,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x 7 dias x USD 245,00) | ABC | 3.430,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | ABC | 200,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (1 técnicos SRI/Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 7 dias) | Embrapa | 5.600,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 2 veículos x 1semana X USD 1.500,00) | USAID | 3.000,00 | 72.100 |
| Passagem aérea Brasília-Flórida-Brasília (3 técnicos Embrapa x USD 1.500,00 X 1 viagem) | USAID | 4.500,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos da Embrapa x 15 dias x USD272,00) | USAID | 12.240,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (3 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | USAID | 300,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 15 dias) | Embrapa | 24.000,00 | 71.300 |
| Passagem aérea Maputo-Flórida-Maputo (técnico Embrapa x USD 1.200,00 X 1 viagem) | USAID | | 71.600 |
| Diárias (1 técnico IIAM x 7 dias x USD272,00) | USAID | | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico IIAM x USD 100,00 x 1 viagem) | USAID | | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 15 dias) | IIAM | | 71.300 |
| Materiais, bens e equipamentos (despesas com materiais, uso de planta piloto, combustível no Brasil)- estimativa | USAID | 1.500,00 | 72.300 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 3.357,00 | 74.500 |
| Total | | 136.872,00 | |

R.4.1 Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas.

A.4.1.1 Apoio técnico para implantação e operação de uma Unidade Coletiva de Processamento Agroalimentar na Estação Agrícola de Umbeluze.

| Descrição do Custo | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2,900.00 X 4 viagens) | ABC | 23.200,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 7 dias x USD 245,00 x 5 viagens) | ABC | 17.150,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos IIAM x 27 dias x USD 80,00) | USAID | 6.480,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 4 viagens) | ABC | 800,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 27 dias) | IIAM | 25.920,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 35 dias) | Embrapa | 56.000,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 2 veículos x 5 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 15.000,00 | 72.100 |
| Serviços contratados – empresas: projeto de refrigeração (estimativa) | USAID | 5.000,00 | 72.100 |
| Materiais ,bens e equipamentos (estimativa) | USAID | 100.000,00 | 72.300 |
| Materiais , bens e equipamentos (estimativa para obras civis) | USAID | 100.000,00 | 72.300 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 28.822,00 | 74.500 |
| Total | | 378.372,00 | |

A.4.1.2 Supervisão, acompanhamento e avaliação da formação e atuação da equipe em Moçambique e funcionamento das Unidades Coletivas de Processamento Agroalimentar.

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2.900,00 X 6 viagens) | ABC | 34.800,00 | 71.600 |

| | | | |
|---|---------|-------------------|--------|
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 7 dias x USD 245,00 x 6 viagens) | ABC | 20.580,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos IIAM x 30 dias x USD 80,00) | USAID | 7.200,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 6 viagens) | ABC | 1.200,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 30 dias) | IIAM | 28.800,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 42 dias) | Embrapa | 67.200,00 | 71.300 |
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 2,900.00 X 1 viagem) | ABC | 5.800,00 | 71.600 |
| Diárias (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x 7 dias x USD 245,00) | ABC | 3.430,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (1 técnico ABC + 1 técnico SRI/Embrapa x USD 100,00 x 1 viagem) | ABC | 200,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (1 técnicos SRI/Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 7 dias) | Embrapa | 5.600,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 2 veículos x 6 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 18.000,00 | 74.500 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 9.091,50 | 74.500 |
| Total | | 201.901,50 | |

A.4.1.3 Apoio à introdução e à adaptação de produtos e de técnicas de processamento das cultivares e dos materiais adequados a agroindustrialização.

| Categoria da despesa | Fonte | Valor em US\$ | Linha Orçamentária |
|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Passagem aérea Brasília-Maputo-Brasília (2 técnicos Embrapa x USD 2.900,00 X 2 viagens) | ABC | 11.600,00 | 71.600 |
| Diárias (2 técnicos da Embrapa x 7 dias x USD 245,00 x 2 viagens) | ABC | 6.860,00 | 71.600 |
| Diárias (3 técnicos IIAM x 10 dias x USD 80) | USAID | 2.400,00 | 71.600 |
| Seguros-viagem (2 técnicos Embrapa x USD 100,00 x 2 viagens) | ABC | 400,00 | 71.600 |
| Horas técnicas (2 técnicos Embrapa X USD 100,00 X 8 horas X 14 dias) | Embrapa | 22.400,00 | 71.300 |
| Horas técnicas (3 técnicos IIAM X USD 40,00 X 8 horas X 10 dias) | IIAM | 9.600,00 | 71.300 |
| Serviços contratados - empresas (aluguel de 2 veículos x 2 semanas X USD 1.500,00) | USAID | 6.000,00 | 74.500 |
| Despesas de miscelânea | USAID | 3.030,50 | 74.500 |
| Total | | 62.290,50 | |

➤ **Por resultados e atividades**

| Resultados/atividades | ABC | Embrapa | USAID | IIAM | TOTAL |
|------------------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| R.1.1 | | | | | |
| 1.1.1 | 17.950,00 | 56.000,00 | 144.142,00 | 25.920,00 | 236.512,00 |
| Subtotal | 17.950,00 | 56.000,00 | 144.142,00 | 25.920,00 | 236.512,00 |
| R.1.2 | | | | | |
| 1.2.1 | 33.005,00 | 33.600,00 | 39.350,00 | 9.600,00 | 115.555,00 |
| 1.2.2 | 18.860,00 | 22.400,00 | 12.100,00 | 6.400,00 | 59.760,00 |
| 1.2.3 | 18.860,00 | 22.400,00 | 27.100,00 | 6.400,00 | 74.760,00 |
| 1.2.4 | 28.290,00 | 22.400,00 | 15.850,00 | 6.400,00 | 72.940,00 |
| 1.2.5 | 28.290,00 | 22.400,00 | 15.850,00 | 6.400,00 | 72.940,00 |

| | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Subtotal | 127.305,00 | 123.200,00 | 110.250,00 | 35.200,00 | 395.955,00 |
| Total | | | | | |
| 2.1.1 | 6.430,00 | 11.200,00 | 27.420,00 | 7.680,00 | 52.730,00 |
| 2.1.2 | 28.720,00 | 44.800,00 | 18.180,00 | 14.720,00 | 106.420,00 |
| 2.1.3 | 22.290,00 | 33.600,00 | 33.720,00 | 10.880,00 | 100.490,00 |
| 2.1.4 | 28.290,00 | 33.600,00 | 14.400,00 | 9.600,00 | 85.890,00 |
| Subtotal | 85.730,00 | 123.200,00 | 93.720,00 | 42.880,00 | 345.530,00 |
| R.3.1 | | | | | |
| 3.1.1 | 1.000,00 | 51.200,00 | 42.237,50 | 13.120,00 | 107.557,50 |
| 3.1.2 | 18.860,00 | 56.800,00 | 42.972,00 | 18.240,00 | 136.872,00 |
| Subtotal | 19.860,00 | 108.000,00 | 85.209,50 | 31.360,00 | 244.429,50 |
| R.4.1 | | | | | |
| 4.1.1 | 41.150,00 | 56.000,00 | 255.302,00 | 25.920,00 | 378.372,00 |
| 4.1.2 | 66.010,00 | 72.800,00 | 34.291,50 | 28.800,00 | 201.901,50 |
| 4.1.3 | 18.860,00 | 22.400,00 | 11.430,50 | 9.600,00 | 62.290,50 |
| Subtotal | 126.020,00 | 151.200,00 | 301.024,00 | 64.320,00 | 642.564,00 |
| Coordenação e supervisão Embrapa | | | | | |
| Subtotal | 192.000,00 | | | | |
| TOTAL | 568.865,00 | 561.600,00 | 734.345,50 | 199.680,00 | 1.864.990,50 |
| % | 30,50% | 30,11% | 39,38% | 10,71% | 100% |

➤ **Por execução direta**

| Fonte | Recurso | % |
|-------|--------------|-----|
| ABC | 568.865,00 | 44 |
| USAID | 734.345,50 | 56 |
| Total | 1.303.210,50 | 100 |

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| ATIVIDADES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| R.1.1 - Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1.1.1(executada) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1.1.2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| R.1.2 - Base de conhecimentos socioeconômicos sobre as cadeias produtivas de hortaliças ampliado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1.2.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1.2.2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1.2.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1.2.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1.2.5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| R.2.1 - Sistemas de Produção de Hortaliças fortalecidos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.2.1.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.2.1.2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.2.1.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.2.1.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| R.3.1 - Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados e IIAM fortalecido na área de olericultura | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.3.1.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.3.1.2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| R.4.1 - Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.4.1.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.4.1.2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.4.1.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

7. GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

No Brasil, a Embrapa, como braço executivo da parte brasileira, coordenará a execução do Projeto através da Coordenadoria de Cooperação Técnica da Secretaria de Relações Internacionais (CCT/SRI), atuando na mobilização das competências das Unidades da Embrapa envolvidas; ii) no acompanhamento e controle do avanço das atividades programadas; iii) no apoio aos técnicos Moçambicanos em treinamento no Brasil; iv) na avaliação técnica, econômica e social dos resultados alcançados; e v) na preparação de relatórios trimestrais de avanço.

7.1. Equipe do Projeto - Embrapa

- André Yves Cribb (Embrapa Agroindústria de Alimentos) – Socioeconomia
- Edson Guiducci Filho (Embrapa Hortaliças) – Socioeconomia
- Fernando Teixeira Silva (Embrapa Agroindústria de Alimentos) – Pós-colheita e Processamento
- Francisco Vilela Resende (Embrapa Hortaliças) – Sistema de Produção
- Henoque Ribeiro da Silva (Embrapa Hortaliças) – Sistema de Produção
- Murillo Freire Júnior (Embrapa Agroindústria de Alimentos) – Pós-colheita e Processamento
- Neide Botrel Gonçalves (Embrapa Hortaliças) – Pós-colheita e Processamento
- Nuno Rodrigo Madeira (Embrapa Hortaliças) – Sistema de Produção

7.2. Principais Responsabilidades

1. Ponto Focal do Projeto em Moçambique: pesquisador e/ou técnico da Embrapa, baseado em Moçambique responsável pela condução das atividades do projeto no país e das articulações necessários com a instituição recipiendária. Também é de sua responsabilidade analisar *ex-ante* a viabilidade técnica, econômica e social dos projetos e atividades programadas, a avaliação efetiva, e os resultados *ex-post* da realização dos projetos de investigação e dos projetos estruturantes implantados.
2. Responsável Técnico no Brasil: técnico da SRI designado para acompanhar o projeto (incluindo avaliação), no Brasil, promovendo a articulação com o Responsável do projeto em Moçambique, com a ABC e com a USAID.
3. Líder de Resultado/Ação: integrante da equipe do projeto, responsável por um dos resultados/ações do projeto, que deverá reportar-se ao Responsável Técnico no Brasil, ao Responsável do Projeto em Moçambique e às contrapartes envolvidas.

4. A execução do PCT contará com um Comitê de Coordenação do Projeto (CCP), integrado por um representante da ABC, da USAID, da Universidade da Flórida, da Universidade de Michigan e da Embrapa, que secretariará as reuniões. O CCP terá reuniões ordinárias semestrais ou extraordinárias, quando solicitado por uma das partes. Este Comitê terá a responsabilidade de proporcionar as orientações estratégicas para a execução do projeto, aprovar os Planos Anuais de Trabalho (PAT), apoiar a Embrapa na articulação das instituições locais para a implantação dos diversos componentes, monitorar a execução do projeto por meio dos relatórios de progresso e de meio termo e recomendar eventuais mudanças no PCT. Os membros do CCP deverão estar nomeados antes de iniciar a execução do PCT.
5. Comitê de Avaliação de meio termo: A CCT/SRI coordenará a realização de uma avaliação de meio termo aos 18 meses da execução do projeto por meio de um comitê composto por membros externos ao projeto. Os resultados dessa avaliação serão discutidos com os principais atores participantes do projeto e utilizados para fazer eventuais ajustes no PCT. Uma vez terminada a execução do PCT, será realizada uma nova avaliação por esse comitê externo para realizar uma avaliação final sobre a execução do PCT tendo como foco os resultados alcançados e as lições aprendidas.

Durante o período de execução do projeto, o Ponto Focal do Projeto em Moçambique, com o apoio dos líderes participantes, preparará, trimestralmente, um relatório sobre os avanços na execução do projeto incluindo os produtos e resultados obtidos, os problemas detectados e os eventuais ajustes necessários. Esses relatórios serão ingressados no Sistema Embrapa de Gestão (SEG) pela SRI/CCT e enviados à ABC. Ainda, semestralmente, deverá ser encaminhado um relatório gerencial. Os modelos dos relatórios são apresentados no Anexo I.

8. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Embrapa, a USAID, a Universidade da Flórida (UF), a Universidade de Michigan e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), trabalharão em conjunto para o alcance dos objetivos do Projeto, como segue.

8.1 Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Enquanto cofinanciadora do Projeto a ABC encarregar-se-á do financiamento das atividades programadas e coordenar sua execução, em conjunto com o Ministério da Agricultura de Moçambique e com a USAID.

A ABC também se compromete a assegurar o diálogo entre as partes envolvidas no Brasil e em Moçambique; efetuar a gestão administrativa e financeira do uso dos recursos objeto do financiamento, sob demanda da entidade executora; e designar um técnico responsável para coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades do Projeto, assim como para estabelecer e intermediar os trâmites administrativos internos junto ao PNUD.

8.2 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

A Embrapa, através da Secretaria de Relações Internacionais, garantirá o suporte técnico na execução das ações programadas nas áreas de investigação agrícola, de desenvolvimento institucional, de produção de sementes, transferência de tecnologia e treinamento.

Sob a orientação da Secretaria de Relações Internacionais, as atividades programadas no Brasil serão realizadas pela Embrapa Hortaliças e pela Embrapa Agroindústria de Alimentos em missões específicas, segundo os diferentes temas, sob a orientação da coordenação do Projeto Embrapa Moçambique, localizada em Maputo.

8.3. Universidade da Flórida e Universidade Estadual de Michigan

A Universidade da Flórida e a Universidade Estadual de Michigan, como representantes da USAID no projeto, deverão trabalhar efetivamente em todos os três componentes, em atividades próprias, conforme acordado, além de garantir os repasses financeiros necessários para a execução das atividades do projeto.

8.4. Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)

Enquanto instituição recipiendária, as atividades necessárias à execução do Projeto devem ser sempre realizadas em conjunto com uma equipe de técnicos do quadro permanente do IIAM, colocados à disposição do Projeto segundo os respectivos temas.

Neste caso, um representante da equipe de técnicos do IIAM, um representante da Diretoria Provincial de Agricultura, e o Ponto Focal da Embrapa em Moçambique, devem conformar um Comitê Executivo do Projeto, com a incumbência de zelar pelo bom andamento dos trabalhos, e estabelecer as necessárias relações com o Ministério da Agricultura e com as Direções Provinciais, e demais instituições parceiras, visando a efetividade e o compartilhamento das ações de âmbito local.

Entre outras, o IIAM terá como funções principais: i) colocar à disposição do Projeto recursos humanos qualificados para formação de um comitê executivo interno com a responsabilidade de acompanhar e dar posterior continuidade às ações de gestão estratégica das atividades de investigação agrária e de reforço da capacidade estratégicas transversais; ii) oferecer como contrapartida ao financiamento do Projeto, o apoio logístico em instalações, veículos e em horas técnicas de pessoal técnico e administrativo, entre outros, necessários ao desenvolvimento de cursos, treinamentos e visitas a campo; e iii) validar e adotar as medidas institucionais e administrativas necessárias à implantação das ações estratégicas a serem propostas no âmbito do Projeto.

8.5. USAID

Cofinanciadora das atividades do Projeto conforme definido no plano de alocação de recursos.

9. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (DPI)

9.1. Relato de Propriedade Intelectual

Toda Propriedade Intelectual (PI) que for concebida, descoberta, desenvolvida ou colocada em prática na execução deste PROJETO deverá ser relatada por escrito à Embrapa em prazo adequado, pelo **RECIPIENDÁRIO**. Tal PI inclui, mas não se limita, a manuscritos, programas de computador, invenções, desenvolvimentos, descobertas, conceitos, marcas registradas, logotipos, informações confidenciais e similares, sejam eles patenteáveis ou sujeitos a direitos autorais ou não.

9.2. Dos Direitos de PI

A menos que um acordo em separado entre as partes estabeleça de outra maneira, a propriedade dos direitos de PI concebidos, descobertos, desenvolvidos ou colocados em prática pelo **RECIPIENDÁRIO**, durante a execução deste PROJETO, será de propriedade da Embrapa.

9.3. Respeito aos direitos de PI de Terceiros

As partes concordam em respeitar os direitos de propriedade e PI de outros para materiais e outros bens, utilizados em conjunto.

9.4. Uso dos nomes, marcas registradas e logotipos da Embrapa

Para uso pelo **RECIPIENDÁRIO** dos nomes, marcas registradas e logotipos da **Embrapa**, em qualquer nota à imprensa ou publicidade, é exigida aprovação prévia por escrito do Gerente do Projeto.

9.5. Transferencia de Material Genético

9.5.1. O PCT prevê a introdução de materiais genéticos com valor agregado pela Embrapa. Seguindo os lineamentos da Deliberação da Diretoria Executiva da Embrapa de Nº13/2000 (5 de maio de 2000), a transferência de material genético antes mencionado deverá atender ao exposto:

- i. A utilização dos materiais biológicos transferidos por força deste Acordo para objetivo diferente do mencionado no seu item 6.1, deve ser prévia e formalmente autorizada pela Embrapa.
- ii. A Embrapa garante que pode livremente dispor e transferir os materiais biológicos objeto deste Acordo.

9.5.2. O Governo de Moçambique se compromete a:

- iii. Não reivindicar, em nome próprio, qualquer forma de propriedade intelectual sobre o todo ou parte dos materiais biológicos transferidos por força deste Acordo;
- iv. Não reivindicar a propriedade sobre os materiais biológicos transferidos;
- v. Negociar com a Embrapa a titularidade do direito de propriedade intelectual de eventual processo ou produto, inclusive cultivar, que seja desenvolvido a partir dos materiais biológicos objeto do presente Acordo;
- vi. Não permitir que terceiro tenha acesso aos materiais biológicos, sem prévia e expressa autorização da Embrapa;
- vii. Assumir total responsabilidade pelo cumprimento da legislação sobre quarentena, bem como pela importação e liberação dos materiais biológicos;
- viii. Assumir total responsabilidade pelo cumprimento da legislação sobre biossegurança na hipótese de organismos geneticamente modificados.

9.5.3. O Governo de Moçambique assume, isolado e exclusivamente, a responsabilidade civil por eventuais danos causados a terceiros em decorrência do uso dos materiais biológicos transferidos pela Embrapa, inexistindo qualquer solidariedade por parte da Embrapa, em caso de reclamação judicial ou extrajudicial.

9.5.4. O Governo de Moçambique fica obrigado a informar à Embrapa, por escrito, qualquer efeito adverso eventualmente verificado por ocasião da manipulação dos materiais biológicos de que trata o presente Acordo, bem como o resultado dos testes, notadamente, os que dizem respeito à saúde humana e ao meio ambiente.

9.5.5. O Governo de Moçambique deverá mencionar o nome da Embrapa nos artigos técnicos e publicações referentes aos materiais biológicos objeto do presente Acordo na condição de fornecedora dos mesmos.

9.5.6. Os direitos e obrigações derivados da presente transferência de material genético ao Governo de Moçambique terá vigência pelo prazo de 10 anos.

Anexo I

PROGRAMA EMBRAPA MOÇAMBIQUE

I. PROJETO: Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique

II. COMPONENTE: Fortalecimento da produção de hortaliças por produtores de base familiar, destinadas ao consumo *in natura* e processadas.

A. Finalidade: Fortalecer, diversificar e aumentar a produção de hortaliças por meio de implantação de novas tecnologias de cultivo como meio de incremento da oferta de alimentos e como instrumento de diversificação da dieta alimentar das famílias.

B. Resultados esperados:

III.3.1. Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM, Serviço de Extensão Rural e produtores de hortaliças Moçambicanos.

III.3.2. Sistemas de Produção de Hortaliças fortalecidos.

II.1. Vigência: Vinte e quatro (24) meses.

II.2. Responsabilidades técnicas:

A. Executor : Embrapa Hortaliças

Contato: Henoque Ribeiro da Silva

Telefone: +55-61-33859068

E-mail: henoque@cnpq.embrapa.br

Equipe: Francisco Vilela Resende

Nuno Rodrigo Madeira

| |
|--|
| <p>B. Co-executores:</p> <p>Universidade da Flórida</p> <p>Contato: Walter T. Bowen – wbowen@ufl.edu</p> <p>Telefone:</p> <p>E-mail:</p> |
| <p>C. Co-executores locais: Instituto de Investigação Agrária de Moçambique</p> <p>Contato: Carvalho Carlos Ecole</p> <p>Telefone:</p> <p>E-mail:</p> <p>Equipe: Constantino Tomás Senete Carvalho Carlos Ecole Tomás Valente Maculuve Beatriz Alberto Nhaulaho</p> |

III. PLANO TÉCNICO

| |
|--|
| <p>A. Justificativa:</p> <p>Os principais problemas da produção de hortaliças de Moçambique são a carência de informações técnicas disponíveis, a deficiência no processo de transferência de tecnologia e o difícil acesso a créditos e insumos agrícolas. A solução desses gargalos pode assegurar o aumento sustentável da produção agropecuária e atingir a autossuficiência em alimentos básicos no campo, bem como a obtenção de excedentes agrícolas garantindo a segurança alimentar nos principais centros de consumo.</p> <p>Os principais produtos do projeto são a introdução de cultivares mais adaptadas às condições edafoclimáticas bem como o fortalecimento dos sistemas de produção de hortaliças de Moçambique através de diferentes sistemas e técnicas de manejo de irrigação, manejo da fertilidade do solo com práticas de adubação verde e orgânica, dentre outros aperfeiçoamentos dos aspectos fitotécnicos.</p> <p>Ademais, desenvolver competências dos recursos humanos do IIAM e do Serviço de Extensão Rural do Ministério da Agricultura para a aplicabilidade e continuidade de uso das tecnologias e conhecimentos introduzidos no âmbito do projeto.</p> |
| <p>B. Objetivos específicos (produtos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar uma área para pesquisa em produção orgânica e convencional de hortaliças na Estação Experimental de Umbeluzi. • Introduzir e avaliar cultivares de hortaliças desenvolvidas para condições edafoclimáticas de regiões tropicais. • Introduzir e avaliar técnicas de manejo cultural para hortaliças como a adubação verde e orgânica, e a diversificação de cultivos visando reduzir a dependência atual de fertilizantes químicos e agrotóxicos. • Avaliar sistemas e manejo de irrigação e drenagem mais adequados ao cultivo de hortaliças com o objetivo de aumentar a produção e produtividade através do uso racional dos recursos hídricos existentes. • Avaliar a qualidade pós-colheita e verificar a aceitação pelos consumidores das cultivares de hortaliças introduzidas. • Treinar e Capacitar Técnicos Extensionistas do IIAM no Brasil e em Moçambique, para estabelecer uma base de conhecimento técnico em sistemas de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças. |
| <p>C. Descrição do Plano:</p> <p>Será estabelecida uma unidade de pesquisa na Estação Agrária de Umbeluzi para avaliação de cultivares e</p> |

outras tecnologias de produção de hortaliças a serem introduzidas no âmbito do projeto e difundidas para as Zonas Verdes de Maputo e regiões de Moamba e Chokwé. A Estação de Umbeluzi conta com infra-estrutura física e de recursos humanos necessários para o alcance dos objetivos previstos no projeto.

A Associação de produtores de Maguiguane será utilizada para uma intervenção imediata no sistema de produção de hortaliças das Zonas Verdes de Maputo através do estabelecimento de uma unidade demonstrativa para transferência de tecnologias consideradas prontas, englobando métodos de produção de mudas, sistemas de irrigação, técnicas de manejo da fertilidade do solo e outros tratamentos culturais. Essa associação se mostra estratégica também por representar milhares de pequenos agricultores das zonas verdes de Maputo.

Além dessas intervenções, serão realizadas ações de capacitação no Brasil e nos Estados Unidos direcionadas para a equipe técnica do IIAM para a formação de multiplicadores para difusão das tecnologias e conhecimentos gerados pelo projeto. Em todas as etapas esta equipe estará envolvida e, após o término do projeto, ela estará responsável pela continuidade dos trabalhos.

IV. ATIVIDADES E CUSTOS

R2: Sistemas de Produção de Hortaliças fortalecidos.

A2.1: Estruturação de área experimental para produção e irrigação.

A2.1.1. Prazos e Recursos necessários

A. Prazos: maio/11 a maio/12

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

- Escolha e Seleção da área irrigável (atividade já realizada)
- Divisão de talhões (atividade já realizada)
- Plantio de cordões de vegetação (escolha das espécies) (atividade em andamento)
- Implantação de sistemas de irrigação por aspersão, gotejamento, microaspersão e por sulcos;
- definição da lista de equipamentos e acessórios necessários para a montagem e funcionamento dos sistemas propostos
- dimensionamento dos sistemas de bombeamento, identificação da fonte de energia, estruturas civis e hidráulicas incluindo construção de novas e reformas daquelas existentes, etc;
- identificação de fornecedores dos equipamentos e acessórios e outros materiais em Maputo.

Recursos Humanos:

Um perito da Embrapa durante duas semanas; qualificação: engenheiro agrônomo ou agrícola (1 viagens de 2 semanas)

Dois peritos do IIAM durante duas semanas; qualificação: engenheiros agrônomos ou agrícolas (1 viagens de 2 semanas)

C. Trabalhos técnicos no Brasil/Estados Unidos:

No Brasil, o acompanhamento das atividades do projeto em andamento em Moçambique será mediante recebimento/envio de relatórios entre as partes seja por via, telefone, E-mail, videoconferência ou outro tipo de comunicação. O dimensionamento dos sistemas de bombeamento necessários aos diferentes sistemas de irrigação e o layout das unidades experimentais serão realizados no Brasil bem como a escolha das espécies para o plantio de cordões de vegetação.

D. Materiais, bens e equipamentos:

- Aquisição de 3 sistemas de irrigação por aspersão para área de 0,3 ha
- Aquisição de 3 sistemas de irrigação por gotejamento para área de 0,3 ha
- Aquisição de 3 sistemas de irrigação por microaspersão (Santeno®) para área de 0,3 ha
- Aquisição de 1 sulcador de 2 linhas (para a irrigação por sulcos)
- Aquisição de 1 motobomba diesel ou gasolina com potência de 3,0-5,0 CV
- Aquisição de 4 bombas vibratórias Anauger 700
- Aquisição de motobomba elétrica de 5 HP, 3500 rpm.
- Verba para montagens de equipamentos elétricos (extensões de cabo elétrico, chaves elétricas, disjuntores, terminais, etc)
- Verba para pequenas construções civis (casa de bomba, etc) e hidráulicas (tomada de água, etc)
- Verba para acessórios de equipamentos de irrigação (mangueiras, registros, tês, curvas, nipples, cola, etc)
- Aquisição de 400 mudas de banana, café e leucena

E. Apoio Logístico:

- Todos os itens previstos no item D que não forem encontrados em Moçambique serão adquiridos no Brasil e ,quando necessária ,será contratada a montagem, instalação e funcionamento desses itens.
- Aluguel de carro para deslocamento das missões da Embrapa em Moçambique
- Contratação de mão-de-obra para operações de campo

A2.2: Estruturação de irrigação, com implantação de experimentos de sistemas de irrigação.

A.2.2.1. Prazos e Recursos necessários

A. Prazos: maio/11 a maio/13

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

Serão executadas todas as atividades necessárias para a montagem e operação dos sistemas de irrigação po: (i) aspersão convencional, (ii) microaspersão com o uso de mangueira Santeno®, (iii) gotejamento e (iv) sulcos, além das operações tradicionais de preparo de solo, demarcação e identificação de áreas experimentais, adubação, tratamento de solo, irrigação, plantio ou transplante de mudas. No caso de experimentos de drenagem serão necessárias operações de levantamento topográfico altimétrico da área experimental e estudos do nível do lençol freático para o dimensionamento dos drenos. Nesses experimentos, a irrigação será feita pelo sistema de irrigação por microaspersão com o uso da mangueira Santeno®. Os seguintes experimentos serão conduzidos dentro do período de vigência do projeto:

- Avaliação do desempenho de diferentes sistemas de irrigação por aspersão, gotejamento, sulcos e microaspersão com mangueira perfurada na produção de hortaliças.
- Avaliação do sensor de umidade de solo "Irrigas®" no manejo de irrigação e produção de hortaliças.
- Avaliação da drenagem na melhoria das condições físico-hídricas do solo para a produção de hortaliças.

Recursos Humanos:

Um perito (Embrapa) durante 8 semanas (3 viagens de 2 semanas e 2 viagens de 1 semana)

Um perito da Universidade da Flórida durante 8 semanas (3 viagens de 2 semanas e 2 viagens de 1 semana)

Um perito do IIAM durante 8 semanas (3 viagens de 2 semanas e 2 viagens de 1 semana)

C. Trabalhos técnicos no Brasil/Estados Unidos:

Os trabalhos técnicos no Brasil incluem todas as etapas do desenho experimental (delineamento, tamanho de parcelas, número de repetições, espaçamentos, layout dos equipamentos de irrigação, parâmetros a serem avaliados, espécies de hortaliças, preparo de solo, adubação, tratos fitossanitários, etc).

D. Materiais, bens e equipamentos:

- 50 sensores de umidade de solo Irrigas® PRO tensão de 40 Kpa
- 50 sensores de umidade de solo Irrigas® PRO tensão de 25 Kpa
- 25 sensores de umidade de solo Irrigas® PRO tensão de 15 Kpa
- 05 leitores portátil MPI-03
- 30 Tensiômetros de punção haste de 50 cm
- 04 Tensímetros digitais de agulha
- 100 estacas plásticas de identificação
- 01 Kit ensaio Fabrimar (para ensaios de uniformidade de distribuição de água em sistemas de Irrigação por aspersão)
- 05 manômetros para irrigação caixa em aço inox rosca em latão com enchimento de glicerina escala de 0 a 1 kg/cm²
- 05 pitots (para medição de pressão no bocal de aspersores)

E. Apoio Logístico:

- Aluguel de carro para deslocamento das missões da Embrapa em Moçambique
- Apoio do IIAM na disponibilização de máquinas agrícolas para o preparo de solo (trator, arado, grade, carreta agrícola) e recursos humanos para trabalhos manuais, na Estação de Umbeluzi.
- Durante a execução das atividades do projeto é imprescindível o acompanhamento dos técnicos do IIAM já que esta etapa pode ser considerada como uma capacitação do tipo “aprender fazendo”.

A2.3: Implantação de experimentos nas estações do IIAM em Umbeluze.

A.2.3.1. Prazos e Recursos necessários

A. Prazos: maio/2011 a maio/2013

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

- Experimentos previstos:

- Avaliação de cultivares das hortaliças do projeto.
- Avaliação de espécies para adubação verde.
- Elaboração e testes de tipos de adubos orgânicos.
- Testes de qualidade na pós-colheita e de aceitação das hortaliças pelo consumidor.

Recursos Humanos:

Dois peritos (Embrapa) durante 8 semanas (3 viagens de 2 semanas e 2 viagens de 1 semana)

Um perito da Universidade da Flórida durante 8 semanas (3 viagens de 2 semanas e 2 viagens de 1 semana)

Dois peritos do IIAM durante 8 semanas (3 viagens de 2 semanas e 2 viagens de 1 semana)

C. Trabalhos técnicos no Brasil/Estados Unidos:

- Elaboração dos planos operativos de execução dos trabalhos técnicos previstos
- Desembaraço de processos de envio de materiais genéticos (sementes e mudas) para Moçambique.

D. Materiais, bens e equipamentos:

1. Microtrator tipo Tobatta com implementos
2. Enxada rotativa para preparação do solo até 1,55 m de largura
3. Ferramentas manuais (Enxada, enxadão, picareta, cavadeira, foice, facão, alavanca, carrinho, ancinho,

garfo etc)

4. Insumos Agrícolas:

- a. cama de matriz de aviário,
- b. esterco bovino,
- c. pó de rochas,
- d. termofosfato,
- e. farelos de oleaginosas,
- f. Inoculantes (EM),
- g. adubos verdes,
- h. adubos contendo micronutrientes,
- i. fertilizantes orgânicos diversos,
- j. cinzas de madeira,
- k. sementes de hortaliças
- l. mudas de café, banana e leucena,
- m. inseticidas biológicos,
- n. armadilhas e iscas,
- o. defensivos orgânicos e caldas diversas,
- p. bandejas para formação de mudas,
- q. substrato para mudas,
- r. Embalagens de papel,
- s. papel toalha etiquetas,
- t. luva cirúrgica
- u. etiquetas
- v. reagentes diversos,
- w. detergente neutro, álcool
- x. trenas (05) de 5 m e (05) 50 m
- y. Material para irrigação (outro que não para unidades de observação de sistemas de irrigação): tubos de polietileno para gotejo, registros, filtros, tubos de PVC, conexões, mangueiras, aspersores, válvulas solenóides, venturi, controlador de irrigação, etc.

E. Apoio Logístico:

- Aluguel de carro para deslocamentos das missões
- Apoio do IIAM na disponibilização de máquinas agrícolas para o preparo de solo (trator, arado, grade, carreta agrícola) e Contratação de mão-de-obra para execução das atividades previstas na Estação de Umbeluzi.
- Durante a execução das atividades do projeto é imprescindível o acompanhamento dos técnicos do IIAM já que esta etapa pode ser considerada como uma capacitação do tipo "aprender fazendo".

A.2.4: Ações de transferência de tecnologias e conhecimentos nas zonas verdes de Maputo e Moamba

A.2.4.1. Prazos e Recursos necessários

A. Prazos: maio/2012 a maio/2013

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

- Unidades de demonstração e atividades de difusão de conhecimentos/tecnologia:
 - Implantação de unidades de demonstração de tecnologias de produção de hortaliças (Zonas verdes)

- Implantação de unidades de observação e demonstração de cultivares das hortaliças.
- Implantação de unidades de demonstração de multiplicação de sementes e avaliação de espécies para adubação verde
- Implantação de unidades de observação e demonstração de sistemas e manejo de irrigação.
- Realização de dias de campo para difusão de tecnologias.

Recursos Humanos:

Três peritos (Embrapa) durante 2 semanas (2 viagens de 1 semana)

Um perito da Universidade da Flórida durante 2 semanas (2 viagens de 1 semana)

Três peritos do IIAM durante 2 semanas (2 viagens de 1 semana)

C. Trabalhos técnicos no Brasil/Estados Unidos:

- Elaboração dos planos operativos das unidades de observação

- Desembaraço de processos de envio de materiais genéticos (sementes e mudas) para Moçambique.

D. Materiais, bens e equipamentos:

z. Insumos Agrícolas:

- cama de matriz de aviário,
- esterco bovino,
- pó de rochas,
- termofosfato,
- farelos de oleaginosas,
- EM,
- adubos verdes,
- adubos contendo micronutrientes,
- fertilizantes orgânicos diversos,
- cinzas de madeira,
- sementes de hortaliças
- mudas de café, banana e leucena,
- inseticidas biológicos,
- armadilhas e iscas,
- defensivos orgânicos e caldas diversas,
- bandejas para formação de mudas,
- substrato para mudas,
- Embalagens de papel,
- papel toalha etiquetas,
- luva cirúrgica
- etiquetas
- reagentes diversos,
- detergente neutro, álcool
- Material para irrigação para montagem de unidades de observação (outro que não para unidades de observação de sistemas de irrigação): tubos de polietileno para gotejo, registros, filtros, tubos de PVC, conexões, mangueiras, aspersores, etc.

E. Apoio Logístico:

- Aluguel de carro para deslocamentos das missões

- Apoio do IIAM na disponibilização de máquinas agrícolas para o preparo de solo (trator, arado, grade, enxada rotativa, carreta agrícola) e recursos humanos para trabalhos manuais, na Estação de Umbeluzi.

- Durante a execução das atividades do projeto é imprescindível o acompanhamento dos técnicos do IIAM já que esta etapa pode ser considerada como uma capacitação do tipo “aprender fazendo”.
- Acompanhamento de unidades demonstrativas por técnicos do Serviço de Extensão Rural do Ministério da Agricultura e organização de eventos de capacitação e transferência de tecnologia e conhecimentos (visitas técnicas e dias de campo).
- Envolvimento das associações de produtores das Zonas Verdes de Maputo.

R3. Resultado: Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados e IIAM fortalecido na área de olericultura.

A.3.1: Apoio técnico na realização de estudos para definição da demanda por treinamento e capacitação, escolha de treinandos e no preparo de programas de treinamento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e nos Estados Unidos, visando à formação de multiplicadores locais na área de produção de hortaliças.

A.3.1.1. Prazos e Recursos necessários

A. Prazos: maio/2011 a maio/2013

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

- Treinamento *in locu* sobre sistemas e manejo de irrigação:
 - Capacitação de 2 técnicos do IIAM em técnicas de irrigação durante a execução das atividades do projeto em Umbeluzi

Treinamento *in locu* em sistemas de produção orgânica e convencional de hortaliças:

- Capacitação de 2 técnicos do IIAM em sistemas de produção orgânica e convencional de hortaliças durante a execução das atividades do projeto em Umbeluzi

C. Trabalhos técnicos no Brasil/Estados Unidos:

- Participação de 2 técnicos da Embrapa e 2 técnicos do IIAM em curso sobre Decision Support System for Agro-Technology em Muscle Shoals, Alabama, USA, de 9-19 de maio de 2011
- Participação 1 técnico da Embrapa em TOUR técnico de pós-colheita na Flórida-USA.

Treinamento *in locu* sobre sistemas e manejo de irrigação:

- Capacitação de 1 técnico do IIAM em sistemas e manejo de irrigação no Brasil durante 1 semana

Treinamento *in locu* em sistemas de produção orgânica e convencional de hortaliças:

- Capacitação de 2 técnicos do IIAM em sistemas de produção orgânica e convencional no Brasil durante 1 semana

D. Materiais, bens e equipamentos:

- Combustível
- Material para curso: sensores de umidade de solo, amostradores de solo, compactação de solo, insumos, etc
- Material didático e de informática
- Papelaria

E. Apoio Logístico:

- Aluguel de veículo com motorista para visitas a propriedades agrícolas de produção orgânica e convencional de hortaliças irrigadas do Distrito Federal

V. MATRIZ DA ESTRUTURA LÓGICA DO PLANO

| Elementos do Projeto | Indicadores | Meios de verificação |
|---|---|--|
| <p>A. Objetivos específicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sistematizar uma área para pesquisa em produção orgânica e convencional de hortaliças na Estação Experimental de Umbeluzi. 2. Introduzir e avaliar cultivares de hortaliças desenvolvidas para condições edafoclimáticas de regiões tropicais 3. Introduzir e avaliar técnicas de manejo cultural para hortaliças como a adubação verde e orgânica, diversificação de cultivos visando reduzir a dependência atual de fertilizantes químicos e agrotóxicos. 4. Avaliar sistemas e manejo de irrigação e drenagem mais adequados ao cultivo de hortaliças com o objetivo de aumentar a produção e produtividade através do uso racional dos recursos hídricos existentes. 5. Avaliar a qualidade pós-colheita e verificar a aceitação pelos consumidores das cultivares de hortaliças introduzidas. 6. Treinar e Capacitar Técnicos Extensionistas do IIAM no Brasil e em Moçambique, para estabelecer uma base de conhecimento técnico em sistemas de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças. | <ul style="list-style-type: none"> • Missões realizadas; • Área experimental apta para condução de experimentos; • Cultivares indicadas; • Técnicas de manejo avaliadas e indicadas. • Técnicas de irrigação avaliadas • Qualidade pós-colheita e aceitação avaliados • Cursos e treinamentos realizados | <p>Relatórios e documentos elaborados.</p> |

Anexo II

PROGRAMA EMBRAPA MOÇAMBIQUE

I. PROJETO: Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique

II. COMPONENTE: Pós-Colheita e Processamento

A. Finalidade:

Fortalecimento das ações transversais de promoção da industrialização rural: modernização do atual parque de pequenas empresas de agroprocessamento, inclusive em máquinas e equipamentos; implantação e funcionamento de Unidades de Demonstração com o objetivo de formar, capacitar e difundir tecnologias de agroprocessamento apropriadas as zonas rurais.

B. Resultados esperados:

Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM.

Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas.

Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados e IIAM fortalecido na área de olericultura.

II.1. Vigência: 36 meses

II.2. Responsabilidades técnicas:

A. Executor (entidade líder do Plano): Embrapa Agroindústria de Alimentos / Embrapa Hortaliças

Contato: Murillo Freire Junior

Telefone: (21) 3622-9646

E-mail: mfreire@ctaa.embrapa.br

Equipe: Fernando Teixeira da Silva – Embrapa Agroindústria de Alimentos

Neide Botrel – Embrapa Hortaliças

B. Co-executores:

Universidade da Flórida

Contato: Nome do responsável: Steven A. Sargent

Telefone: (352) 392-1928

E-mail: sasa@ufl.edu

C. Co-executores locais: Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

Contato: Nome do(s) contraparte (s): Isabel Monjane, Isabel Lavo e Luiza Peniceli

Telefone: (258) 828103030 / 824149530 / 828918060

E-mail: imonjane@yahoo.com; l_penicela@yahoo.com; isabellavo@yahoo.com.br

III. PLANO TÉCNICO

A. Justificativa:

A situação atual da pós-colheita e beneficiamento moçambicana mostra-se aquém de um quadro favorável para um contexto no qual a agricultura é a principal atividade. As práticas aplicadas levam a perdas importantes desde a forma em que o produto é colhido, transportado e disponibilizado para comercialização levando a perdas de produtos. Por outro lado é praticamente inexistente o beneficiamento ou processamento de hortaliças no país, sendo que os produtos sob essas condições são importados da África do Sul e vendidos, principalmente, por rede varejista deste

país.

As atividades previstas no projeto visam, dentro do contexto moçambicano, introduzir técnicas de manuseio das hortaliças prevendo todas as etapas necessárias até sua disposição final para o comércio e, ao mesmo tempo, técnicas de processamento e beneficiamento serão aplicadas para, além de promover outras formas de consumo, aumentar a vida útil das matérias primas.

Desta forma, este componente do PCT irá contribuir para a segurança alimentar, tanto na redução de perdas, como também em possibilitar melhores ganhos, uma vez que os produtos beneficiados e processados tendem a ter maior valor agregado e melhor valor de mercado.

B. Objetivos específicos (produtos):

Realizar estudos para o Apoio à Produção, Pós-colheita e Processamento de Hortaliças, para conhecimento das particularidades da produção e do consumo de hortaliças em Moçambique e avaliação das tecnologias, produtos e processos a serem transferidos aos técnicos do IIAM.

Desenvolver e Fortalecer Sistemas de Produção, Pós-colheita e Processamento de Hortaliças, visando ao aumento qualitativo e quantitativo da produção e melhoria nos sistemas de embalagem, armazenagem e processamento dos produtos hortícolas, como instrumentos de diversificação da dieta alimentar em Moçambique.

Desenvolver e Fortalecer modelos integrados de produção agrícola, pós-colheita e processamento de produtos estratégicos para suporte aos programas de segurança alimentar e nutricional.

Treinar e Capacitar Técnicos Extensionistas no Brasil e em Moçambique, para estabelecer uma base de conhecimento técnico em sistemas de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças e de gestão de unidades coletivas de produção e processamento de produtos agroalimentares.

Fortalecer o IIAM, a partir de capacitação dos seus pesquisadores e técnicos para produção, processamento de pós-colheita e estruturação de estações experimentais.

C. Descrição do Plano:

O plano de atuação se pauta em estabelecer modelos de intervenção que possam ser replicados em outros locais. Para tanto, haverá estrita interação com os demais componentes do PCT para que nestas iniciativas tenham todas as ações sejam feitas e estabelecidas tendo por base informações reais e fidedignas. A atuação será em dois locais inicialmente podendo, dependendo do orçamento, ser feita uma outra localidade:

- Estação Agrária de Umbeluze: será estabelecida uma Unidade de beneficiamento/processamento voltada para uso da equipe do IIAM para treinamentos. Será reformado um galpão e adquiridos os equipamentos, utensílios e materiais necessários.

- Associação de produtores de Maguiguane: esta associação se diferencia pela visão mais voltada para o mercado. Possui instalações para beneficiamento e tem projeto para a montagem de uma unidade de refrigeração. O projeto visa ajudar na montagem desta estrutura e treinar a equipe na diferentes etapas inerentes ao beneficiamento.

Esta associação se mostra estratégica também por representar milhares de pequenos agricultores e por estar numa região importante que são as zonas verdes de Maputo.

- Câmaras frigoríficas em Moamba- atualmente existem oito câmaras sem uso nesta localidade e todas com equipamentos instalados para refrigeração (algumas permitem o uso de atmosfera modificada) de hortaliças. Estão paradas e necessitam de manutenção. Será feita uma avaliação inicial do estado do equipamento e, dependendo dos recursos e de entendimentos com o Ministério da Agricultura, serão colocadas em funcionamento (não incluído no orçamento abaixo).

A ação nestes três locais permitirá diversificar a atuação deste componente e três modelos de atuação poderão ser estabelecidos: em Umbeluze, totalmente voltado para o treinamento; em Maguiguane, com foco em abastecer o mercado mediante demanda conhecida; e em Moamba, com a montagem de uma estrutura pulmão que permita a oferta planejada de produtos no mercado.

Além destas intervenções, será feito um trabalho tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos para o treinamento e formação de equipe do IIAM. Em todas as etapas esta equipe estará envolvida e após o término do projeto, ela estará responsável pela continuidade dos trabalhos.

IV. ATIVIDADES E CUSTOS

R1.1. Resultado: Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM.

A.1.1.1: Levantamento e análise das capacidades instaladas e das particularidades técnicas e socioeconômicas da produção atual de alimentos, e dos sistemas de pós-colheita e processamento de produtos alimentares em Moçambique. **Atividade já executada nas duas missões anteriores.**

A1.1.1.1. Prazos e Recursos necessários

A. Prazos: **Atividade já realizada.**

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

C. Trabalhos técnicos no Brasil.

D. Materiais, bens e equipamentos.

E. Apoio logístico

R.4.1: Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agro alimentar estabelecidas.

A.4.1.1: Apoio técnico para implantação e operação de uma Unidade Coletiva de Processamento Agroalimentar na Estação Agrícola de Umbeluze.

Apoio técnico durante a realização das obras, aquisições e instalação de equipamentos, e na operacionalização da planta.

A.4.1.1.1 Prazos e Recursos necessários

A. Prazos: julho de 2011 a julho de 2012

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

1. Projeto da Unidade de processamento em Moçambique: definição do *lay-out*, definição dos materiais, identificar fornecedores em Maputo, determinar as especificações de instalação para os equipamentos (pontos de tomada, localização, etc).

Dois peritos (Embrapa) durante uma semana

Um perito da Universidade da Flórida durante uma semana

Três peritos do IIAM durante uma semana

1 semana de trabalhos

2. Obras civis- reforma da estrutura atual: quatro meses

Dois peritos (Embrapa) durante duas semanas (início e terço final das obras)

Um perito da Universidade da Flórida durante duas semanas (início e terço final das obras)

Três peritos do IIAM durante todo o processo (acompanhamento)

2 semanas de trabalhos

3. Definição da lista de equipamentos e materiais (foi destacado como etapa, mas será feita a distância e/ou junto com o primeiro e segundo item)

Dois peritos (Embrapa) durante uma semana

Um perito da Universidade da Flórida durante uma semana

Três peritos do IIAM durante uma semana

4. Compra de equipamentos e materiais: processo de compra (foi destacado como etapa, mas será feita a distância e/ou junto com o primeiro e segundo item)

Dois peritos (Embrapa) durante um mês

Um perito da Universidade da Flórida durante um mês

| |
|---|
| <p>Três peritos do IIAM durante um mês</p> <p>5. Recepção dos equipamentos: verificar especificações de compra</p> <p>Três peritos do IIAM</p> <p>6. Montagem dos equipamentos: instalação e testes de funcionamento</p> <p>Dois peritos (Embrapa) durante duas semanas</p> <p>Um perito da Universidade da Flórida durante duas semanas</p> <p>Três peritos do IIAM durante duas semanas</p> <p>2 semanas de trabalhos</p> |
| <p>C. Trabalhos técnicos no Brasil.</p> <p>O trabalho no Brasil será de acompanhamento do andamento dos trabalhos mediante relatórios do IIAM. Toda a equipe estará envolvida.</p> |
| <p>D. Materiais, bens e equipamentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alvenaria - Ferragens: estruturais, portas e janelas. - Materiais de acabamento: cerâmicas, metais, etc. - Materiais elétricos e hidráulicos - Equipamentos e matérias para as práticas de pós-colheita, beneficiamento e processamento (lista anexa) |
| <p>E. Apoio logístico</p> <p>Todos os itens previstos no item D serão contratados incluindo entrega e quando se aplicar, também a instalação de equipamentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aluguel de carro |

R.1.1: Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM.
Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas.

A.1.1.2: Apoio técnico para implantação e operação de uma Unidade Coletiva de Processamento Agroalimentar junto à Associação de Produtores de Maguiguane.
Apoio técnico durante a realização das obras, aquisições e instalação de equipamentos, e na operacionalização da planta.

| |
|---|
| <p>Prazos e Recursos necessários</p> |
| <p>A. Prazos: julho de 2011 a julho de 2012</p> |
| <p>B. Trabalhos técnicos em Moçambique:</p> <p>1. Projeto da unidade de refrigeração: definição do <i>lay-out</i>, definição dos materiais.</p> <p>Dois peritos (Embrapa) durante uma semana</p> <p>Um perito da Universidade da Flórida durante uma semana</p> <p>Três peritos do IIAM durante uma semana</p> <p>2. Obras civis- reforma da estrutura atual: quatro meses</p> <p>Dois peritos (Embrapa) durante duas semanas (início e terço final das obras)</p> <p>Um perito da Universidade da Flórida durante duas semanas (início e terço final das obras)</p> <p>Três peritos do IIAM durante todo o processo (acompanhamento)</p> <p>3. Definição da lista de equipamentos e materiais</p> <p>Dois peritos (Embrapa) durante uma semana</p> <p>Um perito da Universidade da Flórida durante uma semana</p> <p>Três peritos do IIAM durante uma semana</p> |

| |
|---|
| <p>4. Compra de equipamentos e materiais: processo de compra Dois peritos (Embrapa) durante um mês Um perito da Universidade da Flórida durante um mês Três peritos do IIAM durante um mês</p> <p>5. Recepção dos equipamentos: verificar especificações de compra Três peritos do IIAM</p> <p>6. Montagem dos equipamentos: instalação e testes de funcionamento Dois peritos (Embrapa) durante duas semanas Um perito da Universidade da Flórida durante duas semanas Três peritos do IIAM durante duas semanas</p> |
| <p>C. Trabalhos técnicos no Brasil. O trabalho no Brasil será de acompanhamento do andamento dos trabalhos mediante relatórios do IIAM. Toda a equipe estará envolvida.</p> |
| <p>D. Materiais, bens e equipamentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alvenaria - Ferragens: estruturais, portas e janelas. - Materiais de acabamento: cerâmicas, metais, etc. - Materiais elétricos e hidráulicos - Câmaras frigoríficas |
| <p>E. Apoio logístico Todos os itens previstos no item D serão contratados incluindo entrega e quando se aplicar, também a instalação de equipamentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aluguel de carro |

R.3.1. Resultado: Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados e IIAM fortalecido na área de olericultura.

A.3.1.2: Apoio técnico na realização de estudos para definição da demanda por treinamento e capacitação, escolha dos treinandos e no preparo de programas de treinamento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, visando à formação de multiplicadores locais.
Realização de treinamentos em gestão da produção e das operações das Unidades Coletivas de Produção de Hortaliças e Unidades Coletivas de Processamento Agroalimentar.

| |
|--|
| <p>Prazos e Recursos necessários</p> |
| <p>A. Prazos: julho de 2011 a dezembro de 2012</p> |
| <p>B. Trabalhos técnicos em Moçambique:</p> <p>1. Acompanhamento de curso ministrado pelo IIAM. Dois peritos (Embrapa) durante uma semana Um perito da Universidade da Flórida durante uma semana Três peritos do IIAM durante uma semana</p> |
| <p>C. Trabalhos técnicos no Brasil /Estados Unidos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação no TUR de pós-colheita na Flórida. - curso de formação em técnicas pós-colheita, processamento e beneficiamento - visitas técnicas a indústrias de alimentos e projetos voltados para a extensão |

| |
|---|
| D. Materiais, bens e equipamentos. - Combustível - Material para curso: embalagens, matérias-primas, insumos, etc - custos de operação de planta piloto - Aluguel de veículos - Material de informática - Papelaria |
| E. Apoio logístico - Aluguel de veículos |

R.4.1: Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas.

A.4.2.1: Supervisão, acompanhamento e avaliação da formação e atuação da equipe em Moçambique e funcionamento das Unidades Coletivas de Processamento Agroalimentar.

| |
|--|
| Prazos e Recursos necessários |
| A. Prazos: julho de 2011 a dezembro de 2013 |
| B. Trabalhos técnicos em Moçambique: 1. Monitoramento das ações do projeto Dois peritos (Embrapa) durante uma semana (6 vezes) Um perito da Universidade da Flórida durante uma semana (6 vezes) Três peritos do IIAM durante uma semana (6 vezes) |
| C. Trabalhos técnicos no Brasil / Estados Unidos Sem atividades previstas. |
| D. Materiais, bens e equipamentos. Sem itens previstos. |
| E. Apoio logístico - Aluguel de veículos |

R.4.1. Resultado: Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas.

A.4.1.3 Atividade: Apoio à introdução e à adaptação de produtos e de técnicas de processamento das cultivares e dos materiais adequados a agroindustrialização.

| |
|---|
| Prazos e Recursos necessários |
| A. Prazos: julho de 2013 a dezembro de 2013 |
| B. Trabalhos técnicos em Moçambique: 1. Processamento/beneficiamento das variedades introduzidas pela Embrapa Hortaliças Dois peritos (Embrapa) durante uma semana (duas vezes) Um perito da Universidade da Flórida durante uma semana (duas vezes) Três peritos do IIAM durante uma semana (duas vezes) |
| C. Trabalhos técnicos no Brasil / Estados Unidos Sem atividades previstas. |
| D. Materiais, bens e equipamentos. Sem itens previstos. |
| E. Apoio logístico - Aluguel de veículos |

V. MATRIZ DA ESTRUTURA LÓGICA DO PLANO

| Elementos do Projeto | Indicadores | Meios de verificação |
|---|---|--|
| <p>A. Objetivos específicos</p> <p>1- Realizar estudos para o Apoio à Produção, Pós-colheita e Processamento de Hortaliças, para conhecimento das particularidades da produção e do consumo de hortaliças em Moçambique e avaliação das tecnologias, produtos e processos a serem transferidos aos técnicos do IIAM.</p> <p>2- Desenvolver e Fortalecer Sistemas de Produção, Pós-colheita e Processamento de Hortaliças, visando ao aumento qualitativo e quantitativo da produção e melhoria nos sistemas de embalagem, armazenagem e processamento dos produtos hortícolas, como instrumentos de diversificação da dieta alimentar em Moçambique.</p> <p>3- <i>Desenvolver e Fortalecer modelos integrados de produção agrícola, pós-colheita e processamento de produtos estratégicos</i> para suporte aos programas de segurança alimentar e nutricional.</p> <p>4- <i>Treinar e Capacitar Técnicos Extensionistas no Brasil e em Moçambique</i>, para estabelecer uma base de conhecimento técnico em sistemas de produção, pós-colheita e processamento de hortaliças e de gestão de unidades coletivas de produção e processamento de produtos agroalimentares.</p> <p>5- Fortalecer o IIAM, a partir de capacitação dos seus pesquisadores e técnicos para produção, processamento de pós-colheita e estruturação de estações experimentais.</p> | <p>1- Realização de missões</p> <p>2- Redução de perdas</p> <p>3- Unidades de processamento</p> <p>4- Número de técnicos treinados</p> <p>5- idem</p> | <p>1- Relatórios e documentos elaborados</p> <p>2- Comparação com o modelo de manipulação vigente</p> <p>3- Número de unidades estabelecidas</p> <p>4- relatório dos eventos.</p> <p>5- idem</p> |
| <p>B. Resultados/Metas</p> <p>1- Recomendações de tecnologias, produtos e processos a serem transferidos ao IIAM.</p> | <p>1- Número de tecnologias introduzidas</p> | <p>1- Comparação com a situação vigente</p> |

| | | |
|---|--|--|
| <p>2- Capacidades dos sistemas de Pós-colheita e Processamento agroalimentar estabelecidas.</p> <p>3- Técnicos extensionistas e pesquisadores moçambicanos treinados e capacitados e IIAM fortalecido na área de olericultura.</p> | <p>2- Unidades de processamento</p> <p>3- número de técnicos treinados</p> | <p>2- Número de unidades estabelecidas</p> <p>3- relatório dos eventos.</p> |
| <p>C. Atividades</p> <p>1- Levantamento e análise das capacidades instaladas e das particularidades técnicas e socioeconômicas da produção atual de alimentos, e dos sistemas de pós-colheita e processamento de produtos alimentares em Moçambique.</p> <p>2- Apoio técnico para implantação e operação de até duas Unidades Coletivas de Processamento Agroalimentar. na Estação Agrícola de Umbeluze</p> <p>3- Apoio técnico durante a realização das obras, aquisições e instalação de equipamentos, e na operacionalização da planta.</p> <p>4- Apoio técnico na realização de estudos para definição da demanda por treinamento e capacitação, escolha dos treinandos e no preparo de programas de treinamento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, visando à formação de multiplicadores locais.</p> <p>5- Realização de treinamentos em gestão da produção e das operações das Unidades Coletivas de Produção de Hortaliças e Unidades Coletivas de Processamento Agroalimentar.</p> | <p>1- Realização de missões</p> <p>2- Unidades edificadas</p> <p>3- Relatórios de acompanhamento</p> <p>4- programa de treinamento estabelecido</p> <p>5- programa de treinamento estabelecido</p> | <p>1- Relatórios e documentos elaborados</p> <p>2- Funcionamento das unidades</p> <p>3- Relatórios após cada ação do projeto</p> <p>4- equipe treinada e hábil na aplicação dos conhecimentos</p> <p>5- equipe treinada e hábil na aplicação dos conhecimentos</p> |

Anexo III

PROGRAMA EMBRAPA MOÇAMBIQUE

I. PROJETO: Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique

II. COMPONENTE: Socioeconomia

A. Finalidade:

Estudar socio-econômicamente os sistemas de produção, comercialização e consumo de hortaliças visando à caracterização das práticas produtivas / comerciais e dos hábitos alimentares, elementos necessários para a consolidação da agricultura familiar nas comunidades beneficiárias.

B. Resultados esperados:

Base de conhecimentos socioeconômicos sobre as cadeias de hortaliças ampliada.

II.1. Vigência: Junho 2011 – Maio 2013

II.2. Responsabilidades técnicas:

A. Executor (entidade líder do Plano): Embrapa Hortaliças

Contato: Edson Guiducci Filho

Telefone: (61) 3385-9047

E-mail: guiducci@cnph.embrapa.br

B. Co-executores:

- Embrapa Agroindústria de Alimentos

Contato: André Yves Cribb

Telefone: (21) 3622-9744

E-mail: aycribb@ctaa.embrapa.br

- Universidade Estadual de Michigan

Contato: David L. Tschirley

Telefone: +1 (517) 355-0134

E-mail: tschirle@msu.edu

C. Co-executores locais:

- CESE / IIAM

Contato: Isabel Cachomba

Telefone:

E-mail:

- SETSAN / IIAM

Contato: Marcela Libombo

Telefone: +258-21-462775 / +258-82-3021717

E-mail: mlibombo@setsan.org.mz

III. PLANO TÉCNICO

A. Justificativa:

Em Moçambique, a situação de insegurança alimentar se manifesta tanto em zonas urbanas quanto em comunidades rurais. O consumo de calorias per capita é de 10 a 20% menor em comparação à média dos demais países africanos.

Cerca de metade das crianças sofrem de desnutrição crônica tendo como consequências diretas o crescimento retardado e o baixo peso. Tal situação é naturalmente ligada ao grau de disponibilidade e acessibilidade alimentar no país.

As hortaliças constituem alimentos bem presentes no mercado alimentar de diversas regiões do país, particularmente em Chokwe, Mariguane, Umbeluzi e Moamba. As mais cultivadas são tomate, cebola, cenoura, repolho e alface. Esses cultivos se encontram em unidades produtivas tanto familiares quanto patronais. Graças à sua reconhecida riqueza em vitaminas, minerais e, inclusive, calorias, as hortaliças têm o potencial de ajudar significativamente a combater o baixo consumo de calorias e a desnutrição. O desafio é desenvolver e aplicar estratégias envolvendo a disponibilidade e acessibilidade desses alimentos que enfrentam diversas barreiras.

Por um lado, a disponibilidade de hortaliças em Moçambique depende em grande parte da produção do setor agrícola que se caracteriza pela baixa produtividade, devido à utilização pouco eficiente de tecnologias e de insumos. Por outro lado, o acesso dos consumidores moçambicanos às poucas hortaliças internamente produzidas é prejudicado, devido à inadequação de práticas de manuseio e de uma rede de comercialização pequena, incompleta e mal distribuída. Nesse sentido, fica clara a necessidade de seleção e introdução de novas técnicas e práticas de cultivo, beneficiamento e processamento de hortaliças nos sistemas de produção agrícola e agroindustrial de Moçambique..

No entanto, não se pode acreditar que tal seleção e introdução devem ser feitas numa perspectiva puramente tecnicista. A adequação das técnicas e práticas produtivas e comerciais supõe que sejam levadas em consideração as realidades sócio-econômicas dos agentes das cadeias de hortaliças. Entre estes, incluem-se principalmente os produtores, processadores, atacadistas, varejistas e consumidores de hortaliças. Essas considerações correspondem a uma perspectiva sistêmica na qual são consideradas múltiplas relações de causalidade.

A seleção e introdução de técnicas e práticas favoráveis à ampliação da disponibilidade e acessibilidade de hortaliças em Moçambique exige especial atenção aos aspectos sócio-econômicos. Em primeiro lugar, é preciso descrever e analisar as cadeias de hortaliças por meio de um diagnóstico da atuação e interação de seus diferentes sistemas de produção. Em seguida, é necessário analisar os custos de produção e comercialização de maneira a melhor caracterizar as condições de adoção de técnicas produtivas e comerciais assim como a melhor entender a evolução dos preços de hortaliças. Também, faz-se importante estudar os hábitos alimentares dos consumidores que são essenciais para a orientação da mudança tecnológica no setor agroalimentar. Afinal de contas, não se pode esquecer o acompanhamento e a avaliação das técnicas e práticas produtivas e comerciais transferidas para caracterizar a percepção dos adotantes e estimar os impactos econômicos, sociais e ambientais gerados.

B. Objetivos específicos (produtos):

- Caracterizar a atuação e interação dos sistemas de produção das cadeias de hortaliças;
- Analisar os custos de produção e comercialização nas cadeias de hortaliças;
- Estudar os hábitos alimentares dos consumidores rurais e urbanos inseridos nas cadeias de hortaliças;
- Monitorar os impactos econômicos, sociais e ambientais das técnicas e práticas produtivas e comerciais transferidas.

C. Descrição do Plano:

O foco de atuação do presente plano técnico (Socioeconomia) está nas regiões escolhidas para as ações dos componentes de produção e de pós-colheita e processamento. Trata-se das regiões de Mariguane, Umbeluzi e Moamba.

Entretanto, é preciso lembrar que este plano técnico é concebido para ser executado numa perspectiva sistêmica, levando em consideração as interações dos diversos elos das cadeias de hortaliças. Como alguns elos das mesmas cadeias - tais como a comercialização e o consumo - podem, em certos casos, estar fora dessas regiões, a abrangência geográfica do plano técnico pode se ampliar.

Outra consideração que pode gerar a ampliação dessa abrangência é a idéia de que as técnicas e práticas selecionadas e introduzidas podem ser objeto de replicação em outras regiões. Nessa visão, há necessidade de pensar na possibilidade de inserir outras áreas geográficas no universo dos estudos previstos.

Na execução deste plano técnico, haverá a participação da Universidade Estadual de Michigan (MSU), do Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESE/IIAM) e do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

(SETSAN/IIAM). Há ainda possibilidade de integrar como parceiras outras instituições que têm atuado em colaboração com a Universidade Estadual de Michigan no levantamento de preços de alimentos em Moçambique. Também, está prevista a possibilidade de estágios para alunos de cursos relacionados aos temas abordados pelo presente plano técnico.

As atividades serão concretizadas de maneira sincronizada com as realizações dos demais componentes do projeto. A caracterização sócio-econômica dos sistemas de produção e comercialização será de curta duração e realizada no início do projeto já que as informações a serem produzidas serão de fundamental importância tanto para este componente quanto para os demais. O estudo da composição e estruturação assim como do desempenho das cadeias de hortaliças com base na caracterização sócio-econômica de seus sistemas de produção será também de curta duração e executada logo após a atividade acima mencionada. A análise dos custos de produção e dos preços de comercialização será conduzida ao longo do período de execução do projeto. O estudo de hábitos alimentares será uma atividade de meio termo do projeto e formatada em função das perspectivas de inserção de novas técnicas e práticas nas cadeias de hortaliças. A avaliação das atividades, técnicas e práticas produtivas transferidas será realizada nas fases intermediária e final do projeto.

IV. ATIVIDADES E CUSTOS

R.1.2: Base de conhecimentos socioeconômicos sobre as cadeias produtivas de hortaliças ampliado.

A.1.2.1 Atividade: Caracterização sócio-econômica dos sistemas de produção e comercialização de hortaliças

Prazos e Recursos necessários

A. Prazos:

6 meses (Data de início: 1º mês de execução do projeto)

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

- Definição dos procedimentos metodológicos e das ferramentas adequadas para a coleta, análise e interpretação de dados e informações;
- Pré-teste das ferramentas em campo;
- Seleção e capacitação de 6 alunos bolsistas para a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 3 meses.
- Seleção e capacitação de 1 supervisor para acompanhar a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 3 meses.

2 viagens de uma semana de 2 técnicos da Embrapa em Maputo;

1 viagem de uma semana de 1 técnico da Embrapa em Maputo.

C. Trabalhos técnicos no Brasil.

- Revisão bibliográfica;
- Construção das ferramentas;
- Tabulação e análise dos dados e informações;
- Interpretação dos dados e informações;
- Participação em congressos sobre segurança alimentar e nutricional;
- Elaboração de relatórios

D. Materiais, bens e equipamentos.

- Material bibliográfico
- Material de escritório e de informática
- 2 computadores de mesa
- 2 notebooks
- 1 software para tratamento e interpretação de dados e informações

| |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - 1 software como ferramenta de análise de risco em estudos de viabilidade de uso de tecnologias - 1 impressora - 1 scanner - 4 gravadores de voz - 2 câmeras digitais |
| <p>E. Apoio logístico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aluguel de veículos - Combustível |

A1.2.2: Estudo da composição, da estruturação e do desempenho das cadeias de hortaliças

| |
|---|
| Prazos e Recursos necessários |
| <p>A. Prazos:</p> <p>4 meses (Data de início: 7º mês de execução do projeto)</p> |
| <p>B. Trabalhos técnicos em Moçambique:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipologia funcional dos sistemas de produção; - Caracterização dos elos e segmentos das cadeias de hortaliças; - Descrição dos segmentos componentes dos elos; - Estudo dos fluxos de materiais, de capital e de informação; - Modelagem das cadeias. <p>2 viagens de 2 técnicos da Embrapa por uma semana em Maputo.</p> |
| <p>C. Trabalhos técnicos no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão bibliográfica; - Construção das ferramentas; - Elaboração de relatórios |
| <p>D. Materiais, bens e equipamentos.</p> <p>Os itens adquiridos para executar a atividade 1.1 servirão também para esta atividade.</p> |
| <p>E. Apoio logístico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aluguel de veículos - Combustível |

A1.2.3: Análise dos custos de produção e dos preços de comercialização de hortaliças

| |
|--|
| Prazos e Recursos necessários |
| <p>A. Prazos:</p> <p>24 meses (Data de início: 1º mês de execução do projeto)</p> |
| <p>B. Trabalhos técnicos em Moçambique:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição dos procedimentos metodológicos e das ferramentas adequadas para a coleta, análise e interpretação de dados e informações; - Pré-teste das ferramentas em campo; - Seleção e capacitação de 3 alunos bolsistas para a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 12 meses. - Seleção e capacitação de 1 supervisor para acompanhar a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 12 meses; - Participação em congressos sobre segurança alimentar e nutricional; <p>2 viagens de 2 técnicos da Embrapa por uma semana em Maputo</p> |
| <p>C. Trabalhos técnicos no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão bibliográfica; |

- Construção das ferramentas;
- Tabulação e análise dos dados e informações;
- Interpretação dos dados e informações;
- Participação em congressos sobre segurança alimentar e nutricional;
- Elaboração de relatórios.

D. Materiais, bens e equipamentos.

Os itens adquiridos para executar a atividade 1.1 servirão também para esta atividade.

E. Apoio logístico

- Aluguel de veículos
- Combustível

A.1.2.4: Estudo de hábitos alimentares nas regiões cobertas pelo projeto

Prazos e Recursos necessários

A. Prazos:

15 meses (Data de início: 7º mês de execução do projeto)

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

- Definição dos procedimentos metodológicos e das ferramentas adequadas para a coleta, análise e interpretação de dados e informações;
- Pré-teste das ferramentas em campo;
- Seleção e capacitação de 3 alunos bolsistas para a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 3 meses.
- Seleção e capacitação de 1 supervisor para acompanhar a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 3 meses.

2 viagens de 2 técnicos da Embrapa por uma semana em Maputo;

C. Trabalhos técnicos no Brasil.

- Revisão bibliográfica;
- Construção das ferramentas;
- Tabulação e análise dos dados e informações;
- Interpretação dos dados e informações;
- Elaboração de relatórios

D. Materiais, bens e equipamentos.

Os itens adquiridos para executar a atividade 1.1 servirão também para esta atividade.

E. Apoio logístico

- Aluguel de veículos
- Combustível

A.1.2.5. Atividade: Avaliação das atividades, técnicas e práticas produtivas transferidas

IV.1.5.1. Prazos e Recursos necessários

A. Prazos:

12 meses (Data de início: 13º mês de execução do projeto)

B. Trabalhos técnicos em Moçambique:

- Definição dos procedimentos metodológicos e das ferramentas adequadas para a coleta, análise e interpretação de dados e informações;
- Pré-teste das ferramentas em campo;
- Seleção e capacitação de 3 alunos bolsistas para a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 3 meses.
- Seleção e capacitação de 1 supervisor para acompanhar a coleta de dados e informações. A coleta será feita em 3 meses.

| |
|---|
| meses. 2 viagens de 2 técnicos da Embrapa por uma semana em Maputo; |
| C. Trabalhos técnicos no Brasil. - Revisão bibliográfica; - Construção das ferramentas; - Tabulação e análise dos dados e informações; - Interpretação dos dados e informações; - Elaboração de relatórios |
| D. Materiais, bens e equipamentos. Os itens adquiridos para executar a atividade 1.1 servirão também para esta atividade. |
| E. Apoio logístico - Aluguel de veículos - Combustível |

V. MATRIZ DA ESTRUTURA LÓGICA DO PLANO

| Elementos do Projeto | Indicadores | Meios de verificação |
|---|--|-------------------------------------|
| A. Objetivos específicos Estudar socio-econômicamente os sistemas de produção, comercialização e consumo de hortaliças visando à caracterização das práticas produtivas/comerciais e dos hábitos alimentares, elementos necessários para a consolidação da agricultura familiar nas comunidades beneficiárias. | 1. Missões realizadas; 2. Estudantes treinados em estudos socio-econômicos sobre a agricultura familiar e as cadeias de hortaliças; 3. Palestras proferidas sobre as cadeias de hortaliças; 4. Recomendações formuladas sobre as cadeias de hortaliças. | Relatórios e documentos elaborados. |
| B. Resultados/Metas Base de conhecimentos socioeconômicos sobre as cadeias de hortaliças ampliada | Consultas e orientações fornecidas aos interessados (pesquisadores, produtores, distribuidores, consumidores, etc.) envolvidas no setor hortícola de Moçambique | Relatórios elaborados. |
| C. Atividades 1. Caracterização sócio-econômica dos sistemas de produção e comercialização de hortaliças. | Sistemas produtivos e comerciais representativos do setor hortícola das regiões do projeto caracterizados. | Relatórios elaborados. |

| | | |
|---|---|------------------------|
| 2. Estudo da composição, da estruturação e do desempenho das cadeias de hortaliças. | Cadeias de hortaliças modeladas. | Relatórios elaborados. |
| 3. Análise dos custos de produção e dos preços de comercialização de hortaliças. | Aplicação planilhas em Excell desenvolvidas pela Embrapa para análise de custos de produção. | Planilhas aplicadas. |
| 4. Estudo de hábitos alimentares nas regiões cobertas pelo projeto. | Comportamentos dos preços de hortaliças caracterizada ao longo do período de execução do projeto. | Relatórios elaborados. |
| 4. Estudo de hábitos alimentares nas regiões cobertas pelo projeto. | Hábitos alimentares levantados e caracterizados. | Relatórios elaborados. |
| 5. Avaliação das atividades, técnicas e práticas produtivas transferidas. | Impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da execução do projeto avaliados. | Relatórios elaborados. |

APPENDICES

1. Minute of Meeting on Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique
2. BRA/04/044-JBPP/PCJ/011-PROSAVANA
Minutes of Meeting of the Detailed Planning on Triangle Agreement for Support of agricultural Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique Agreed between Japan International Cooperation Agency, Brazilian Cooperation Agency and Authorities Concerned of the Government of the Republic of Mozambique
3. Minute of Meeting on the third JCC Meeting held on Dec.3, 2012
4. Members of the Counterparts and Study Teams

**APPENDIX 1 Minute of Meeting on Triangular
Cooperation for Agricultural Development
of the Tropical Savannah in Mozambique**

Minutes of Meeting on Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique

Based on the Record of Discussions of the Japan-Brazil Partnership Programme (hereinafter referred to as 'JBPP') signed on March 28, 2000 in Tokyo, the President of Japan International Cooperation Agency (hereinafter referred to as 'JICA'), Sadako Ogata, and the Minister of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil, Ambassador Celso Luís Nunes Amorim, announced in April 2007 the strengthening of the Assistance for Africa through cooperation under the framework of JBPP. In addition, in July 2009, at L'Aquila Summit, the Japanese Prime Minister, Taro Aso (then), and the President of the Federative Republic of Brazil, Luiz Inácio Lula da Silva, agreed on promoting the agricultural development of Mozambique through cooperation under JBPP, applying the knowledge acquired during implementation of the Cooperation Programme for the Development of the Cerrado.

Considering the agreements reached, the Japanese Mission, headed by the Senior Vice-President of JICA, Kenzo Oshima, and the Brazilian Mission, headed by the Director of the Brazilian Cooperation Agency (hereinafter referred to as 'ABC'), Minister Marco Farani, jointly visited the Republic of Mozambique from 16th to 19th September 2009 and discussed the basic structure of the Triangular Cooperation Programme for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique with the Minister of Agriculture, Soares B. Nhaca, the Minister of Planning and Development, Aiuba Cuereneia, and other Mozambican authorities.

The three organisations represented by the signatories of this Minutes of Meeting agreed to keep the record of the results of the discussions on the current Japan-Brazil-Mozambique Joint Study, according to the annex attached hereto, as well as to promote joint actions for the early execution of the Triangular Cooperation Programme.

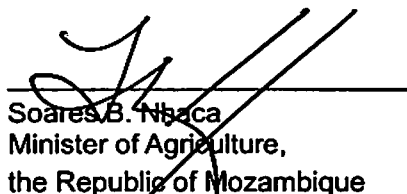
Maputo, Mozambique, 17th September, 2009.



Kenzo Oshima
Senior Vice-President,
Japan International Cooperation Agency



Marco Farani
Director,
Brazilian Cooperation Agency



Soares B. Nhaca
Minister of Agriculture,
the Republic of Mozambique

1. Background and Events related to the Cooperation Programme for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique

- (1) The Japan-Brazil Cooperation Programme for the Development of the Brazilian Cerrado, which started in the '70s, has implemented projects of technical cooperation and financial cooperation for about 20 years and made a great contribution not only to Brazil inland development but also to balancing the supply and demand for food in global standards by increasing food production. Through agricultural development of the Cerrado, Brazil now has large knowledge related to sustainable agricultural development in tropical savannah zones. Based on these facts, on April 3, 2009, the Senior Vice-President of JICA, Mr. Kenzo Oshima, and the Director of the Brazilian Cooperation Agency (ABC), Minister Marco Farani, signed the 'Minutes of Meeting' to confirm common interest in the 'Japan-Brazil Partnership Programme on Cooperation for the Development of African Tropical Savannah, based on the results of the Programme of Brazil-Japan Cooperation for the Brazilian Cerrado development.
- (2) Considering that about 70 percent of Mozambican territory (approximately 540 thousand km²) is characterised as an area of tropical savannah and that there is an extensive area of non-used arable land, the mission that the Ministry of Agriculture of Mozambique dispatched to the Cerrado region in Brazil in May 2009 confirmed that there are several points of similarity between the Brazilian Cerrado and the Mozambican tropical savannah, as well as that many examples of agricultural techniques used for development of the Cerrado can be transferred to Mozambique.
- (3) Based on the 'Minutes of Meeting' mentioned in 1(1) above, the Japan-Brazil Joint Preliminary Mission, which was dispatched to Mozambique in June 2009, conducted a series of discussions with the Mozambican Ministry of Agriculture regarding the basic structure of the Triangular Cooperation Programme. Besides, Working Groups for promoting activities of the Triangular Cooperation were established in Japan, Brazil, and Mozambique (see Annex 1).
- (4) Discussions between the Joint Mission under the JBPP framework and the Ministry of Agriculture and the Ministry of Planning and Development of Mozambique were conducted based on the abovementioned facts.

2. Significance and Challenges of Triangular Cooperation

The parties share the following basic understandings on the significance and challenges

of triangular cooperation.

- (1) The area of the African Guinea savannah is about 700 million hectares, of which approximately 400 millions hectares are arable. This is the largest non-used agricultural area in the world (see annex). Sustainable agricultural development of the African tropical savannah, including Mozambique, will contribute not only to guaranteeing food security of the local population and to promoting socioeconomic development of the region but also to enhancing food security globally.
- (2) In Mozambique, 70 percent of the total population inhabit rural areas, where 95 percent of employed people engage in agricultural activity. A total of 96 percent of all farmers' activities are centered on small-scale family farms (cultivation area of 1 to 2 hectares) and most of them run subsistence agriculture with small investment with small productivity. Besides, the exploitation rate of arable areas is approximately 4 percent. However, taking into account that the tropical savannah around the northern region of Mozambique is blessed with a large arable area and a substantial amount of rainfall, its potential to expand agricultural production is extremely high. If there is an introduction of modern techniques and increased capital investment, and also if farmers' organisations are promoted through the present Triangular Cooperation Programme, significant impacts on agricultural productivity are expected.
- (3) It is also expected that the knowledge acquired through the Development of the Brazilian Cerrado will contribute to the improvement of agricultural productivity of the African tropical savannah, e.g., soil correction techniques and the use of proper varieties of different crops. However, considering that the socioeconomic situation of the Brazilian Cerrado region differs greatly from that of the African tropical savannah, new models of sustainable agricultural development specific to each region in Africa will be necessary.
- (4) When creating new models of sustainable agricultural development for the tropical savannah of Mozambique, human security, food security, and poverty reduction for the local population, as well as protection of wildlife and preservation of the environment, must be considered. Meanwhile, it is necessary to target market-oriented agricultural/rural/regional development with a competitive edge in the respective markets.

3. Basic Structure of the Triangular Cooperation Programme

As result of the discussions, each party agreed to work on the Cooperation Programme according to the basic structure below for the early materialisation of the Programme. However, it was decided that should the need for changes arise as a result of several

types of survey and discussion in the future, the basic structure will be revised in common agreement among the three parties.

(1) Objective of the Programme

To create new models of sustainable agricultural development in the tropical savannah region of Mozambique through triangular cooperation among Japan, Brazil, and Mozambique, while taking into account preservation of the environment and seeking market-oriented agricultural/rural/regional development with a competitive edge

(2) Name of the Programme

Triangular Cooperation Programme for Agricultural Development of the African Tropical Savannah among Japan, Brazil, and Mozambique (ProSAVANA-JBM)

(3) Preferred Candidate Region as Target Area of the Programme

Taking into account the similarities of its natural environment with the Brazilian Cerrado region, the current situation of infrastructure as well as policies, laws, and regulations of Mozambique, the Nacala Corridor area, located in the northern part of the country, was selected as the preferred target area, wherein future surveys will be carried out and the Programme will be developed.

(4) Main Target Crops and Production Sectors

Preferred crops will be selected from the crops (or group of crops) below, emphasising coherence with the agrarian policy of Mozambique. However, the selection will be made upon mutual discussion and agreement among the three parties.

- ① Subsistence Crops: Cassava, rice, soy, wheat, corn, poultry, dairy cattle, fishery
- ② Crops for Commercialisation: Tobacco, cotton, cashew nut, sugarcane (sugar)
- ③ New Crops to be Introduced: Fruits, vegetables, crops for bio fuel production, etc.
- ④ Structure of Agricultural Management: Farming that combines agriculture and stockbreeding

(5) Stakeholders

- ① Producers: local farmers, local population, agricultural associations, private enterprises (agricultural enterprises, agricultural product-processing enterprises), and other enterprises from the productive chain
- ② Public Organisations: Agrarian Research Institute of Mozambique (IIAM), National Directorate of Agrarian Services (DNSA), National Directorate of Agrarian Extension (DNEA), National Directorate of Veterinary Services

(DNSV), Mozambique Institute for Cotton (IAM), Cashew Promotion Institute (INCAJU), and others, identified along the implementation of the Programme programme

- (6) Contents of the Cooperation Offered under the Triangular Cooperation Framework
- The present Programme combines, as the need arises, technical cooperation, grant aid cooperation, concessional loans, and voluntary programmes from Japan and Brazil. It should be planned in a way that the synergistic effect of each one of these modalities of assistance is manifested to its maximum extent for complete implementation of the Programme .

① First Stage

The first stage ('programme preparation stage') will establish models of agricultural development of the tropical savannah in Mozambique from the implementation of four projects, as detailed below, through the technical cooperation jointly offered by Japan and Brazil.

(i) Preliminary Study

Research will begin in September 2009 and its purpose will be to investigate and understand the socioeconomic situation and natural aspects of agricultural sector of Mozambique, identifying possibilities of applying the experiences acquired in the Programme on Agricultural Development of the Brazilian Cerrado. The results of these studies will be applied in the three projects mentioned below.

(ii) 'Improvement of Research Capacity in Mozambique' (tentative name)

This project aims to improve agricultural production technology by means of, for example, tests on soil improvement and selection of different crops introduced at the agricultural research institutes of Mozambique, as well as dissemination of improved and adapted technologies. This project intends to promote the capacity enhancement of the agricultural research institutes of Mozambique. This project shall begin in Japanese fiscal year 2010.

(iii) 'Integrated Master Plan for Agricultural Development of the Nacala Corridor Area' (tentative name)

A master plan for the agricultural development of the Nacala Corridor area will be developed. Based on the master plan, a financial plan for agricultural development will be developed as well. The master plan shall begin in Japanese fiscal year 2011.

(iv) 'Establishment of New Models of Development in Rural Communities (Demonstrative Project)' (tentative name)

Candidate areas from the Nacala Corridor area will be defined, and new development models at village level will be demonstrated including agricultural extension for development of farmers. This project shall begin in Japanese fiscal year 2011.

② Second Stage

The second stage ('programme implementation stage') is intended to spread the models of agricultural development established in the first stage.

(7) Role of the Mozambican Government

On the implementation of the present Programme, the Government of Mozambique, mainly represented by the Ministry of Agriculture, will coordinate the ministries and national agencies, as well as local governmental organisations. In addition, the Government of Mozambique will put high priority on this Programme in the framework of governmental policies for development, providing the necessary resources and personnel. Moreover, the Government of Mozambique will render necessary services to the missions under the JBPP framework and experts allocated for the Programme.

(8) Implementation Structure ('Working Groups')

① In order to implement the Programme in an effective and efficient way, Working Groups will be created in each country. Each country's Working Group will be in charge of obtaining consensus among the organisations involved and managing the progress of each activity. The Working Groups of the three countries shall maintain close communication among themselves for efficient implementation of the Triangular Cooperation Programme. The Joint Working Group shall gather once or twice a year, with the first meeting being in Tokyo, Japan, in January 2010. During the first meeting of the Joint Working Group, an international symposium will be co-sponsored by Japan, Brazil, and Mozambique. The symposium will be tentatively named 'Cooperation for the Agricultural Development of African Tropical Savannah'.

② In the course of the programme, private enterprises, with large experience in agricultural development of the Cerrado, might participate, and will act as consultant in the task of general coordination, management, monitoring, and promotion of the Programme.

4. Settlement of Disputes

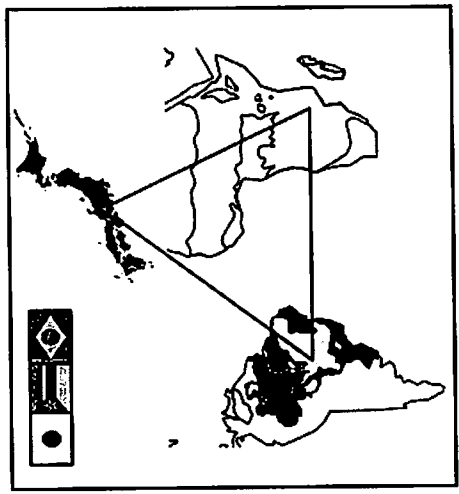
Although the three parties have pledged themselves to pursue early implementation of the programme in close cooperation and according to the structure mentioned in item 3 above, if any doubt or problem arises regarding the content agreed herein, it will be settled through the Working Groups and, according to necessity, with the good faith of the signatories.

This Memorandum is written in two languages, namely, Portuguese and English. In case of any divergence in interpretation, the English version shall prevail.

END

Programme for Market-Oriented Agricultural Promotion in the Tropical Savanna of Mozambique in Triangle Collaboration with Brazil

Triangular WG
 Purpose: To form consensus on the Programme
 Annual or semi-annual meeting



Japan WG
 Focal Point: JICA HQ

- MOFA
- MAFF
- Embassy of Brazil in Japan
- Embassy of Mozambique in Japan
- Research Institutions

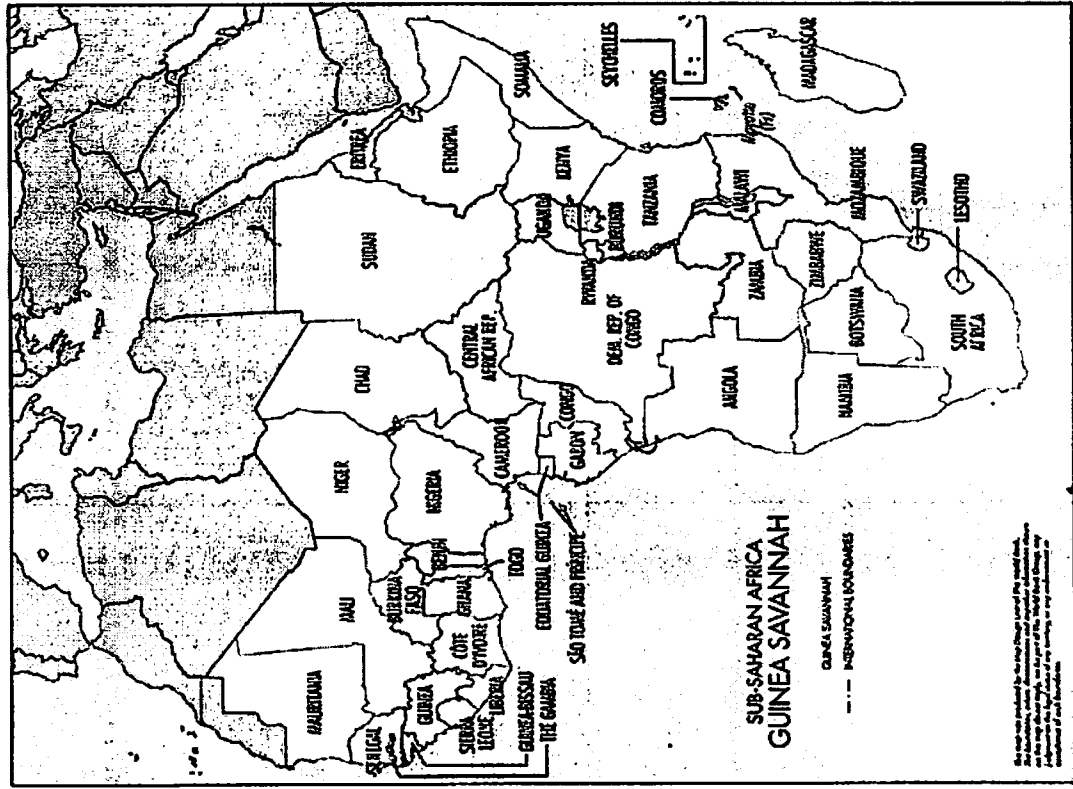
Mozambique WG
 Focal Point: Min of Agriculture

- Ministry of Foreign Affairs and Cooperation
- Ministry of Planning and Development
- JICA Mozambique
- Embassy of Brazil in Mozambique
- Embrapa Africa

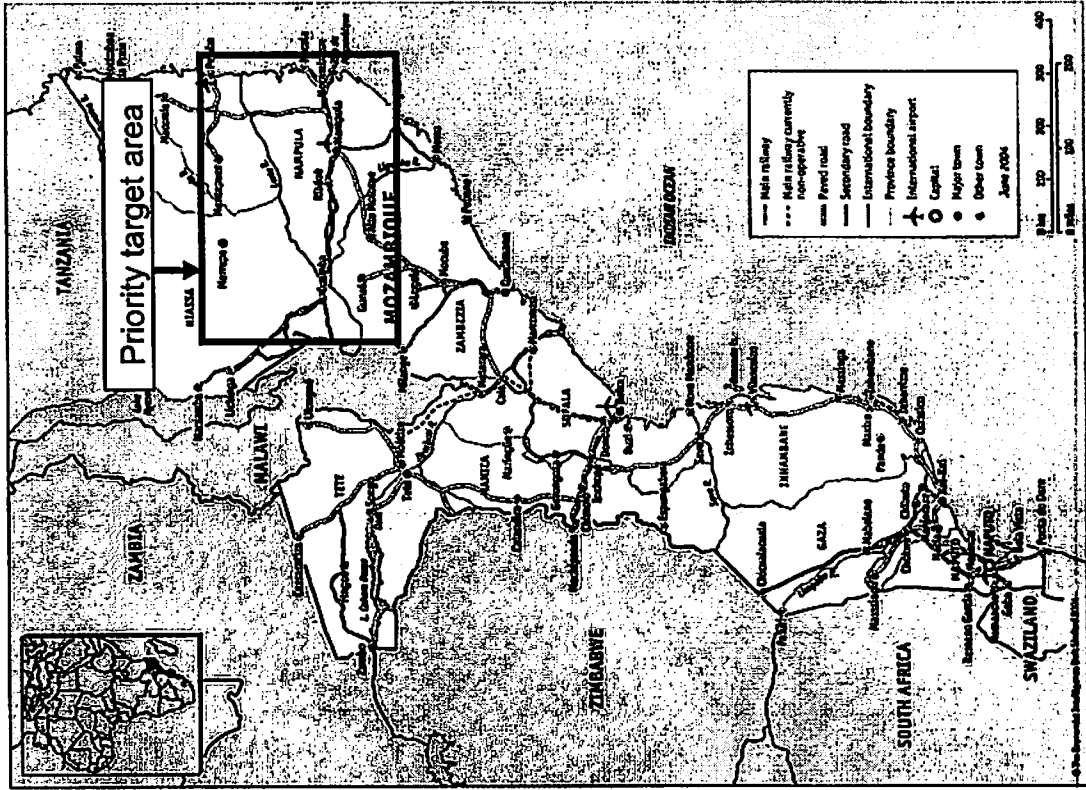
Brazil WG
 Focal Point: ABC

- JICA Brazil
- Embassy of Mozambique in Brazil
- Embassy of Japan in Brazil
- Ministry of Agriculture
- EMBRAPA
- EMATER
- SENAR
- Other institutions

Map: Guinea Savannah



出所 : Awakening Africa's sleeping giant:Prospects for commercial agriculture in the Guinea Savannah zone and beyond (World Bank, Feb.2009)



出所 : The Economist Intelligence Unit 2004

APPENDIX 2 BRA/04/044-JBPP/PCJ/011-PROSAVANA

Minutes of Meeting on the Detailed Planning Survey on Triangular Agreement for Support of Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique
Agreed Between Japan International Cooperation Agency, Brazilian Cooperation Agency and Authorizes Concerned of the Government of the Republic of Mozambique
Maputo 28th July, 2011

**TRIANGULAR COOPERATION PROJECT
AMONG JAPAN - BRAZIL - MOZAMBIQUE
UNDER THE FRAMEWORK OF
JAPAN BRAZIL PARTNERSHIP PROGRAMME - JBPP**

**BRA/04/44
JBPP/PCJ/011**

BRA/04/ 044 - JBPP/PCJ/011 - PROSAVANA JBM

**SUPPORT OF AGRICULTURE DEVELOPMENT MASTER PLAN FOR THE
NACALA CORRIDOR IN MOZAMBIQUE
PROSAVANA – PD**

2011

RELATED AGREEMENTS:

Basic Agreement: General Cooperation Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique, signed on September 15th 1981.

Basic Agreement on Technical Cooperation between the Government of Japan and the Government of the Federal Republic of Brazil signed in September 22nd, 1970.

Record of Discussion on the Japan-Brazil Partnership Programme signed on March 28th, 2000.

Basic Agreement: Agreement on Technical Cooperation Between the Government of Japan and the Government of the Republic of Mozambique signed on March 31st, 2005.

Memorandum of Understanding: Technical Cooperation between Japan, Brazil and Mozambique, signed on September 12th 2009.

I. PROJECT IDENTIFICATION

I.1. PROJECT TITLE

Support of the Agriculture Development Master Plan for the Nacala Corridor in Mozambique (ProSAVANA-PD)

I.2. ESTIMATED DURATION

18 months after first assignment of the mission

I.3. ESTIMATED COSTS BY USE AND SOURCES:

| Sources | Amount (US\$) |
|---|---------------|
| 1. Ministry of Agriculture of Mozambique | 300,000.00 |
| 2. Brazilian Cooperation Agency | 800,000.00 |
| 4. Japan International Cooperation Agency | 6,264,000.00 |
| Total | |

*Above mentioned costs can be changed based on the progress of the Project

I.4. BRAZILIAN COORDINATION INSTITUTION

NAME: Brazilian Cooperation Agency(ABC)
ADDRESS: Setor de Administração Federal Sul (SAF/SUL), Quadra 02, Lote 02, Bloco B.
POSTAL CODE: 70.070-600 City: Brasília Country: Brazil
Phone: Fax: (+55 61) 3411-6894
E-Mail: abc@abc.gov.br Website: www.abc.gov.br

I.6. MOZAMBICAN EXECUTING INSTITUTION

NAME: Ministry of Agriculture of Mozambique (MINAG)
ADDRESS: Praças do Heróis Moçambicanos
POSTALCODE: 1406 City: Maputo Country: Mozambique
Phone: (+258) 2132-8799 Fax: (+55 61) 3411-6894
E-Mail: Website:

I.7. JAPANESE COORDINATION INSTITUTION

NAME: Japan International Cooperation Agency - JICA - Rural Development Department
ADDRESS: 3rd floor, Nibancho Center Building 5-25, Niban-cho, Chiyoda-ku
POSTAL CODE: 102-8012 City: Tokyo Country: Japan
Phone: (+81-3) -5226-8428 Fax: (+81-3) -5226-6338
E-Mail: Oshima.Kensuke@jica.go.jp Website: www.jica.go.jp

I.8. PLACE, DATE AND SIGNATURES

Brasilia, Brazil, 11/24 /2011.

Ministry of Agriculture of Mozambique (MINAG)

Brazilian Cooperation Agency/Ministry of External Relations (ABC/MRE)

Ministro Marco Ferraz
Diretor da ABC

Japan International Cooperation Agency (JICA)

II. BACKGROUND

II.1. CONCEPTUAL NOTE

The Triangular Cooperation Programme for Agricultural Development of the African Tropical Savannah in Mozambique (hereinafter referred to as ProSAVANA-JBM) was conceived as a program of agricultural and rural development in the region of the Nacala Corridor, in Mozambique, aiming to improve the competitiveness of the sector, in terms of food security, increase of the productivity of small producers, and the generation of exportable surpluses from the agriculture-oriented agribusiness.

The Project for Improving Research and Technology Transfer Capacity for Nacala Corridor Agriculture Development in Mozambique (ProSAVANA-PI), implemented in the framework of the Japan Brazil Partnership Programme – JBPP, among JICA, Brazilian Cooperation Agency - ABC, Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa) and Agricultural Research Institute of Mozambique (IIAM), aim at strengthening the agricultural research capacity in the Nacala Corridor area, ensuring the technological basis for the increase of agricultural production, with the improvement of the institutional capacity of IIAM to carry out integrated actions mainly in the context of small producers, creating an environmental and economically sustainable agricultural model.

Based on the Minutes of Meeting on the Triangular Cooperation ProSAVANA-JBM, signed on 26th April 2011, Japan, Brazil and Mozambique agreed on the implementation of the detailed planning survey from 13 July to 29 July 2011, to discuss the scope of work for "Support of the Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique" (ProSAVANA-PD) aiming at the implementation and enhancing development effect of other ProSAVANA projects and other Japanese ODA projects in Nacala Corridor by attaining the purpose of the Project.

II.2. SITUATION EXPECTED AT THE END OF THE PROJECT

Since the establishment of ProSAVANA-JBM, Japan, Brazil and Mozambique are jointly working in order to promote the food security in Mozambique and other countries by the implementation of Triangular Cooperation projects in the Nacala Corridor region.

ProSAVANA-PD is consistent with the agricultural and rural development plans of the region, taking into account the current local productive basis and the local institutional frameworks.

In this context, ProSAVANA-PD will be implemented in harmonic cooperation between Japan, Brazil and Mozambique, aiming at the formulation of the agriculture development master plan which will contribute to the local economic and social development by fostering sustainable production systems in agriculture and poverty reduction. The region will count with pilot project areas selected based on land use and agro-zoning on agricultural environment criteria. In order to encourage investments, it is planned the preparation and promotion of data books¹.

ProSAVANA-PD will cover Nacala Corridor area consisting of Nampula, Niassa and Zambezia Provinces. Based on the results of the basic survey, priority districts will be selected.

II.3. INSTITUTIONAL FRAMEWORK FOR PROJECT EXECUTION

The basic structure agreed by the parties to the implementation of the programme sets the general objective of creating models of sustainable agricultural development in Tropical Savannah region of Mozambique, taking into account: i) the preservation of the environment, seeking the market oriented agricultural, rural and regional development with competitive capacity, ii) the region of the Nacala Corridor, as the target area; iii) the main crops and production sectors; iv) local producers, cooperatives and producer associations, private enterprises (agricultural enterprises, agricultural product-processing enterprises), and other enterprises from the productive chain as target groups; v) the content of triangular cooperation involving the technical cooperation of JICA and Brazil.

¹ Data book is a compilation of reliable and decision making support information on specific themes such as industrial and agricultural structure, financial system, legal framework, environmental considerations, technology transfer, market and social projects aiming to provide useful information and reduce risk perception for private investors.

In this context, the Brazilian Cooperation Agency (ABC), the Japan International Cooperation Agency (JICA) and the Ministry of Agriculture of Mozambique (MINAG) will endeavour joint work to achieve the objectives of ProSAVANA-PD, assuming specific responsibilities as described below.

A. Brazilian Cooperation Agency (ABC)

ABC will coordinate the participation of the Brazilian technical institution and the project implementation with JICA and MINAG. It is also responsible for the political dialogue between the Mozambican, Brazilian and Japanese Governments and its respective institutions.

The administrative and financial management of the Brazilian resources, besides the necessary support to the Brazilian technical institution, are also responsibilities of ABC.

As the Brazilian coordination agency, ABC will act to smooth the implementation of the project and shall keep the counterpart agencies from Japan and Mozambique well informed on the execution of activities in Mozambique and Brazil, as well as sharing the results of the progress of Brazilian experts site investigations with the counterpart institutions.

B. Brazilian Executing Institution

The Brazilian Technical Institution will be defined after bidding process to be carried out by ABC, and will be responsible for offering specialized technical support to the development and implementation of the activities of ProSAVANA-PD, under the coordination of ABC.

The Brazilian Technical Institution will work jointly with the Mozambican and Japanese counterparts for the preparation of the technical documents listed in this Triangular Agreement.

C. MINAG / Provincial Governments

The Ministry of Agriculture and the Provincial Agriculture Directorates of Nampula, Niassa and Zambezia are responsible to allocate the necessary staff under exclusive dedication, and to facilitate the smooth implementation of ProSAVANA-PD and to provide necessary facilities to the Japanese and Brazilian experts.

Specifically, MINAG will be responsible for the immediate adoption of the following measures: i) to appoint a counterpart staff to work directly and continuously with the Japanese and Brazilian experts, ii) to take all necessary measures for the implementation of ProSAVANA-PD, iii) to ensure input of resources to meet current expenses, mainly costs for per diem and travel expenses of counterpart staff, iv) to provide information and data necessary to the development of ProSAVANA-PD, and v) to establish and make the necessary procedures for demarcation of the area to be used in the implementation of activities of ProSAVANA-PD.

D. JICA – Japan International Cooperation Agency

JICA will coordinate and implement the activities of ProSAVANA-PD, assuring the harmonic relation with the Japanese, Mozambican and Brazilian parties. JICA will also manage the administrative and human resources under demand of the Mozambican executing institution (s) and shall work for the development of the capacities of the Mozambican agriculture institutions.

The resources of JICA will be employed in carrying out actions to support the planning and execution of scheduled activities.

E. Japanese Technical Institution

The Japanese Technical Institution will be defined after bidding process to be carried out by JICA, and will be responsible for offering specialized technical support to the development and implementation of the activities of ProSAVANA-PD, under the coordination of JICA.

The Japanese Technical Institution will work jointly with the Mozambican and Brazilian counterparts for the preparation of the technical documents listed in this Triangular Agreement.

III. GOALS AND RESULTS OF THE PROJECT

III.1. OVERALL GOAL

To promote economic and social development through agriculture development in Nacala Corridor

III.2. PROJECT PURPOSE

To formulate an agriculture development Master Plan which contributes to social and economic development by engaging private investment to promote sustainable production systems and poverty reduction in Nacala Corridor.

III.3. OUTPUTS

The project shall cover the following aspects:

- Data collection and analysis of agriculture in Nacala Corridor
- Drawing of an overall picture of development plans
- Planning of quick impact projects for selected areas in Nacala Corridor
- Engagement stimulation of stakeholders focusing on investment promotion

III.4. ACTIVITIES

Each activity, based on the above mentioned outputs, will be detailed on the Triangular Work Plan which will be prepared by the technical institutions of Brazil, Japan and Mozambique, as attached Document II.

IV.1. TECHNICAL DOCUMENTS

To achieve the objective of the Project, the Ministry of Agriculture of Mozambique, the Brazilian Ministry of External Relations through the Brazilian Cooperation Agency, the Brazilian Technical Institution and the Japan International Cooperation Agency (hereinafter referred to as "the Parties") will formulate detailed documents of the activities, and coordination and implementing structure that will be finalized through mutual consent among the Parties. Following the approval of the each party, the Documents below will be officially integrated to this agreement.

Document I: Division of Roles of the Project among Japan, Brazil and Mozambique

Document II: Triangular Work Plan describing the activities that will be implemented and the roles of the parties

Document III: The Project implementation Schedule with its Plan of Operation (PO)

Document IV: The Brazilian side will formulate its Project Document which contains the list of outputs, activity, schedule and related costs, according to the Brazilian Cooperation Agency standards

As agreed by the Parties, other technical documents may be included or omitted as part of this document.

Division of the Roles of the Project among Mozambique, Japan and Brazil

| Area | Assignment | | | Quarter | | | | | |
|--|------------|-------|--------|---------|---|---|---|---|---|
| | Mozambique | Japan | Brazil | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Agricultural Development | ○ | ○ | ○ | ■ | | | | | |
| Agriculture Infrastructure | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| Transportation and Social Infrastructure | ○ | ○ | | ■ | ■ | | | | |
| Farming | ○ | ○ | | ■ | ■ | | | | |
| Organization of Farmers | ○ | ○ | | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| Post Harvest | ○ | ○ | | ■ | ■ | ■ | | | |
| GIS | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Analysis of Business Model | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Investment Promotion | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| EIA | ○ | ○ | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Land Use System | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Law System | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Analysis of Agricultural Value Chain | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Agri-Business | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Administrative Coordinator | ○ | ○ | ○ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |

APPENDIX 3 Minutes of Meeting on the third JCC

Meeting held on Dec.3, 2012

**MINUTES OF THE MEETING
OF THE THIRD JOINT COORDINATING COMMITTEE
OF THE
TRIANGULAR COOPERATION PROGRAMME FOR THE TROPICAL
SAVANNAH AGRICULTURAL DEVELOPMENT IN MOZAMBIQUE AMONG
MINISTRY OF AGRICULTURE OF MOZAMBIQUE
BRAZILIAN COOPERATION AGENCY
AND
JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY**

1. Background

The Triangular Cooperation Programme for the Tropical Savannah Agricultural Development in Mozambique (hereinafter referred to as “ProSAVANA-JBM”), implemented under the framework of the Japan Brazil Partnership Programme (hereinafter referred to as “JBPP”), comprehends the implementation of three projects namely: the Project for Improving Research and Technology Transfer Capacity for Nacala Corridor Agriculture Development in Mozambique (hereinafter referred as the “ProSAVANA-PI”) launched in April 2011 in Mozambique, the Support of Agriculture Development Master Plan for the Nacala Corridor in Mozambique launched in March 2011 (hereinafter referred to as “ProSAVANA-PD”), and the Project for Improvement of Agricultural Extension (hereinafter referred to as “ProSAVANA-PE”) is planned to start in March 2013.

In order to confirm the progress of the Programme and its Projects after the Second JCC, held in Maputo in June 18th 2012, and to discuss the necessary measures for smooth implementation of the Programme, the Third Joint Coordinating Committee (hereinafter referred to as “JCC”) was held in Nampula, on December 3rd 2012.

On that occasion, the Ministry of Agriculture of Mozambique, the Brazilian Cooperation Agency and the Japan International Cooperation Agency (hereinafter referred to as “Parties”) agreed on the following points for effective and efficient implementation of ProSAVANA-JBM.

2. Summary of meeting

2.1 – General Coordination

2.1.1 – Definition on the management structure of ProSAVANA-JBM

2.1.1.1 – Official coordination structure of ProSAVANA-JBM

The Parties reinforced the importance that the Mozambican Government officially establishes the coordination structure of ProSAVANA-JBM, with mandate and legal administrative capacity, able to provide effective means, including human resources and infrastructure, to implement technical and financial cooperation under the framework of ProSAVANA-JBM.

The Parties agreed on the functions of this structure as follows:

- (1) Act as communication centre with the coordinating and implementing institutions of ProSAVANA-JBM.
- (2) Ensure the linkage of the Programme with the Directorates of MINAG.
- (3) Promote the dialogue with other Ministries agencies related to the Programme.
- (4) Support the planning, implementing, monitoring and evaluation of the Programme.
- (5) Work as focal point with the private sector, civil society and academy interested in information, dialogue and developing activities under ProSAVANA-JBM framework.
- (6) Prepare and implement JCC.
- (7) Prepare recommendations about necessary rearrangements on the implementation of the Programme.
- (8) Implement and coordinate social communication and public relations activities.
- (9) Promote ProSAVANA-JBM and enhance synergies among development partners for the Nacala Corridor agricultural development.

The Brazilian and Japanese sides equally agreed to take the necessary measures to provide support to the above-mentioned structure on a cost share basis.

2.1.1.2 – Programme Implementation Structure

The Parties reinforced the importance to establish a structure of ProSAVANA-JBM in the Nacala Corridor to coordinate the execution of agricultural development activities.

The structure and functions of this implementation entity will be prepared by ProSAVANA-HQ considering a Public or Public-Private management model. This definition should take into account recommendations from ProSAVANA-PD teams, and shall be presented in the next JCC for approval.

2.1.2 – Communication Strategy Plan

The Parties agreed on a communication strategy plan for ProSAVANA-JBM, which is divided into a short, medium and long-term approach as in Annex 1.

The Parties reinforced their commitment to provide the contents to be used in all communication materials of the Programme.

The outcomes of the communication strategy plan are as follows:

(1) Social communication

The Parties confirmed the importance to establish a social communication strategy in order to reach the civil society as soon as possible. In order to proceed with the strategy, the Parties agreed to recommend ProSAVANA-HQ to start selecting and hiring of specialized consultant or consultancy firm to elaborate this plan. The results should be presented in the next JCC.



(2) Logo and visual ID of ProSAVANA-JBM and ProSAVANA-JBM Projects

The Parties agreed on creating the logo of ProSAVANA-JBM and ProSAVANA-JBM Projects, which shall be used in all ProSAVANA-JBM documents and papers.

(3) ProSAVANA-JBM website

In order to provide information and spread the results of ProSAVANA-JBM, the Parties approved the development of the ProSAVANA-JBM website. The preparation of the articles and documents shall be done with close collaboration from the coordinating and implementing institutions of ProSAVANA-JBM.

(4) Joint Presentation of ProSAVANA-JBM

The Parties agreed on the basic structure of the ProSAVANA-JBM joint presentation as follows:

- (a) Background: Food and Nutritional Security; PEDSA; Agricultural Development of the Nacala Corridor; Experience of the Japan-Brazil Cooperation for Agricultural Development of Cerrado.
- (b) Context: Similarities between the Mozambican savannah and the Brazilian Cerrado; Establishment of a trilateral partnership between Brazil, Japan and Mozambique.
- (c) ProSAVANA-JBM: Vision; Mission; Objective; Target area; Beneficiaries; Crops; Schedule of implementation; Coordinating institutions
- (d) Projects (ProSAVANA-PI, ProSAVANA-PD, ProSAVANA-PE).
- (e) Future activities.

Depending on the public and concept of the event where this presentation is displayed, minor changes may occur.

(5) Pamphlet of ProSAVANA-JBM

The Parties agreed on the basic content of the Pamphlet of ProSAVANA-JBM to reach the Provinces and Institutions concerned to the Implementation of the Programme, as follows:

- (a) Vision
- (b) Mission
- (c) Objective
- (d) What is ProSAVANA-JBM?
- (e) Message from representatives of MINAG, JICA and ABC.
- (f) Context of the implementation
- (g) ProSAVANA-JBM commitment



2.2 – Reports from the last JCC

2.2.1 – ProSAVANA-HQ

The coordinators of ProSAVANA-HQ presented the report of activities since the Second JCC, as in Annex 2.

2.2.2 – ProSAVANA-PI

The Parties confirmed the progress report of ProSAVANA-PI Team and approved the Triangular Work Plan 2012 presented as in Annex 3.

The Parties agreed that all coming Triangular Work Plan covering the activities from October to September next year should be finalized in the first semester of each calendar year in order to be approved by JCC. If necessary an extraordinary session of JCC should be held for approval of the Triangular Work Plan.

The Parties agreed that the Technical Documents of Japan and Brazil must be integrated into a Joint Technical Document to be presented in the next JCC.

The Parties reinforced the importance to maintain the integration and good harmonization of the activities from Japanese, Brazilian and Mozambican Teams in order to promote the smooth implementation of the Project.

The Parties welcomed the plan of recruiting and development of Human Resources presented by the ProSAVANA-PI Team and encouraged its implementation. In addition to that, Brazilian and Japanese sides will proceed with necessary consultations to use existent mechanisms of post-graduation courses to the Mozambican professionals working to the benefit of ProSAVANA-JBM.

Brazilian side informed that the arrangements and the timeframe related to the construction of the laboratory in Lichinga will be shared among the Parties in February 2013.

2.2.3 – ProSAVANA-PD

The Parties confirmed the presentation of Progress Report and approved the Triangular Work Plan from ProSAVANA-PD Team as in Annex 4.

With regard to the ProSAVANA-JBM Guideline on Responsible Agricultural Investment (RAI), the Parties confirmed the schedule of activities as follows:

- February 2013: First Draft
- April 2013: Second Draft
- May 2013: Final Draft
- June 2013: Launch of “Data Book for Private Investors” in Seminars

2.2.4 – ProSAVANA-PE

The Parties took note of the efforts made by the Japanese, Brazilian and Mozambican Teams with regard to the implementation of the Joint Mission for ProSAVANA-PE, from September 25th to October 5th of 2012 and the signing of Minutes of Meeting on ProSAVANA-PE in November 2012.



The Parties agreed on the new name of the Project as “Project for Establishment of Agricultural Development Models at Communities’ Level with Improvement of Agricultural Extension Service under Nacala Corridor Agriculture Development in Mozambique” (ProSAVANA-PEM)

In the course of the Third JCC, the basic framework of ProSAVANA-PEM was signed, as in Annex 5.

The Parties will sign the Triangular Agreement of ProSAVANA-PEM in December 2012.

The Record of Discussions will be signed in December 2012 by Japanese and Mozambican sides.

The Parties confirmed to start the Project jointly in March 2013.

3. Others

3.1. High Level Committee of ProSAVANA-JBM

The Parties recommended the next High Level Committee meeting to be held in March 2013 in Japan. Among the subjects of discussions, the parties agreed on the following:

- (1) Decision taking on how to foster initiatives for promoting partnerships and synergies in the scope of ProSAVANA-JBM.
- (2) Definition on initiatives on how to combine other cooperation schemes, such as Financial Cooperation, Bilateral Cooperation, Public Private Partnerships, and the participation by other donors within the framework of ProSAVANA-JBM.

The Parties took note of the importance to include the Governors of the Niassa, Nampula and Zambezia Provinces in the High Level Meeting in Tokyo.

3.2 Inclusion of Districts in the Study Area of ProSAVANA-JBM

- (1) The Parties recognized the importance of the inclusion of Mecuburi and Lalaua in the Nampula Province and Mecanhelas in the Niassa Province as target districts in the ProSAVANA-JBM Study Area. The parties confirmed to make intensive discussion on how to include these districts into ProSAVANA-PD.
- (2) The Parties reconfirmed that the ProSAVANA-JBM area is the region between the parallels 13°S to 17°S, covering the Provinces of Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Niassa and Tete. Nonetheless, the target districts considered in the study area of ProSAVANA-JBM are Monapo, Meconta, Muecate, Mogovolas, Nampula, Murrupula, Ribáuè and Malema, in the Nampula Province. Cuamba, Mandimba, Ngauma, Lichinga, Majune and Sanga, in the Niassa Province. Gurue and Alto Molocué, in the Zambezia Province.
- (3) The Parties took note that the selected districts of ProSAVANA-JBM Study Area are considered as pilot projects in where the potentialities of the Nacala Corridor would be surveyed, based on land use, agro-zoning and agricultural environment criteria in order to encourage investments in the Programme’s area. The implementation of projects in the ProSAVANA-JBM Area is not conditioned to the previous identified pilot project area.



3.3. Joint Statement on Financial Mechanism and Private Investments for ProSAVANA-JBM

The Brazilian side informed about the preparation within the Government of Brazil a proposal for a Joint Statement on Financial Mechanism and Private Investments in the context of ProSAVANA-JBM, to be presented to the Mozambican and Japanese sides as soon as possible.

3.4. Mechanism of Coordination among ProSAVANA-JBM Projects

The Parties agreed on the need to establish a platform for coordination among ProSAVANA-JBM Projects. In this regard, ProSAVANA-HQ will be responsible for implementing this recommendation.

3.5. Date of the next JCC

The next JCC will be held in April 2013.

Nampula, 3rd December 2012.

For JICA:



Mr. Ryuichi Nasu
Resident Representative
JICA Mozambique Office
Japan International Cooperation Agency
JICA

For ABC:



Mr. Wófsi Yuri Guimarães de Souza
Manager of CGCB/ABC
Brazilian Cooperation Agency
ABC
Ministry of External Relations – MRE

For MINAG:



Mr. Daniel Miguel Ângelo Clemente
Permanent Secretary
Ministry of Agriculture of Mozambique - MINAG

Annex 1 –
Annex 2 –
Annex 3 –
Annex 4 –
Annex 5 –

List of Participants

⟨MOZAMBIQUE⟩

- (1) Mr. Manuel Guimarães (Permanent Secretary of Nampula)
- (2) Mr. Inácio C. Maposse (Director General of IIAM)
- (3) Mr. Fernando Lissete Mavie (Director of DNEA)
- (4) Mr. Pedro Dzucule (Provincial Director of Agriculture – DPA Nampula)
- (5) Mr. Eusébio Maurício Tumutikile (Provincial Director of Agriculture – DPA Niassa)
- (6) Mr. Ilídio Bande (Provincial Director of Agriculture – DPA Zambézia)
- (7) Mr. Constantino Cuambe (Director of IIAM Northeast Zonal Center)
- (8) Mr. Acacio Neve (Representative of the Department of International Cooperation of MINAG)
- (9) Mr. Américo Uaciquete (Focal Point of ProSAVANA-JBM in Nampula Province)
- (10) Mr. Calisto Bias (ProSAVANA-JBM Coordinator)
- (11) Mr. Simão Nyaima (ProSAVANA-JBM Coordinator)

⟨JAPAN⟩

- (1) Mr. Naoki Yanase (Deputy Resident Representative, JICA Mozambique Office and ProSAVANA-JBM Programme Coordinator)
- (2) Mr. Yutaka Hongo (Senior Advisor, JICA Headquarters)
- (3) Mr. Kota Sakaguchi (Assistant Director – African Division 3, African Department, JICA HDQ)
- (4) Mr. Shinga Kimura (Project Formulation Advisor, JICA Mozambique Office)
- (5) Mr. Nobuyuki Kimura (Project Coordinator, JICA Brazil Office)
- (6) Ms. Jusimeire Mourão (Coordinator of ProSAVANA-JBM, JICA Mozambique Office)
- (7) Mr. Keiji Matsumoto (Team Leader, ProSAVANA-PD)
- (8) Mr. Taku Mori (Member of ProSAVANA-PD)

⟨BRAZIL⟩

- (1) Mr. Wófsi Yuri Guimarães de Souza (Manager in Charge of ABC/CGCB)
- (2) Mr. Everaldo Porto Cunha Filho (Second Secretary, Brazilian Embassy)
- (3) Ms. Thaís Braga (ABC Coordinator for Technical Cooperation Projects in Agriculture in Mozambique)
- (4) Mr. Frederico Paiva (Project Analyst in ABC)
- (5) Mr. José Luiz Bellini Leite (Coordinator of Embrapa Mozambique)
- (6) Mr. Giuliano Senatore (Team Leader, ProSAVANA-PD)
- (7) Mr. Bruno Casagrande Neves (FGV)
- (8) Mr. Charles Hefner (FGV)

Luís

dg

APPENDIX - 4 Members of the Counterparts and Study Teams

as of March 15, 2013

| Field | Name of Members | | | | | |
|---|---|-------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| | Mozambican Team | | | | JICA Study Team | ABC Study Team (FGV) |
| | MINAG | NAMPULA | NIASSA | ZAMBEZIA | | |
| Team Leader | Dr. Calisto A. L. Bias | Dr. Americo Uaciquete | Kanath Sousa da Silva | Paulo Carolino do Afonseca Cordeiro | Keiji MATSUMOTO | Giuliano Senatore |
| Agriculture Development/ Agri-business | Marcos Mafuiane (DNSA) | João Duarte | Domingos Eugénio Caxeiro | Luiz Zeca Tomo | | |
| Agricultural Infrastructure | Susaeitino Palege (DNSA) | Helder Diua | Virgilio da Conceição Rui Sabone | Amilcar Macuacua | Kazuhiro TSUCHIDA | Marcos Matos |
| | | Marcelino Muarrapaz | | Braz Anselmo | | |
| Transportation and Social Infrastructure | Almerindo Matusse (CEPAGRI) | Cesar Francisco Livra | Antonio Mepunga | Amilcar Macuacua | Hideki HIROSHIGE | Caroline Geroto |
| Farming and Technical Extension | Inácio Tiago Nhancale (DNEA) | Ernesto Pacule | Victor Jone Levene | José Amândio Lopes | Harunobu YOSHINO | / |
| | | | | | Mario Yoshimi INOUE | |
| Rural Society/Farmers Organization | Eugénio Comé (DNEA) | Iris Canha da Costa | Ana Paula Valeriano Palombe | Cremilde Ferrão | Yutaka NOZAKI | Luiz Almeida / Denis Araki |
| Post-harvest/Marketing/Value Chain | Almerindo Matusse (CEPAGRI) | Ana Jamisse António (CEPAGRI) | Lucas Eugenio Tondolo | Nelson Sacur | Yasunobu KUDO | Fabio Makoto |
| Zoning/Land Use | Salvador Jossias (DNTEF) | Cristiano Macário | Silva João | Maria Rita Veloso | Kenichiro KOBAYASHI | Giselle Teles |
| | | | Elcidio Nhatave | | | |
| Zoning/GIS | Belmira António Saeze (CENARCARTA) Suzie Aline Aly (IIAM) | Aly Awasse | ElcidioNhatave | Maria Rita Veloso | Akihiro FURUTA | Flavio Cabrera |
| Project Planning/Economic Business Model Analysis | Almerindo Matusse (CEPAGRI) | Ana Jamisse António (CEPAGRI) | Mauro Henriques Pio | Agostinho Xavier | Shinichi MORI | Bruno Neves |
| | | | | | Tsutomu NISHIMURA | Charles Hefner |
| Investment Promotion/Legal System | Almerindo Matusse (CEPAGRI) | Bonifacio Saulosse | Andre Assa Ncuinda | Nelson Sacur | Toshimori NAKANE | Cleber Guarany |
| | | | | | | Ralf Levermann |
| | | | | | | Charles Hefner |
| Environment and Social Consideration | Salvador Jossias (DNTEF) Sara Guibunda (DE) | Victor Lopes | Cassamo Jamal Lino Sumila | Tomás Bastique | Taku MORI | Francisco Rollo |
| Admin. Coordinator/Rural Society | - | Julio Nunes | João Adolfo Uanheta | Hélder Mário | Kumi OKAYAMA/ Marilda NAKANE | - |